



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LIX – Nº 045 – SÁBADO, 27 DE MARÇO DE 2004 – BRASÍLIA - DF

MESA

Presidente José Sarney – PMDB – AP 1º Vice-Presidente Paulo Paim – BLOCO – PT – RS 2º Vice-Presidente Eduardo Siqueira Campos – PSDB – TO 1º Secretário Romeu Tuma – PFL – SP 2º Secretário Alberto Silva – PMDB – PI	3º Secretário Heráclito Fortes – PFL – PI 4º Secretário Sérgio Zambiasi – BLOCO – PTB – RS Suplentes de Secretário 1º João Alberto Souza – PMDB – MA 2º Serys Slihessarenko – BLOCO – PT – MT 3º Geraldo Mesquita Júnior – BLOCO – PSB – AC 4º Marcelo Crivella – BLOCO – PL – RJ

LIDERANÇAS

LIDERANÇA DO BLOCO DE APOIO AO GOVERNO E DA MINORIA - 22 (PT -13, PSB - 3, PTB - 3, PL 3) LÍDER - PT Ideli Salvatti - PT Vice-Líderes Roberto Saturnino - PT Ana Júlia Carepa - PT Flávio Arns - PT LÍDER - PL - 3 Magno Malta - PL Vice-Líder Aelton Freitas LÍDER - PSB - 3 João Capiberibe - PSB Vice-Líder PSB Geraldo Mesquita Junior LÍDER - PTB - 3 Duciomar Costa - PTB LIDERANÇA DO PMDB - 23 LÍDER Renan Calheiros - PMDB	Vice-Líderes Hélio Costa Sérgio Cabral Luiz Otávio Ney Suassuna Garibaldi Alves Filho Romero Jucá Papaléo Paes LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA - 28 PFL 17, PSDB - 11 LÍDER Efraim Morais - PFL Vice-Líderes Tasso Jereissati - PSDB César Borges - PFL Eduardo Azeredo - PSDB Rodolfo Tourinho - PFL LÍDER - PFL José Agripino - PFL Vice-Líderes Paulo Octávio Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho José Borges João Ribeiro LÍDER - PSDB Arthur Virgílio - PSDB-AM	Vice-Líderes Antero Paes de Barros Lúcia Vânia Leonel Pavan Álvaro Dias LIDERANÇA DO PDT - 5 LÍDER Jefferson Péres - PDT Vice-Líder Almeida Lima LIDERANÇA DO PPS - 2 LÍDER Mozarildo Cavalcanti - PPS LIDERANÇA DO GOVERNO LÍDER Aloizio Mercadante – PT Vice-Líderes Fernando Bezerra – PTB Patrícia Sabóya Gomes – PPS Hélio Costa – PMDB Marcelo Crivella – PL Ney Suassuna – PMDB Ideli Salvati – PT Romero Jucá - PMDB
--	--	--

EXPEDIENTE

Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Ronald Cavalcante Gonçalves Diretor da Subsecretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia
--	--

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 25ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 26 DE MARÇO DE 2004

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Discursos do Expediente

SENADORA SERYS SLHESSARENKO – Realização de videoconferência pelo Interlegis, no próximo dia 31, para discutir a participação da mulher na política. Debates ocorridos nesta semana na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania a respeito da Reforma do Judiciário. Trabalho desenvolvido pela CPI do Banestado. ..

08537

SENADOR EDISON LOBÃO – Lançamento no Maranhão do Plano Estadual de Erradicação do Trabalho Escravo.....

08539

SENADOR TIÃO VIANA – Cenário político da Amazônia. Integração dos Estados da Amazônia com os países andinos. ..

08541

SENADOR PEDRO SIMON – Considerações sobre a última eleição para governador no Rio Grande do Sul. Leitura de Nota do Governador do Rio Grande do Sul, Germano Rigotto, a respeito da crise financeira daquele Estado.....

08543

SENADOR JOÃO CAPIBERIBE – Situação da água no mundo.....

08551

SENADOR JOSÉ JORGE – Comentários às medidas do governo federal para abafar a crise política. ..

08552

SENADOR ROMERO JUCÁ, como Líder – Apelo à Câmara dos Deputados pela aprovação da reforma tributária e da “PEC paralela” à reforma da Previdência.....

08555

SENADOR ALVARO DIAS – Queda de popularidade do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Redução da renda do trabalhador.....

08556

SENADOR MÃO SANTA – Críticas ao Governo Federal.

08558

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA – Política de incentivo à ciência e tecnologia.

08562

SENADOR PAULO OCTÁVIO – Necessidade de políticas federais destinadas à construção da casa própria.

08565

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Responsabilidade das declarações do Ministro Ciro Gomes. Contrariedade diante das manobras do Governo Federal para impedir a investigação do caso Waldomiro Diniz.....

08566

SENADOR JOSÉ AGRIPINO – Notícias veiculadas hoje pela imprensa nacional a respeito da inauguração do prédio do TRT- SP. Comentários e críticas à administração do Governo Federal.

08570

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS – Comentários acerca do escândalo Waldomiro Diniz..

08573

SENADOR JOÃO BATISTA MOTTA – Suspensão de obras rodoviárias no contorno da cidade de Vitória – ES.

08576

1.2.2 – Comunicação da Presidência

Adoção, pelo Senhor Presidente da República, em 24 de março de 2004 e publicada em 25 do mesmo mês e ano, da Medida Provisória nº 176, de 2004, que altera dispositivos da Lei nº 9.140, de 4 de dezembro de 1995, que reconhece como mortas pessoas desaparecidas em razão de participação, ou acusação de participação, em atividades políticas. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria.

08578

1.2.3 – Leitura de requerimentos

Nº 364, de 2004, de autoria do Senador Alvaro Dias, solicitando à Ministra de Estado do Meio Ambiente as informações que menciona.....

08579

Nº 365, de 2004, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do ex-Secretário-Geral da Mesa da Câmara dos Deputados, Dr. Hélio Dutra.

08581

1.2.4 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR LUIZ OTÁVIO – Código de Segurança de Portos e Navegação Internacional.

08581

SENADOR VALMIR AMARAL – Transcurso do Dia da Floresta em 21 de março.	08582
SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Transcrição de matéria publicada no jornal O Estado de S.Paulo , edição de hoje, intitulada “O PMDB chantageia o Presidente”.	08582
1.3 – ENCERRAMENTO	
2 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR	
Aviso referente à convocação da 2ª Reunião de 2004, a realizar-se dia 31 de março, às 17 horas.	08585
Ata Circunstanciada da 11ª Reunião, realizada em 2 de dezembro de 2003.	08585
SENADO FEDERAL	
3 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 52ª LEGISLATURA	
4 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES	

5 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
6 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR
7 – PROCURADORIA PARLAMENTAR
8 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ
CONGRESSO NACIONAL
9 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL
10 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
11 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)
12 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

Ata da 25ª Sessão Não Deliberativa, em 26 de março de 2004

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Edison Lobão, da Srª Serys Slhessarenko
e dos Srs. Heráclito Fortes, Alvaro Dias e Mão Santa*

(Inicia-se a sessão às 9 horas)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Haverá número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra à Senadora Serys Slhessarenko.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Senador Edison Lobão, Srªs e Srs. Senadores, na próxima semana, dia 31, dentro da programação do Ano Nacional da Mulher, estabelecido pelo Congresso Nacional, haverá, das 15h às 18h, por meio do nosso Interlegis, uma videoconferência sobre “A Mulher na Política”, com a participação de mulheres cientistas que têm um trabalho aprofundado na área e Parlamentares, como a Deputada Jandira Feghali, com mediação da jornalista Teixeira Cruvinal.

A videoconferência envolverá 26 Assembléias Legislativas, ou seja, o País inteiro, e todos poderão participar de um debate amplo e profundo sobre a participação da mulher na política.

Aproveito este espaço, que certamente alcança todos os Estados brasileiros, para dizer que é da maior importância que ONGs e demais movimentos de mulheres, e até mesmo mulheres que não fazem parte de organizações constituídas, dirijam-se à Assembléia Legislativa do seu Estado para participar dessa videoconferência. As pessoas interessadas em participar não precisam se deslocar de seus Estados e viram a Brasília, basta irem à Assembléia Legislativa do seu Estado. Serão três horas de videoconferência, com a presença de cientistas de Brasília, da nossa UnB, de São Paulo, Rio Grande do Norte, mulheres ligadas geralmente a universidades e que têm um amplo trabalho desenvolvido nessa área.

Este é um ano especial para discutirmos a questão da mulher na política, pois haverá eleições munici-

cipais, para prefeitos e prefeitas, vereadores e vereadoras. Por conseguinte, é muito importante a participação nessa videoconferência de mulheres que já estão na política, bem como daquelas que não estão, principalmente, e daquelas que estão pensando em se candidatar a um cargo político. Essa é uma grande oportunidade de debate que o nosso Congresso Nacional estará oferecendo às mulheres brasileiras – aos homens e mulheres, é óbvio, mas a temática específica será a participação da mulher na política.

Considero esse sistema de videoconferência de grande importância, uma vez que podemos discutir amplamente um assunto com a participação de todas as pessoas interessadas no País, sem que elas tenham que se deslocar de seus Estados, o que significa redução de gastos e menos dificuldades às pessoas que não podem se deslocar.

Convido todos, então, a se dirigirem, no próximo dia 31, às 15 horas, à Assembléia Legislativa do seu respectivo Estado para participar dessa videoconferência, não apenas para ouvir, mas para perguntar e debater. Será um espaço aberto dentro da programação do Senado da República para o ano de 2004, estabelecido como o Ano da Mulher.

Gostaria ainda de registrar, aproveitando a presença do Senador Edison Lobão, Presidente da CCJ, que esta foi uma semana difícil e trabalhosa, mas bastante profícua, especialmente para a Comissão que S. Exª preside. O Senado está discutindo realmente a reforma do Judiciário. Foi aprovado um texto inicial na semana anterior, mas, nesta semana, realmente, iniciou-se a apreciação dos destaques, quando realmente debateremos essa matéria que tramita há mais de dez anos no Congresso Nacional, a respeito da qual está havendo uma discussão bastante aberta e aprofundada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Costumo brincar com o Senador Edison Lobão dizendo que S. Exª tem muita paciência, porque não são brincadeira as discussões que acontecem. Mas o debate sobre a reforma do Judiciário está sendo de

alto nível e extremamente proveitoso, envolvendo temas importantíssimos, como a súmula vinculante e o controle externo. Essa discussão continuará na próxima semana e, talvez, na outra – não sabemos, ainda, por quanto tempo ocorrerá, porque são mais de 160 destaques a serem apreciados.

Um dos seus pontos essenciais é o nepotismo. Tenho sido questionada, nas conversas, a respeito de estarmos tratando do assunto apenas no Poder Judiciário. Nepotismo significa emprego para os parentes, quando, no momento em que se assume um cargo em qualquer dos Poderes, seja no Executivo, no Legislativo ou no Judiciário, traz-se também a carga dos parentes. Essa questão, portanto, está sendo discutida e acredito que vamos aprová-la. Com isso, iremos acabar com o emprego de parentes no Judiciário. Mas, como eu disse, também somos cobrados em relação também ao Poder Legislativo e ao Poder Executivo. Queremos o fim do nepotismo, sim; contudo, não podemos decretá-lo com a reforma do Judiciário. Nessa reforma, espero que consigamos acabar com esse problema no Poder Judiciário. No entanto, nos Poderes Legislativo e Executivo, em todos os níveis, ele só terminará com uma lei que não está inclusa nessa reforma.

Sr. Presidente e Senador Pedro Simon, estou deixando isso claro porque a cobrança tem sido grande. Parece que queremos apenas o fim do nepotismo no Poder Judiciário, e isso não é verdade. Queremos o fim do nepotismo em todos os Poderes, mas na reforma do Judiciário só pode ser tratada a questão do respectivo Poder. Para os outros Poderes, existem projetos de lei, inclusive há um de autoria do Senador Demóstenes Torres, ao qual sou totalmente favorável. Acredito que, por ampla maioria, vamos acabar com essa vergonhosa questão em todos os Poderes.

Como membro da Comissão Parlamentar de Inquérito do Banestado, quero dizer que estamos obtendo vitórias, sim, pois estamos trabalhando muito, realmente. A tranquilidade e os critérios que o Relator, Deputado José Mentor, tem imposto têm sido de extrema valia para a nossa Comissão Parlamentar de Inquérito, que está trabalhando com dificuldades, mas avançando celeremente para chegar a grandes resultados, com a participação de todos seus integrantes.

Ao conseguirmos, finalmente, aprovar a convocação – só para citar dois requerimentos de minha autoria – do Sr. Pitta para depor, inclusive já com a quebra do sigilo bancário, fiscal e telefônico, demos um grande passo, que pensamos repetir com a apro-

vação do requerimento de convocação do Sr. Paulo Maluf.

Eu gostaria de registrar a coragem e a determinação de uma mulher que, em muitos momentos, foi chamada de tresloucada, mas que teve a coragem de vir a essa CPI e depor com muita firmeza e determinação, que é a Srª Nicéa Camargo. Trata-se de uma mulher que conseguiu romper com muitas situações difíceis para uma pessoa, em especial para uma mulher, e que encarou tudo e todos, inclusive indo a Nova Iorque verificar a questão das contas CC-5.

Precisamos registrar esse tipo de coisa porque parece, às vezes, que nada acontece e que, quando ocorre, é meio por acaso, meio milagreira e não fruto e produto do trabalho, da ousadia, da coragem e da disposição de determinadas pessoas.

Eu não poderia deixar de falar a esse respeito, porque tenho acompanhado as dificuldades que Nicéia Camargo tem vivido por ter tido a coragem de fazer os enfrentamentos que fez. Em determinados momentos, ela foi até humilhada, mas, a partir do momento em que compareceu à CPI, seus depoimentos foram levados bastante a sério, bem como as pistas para busca de dados que ela forneceu a fim de que a CPI esclarecesse principalmente a questão das Águas Espraiadas, em São Paulo, além de outros casos com indícios bastante claros de forte corrupção.

Faço este registro publicamente para que outras pessoas tenham o mesmo tipo de procedimento, de ousadia e de coragem, e tomem o mesmo tipo de atitude. Não adianta ficarmos falando de combate à corrupção e que ela é o mal maior, quando, na hora de depormos e tomarmos iniciativas, encolhemo-nos e não temos a coragem que Nicéia Camargo nos mostra.

Na CPI do Banestado, fiz um requerimento de convocação do Sr. Paulo Maluf que ainda não foi aprovado, por isso gostaria de ler o trecho de uma matéria publicada no jornal **O Globo** de hoje, “Maluf: oito quilos de extratos de contas na Suíça”. É muito extrato de contas, não é, Presidente? Oito quilos!

Ex-governador é investigado por desvio de verbas públicas.

O Departamento de Recuperação de Ativos Financeiros do Ministério da Justiça encaminhará hoje à Justiça Federal em São Paulo oito pastas com cerca de oito quilos de extratos com a movimentação bancária na Suíça da Blue Diamond e Red Ruby, empresas supostamente vinculadas ao ex-prefeito Paulo Maluf. Os papéis foram remeti-

dos ao Brasil por ordem da Justiça suíça e, a partir de agora, serão submetidos à apreciação dos promotores encarregados de investigar o envolvimento do ex-governador com o desvio de verbas públicas em São Paulo.

Os promotores do Ministério Público Estadual Sílvio Marques e Sérgio Turra, responsáveis pela investigação contra Maluf há quase três anos, estiveram ontem no Ministério da Justiça, em Brasília. Marques diz estar otimista com as informações que constam do dossiê contra Maluf. Os promotores investigam denúncias sobre desvios de recursos públicos e remessas ilegais ao exterior.

– Desde 2001 estamos sendo chamados de mentirosos pelo Sr. Paulo Maluf. Agora, se a Suíça mandou os documentos, é porque, no mínimo, existem indícios de irregularidades – disse Sílvio Marques.

Pelas informações obtidas na primeira fase das investigações, Maluf teria transferido expressivas somas de recursos de um banco na suíça para outro em Nova York e, em seguida, remetido o dinheiro para a Ilha de Jersey, um dos mais fechados paraísos fiscais do mundo.

Há ainda a possibilidade de o dinheiro ser repatriado e voltar aos cofres públicos, diz Sílvio Marques.

Sr. Presidente, se houvesse tempo, poderíamos discutir várias situações. A primeira delas seria a aprovação já, na CPI do Banestado, do requerimento que convoca o Sr. Paulo Maluf para depor, inclusive com a quebra de todos os sigilos necessários e imprescindíveis.

A segunda discussão seria a repatriação de recursos remetidos ao exterior que, a cada dia, a CPI do Banestado vem desvelando. Essa é uma questão importantíssima, que fica para depois. A CPI ainda tem muito trabalho a realizar para chegar realmente aos números e ao montante de recursos enviados para o exterior de forma irregular e criminosa, recursos que, a meu ver, têm que ser repatriados.

Uma terceira discussão seria ainda as muitas loas a serem tecidas ao Ministério Público. Dias atrás fiz, desta tribuna, um pronunciamento específico dedicado ao Ministério Público, órgão que cada vez mais precisa de apoio, tendo em vista os grandes serviços que tem prestado ao País.

Sr. Presidente, de pronto e de plano, seriam essas as três questões a serem discutidas a partir dessa minha breve fala sobre a CPI do Banestado.

Sr. Presidente, é imprescindível que, na semana vindoura, a CPI do Banestado aprove o requerimento de nossa autoria, convocando o Sr. Paulo Maluf para depor. Não há mais o que esperar,. Principalmente depois que foram apurados oito quilos de extratos de contas só na Suíça. Acredito que o nosso requerimento já estava bem justificado, bem arrazoado para que fosse aprovado. Agora, então, com mais esse dado, ele só tende a se fortalecer. Acredito que na próxima semana será aprovado o requerimento de convocação ao Sr. Paulo Maluf.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Senadora Serys Slhessarenko, peço a V. Exª que, como membro da Mesa, assuma a Presidência da Casa. (Pausa.)

O Sr. Edison Lobão, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Serys Slhessarenko, 2ª Suplente de Secretário.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko) – Concedo a palavra ao Senador Edison Lobão.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, é com satisfação que comunico a esta Casa o lançamento, em meu Estado, no último dia 24, pelo Governador José Reinaldo Tavares, do Plano Estadual de Erradicação do Trabalho Escravo e da assinatura do decreto que estabelece aquela data como o Dia Estadual de Repúdio ao Trabalho Escravo.

À festiva solenidade, estiveram presentes altas autoridades, que deram ao evento uma significação histórica para o Maranhão, onde se iniciou uma luta sem tréguas para o desaparecimento do trabalho escravo em terras maranhenses.

A 19 de janeiro deste ano, repudiando desta tribuna a残酷 do assassinato em Unaí de servidores públicos incumbidos de combater o trabalho escravo naquela região de Minas, tive a oportunidade de me referir à “ousadia daqueles que, sob promessas mirabolantes, seduzem pobres campesinos” para depois os obrigar a uma servidão covarde e criminosa. E então me rejubilei com o fato de que ao Maranhão coubera a iniciativa pioneira de realizar, em Açailândia, com grande sucesso, a Primeira Jornada Estadual de Erradicação do Trabalho Escravo.

Na Açaílândia maranhense, realmente, firmou-se, com o apoio da Organização Internacional do Trabalho uma fértil parceria entre o Governo do Estado e o Governo Federal, com o objetivo bem-sucedido de extirpar do cenário social de nosso País qualquer resquício da indigna exploração do ser humano por indivíduos desqualificados.

Matéria publicada por **O Imparcial**, de São Luís, edição de 25 de março, faz um excelente registro sobre a solenidade que, na véspera, movimentou a capital maranhense, motivo pelo qual solicito a transcrição da mesma como parte integrante deste meu discurso.

Este, Srº Presidente, o registro que peço faça parte de nossos Anais, com a minha esperança de que o Poder Público, em suas diversas esferas, man-

tenha, com firmeza, a política ao trabalho escravo em nosso País.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR EDISON LOBÃO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Matéria referida:

- “Sancionado projeto contra trabalho escravo”
- Publicação no jornal **O Imparcial**, de São Luís, edição de 25 de março.

Edson Lobão

Maranhão

Sancionado projeto contra trabalho escravo

O Maranhão foi o primeiro Estado brasileiro a aderir à campanha idealizada pela Organização Internacional do Trabalho em todo o país

O governador José Reinaldo Tavares participou ontem, no auditório do Palácio dos Leões, da solenidade de lançamento do Plano Estadual de Erradicação do Trabalho Escravo e da assinatura do decreto que estabelece o Dia Estadual de Repúdio ao Trabalho Escravo, comemorado a partir deste ano no dia 24 de março.

Estiveram presentes representantes da Organização Internacional do Trabalho (OIT), do Ministério do Trabalho, de Federação de Trabalhadores, dos governos do Piauí e Pará, além de gerentes centrais e membros da sociedade civil.

José Reinaldo classificou como um momento histórico para o Estado. “Esta é uma iniciativa que tira o Maranhão dessa situação de vergonha que é a escravidão de trabalhadores. Não podemos mais admitir que nosso Estado ainda esteja inserido entre àqueles que mantêm pessoas forçadas a trabalhar”, afirmou.

Durante a solenidade, o governador lembrou ainda que o Maranhão é o primeiro Estado a aderir a Campanha de Combate ao Trabalho Escravo que a OIT-Brasil está colocando em prática no país, desde o ano passado e que insere os Estados do Pará, Amapá, Ceará, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Tocantins e Piauí. Entretanto o problema do trabalho escravo é mais grave no sul do Pará e no Mato Grosso.

“No Maranhão, a assinatura desse decreto e a criação de um dia para a conscientização do problema do trabalho escravo é uma iniciativa que merece ser elogiada, digna de uma grande celebração porque vem libertar pessoas que, atualmente, estão sendo submetidas a formas contemporâneas de

escravidão”, destacou a representante da Organização Internacional do Trabalho (OIT) presente na solenidade, Patrícia Audi.

O plano lançado, ontem, pelo governo do Estado para a erradicação do Trabalho Escravo será viabilizado pela Gerência de Desenvolvimento Social (GDS), em parceria com instituições governamentais, federais, estaduais e municipais, entidades da sociedade civil organizada que atuam na defesa dos direitos humanos.

O projeto prevê ações, medidas, serviços e empreendimentos que serão executados em vários municípios maranhenses. Os recursos R\$ 1.264.000,00 (um milhão duzentos e sessenta e quatro mil reais) já estão assegurados.

O gerente da GDS, Ricardo Zenni, admite que o trabalho escravo no Maranhão acontece em diversas frentes e em locais diferentes. “Para combatê-lo, iremos lançar mão deste plano, pois, todo cidadão maranhense tem o direito de trabalhar e do trabalho tirar o seu sustento sem sofrer o constrangimento de um serviço forçado”, concluiu Ricardo Zeni, afirmado que a criação desse decreto é um desejo antigo do governador José Reinaldo. “Logo que foi empossado o governador autorizou a realização, no município de Açaílândia, no período de 25 a 27 de agosto de 2003, da I Jornada de Debates para a Erradicação do Trabalho Escravo no Maranhão. Com estas medidas de hoje, podemos dizer que é o reflexo desse primeiro trabalho”, destacou.

No Maranhão, o trabalho escravo acontece em 47 municípios, principalmente em fazendas voltadas para o setor da pecuária, e em indústrias de produção de carvão.

O Estado é tido também como exportador de mão-de-obra escrava para o Pará, Amazonas e Amapá.

A coordenadora-geral do Trabalho, Sandra Lia Simon, que também participou da solenidade, revelou que a punição para esses empresários passa pela prisão e até a perda da propriedade, que pode ser utilizada como instrumento na política de reforma agrária do governo federal.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Sthessarenko) – V. Ex^a será atendido na forma regimental.

Concedo a palavra ao Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Senadora Serys Sthessarenko, Sr^{as} e Srs. Senadores, serei breve ao registrar um novo momento de convivência e relação institucional na Amazônia Ocidental brasileira. Efetivamente, estamos rompendo um ciclo político e histórico, em que o poder central brasileiro olhava para a Amazônia como um problema de atendimento pontual: ora liberavam-se recursos para construir uma ponte; ora, lembravam-se de liberar recursos para a construção de uma escola ou recebiam uma visita, a cada cinco ou dez anos, de importante autoridade estadual ou mesmo nacional.

Hoje o cenário político é outro. A geopolítica amazônica e a brasileira são outras. Teremos, nos próximos dias, mais uma visita do Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, aos Estados de Rondônia e do Acre, parte de nossa Amazônia Ocidental, o que trará grandes expectativas à comunidade amazônica.

Sr^a Presidente, temos a perspectiva sólida de uma integração andina, de uma nova composição na economia regional. Dentre os países andinos, eu destacaria o Peru e a Bolívia, ainda hoje com suas economias voltadas para a Ásia, e de costas para o Brasil e para a América do Sul. Alimentos como a carne, o milho e o frango são comprados na Austrália, portanto, sem qualquer vínculo econômico mais expressivo com o Brasil.

Ultimamente, os Governantes da Região Norte têm procurado criar e consolidar um novo elo econômico com o chamado mercado andino. Apenas entre o Peru e a Bolívia há 33 milhões de consumidores que não compram quase nada de nossos produtos. O mesmo ocorre entre o Brasil e esses países. Hoje, estamos consolidando um novo marco nas relações políticas e fronteiriças com esses países. Os Governadores da Região Norte e a Amazônia Ocidental fazem ponte de comunicação permanente com os países andinos, de modo distinto com o Peru e a Bolívia. Estamos, de fato, abrindo novas fronteiras econômicas e novas relações comerciais.

Penso ser esse um fato auspicioso que deve ser tratado com grande respeito e valorização.

Seguramente, o Presidente da República tem insistido em visitar mais a Amazônia acreditando em seu grande potencial econômico e nas grandes pers-

pectivas estratégicas que tem a América do Sul, como bloco econômico, em todo o mercado e em todo o desenho político internacional.

Acredito que os exemplos de integração que estamos consolidando no Estado do Acre, juntamente com os Ministérios das Relações Exteriores, da Agricultura e da Saúde, são fatos que devem marcar uma nova perspectiva e um novo horizonte nas relações entre os países amazônicos.

A Organização do Tratado de Cooperação Amazônica tem estado mais presente nessas relações andinas, nas relações entre os Estados amazônicos, e a minha expectativa é a de que, em breve, o Brasil terá outras impressões da realidade econômica e regional que estão desenvolvendo alguns Estados. No Estado do Acre não apenas estamos consolidando as relações fortes e efetivas com o Peru, desde as áreas de infra-estrutura, de logística, portuária, de portos e aeroportos, como também consolidando, de fato, os mercados.

Há poucas semanas, estávamos refletindo sobre o fato de o Município de Cruzeiro do Sul, que é parte importante do desenho regional da Amazônia ocidental, situado a menos de 200km da região de Pucalpa, que tem em torno de um milhão de habitantes, ter passado tantos anos sem um contato efetivo de integração, representando um descaso, uma insensibilidade efetiva nessa comunicação entre os países amazônicos. O Governo Fernando Henrique, é bom que se diga, deu passos importantes, e o Governo Lula está consolidando essa perspectiva de um novo modelo de integração regional.

O Governo Jorge Viana tem sido tenaz, muito atuante ao buscar consolidar, de maneira franca e direta, essa grande perspectiva de um novo horizonte de mercado que se abre para a Amazônia brasileira.

Agora, o Presidente Lula, indo à região, estará consolidando a retomada do Correio Aéreo Nacional, uma conquista da sociedade brasileira de dezenas de anos, feito pela Força Aérea Brasileira. O CAN estabelecerá a integração com as áreas isoladas. O Presidente ainda vai inaugurar, em nosso Estado, o chamado Hospital do Idoso, o primeiro hospital com essa característica na região amazônica. Vale lembrar que o Brasil tem 14 milhões de idosos e não tem uma política definitiva e correta voltada para as pessoas da terceira idade. Esse acontecimento consolidará a presença solidária de profissionais da área de saúde nos municípios isolados, já que a Amazônia não pode continuar com o índice de mais de 30% dos seus municípios com ausência completa de médicos, enfermeiros e outros profissionais de saúde. Os nossos ir-

mãos índios encontram um novo tipo de realidade de integração e comunicação com os Estados, com as políticas públicas. Portanto, são fatos que estão acontecendo e que nos trazem otimismo.

E o ponto mais expressivo dessa presença, com outros olhares do Governo Federal na Amazônia, é essa integração dos países andinos, que se está consolidando agora no Governo Lula.

Concedo o aparte, com muito prazer, ao nobre Senador Edison Lobão.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Senador Tião Viana, V. Ex^a alude, basicamente, à necessidade de uma melhor integração do Brasil com toda a região amazônica, sobretudo no que diz respeito ao comércio internacional. Isso, realmente, é de grande necessidade, e o discurso de V. Ex^a é oportuno, na medida em que, com ele e por meio dele, seguramente, as autoridades brasileiras ficarão alertas para essa necessidade inadiável. Mas eu diria, Senador Tião Viana, que o comércio internacional do Brasil sofre um atraso deplorável de séculos. Somente a partir do Governo do Presidente José Sarney, passando em seguida por Fernando Henrique Cardoso e, agora, pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, parece ter havido uma agressividade maior das autoridades brasileiras, no sentido de fazer com que produtos nossos cheguem ao exterior mais facilmente. A ação diplomática é fundamental. Quando me refiro à diplomacia, estou falando dos nossos embaixadores, mas o Presidente da República é o chefe da diplomacia. Daí a necessidade de estar o Presidente, senão permanentemente, mas com muita freqüência no exterior, procurando promover os interesses mais legítimos da Nação brasileira, no que diz respeito ao mercado internacional. Isso tem sido feito, repito, pelo atual Presidente da República. Foi feito com grande intensidade por Fernando Henrique Cardoso e também por José Sarney. Penso que devemos estimular, portanto, os nossos governantes, os nossos diplomatas, a que atuem freqüentemente, com muita força e com o convencimento de que isso sempre produz bons resultados. Cumprimento, portanto, V. Ex^a, pela iniciativa de promover esses estímulos que agora indica.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Agradeço ao eminente Senador Edison Lobão e acolho suas palavras em meu pronunciamento. Sem dúvida alguma, é um desafio estratégico para o Brasil.

Quando observo, Senador Edison Lobão, as estatísticas do financiamento da chamada promoção do comércio exterior brasileiro, verifico as dificuldades orçamentárias em que vive o Ministério das Relações Exteriores nessa parte. Em anos recentes, havia uma

previsão orçamentária para a promoção do comércio exterior da ordem de US\$16 milhões ao ano. Há dois anos, o último investimento consolidado em execução orçamentária foi da ordem de apenas US\$1,8 milhão, mostrando uma vontade dos últimos governos, mas uma dificuldade de execução orçamentária de uma área tão estratégica. Cresceram as nossas relações comerciais com a China em mais de 370% nos últimos anos. Entretanto, o México tem 14 representantes de governo na China, promovendo ações comerciais, e o Brasil tem um em Pequim. Então, são situações dramáticas que mostram por que o Chile, por exemplo, representa quase 70% do volume da expressão proporcional do comércio sul-americano com os demais países.

Então, muito há que ser feito e a determinação dos últimos governos tem sido a de fortalecer uma relação comercial multilateral, efetiva e que faça o Brasil se tornar, de fato, eficiente nessa área. Talvez, por isso, o agronegócio e outros indicadores de exportação estejam indo tão bem, mas muito há que ser feito, e o mercado andino é altamente promissor e muito significativo para nós. Como disse, somente o Peru e a Bolívia têm 33 milhões de consumidores e compram tudo da Ásia e da Austrália. Isso é lamentável para a importância estratégica que têm os Estados amazônicos.

Concedo o aparte ao Senador Leomar Quintanilha e, em seguida, encerrarei, Sr. Presidente.

O Sr. Leomar Quintanilha (PMDB – TO) – Nobre Senador Tião Viana, eu ouvia atentamente e com muito interesse as colocações de V. Ex^a, aduzidas por oportunas considerações do eminente Senador Edison Lobão, a respeito da perspectiva, inclusive de ampliação, do nosso mercado externo, das exportações brasileiras, fonte segura de geração de receitas internas e, seguramente também, de ampliação dos nossos pontos de trabalho. É imperativo que nos dediquemos a isso com mais intensidade, porque está realmente na ampliação das nossas exportações. O agronegócio tem dado alegria ao Brasil, principalmente o setor primário, a agricultura e a pecuária, que têm sempre comparecido a esse desafio enorme que o País enfrenta com relação às suas exportações. Mas quero fazer um breve comentário a respeito de um outro assunto que V. Ex^a abordou em suas considerações. Refiro-me ao hospital com características específicas de atendimento ao idoso na Amazônia. Ora, Senador Tião Viana, esse é um grande avanço. V. Ex^a colocou bem, são mais de 14 milhões de brasileiros que já tiveram o privilégio de alcançar idade superior a 60 anos e num País que não se preparou, du-

rante a sua história, para essa mudança no perfil de sua população. Quatorze milhões é um percentual expressivo da nossa sociedade, quando temos apenas 500 geriatras para atender a essa massa de pessoas com mais de 60 anos de idade. E se formos buscar os geriatras, seguramente eles estarão geograficamente localizados nas mais importantes cidades do País. Visto que o Governo do Presidente Lula tem uma preocupação e um compromisso muito forte com o social, essa iniciativa de criação do hospital é extremamente louvável, mas que procure estimular, principalmente nas instituições de ensino público, a formação de profissionais destinados à atenção aos idosos. Meus cumprimentos a V. Ex^a, Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Agradeço, eminente Senador Leomar Quintanilha. Incorporo, com muito prazer, suas palavras ao meu pronunciamento e aproveito a oportunidade para dizer que essa é uma das razões da visita do Presidente Lula à nossa região nos próximos dias. Lembro que esse hospital do idoso a que me refiro é o único na Amazônia e será um modelo. Terá o nome do eminente Senador Lauro Campos, porque foi S. Ex^a que, atendendo a pedido nosso, em um ato generoso, doou a indicação de uma emenda individual sua, dois anos atrás. Valorizamos aquele ato de S. Ex^a e consolidamos essa unidade hospitalar na Amazônia, que será inaugurado com uma homenagem bonita a S. Ex^a, um poema de sua autoria que fala sobre as quatro estações da vida que já atravessou. Esse primeiro passo de solidariedade aos idosos será muito importante para nós, da Amazônia.

Compreendemos que não há desconexão entre atos dessa natureza do Presidente Lula e a visão de mercado e de integração regional, porque jamais conseguiremos atrair grandes investimentos para a Região Amazônica, se não tivermos políticas públicas efetivas e bons indicadores sociais. Agora mesmo, estamos abrindo um canal com a Bielorrússia, que tem 25 bilhões de PIB e uma relação de balança comercial de US\$200 milhões com o Brasil e quer comprar de 800 a 1.000 toneladas por mês de borracha da Amazônia, porque tem uma das maiores indústrias de pneus da Europa, com 14 mil funcionários. Esse país tem um consumo de US\$65 milhões do açúcar brasileiro, o que não aparece nas estatísticas brasileiras por serem compras indiretas, feitas por intermediários, nas chamadas **commodities**.

Então, temos um grande desafio no futuro da Amazônia, que passa por políticas públicas e ações de Governo, por essa solidariedade do Ministério da Defesa, das Forças Armadas e da Presidência da Re-

pública de olhar na mesma altura e adotar a visão estratégica do Governador Jorge Viana e de outros Governadores da região.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko) – Concedo a palavra ao Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, o Rio Grande do Sul, vem atravessando uma situação que tem merecido um debate por parte da imprensa, principalmente do meu Estado.

Houve uma eleição histórica no Rio Grande. Dois candidatos concorriam pelo PT; estava no Governo Olívio Dutra*, que perdeu a convenção para Tarso*, o candidato do PT. Pelo PPS, também um ex-Governador, nosso amigo e companheiro, criado PMDB, que achou por bem sair do Partido, dizendo que se retiraria da vida pública e que posteriormente se candidatou a Governador pelo PPS.

As pesquisas achavam que entre os dois estava a decisão: Britto, com 42%; Tarso, com 38%; e nós, sem candidato. Insistiram em que eu fosse o candidato do meu Partido, e levei muito tempo para explicar que não considerava ideal a minha candidatura: já tinha sido Governador, as coisas boas que fiz eu não lembra mais, mas as coisas ruins todos lembravam.

A briga estava há oito anos entre PT e Britto. Britto foi um grande Governador, teve grandes realizações, não há dúvida nenhuma, e o PT, uma administração boa, mas controvérsia. Então, a discussão seria entre os dois. Por isso lancei a minha tese de um candidato neutro, novo, que não tivesse arestas, que ninguém pudesse tocar e que lançasse uma mensagem nova, porque a briga de oito anos entre PT e Britto, embora o Rio Grande goste de discussão, já havia deixado o Estado cansado.

Saiu o nosso candidato Rigotto. Quando o lancei no PMDB, na entrevista coletiva de lançamento do candidato só estava eu, ninguém quis assumir o compromisso de estar presente, o que foi muito engraçado. Eu o assumi: “o candidato é o Rigotto*”, que é assim, assim, assim”. Começou com 2%; o tempo andava, andava, e eram 2%. E corríamos pelo interior.

O Rigotto é uma criatura fantástica. Trabalha 40 horas por dia e é de uma simpatia fora do normal, exagerada. Quando chega a uma reunião, abraça a todos. Aquilo é espontâneo, não é a política feita, o exagero, o exibicionismo; não, é da alma, do sentimento dele beijar criança, abraçar, sair, cumprimen-

tar. Ele fez uma campanha espetacular. Vinha a pesquisa: 2%.

Já estávamos preocupados, porque tanto o PT, de um lado, como Britto, de outro, estavam começando a querer entrar nas nossas bases. As nossas bases estavam na campanha, mas diziam: Senador, o negócio não anda; vamos ter que decidir. E o Partido estava rachado; um grupo queria ir para o Tarso, porque tinha simpatia pelo PT e mágoas enormes por Britto, que tinha deixado o nosso Partido – sem explicar por quê. Tinha deixado de ser candidato do PMDB para ser candidato contra nós.

Mas aí aconteceram coisas interessantes; primeiro, a campanha fantástica de Rigotto. Ele fez uma campanha de uma competência fora de série. Quem não conhece o Rio Grande pode até não entender, mas quem conhece sabe que a campanha política, a eleição, o fato social no Rio Grande é todo cheio de rancor, de paixão, de garra, de sentimento sangüíneo, em que se é contra ou a favor, Grêmio ou Internacional, de um lado ou de outro.

Pois Rigotto mudou toda a campanha do Rio Grande do Sul. Fez uma campanha – seu lema era um coração batendo – de paz e amor: "Vou governar para todo o Rio Grande. Chega! O Rio Grande cansou dessa briga entre Britto e o PT, isso não pode continuar". E aconteceu outro fato: o meu amigo Britto e o meu amigo Tarso, duas pessoas da maior competência, em vez de coordenarem sua campanha, preparam-na no sentido de que 90% da campanha do PT na televisão era para demolir Britto, e 10%, para defender Tarso; e 90% da campanha de Britto na televisão era para demolir Tarso, e 10%, para defender o Britto. Rigotto passou pelo meio dos dois, dizendo, de certa forma, com muita categoria: "Acho que os dois têm razão; não é hora de um nem de outro". E, de repente, o resultado das pesquisas foi mudando, mudando, e ele, que não tinha 10%, foi crescendo, começou a tirar o primeiro lugar. Houve uma briga entre Tarso e Britto para ver quem ia para o segundo turno.

Britto até teve uma atitude da maior elegância, que lhe fico devendo, porque acho que é nesse momento que se mostram os grandes líderes. Quando sentiu que não tinha condições de ganhar, que não ganharia, foi a um programa de televisão, reconheceu a derrota e recomendou aos seus amigos, aos seus companheiros e aos seus eleitores que votassem no Germano Rigotto. Ele disse algo que considero interessante, que ele estava de pé com todos os argumentos, que com o Governo do PT não dava para continuar, que tinha sido muito ruim, que o povo não aceitava. Quando eu comecei a campanha, em torno

de 70% diziam que o PT não era bom. Hoje tenho razão, pois os mesmos 70% dizem que o PT não era bom, só que a maioria, em vez de estar comigo, está com o Rigotto. Reconheço a humildade e apoio o Rigotto.

Ganhou o Rigotto, que é o normal. Estamos vendo a diferença entre o que o nosso querido Lula está fazendo e governar, a diferença entre querer e poder. Pois o Rigotto fez um Governo paz e amor. Trouxe os Partidos: PSDB, PDT, PTB, PP, PFL e outros e fez uma distribuição harmônica entre eles, distribuindo secretarias e cargos de uma maneira espontânea, não há no Rio Grande do Sul um governo do PMDB, há uma coalizão de Partidos.

Logo no início, muita gente do PMDB disse ao Rigotto para abrir as baterias, pois estava pegando o Estado numa situação dramática, impossível. A transição foi tranquila, pacífica e harmoniosa entre o Governo do Olívio Dutra e o nosso, mas os números eram muito ruins. A dívida que estava sendo recebida era imensa. Houve uma confusão no final. O que está ocorrendo agora em nível de Brasil começou no Rio Grande do Sul, com uma Comissão Parlamentar de Inquérito discutindo o jogo do bicho. A mesma polêmica que estamos vivendo aqui foi a causa da confusão quando se iniciou no meu Estado, onde as coisas são muito sérias. O PT do Rio Grande do Sul é um partido muito sério, assim como a política o é.

Essas dificuldades ocorreram e as pessoas diziam para o Governador Rigotto registrar a situação no papel e ir à televisão dizendo como recebeu o Estado. E ele não o fez. Fez o levantamento da situação e agora, anteontem, com mais de um ano de carência, o publicou, pelas circunstâncias que está vivendo, e mesmo agora sem uma palavra de mágoa ao ex-Governador ou ao próprio PT.

Quero ler a nota emitida pelo Governo do Estado, quando várias carreiras estão às vésperas de discutir e decidir, principalmente a Magistratura, o magistério e as Polícias Civil e Militar, se entram ou não em greve.

O Governo do Estado, diante das graves dificuldades enfrentadas pelo setor público gaúcho e levando em conta as reivindicações salariais que estão sendo feitas por entidades de servidores, entende imprescindível dirigir-se publicamente à sociedade gaúcha e ao funcionalismo estadual para ponderar o que segue:

1 – O setor público estadual enfrenta uma crise financeira de grandes proporções.

Essas dificuldades não foram geradas pelo atual Governo. Assumimos a administração com o caixa único exaurido, com dívidas de curto prazo de quase R\$ 4,5 bilhões e com parte da arrecadação de 2003 antecipada pela administração anterior.

A persistência e a gravidade da crise financeira, além de reduzir drasticamente a capacidade de investimento, de provocar atrasos no pagamento a fornecedores e prestadores de serviço, também tem criado problemas para preservar rigorosamente em dia a folha de salários.

2 – Para enfrentar esse quadro de dificuldades, temos trabalhado sem descanso.

Uma de nossas prioridades tem sido a promoção do desenvolvimento e a geração de empregos, mediante atração de novos investimentos e apoio às empresas locais, sem que isso tenha provocado qualquer perda de receita para o Estado.

Inclusive será instalado na cidade de Rio Grande um estaleiro que será o maior do Brasil, e um segundo que virá. Isso ensejará a construção de grandes estaleiros em nível nacional. A GM duplicou sua fábrica, compensando, de certa forma, a perda da Ford. Só para citar alguns dos grandes empreendimentos apresentados.

Na área financeira, onde encontramos os maiores desafios, temos tomado providências destinadas a atacar tantos problemas imediatos quanto os impasses estruturais.

Com relação às questões emergenciais, nosso compromisso primeiro é viabilizar o pagamento dos servidores. Este é o objetivo das tratativas que vimos fazendo junto ao Governo Federal para cobrar as compensações previdenciárias e os créditos que o Estado tem direito por conta de investimentos em estradas federais, ambos já reconhecidos pela União.

Com o mesmo propósito, desde o ano passado, estamos efetuando um rigoroso contingenciamento orçamentário e um estrito controle do fluxo de caixa, cuidando sempre para não comprometer a prestação de serviços essenciais nas áreas de segurança, saúde e educação.

Essas compensações previdenciárias, destinadas desde o tempo da Constituição, o encontro de contas do funcionário público, que a Constituição permitiu, ele tinha 20 anos de funcionário federal e foi para o Estado levando as vantagens que tinha, ou era estadual, vira federal e a recíproca acontece. Nesse número dos que foram para o Estado, são R\$100 milhões que o Rio Grande do Sul tem a receber. O Paraná já recebeu. O Ministro da Previdência disse que poderia fazer isso em questão de meia dúzia de dias. Não sai; o porquê eu não sei. O Ministro da Política, o ex-Líder do Governo na Câmara fez uma declaração aos líderes de todas as bancadas – todas as bancadas foram falar com ele – dizendo que está resolvido o problema. Mas não sai. Infelizmente, não sei por que não sai.

Há outras questões importantes de se salientar, como, por exemplo, a crise financeira vivida pelo Governo Sarney. O Governo Sarney não fez praticamente obra alguma no Rio Grande do Sul. Na ocasião, como o Estado estava em condições, tinha dinheiro, fez um convênio com o Governo Sarney e pavimentou aquelas estradas federais, com o compromisso de que, posteriormente, a União passaria para o governo estadual aquelas importâncias. E foi um pedaço enorme da Estrada do Inferno, um pedaço enorme da Rota do Sol, uma quantia que hoje invoca cerca de R\$1 bilhão.

A reforma agrária é um dever do Governo Federal. O Governo do Estado não pode fazer nada. Quando eu era Governador, o PT tinha quatro Deputados e fazendo uma rebelião porque queria aparecer. Eu disse para eles que o PT tinha a obrigação de me pagar uma prestação, no meu Governo, por aquilo que eles aprenderam comigo. Eles aprenderam a fazer política: como é, como não é. Fizeram errado e, depois, se arrependeram. Vieram pedir desculpas. Isso aí eles fizeram, e botaram os sem-terrás na rua e em todos os lugares. E o Rio Grande do Sul esteve às vésperas de uma convulsão social. Eu vim aqui ao Governo Federal. O Governo não tinha dinheiro. O Governo do Estado, que não pode fazer reforma agrária, comprou as terras, pagando em dinheiro. Fez um apelo dramático a agricultores e proprietários, que as venderam por um preço razoável. Nós pagamos e entregamos nas mãos do Governo Federal, porque não podíamos fazer reforma agrária, não podíamos fazer distribuição. O Governo Federal fez, então, a distribuição e celebrou o convênio conosco, com o compromisso de que nos daria o dinheiro de volta. Até hoje, nada.

Então, não estamos pedindo caridade, mas aquilo que é nosso. Isso não tem de ser comparado

com nenhum aspecto de outro Estado, porque nós levantamos esse dinheiro.

Pólo petroquímico. Havia uma luta pela distribuição do terceiro pólo petroquímico entre Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Paraná e o nosso Estado. Foi uma guerra. Para ganhá-la, o Rio Grande do Sul se antecipou, e toda a área destinada à infra-estrutura do pólo e toda a parte de controle à poluição, que é o mais importante e mais desafia a sociedade, o Estado pagou.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Pedro Simon, gostaria de participar desse debate.

O SR PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Com o maior prazer.

O Estado pagou US\$250 milhões de dólares à época. Nunca se falou em pedir o dinheiro de volta, nunca se discutiu. Conseguimos esse dinheiro porque queríamos o pólo. No entanto, o Governo Federal privatizou o terceiro pólo produtivo, vendeu-o e pegou dinheiro. Ora, se vendeu e pegou o dinheiro, dê a nossa parte, dê aquilo que o Rio Grande do Sul ali investiu.

O mesmo vale para a Aços Finos Piratini*. O Rio Grande do Sul construiu com dinheiro de seu orçamento, suado e sofrido, a Aços Finos Piratini. Pronta, entrou em execução, mas não tivemos condições de acabá-la. Fora construída em escala para produzir 450 mil toneladas, mas só produzia 180 mil. Portanto, era cara, era deficitária. Fizemos uma lei e entregamos a Aços Finos Piratini para o Governo Federal, que assumiu o compromisso de terminá-la. O que fez o Governo? Vendeu. Tudo bem, mas dê a nossa parte, aquilo que o Rio Grande do Sul ali colocou!

Com todo o prazer, ouço o nobre Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Pedro Simon, esta Casa tem tido muitos pesares, dificuldades e humilhações, e abdicou do poder de legislar com a introdução das malandragens e picaretagens das medidas provisórias. É, o povo está chamando as MPs de “malandragem de picaretas”, aqueles 300 picaretas de que o Lula falava. Mas, Senador Pedro Simon, esta Casa se engrandece com a sua presença. Todos nós brasileiros somos orgulhosos do Rio Grande do Sul e de seus homens. Das mulheres nem se fala; são as mais lindas, empatando com as do Piauí. Há aqueles homens todos, Borges Medeiros, Pinheiro Machado...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Houve um certo exagero.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – ...Alberto Pasqualini.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – A rainha da festa de São Leopoldo foi visitar o Palácio e conviou o Presidente da República para ir à festa. Ela ocasionou, pela sua beleza, uma movimentação tão grande que houve um gesto realmente de fidalguia do Presidente, que disse: “Pena que V. Sª não fique por aqui”.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Deixarei de falar em nomes tão expressivos, como Alberto Pasqualini, que V. Exª segue, e Getúlio Vargas. Nenhum deles excede a Pedro Simon. Quanto às mulheres, bastaria falar de Ieda Maria Vargas, que foi **Miss Mundo**. Mas V. Exª disse que se esqueceu do seu Governo. Não. V. Exª é um símbolo. No PMDB, quem lidera é Ulysses Guimarães, encantado no fundo do mar, e entre os vivos é Pedro Simon. Não obedeço a nenhum. Não posso abdicar do direito de escolher meu líder, que sempre foi o Senador Pedro Simon. Tenho identidade com V. Exª e o acompanho. No seu Governo, V. Exª ensinou muito a este País. Foi o primeiro governante do Brasil a fundar uma secretaria de ciência e tecnologia - eu tinha uma secretaria de indústria e comércio, que virou um departamento. Olhai a visão: podem fazer o DNA do Mercosul; é Pedro Simon. Agora, o PMDB entrou na desgraça quando tinha o maior nome do Brasil: Pedro Simon.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – V. Exª poderia ser Presidente. Explico por que Germano Rigotto ganhou. Ora, tendo um homem com V. Exª... O verdadeiro Napoleão francês disse que o francês é tímido, até preguiçoso, às vezes para tomar banho, mas quando tem um grande comandante, ele vale por cem e por mil. Tendo um comandante como Pedro Simon, eu ganharia para ser presidente do mundo. Então, Pedro Simon, os nossos aplausos e a nossa solicitação do MDB de verdade: assuma a Liderança do nosso Partido, não só no Rio Grande do Sul, mas neste Senado e no Brasil.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – V. Exª me emociona. Claro que vamos descontar 90% do que V. Exª falou pela nossa amizade e pelo carinho recíproco que temos.

Antes de V. Exª chegar aqui, fiz questão de conhecê-lo, pela fama. Não é por nada que um cidadão passa a ser conhecido como Mão Santa – um cidadão

tem vários apelidos, é conhecido por vários nomes, o Zeca do PT, por exemplo. Mão Santa é algo que tem uma profundidade imensa, é um médico que, com suas mãos, não cobrando, realiza dezenas, centenas de cirurgias e faz com que o povo o admire por lhe ter restituído a saúde. Vi no seu Governo e vejo em V. Ex^a aqui o desejo de acertar dentro do PMDB e do Congresso Nacional.

Houve um erro grave do PT. V. Ex^a ajudou a eleger o Governador do PT, fez uma aliança com o PT. Quando aqui chegou, viu antes aquilo que agora está acontecendo, o que todos estão reconhecendo. V. Ex^a foi o primeiro a começar a falar, e advertia, chamando a atenção de que o caminho não estava certo. Dizia ser necessário buscar o Lula da campanha, o Lula com o qual andou no Piauí, das promessas, da simpatia. "É aquele Lula que quero, não este que está aí, fechado, com meia dúzia de pessoas em volta, com quem não se consegue falar." V. Ex^a foi o primeiro.

Estou dizendo agora o que disse em um aparte a V. Ex^a naquela oportunidade: ao invés de os homens do PT buscarem pessoas como V. Ex^a para que Lula pudesse conversar, há aquele grupinho fechado no Palácio – o Chefe da Casa Civil, o Chefe da Casa Militar, e outros chefes – impedindo que ele veja o mundo e que respire. O Presidente deveria ouvir pessoas como V. Ex^a, se tivesse oportunidade, e como V. Ex^a, muitos pelo Brasil afora. Se tivesse feito isso, teria sido diferente. Ao contrário, V. Ex^a foi afastado. Não sei se por meia dúzia de carguinhas, mas fizeram questão de isolar V. Ex^a.

O que pode um Presidente da República bem-intencionado? Como pode um governo cheio de boas intenções afastar um homem como Mão Santa, que só busca o bem e a verdade, e aproximar-se de pessoas de meu Partido, cujos nomes não quero citar? Não vou citar, mas sabemos que em cada conselho há uma segunda intenção, que em cada orientação há a expectativa de uma nomeação.

Infelizmente, isso aconteceu. Talvez seja essa uma das causas de estarmos vivendo isso agora... Ainda é tempo. Ainda é tempo de o Presidente Lula chamar pessoas competentes – não digo eu, que seria vaidade demais, pois há pessoas dez vezes mais capazes e competentes do que eu. Está cheio de gente que gosta do Lula, que quer bem ao Lula, que votou no Lula, que quer que o Lula dê certo. Mas ele fica com determinadas pessoas ao seu redor...

Em qualquer crise, seja uma crise familiar entre marido e mulher, por exemplo, às vezes é necessário entrar um terceiro – o pai, a mãe, um primo, um tio –, para acalmar a situação e dizer: pare, vá devagar! Se isso não for feito, os dois não se acertam. Chegou-se a um momento em que houve uma perturbação. Às vezes, em uma empresa de família, dois irmãos se desentendem, um diz que o outro está roubando, entre outras coisas, e se não chega alguém para acalmar, pedir para irem devagar, os dois explodem e terminam até se matando.

No Governo ocorre o mesmo. Nesta altura, o Governo tinha que buscar o entendimento, o aconselhamento e a orientação no conjunto da sociedade. Eu era um dos que imaginava que o PT seria um Governo, como já houve na Espanha, de um entendimento generalizado, porque todo mundo era PT. Se nos reuníamos em uma universidade, as pessoas ali eram PT ou eram apaixonadas, fãs do PT. Se nos reuníamos com o empresariado, ou eram fãs do PT, ou eram entusiasmados pelo PT.

Ele poderia reunir a todos e fazer um Governo de primeiríssima qualidade, mas construiu um Ministério de derrotados, com 19 cidadãos que perderam as eleições para Governo de Estado e para Senador da República.

O mérito dele no Ministério foi no primeiro dia de mandato, quando, na campanha dos 15 milhões, ele conseguiu o maior número de empregos: foram 16 empregos. De lá para cá, já não foi o mesmo.

Por isso agradeço a V. Ex^a. Mas perdi o rumo.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Quero que V. Ex^a dê um rumo ao PMDB.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Muito obrigado.

Sr. Presidente, com relação às questões emergenciais, diz o meu amigo Governador que o seu primeiro compromisso é viabilizar o pagamento dos servidores. E esse é o objetivo das tratativas que vimos fazendo junto ao Governo Federal para cobrar as compensações previdenciárias e os créditos a que o Estado tem direito por conta de investimentos em estradas federais, ambos já reconhecidos pela União.

Com o mesmo propósito, desde o ano passado, estamos efetuando um rigoroso contingenciamento orçamentário e um estrito controle do fluxo de caixa, cuidando sempre para não comprometer a prestação

dos serviços essenciais nas áreas da segurança, saúde e educação.

No entanto, temos plena consciência que o Estado vive uma crise histórica e estrutural e que lhe compete enfrentar as dificuldades com providências que sejam proporcionais à gravidade do problema com que estamos confrontados.

O Estado defende duas questões essenciais, Sr. Presidente, que vale para o nosso Estado e para muitos outros: em primeiro lugar, o resarcimento das perdas tributárias sofridas pelo Estado por ocasião das desonerações das exportações. O Rio Grande do Sul é o segundo Estado exportador, só perde para São Paulo. E se formos considerar a relação entre exportação e número de habitantes, exportamos muito mais que São Paulo. No entanto, a exportação praticamente não paga o que o Estado deixa de receber. E triplicamos as nossas exportações. Não se paga ICMS, e não é só isso, para cada bilhão que o Estado exporta, a União pega o valor a que tem direito e paga a parte nacional. Se ela tem que pagar, pega o bônus do que exportou, paga aqui e não paga o Estado. O Governo disse que vai terminar com isso. Mas o Rio Grande do Sul já perdeu R\$1,2 bilhão desde que o nosso Governador assumiu.

E a segunda, Sr. Presidente, é a revisão dos limites de comprometimento da receita com o pagamento da dívida com a União.

No ano passado, o impacto da desoneração representou um perda aproximada de R\$1 bilhão nas receitas estaduais. Já pagamento da dívida pública consumiu R\$1,4 bilhão.

E vai para 18% do que arrecadamos pagando a dívida federal. Mas isso é o capitalismo, é o que tem de pior no mundo internacional, esmagando o pequeno produtor. É o Governo Federal cobrando do Estado um percentual que foi a 14%, 15%, 16%, 17%, 18%. O Piauí paga 16% do que arrecada de tributação para a União. Não é possível, Sr. Presidente! Não é possível! O Governo tem que sentar à mesa e entender que isso não é viável. Tem que fazer um arredondamento, lançar para frente essa dívida e diminuir dos 18% atuais para 10%, 9%, 8% ou até 7%. Essas são questões fundamentais, Sr. Presidente.

Peço a transcrição do resto do meu pronunciamento, uma parte, inclusive, dirigindo-me aos funcionários do Rio Grande do Sul.

Hoje, Porto Alegre completa 232 anos de existência. Porto Alegre, uma das cidades mais bonitas que temos, vive um dia importante hoje. Também hoje os professores realizam as suas célebres assembleias, com milhares e milhares de professores. Metade dos funcionários públicos do Rio Grande do Sul são professores! E eles vão decidir se entram ou não em greve.

Faço um apelo para que isso não aconteça. Em primeiro lugar, isso pode deixar o governo do Estado em má situação. Além disso, eles não vão ganhar nada, pois o governo não tem dinheiro para dar o que eles pedem. Se o Estado pudesse sentar e negociar com aquele dinheiro reservado para a construção de determinada estrada, seria muito bom. O problema é que não existe esse dinheiro.

Então, trata-se de uma greve cruel, que vai meter com os alunos, com os professores, com o calendário escolar e tudo o mais. E o pior de tudo é que não se vai chegar à conclusão alguma.

Para terminar, gostaria de dar uma palavra aos meus irmãos da Bancada do PT. Vi uma nota – e peço a sua transcrição também – que me deixou tremendamente preocupado:

Em reunião realizada em Brasília, a Bancada Federal gaúcha do PT decidiu colocar algumas condições para intermediar a liberação de recursos e renegociação da dívida do Estado.

Sinceramente, o PT não foi feliz em sua nota. A Bancada do PT deveria estar unida à nossa, como durante os quatro anos do Governo Olívio Dutra. A esta altura, ela deveria estar solidária com o Rio Grande do Sul, apoiando a posição do seu governo.

Quando eu era Governador do Rio Grande Sul, e o nosso amigo Alceu Collares era Prefeito de Porto Alegre. E assim como Fernando Henrique Cardoso terminou dando dinheiro para o Olívio Dutra terminar o seu governo e pagar o 13º salário; o Sr. Alceu Collares também não tinha como pagar – nem o mês de janeiro e nem o 13º salário. S. Ex^a veio falar comigo e eu determinei, em meio a todas as dificuldades de final de ano – e Alceu Collares recebeu o dinheiro e terminou saindo do governo em dia, pagando o 13º e pagando o mês de janeiro. Assumiu o seu sucessor, o Prefeito de Porto Alegre, e veio me procurar: "Governador, V. Ex^a deu o dinheiro para Collares, mas, na verdade, S. Ex^a me deixou a zero no mês de janeiro,

no mês de fevereiro e eu não tenho o que fazer". E assim como eu fiz para o Sr. Alceu Collares, fiz com o Sr. Olívio Dutra: nos dois primeiros meses, Olívio Dutra pagou os servidores com o dinheiro do Estado. Fiz aquilo como uma obrigação, não mais que uma obrigação. Não exigi uma vírgula, não fiz um pedido, absolutamente nada, porque era a minha obrigação. Por isso, penso que a nota do PT não veio em boa hora.

O Partido dos Trabalhadores, com os problemas que vem sofrendo e tendo que contar com a ajuda do PMDB para que possa, realmente, fazer um Governo razoável, lançar uma nota com uma série de exigências.

Em primeiro lugar, não estamos pedindo caridade para o Governo Federal, estamos pedindo justiça. Em segundo lugar, o Governo Federal não pertence ao PT, pertence a todo o Brasil, pois o dinheiro é do Brasil. Por isso, levo daqui o meu abraço muito afetuoso ao meu Governador Germano Rigotto, levo o meu abraço ao Prefeito de Porto Alegre, que está fazendo uma belíssima administração neste final de governo pelo aniversário da sua cidade hoje, e levo um apelo aos professores, que tenham sensibilidade. Há momentos para tudo. Paguei os meus pecados quando Governador até a quinta geração por causa do PT e do Cpergs, que é um braço armado, fanático, do PT. Durante o Governo do Olívio Dutra o Cpergs não levantou uma palha a não ser para apoiar o Governo, e agora, de repente, sem mais nem menos, numa hora dessas, resolve começar tudo de novo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

SEGUE CONCLUSÃO DO PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR PEDRO SIMON.

Nesse plano, duas providências são essenciais;

1. Em primeiro lugar, o resarcimento das perdas tributárias sofridas pelo Estado por conta das desonerações das exportações;

2. Em segundo lugar, uma revisão dos limites de comprometimento da receita com o pagamento da dívida com a União.

3. O impacto da desoneração em 2003 representou uma perda aproximada de R\$1 bilhão nas receitas estaduais. Já o pagamento da dívida pública consumiu R\$1,4 bilhão. Essas perdas criam uma situação sufocante e insuportável que precisa ser corrigida com urgência.

4. As reformas de caráter estrutural não se esgotam, porém, nessa estratégia de incremento das receitas. Tais iniciativas precisam ser complementadas pelo ajuste que o Governo está fazendo em relação a si mesmo.

Vamos dar continuidade à revisão do sistema de administração pública, tendo como norte a modernização da gestão e a otimização dos recursos humanos e materiais com que hoje conta o setor público estadual. O objetivo é aumentar a racionalidade da gestão e incrementar a produtividade dos serviços prestados à sociedade gaúcha.

5. O governo confia que todos os esforços que vem fazendo consigam retirar progressivamente o setor público da crise financeira em que se encontra,abilizando assim a adoção de uma política salarial que atenda às justas reivindicações dos servidores.

O atendimento imediato de tais demandas, por mais que queiramos, não é materialmente possível em vista da notória insuficiência de recursos.

6. A propósito, ressalta-se que é injusto atribuir ao Poder Executivo responsabilidade pelos recentes aumentos concedidos pelos demais Poderes, sua autonomia orçamentária resguardada pela Constituição 1988.

7. Fazemos essas ponderações à luz da diretriz de entendimento e convivência harmoniosa que orienta a conduta de nosso Governo. Esperamos que os servidores gaúchos entendam que a interrupção diálogos não interessa a ninguém. A superação das dificuldades presentes só poderá ser alcançada pelo esforço conjunto que precisamos todos fazer.

8. O Rio Grande precisa nesse momento, mais do tudo, de unidade para enfrentar solidariamente a crise e fazer com que tenhamos um setor público cada vez mais à altura da pujança, da modernidade e da capacidade de trabalho de nossa sociedade.

Esta é a nossa mais profunda convicção, este o objetivo estratégico que norteia nossa ação de Governo.

Governo do Estado do Rio Grande do Sul

21 de março de 2004.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR PEDRO SIMON EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Máteria referida:

– Bancada federal do PT prioriza folha

Bancada federal do PT prioriza folha

23/3/2004 carlosbastos@jornaldocomercio.com.br

Em reunião realizada em Brasília, a bancada federal gaúcha do PT decidiu colocar algumas condições para intermediar liberação de recursos e renegociação da dívida do Estado junto ao governo federal. Vai exigir, por exemplo, que o governo do Estado utilize prioritariamente os recursos repassados pelo governo federal no pagamento do funcionalismo gaúcho.

De acordo com o coordenador da bancada do PT na Câmara de Deputados, Ary Vanazzi, não há como aceitar que o governo continue priorizando o pagamento de empresas fornecedoras em detrimento dos salários dos funcionários, assim como o fato de ter concedido ~~reajustes somente ao Poder Judiciário e à Assembleia Legislativa~~, apontou. Outra condição, informa o deputado, é que o Executivo estadual reveja sua política econômica, prevendo uma ~~nova matriz tributária~~, que priorize investimentos no setor produtivo. Segundo Vanazzi, as ~~dificuldades financeiras~~ enfrentadas, hoje, pelo Estado, comprovam que esta ~~política de isenções~~ indiscriminadas adotada pelo governo não está dando o retorno anunciado, como empregos e renda. "Para se ter uma idéia, com as isenções dadas pelo governo do Estado, o Rio Grande do Sul deixa de arrecadar em torno de R\$ 950 milhões", avalia.

Por estas razões, entende Vanazzi, o governo do Estado, antes de buscar recursos do governo federal, tem de "fazer o seu dever de casa", invertendo prioridades. "Mesmo assim, tanto o governo federal, quanto as bancadas estadual e federal do PT estão tratando o problema do Rio Grande do Sul com muita responsabilidade", garante, lembrando a repactuação da dívida Previdenciária, a descentralização da CIDE, que vai beneficiar aos estados com 25% do total arrecadado - calculado em torno de R\$ 8 bilhões - ambas medidas incluídas na reforma Tributária.

A bancada federal gaúcha do PT está buscando alternativas junto ao governo federal para a liberação de recursos, no sentido de equacionar as ~~dificuldades~~ do Estado. Segundo adianta o deputado Ary Vanazzi, o governo Lula não vai deixar de auxiliar o Rio Grande do Sul, fazendo os repasses devidos. Já a renegociação da dívida, argumenta ele, não depende só da vontade dos ~~governos estadual e federal~~, porque os outros estados, como Minas Gerais, fizeram uma boa negociação em 1995 e por isso não cogitam fazer qualquer renegociação.

Durante o discurso do Sr. Pedro Simon, a Sra. Serys Slhessarenko, 2^a Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada sucessivamente, pelos Srs. Edison Lobão e Heráclito Fortes, 3^º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Concedo a palavra ao nobre Senador João Capiberibe.

V. Ex^a dispõe de até 20 minutos, Senador.

O SR. JOÃO CAIBERIBE (Bloco/PSB – AP)

Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, a CNBB dedicou o ano de 2004 à água e no dia 22 último comemoramos o Dia Internacional da Água. Esses dois eventos demonstram claramente a inquietação, o início de uma preocupação, a necessidade de colocar nas nossas agendas o cuidado com o uso da água.

A primeira causa de mortalidade no mundo é a falta d'água ou está associada à má qualidade da água potável disponível.

Estudo encomendado pelas Nações Unidas e apresentado por ocasião do Dia Internacional da Água, dia 22 de março último, apresenta resultados assustadores: 1,1 bilhão de pessoas não tem acesso à água potável; 2,4 bilhões não dispõem de salas de banho e redes de esgoto convenientes, e 2,2 milhões de pessoas, na maioria crianças, morrem anualmente devido à falta d'água, à falta de serviços de saneamento e à falta de higiene.

A água doce representa apenas 2,5% do volume total de água do planeta. E isso não significa sequer que toda ela possa ser aproveitada com facilidade para o consumo humano. É que 68% da água doce se acumula, sob a forma de gelo, nas calotas polares ou nas montanhas. Essa quantidade seria suficiente para suprir as necessidades da humanidade, mas, infelizmente, há um problema adicional: a água doce está muito mal repartida na Terra. Apenas dez países concentram 60% das reservas – o Brasil incluído nesse grupo. Por outro lado, 40% da população mundial, concentrada em 80 países, está submetida a forte penúria de água. O Brasil, apesar de ser considerado um país bem dotado no tocante à disponibilidade de recursos hídricos, tem regiões que sofrem com a seca, como no caso de amplas áreas do Nordeste, entre outras.

Além da desigual repartição dos recursos hídricos, outro fator agrava a situação da água no planeta. No curso dos últimos decênios, atividades humanas como a agricultura e a indústria, bem como a urbanização, acentuaram o processo de degradação e de

contaminação das águas de profundidade e de superfície. A agricultura representa 70% do consumo total de água no planeta, seguida do setor industrial, com 20%, e do consumo doméstico, de 10%. O aumento da produção e do consumo bem como da população intensificou a pressão sobre os recursos hídricos, contaminando uma parte significativa da água vertida na natureza: rios, lagos e mares. Assim, um terço dos rios do planeta está contaminado. No Brasil, temos o Tietê como exemplo gritante. Além de poluídos, nossos rios estão perdendo toda a sua fauna e flora.

Como se não bastasse, a relação entre o consumo de água por habitante e o crescimento da população conhece uma situação desequilibrada. De fato, o crescimento do consumo de água se expande a uma taxa duas vezes superior à do crescimento da população. A quantidade de água disponível por habitante no planeta diminuiu em 40% desde 1970. A Organização Meteorológica Mundial estima que essa redução deverá se acentuar nos próximos anos.

A cada 20 anos, as necessidades mundiais são duplicadas. Estima-se também que em 2025 as regiões que estarão submetidas ao estresse hídrico – conceito que se aplica às áreas que utilizam a água a uma taxa mais elevada que a capacidade de renovação natural – abrigarão dois terços da população mundial. Essas regiões estarão submetidas a uma penúria crônica de água. Portanto, nada impede imaginar que, no futuro, a água será cotada no mercado mundial como o petróleo, com todas as consequências geoestratégicas que esse fato significa, particularmente no caso da Amazônia. Se há guerra do petróleo, por que não da água? A questão geoestratégica suscitada pelo controle e domínio da água doce no planeta, em futuro próximo, nos desafia desde agora. De fato, as Nações Unidas estimam que a falta d'água que hoje afeta 1,1 bilhão de indivíduos alcançará 4 bilhões de pessoas dentro de 20 anos, ou seja, em torno de 2025.

Essa deficiência não afetará somente as regiões conhecidas como carentes de recursos hídricos, mas também aquelas que atualmente dispõem de água em abundância. Na medida em que a exploração aumenta, os recursos hídricos se tornam cada vez mais caros e raros. Em consequência, serão objeto de maiores pressões internacionais e, inevitavelmente, se transformarão em fonte de conflitos de todos os tipos.

As Nações Unidas já identificaram 300 áreas com potencial para conflitos em razão do uso da água, no caso de rios e lençóis freáticos transfronteiriços. Agravando a situação, não devemos nos esque-

cer das consequências do aquecimento do planeta sobre o ciclo da água, modificando o regime de chuvas e propiciando o aumento das secas. Nesse aspecto, referi-me, alguns dias atrás, ao relatório recomendado pelo Pentágono sobre mudanças climáticas. Ele traça um cenário de grandes dificuldades em curto prazo. As mudanças climáticas que pensávamos que poderiam trazer consequências dentro de 50 a 100 anos já começaram a ocorrer no mundo todo.

No caso particular da Amazônia, é necessário ressaltar que ela não é apenas brasileira. O bioma amazônico é dividido com nove países – incluindo a França, vizinha do meu Estado por intermédio do Departamento da Guiana. Ora, o desmatamento da floresta amazônica, que funciona como uma grande esponja que absorve toda a água da região, é um fator que contribui para a escassez de recursos hídricos em nossa América Latina e também em todo o mundo. Por essa razão, devemos lutar com todas as forças contra esse flagelo, pois além das consequências ambientais, a escassez de água poderá ser fonte de conflitos entre nós e nossos vizinhos.

Nós nos acostumamos, no Brasil, a nos estimar a salvo da penúria de água, com exceção do Nordeste, em grande parte devido ao imenso potencial da Amazônia. Precisamos, agora, absorver o conceito de que os problemas de escassez, sempre presentes em pontos definidos do País, podem atingir todos nós.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Senadores, devemos estar alertas para os problemas e os conflitos que advirão em função da má repartição, da má distribuição da água em todo o planeta e, particularmente, no nosso País, que já vive problemas de penúria de água na região do semi-árido, no sertão nordestino.

A Amazônia precisa urgentemente de um programa capaz de poupar os seus recursos que, neste momento, nos parecem abundantes, mas que, no futuro, em função do desmatamento que cresce a cada ano – e a expectativa é que, em 2003, haja um aumento no desmatamento da Amazônia –, poderão ser extintos. Assim, terminaremos por eliminar a floresta que funciona como um pulmão para o País e para o Planeta.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela Liderança do PMDB, no momento oportuno.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – V. Ex^a deseja falar imediatamente ou após o Senador José Jorge?

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Após o Senador José Jorge.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – V. Ex^a está inscrito para falar pela Liderança do PMDB, após o Senador José Jorge.

Concedo a palavra ao nobre Senador José Jorge. S. Ex^a dispõe de até vinte minutos.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, há quase dois meses, pouco antes do Carnaval, iniciou-se uma crise política no Governo Federal, quando a população tomou conhecimento de fita com a gravação de conversa do Chefe da Assessoria Parlamentar da Casa Civil, Waldomiro Diniz, uma pessoa importantíssima dentro do Palácio do Planalto, com um banqueiro de jogo de azar, na qual pedia dinheiro para políticos da base do Governo, basicamente do PT. Esse caso se tornou um grande escândalo nacional, e o Sr. Waldomiro Diniz, diga-se de passagem, não foi demitido do cargo, mas saiu a pedido, como foi publicado no **Diário Oficial**.

Até hoje, essa crise vem se arrastando, e, desde o seu início, a Oposição tem dito que a melhor maneira de acabar com ela seria afastar o Ministro José Dirceu, chefe de Waldomiro, que o levou para o Palácio do Planalto, e criar uma CPI no Congresso, para descobrirmos até que ponto iam essas articulações.

Depois, apareceu o contrato de R\$650 milhões da GTech com a Caixa Econômica. Não sei se o Senador Mão Santa se lembra, mas diziam que essa crise só duraria até o Carnaval, que já passou há muito tempo. Agora, Sr. Presidente, estão dizendo que a crise só dura até a Semana Santa. Eu acredito que se prolongará por mais tempo.

Verificamos as medidas efetivas tomadas pelo Governo para driblar a crise, que já está afetando toda a área econômica. Neste ano, todos os países crescerão, independentemente dos Governos, porque internacionalmente há um ambiente favorável. E não estamos aproveitando essa oportunidade.

Sr^{as} e Srs. Senadores, em fevereiro, foi divulgado que temos o maior índice de desemprego desde que esse índice começou a ser calculado, se não me engano, em 1985. Nunca tivemos um índice de desemprego como o divulgado neste ano. De acordo com dados do ano passado, a economia não cresceu depois de quase dez anos. Houve decréscimo.

Portanto, as questões políticas estão afetando diretamente a área econômica, e o Governo está inerte, não toma qualquer providência.

Listei algumas providências que o Governo anunciou que está tomando. Por exemplo, pretende criar mais dois Ministérios. Sr^{as} e Srs. Senadores, esse é o maior Governo que o Brasil já teve – são 34 Ministérios – e, provavelmente, é o maior do mundo. Creio que nem nos países comunistas havia tantos ministros em um só Governo. Parece que são dois governos. E, agora, querem criar mais dois Ministérios.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Senador José Jorge, não são 35 Ministros?

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Não sei. É bem capaz de serem 35. Estou falando 34, porque quero ser bonzinho, mas podem ser 35.

Agora, querem criar mais dois: o Ministério da Administração, que uma senhora – deve ser competente, não a conheço – que trabalha com o Ministro José Dirceu ocupará, e o Ministério do Desenvolvimento, que será retirado do Ministro Furlan. Essa notícia foi anunciada pela mídia ontem. Portanto, para responder a uma crise, mais dois Ministérios serão criados, quando ninguém conhece nem a metade dos Ministros, não sabe o que fazem ou onde estão. Mas todos têm carro oficial, motorista, assessor, salas. Em um dos prédios projetados para abrigar um ministério, já há seis. Ele é conhecido como torre de Babel.

Outro providência foi tomada na reunião ocorrida ontem, depois da crise em que diversos partidos da base do Governo reclamaram da política econômica. O que eles fizeram? Não mudaram a política econômica, como seria o esperado, mas criaram uma força-tarefa para liberar emendas parlamentares. Vejam bem, Sr^{as} e Srs. Senadores, haverá uma força-tarefa, se não me engano na Câmara dos Deputados, da qual não sei se participarão Senadores. O Governo destinará R\$1,7 bilhão para diminuir a crise em sua base de sustentação, ou seja, as emendas parlamentares não receberão dinheiro do PT ou do Presidente Lula e, sim, dinheiro dos impostos pagos pela população. Essa força-tarefa, que terá o comando do Deputado Professor Luizinho, Vice-Líder do Governo na Câmara, liberará as emendas parlamentares, provavelmente aquelas de autoria dos Parlamentares que apóiam o Governo. Portanto, não serão liberadas emendas pelo critério de necessidade ou de atendimento à população, mas aquelas de iniciativa de Parlamentares que apóiam o Governo. Esse é outro absurdo.

Há outra questão que deveria ser esclarecida. Há acusações que estão diretamente ligadas ao caso Waldomiro Diniz, como é o caso do contrato da GTech com a Caixa Econômica Federal. Esse caso

poderia ser discutido no Senado, mas o Governo só autorizou a vinda do Presidente da Caixa. Os diretores, tanto da gestão passada, que trataram do caso, quanto da gestão atual, estão impedidos de depor aqui.

Ontem, tivemos a notícia de que o Vice-Presidente da Caixa será demitido por envolvimento no caso da GTech. Se ele vai ser demitido, é porque ele está envolvido. Ora, como qualquer funcionário graduado, ele deveria depor no Senado para esclarecer os fatos.

Outro ponto: quando há uma crise no Governo, o que acontece? Faz-se um jantar na casa do Presidente da Câmara, Deputado João Paulo, onde se resolvem todas as questões. Nessa ocasião, Senador Alvaro Dias, são homenageados Ministros, há discursos, todos comem, bebem, e a reunião vai até tarde. A de quarta-feira foi até as duas horas da manhã. Na realidade, não é uma reunião, mas uma festa. Pergunto-me por que essa festa é sempre na casa do Presidente da Câmara dos Deputados, João Paulo. A primeira idéia que tive é que S. Ex^a deve ser um grande anfitrião, deve ser alguém que recebe muito bem.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – A seguir concederei um aparte a V. Ex^a, Senador Alvaro Dias.

Mas, depois, pensando melhor, cheguei à conclusão de que a festa é realizada na casa do Presidente da Câmara para ser paga pelo contribuinte. Se eles se reunissem em um restaurante, na casa de um Ministro, na casa de outro Deputado ou de um Senador, o PT ou eles mesmos teriam que pagar a conta. No fim, tinha que haver uma cota para cada um tirar do seu bolso e pagar a conta do que comeu e bebeu. Mas, na casa do Presidente João Paulo Cunha, quem paga é o contribuinte. Nas casas dos Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal e do Presidente da República, a comida e a bebida são pagas pelo contribuinte.

Assim, o contribuinte está pagando para que essas pessoas se reúnem em uma festa que não traz nenhum resultado. Afinal, quando se quer trabalhar, trabalha-se no horário normal e não até às 2 horas da manhã em festividades regadas à comida e bebida.

Concedo um aparte ao Senador Alvaro Dias.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – A propósito das festas do Governo, inclusive nos finais de semana, nas churrascadas na Granja do Torto, o Deputado Luiz Carlos Hauly apresentou, na Câmara dos Deputados, um projeto que proíbe o Governo de adquirir

bebida alcoólica com dinheiro público. Talvez, inspirado nessas festas a que se refere V. Ex^a, o Deputado entendeu ser oportuno apresentar esse projeto. Em outro país, talvez, isso soasse inusitado, esdrúxulo até, mas aqui isso se justifica. O noticiário dá conta de que essas festas acabam realmente com algumas frases estranhas, alguns pronunciamentos incríveis como este do Presidente do PT, José Genoíno: "Alguém tem que bater". Genoíno comparou a frente formada pela Oposição aos Contra da Nicarágua, que se opuseram à revolução sandinista. Os Contra se opuseram a uma ditadura sanguinária. Não é o caso do Brasil. Não nos estamos opondo a um ditadura sanguinária, estamos nos opondo a um Governo que tem vocação autoritária, que é muito incompetente e que tapa os olhos para a corrupção que começa a explodir nos bastidores da Administração Federal.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Muito obrigado, Senador Alvaro Dias.

Concedo um aparte ao Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador José Jorge, cumprimento V. Ex^a pelo pronunciamento. Estou orgulhoso de ver um homem nordestino com tanta competência neste Senado.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Muito obrigado.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – A minha admiração começou quando V. Ex^a, no momento mais difícil do Governo passado, conseguiu vencer o apagão. Havia uma câmara de gestão. Mas, neste Governo, Sr. Presidente, Senador Heráclito Fortes, precisamos criar uma câmara de gestão para vencer o "paradão". Gostaria de oferecer um ensinamento a esse Governo. Pertenço ao PMDB que representa a luz, não o PMDB que quer trocar cargos. Sou do PMDB que nasceu da inspiração democrática de Rui Barbosa, que dizia que não trocava suas convicções por um cargo de Ministro. Essa é a nossa idéia. Apreendemos muito com a história. O Lula não teve essa oportunidade que Deus nos deu. Quis Deus que estivesse presidindo esta sessão o Senador Heráclito Fortes, que é de outro Partido, que não o meu...

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – É do meu, com muito orgulho para mim.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – S. Ex^a é Líder do PFL, mas é muito querido no PMDB. Fui Vice-Líder de Lucídio Portella, Senador, irmão de Petrônio Portella. O lema de Lucídio era austeridade. Gostaria de passar esse ensinamento e essa experiência ao Presidente Lula e a esse PT. Ouvi um Senador dos mais antigos dizer-me: "Mão Santa, você tem que

compreender que esse PT era um Partido de famintos e desempregados". Mas deve haver austeridade. Outro dia, soube que gastaram R\$1 bilhão em passagens e, no entanto, não liberam os R\$900 mil para fazer funcionar o Pronto Socorro de Teresina, cuja obra o Senador Heráclito Fortes iniciou em 1989 quando era Prefeito. Faz 15 anos, e faltam R\$900 mil para a conclusão dessa obra. Quando o Dr. Lucídio Portella, pessoa de nossa estima, ia ao litoral do Piauí, eu até torcia para que não fosse, porque o homem era austero demais. Era um exemplo de austeridade, e com ele aprendi. Na hora do almoço, ele ia para o bandejão. E a comitiva do Dr. Lucídio ia lá para minha casa comer e beber. E quem acabava gastando era eu, como médico do Piauí. Esse é um exemplo a ser seguido. Esse Governo deve ter mais austeridade. É só viagem, Ministros que vão e vêm. Foram mais Ministros ao Piauí nesse Governo do que nos 502 anos. Só que para lá nada levaram.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL PE) – Muito obrigado, Senador Mão Santa. V. Ex^a tem razão, assim como o Senador Alvaro Dias.

Outra medida tomada para abafar a crise ou para dar fim a ela foi a decisão do Ministro Luiz Gushiken, com o Presidente Lula, de investir em publicidade. Agora vão investir R\$8 milhões em publicidade para, de certa forma, esclarecer à população brasileira aquilo que não pode ser explicado. Não há publicidade no mundo que possa explicar o caso Waldomiro Diniz, que até agora não foi completamente esclarecido.

Sr. Presidente, em vez de implantar a CPI que colocaria os pingos nos is e indicaria os culpados e os inocentes, em vez de afastar o Ministro que levou essas pessoas para dentro do Planalto – não é apenas o Waldomiro, há outros que ainda vão aparecer, o que fará com que essa crise se prolongue –, o Governo, para não dizer que nada fez, tomou as seguintes medidas: criação de mais dois Ministérios; gasto em publicidade de R\$8 milhões; impedimento que os Diretores da Caixa venham depor no Senado; criação de uma força-tarefa para liberar recursos aos Deputados – não sei se aos Senadores também – no valor de R\$1,7 bilhão do dinheiro público, para fazer com que a chamada Base do Governo não crie mais problemas para aprovação das questões que o Governo considera prioritárias. Além de tudo isso, fizeram jantar na casa do Presidente da Câmara, Deputado João Paulo. Por quê? Porque é grátil, por conta do Governo, porque lá a bebida e comida são pagas pelo contribuinte. Foram essas as medidas efetivas que o Governo tomou até agora para tentar minorar essa crise.

Quanto a questões como as cheias do Nordeste, desde o início temos dito neste Senado – não só eu, como outros Senadores – que, se não for emitida uma medida provisória para a liberação de recursos aos respectivos Governadores a fim de cumprirem um plano de aplicação pré-aprovado, jamais chegará nada ao Nordeste, só chegará enrolação. Já se completam dois meses, a medida provisória não saiu, e os recursos não chegaram e nem vão chegar lá. Essa é uma medida que não se toma.

Em relação aos bingos, o Governo enviou ao Congresso, na proposta de relatório anual, na abertura da sessão legislativa, um documento em que constava claramente que estava estudando a legalização dos bingos. Com o caso Waldomiro, o Governo, em 24 horas, passou da idéia de legalização para a de extinção, por meio de medida provisória, desempregando 72 mil pessoas. Tudo bem que acabem com os bingos, por intermédio de medidas provisórias, e desempreguem 72 mil pessoas, mas não foi adotada nenhuma providência para assistir a essas pessoas desempregadas; para elas, não foi dada sequer uma cesta básica. São 72 mil famílias sem chances de encontrar outro emprego, porque vão disputar emprego com dois milhões de desempregados só na Grande São Paulo.

Sr^{as}s e Srs. Senadores, onde é que está a preocupação social, a sensibilidade desse Governo? Na verdade, trata-se de um Governo insensível socialmente; incompetente, no sentido de fazer aquilo o que deve, que é governar; e autoritário, no sentido de que quer calar a Oposição, a imprensa e o Ministério Público e governar em uma democracia como se estivesse em uma ditadura.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá, como Líder do PMDB, por até cinco minutos.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, faço um apelo à Câmara dos Deputados. No final do ano passado, num esforço muito grande de todos os Senadores, das Lideranças partidárias e do próprio Executivo, que colaborou com a discussão e a implementação das propostas, conseguimos, em tempo recorde, votar a reforma tributária, que consolidava algumas ações importantes para o exercício deste ano e propunha novas medidas que deveriam retornar à Câmara dos Deputados para que pudessem ser aprovadas rapidamente.

Já estão valendo medidas por nós aprovadas a favor da pequena e microempresa, do Fundo de

Compensação das Exportações dos Estados – a partir de janeiro, os Estados teriam dificuldade de retomar os recursos da então Lei Kandir, devido ao final da sua validade – e de uma série de outros mecanismos importantes, inclusive para o controle fiscal.

Avançamos na discussão desses assuntos e conseguimos propor algumas medidas novas, muitas vezes dobrando a posição do Executivo quanto aos astos, mas é fundamental que essas ações sejam votadas e aprovadas rapidamente na Câmara dos Deputados.

Vou começar mencionando o aumento do percentual do FPM, Fundo de Participação dos Municípios, para as Prefeituras. V. Ex^a, Presidente Heráclito Fortes, sabe o quanto é importante para os Municípios pequenos do Piauí o recebimento da verba do Fundo de Participação dos Municípios, para o qual defendemos um acréscimo de cerca de R\$1 bilhão, ainda neste ano. No entanto, para que isso seja efetivado, é preciso que a Câmara dos Deputados vote a matéria.

Outra questão fundamental para Estados e Municípios foi a transformação do Fundo de Desenvolvimento Regional, que havia sido aprovado na Câmara dos Deputados como empréstimo para o setor privado, em investimento para infra-estrutura do setor público, destinando, dos R\$2,2 bilhões previstos para este ano, 75% para os Estados e 25% para os Municípios. Vale ressaltar que 90% de todo esse recurso deverão ser aplicados nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, as mais pobres do País.

O FPM; a nova situação de melhoria para as pequenas e microempresas; a nova proposta do ICMS; a revisão do sistema tributário em 2007; a previsão de um novo Imposto de Valor Agregado, que vai agregar ICMS, ISS e IPI; a fusão de todas as contribuições numa só, todas essas inovações se encontram na Câmara dos Deputados aguardando votação.

Eu gostaria que os Deputados Federais, bem como o Presidente João Paulo, atentassem para um dado relevante, que justifica a pressa por parte da Câmara dos Deputados: no caso do Fundo de Desenvolvimento Regional, que será liberado por meio de convênios com as Prefeituras, ou estes serão firmados até 30 de junho deste ano, ou as Prefeituras estarão impossibilitadas de receber os recursos, exatamente por causa da legislação eleitoral, que proíbe a implementação de convênios a partir dessa data.

A posição do PMDB é a de cobrança de uma rápida votação da proposta da reforma tributária, da qual fui Relator, exatamente pela melhoria urgente que proporcionará ao crescimento econômico do

País. Se houver R\$1 bilhão a mais de investimento nos Municípios, ou R\$2,2 bilhões, se ocorrer uma série de mecanismos que sinalizem para a simplificação tributária, sem dúvida alguma os investimentos ocorrerão e a geração de emprego dar-se-á de forma mais forte.

Portanto, deixo meu apelo, Sr. Presidente, para que a Câmara dos Deputados vote não somente a reforma tributária, mas também a proposta complementar da reforma da previdência, que aprovamos também neste plenário, assumindo o compromisso com os servidores públicos do País de que essa matéria seria votada rapidamente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Concedo a palavra ao nobre Senador Alvaro Dias, por cessão do nobre Senador Leonel Pavan.

V. Ex^a dispõe de até 20 minutos.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, os institutos de pesquisa, no dia de hoje, revelam a queda de popularidade do Presidente da República. Uma dessas pesquisas, as quais deverão ser divulgadas hoje, registra uma queda de 15%, e outras duas apontam 20% de queda na popularidade do Presidente da República.

Não venho a esta tribuna para comemorar. Creio que não cabe nem mesmo à Oposição comemoração, porque a Oposição que queremos é a construtiva, aquela que pensa no bem do País. Esse fato não é motivo de comemoração, mas de tristeza, porque o País aguardava a mudança sob o argumento de que “a esperança venceu o medo”.

Não desejamos ver a esperança suportar, como tem ocorrido, a incompetência do Governo. Não desejamos que ela sucumba diante da pobreza que cresce no País de forma avassaladora, devido ao encolhimento da economia, determinado pela incapacidade governamental de promover a retomada do desenvolvimento econômico com justiça social.

Ontem, o Presidente da República, no Jornal Nacional da TV Globo, anunciou que não vai renovar o acordo com o Fundo Monetário Internacional. Senhor Presidente, Vossa Excelência terá o nosso apoio se realmente assumir a postura de enfrentamento para romper com as algemas que nos atrelam ao Fundo Monetário Internacional, em função da política financeira perversa que asfixia a economia do nosso País, ao impedir que investimentos públicos sejam realizados, como motivação para o incremento de investimentos no setor privado.

O Presidente da República diz que vai romper com o FMI, que não vai renovar o acordo, sem fazer alarde. É o que desejamos, porque não há, na História universal, repito, nenhum exemplo de país atrelado às imposições do Fundo Monetário Internacional que tenha alcançado crescimento econômico suficiente para atender à necessidade de geração de empregos para a sua população trabalhadora.

Senadores Mão Santa e Gilberto Mestrinho, estamos diante de uma crise política, ética, econômica e social. A crise provocada pela incompetência de gerenciamento é matriz das demais crises. A incompetência se revela no primeiro momento, quando o Presidente da República elege seus auxiliares principais e compõe o Governo. É o primeiro e mais importante passo da Administração Pública. Quando é feliz na sua escolha, o governante semeia resultados positivos; quando é infeliz e incapaz de escolher bem, planta para colher crise, como ocorreu com o Presidente Lula, que cedeu ao fascínio do fisiologismo que toma conta de boa parte dos políticos brasileiros, loteou o Governo, compôs quadros administrativos incapazes, sem levar em conta os critérios da competência, da qualificação técnica e da probidade. Plantou para colher crises, que tenta administrar consecutivamente, já que se instalou no Governo uma verdadeira Torre de Babel. Mas o Presidente disse também ao País, por intermédio da Rede Globo, repetindo frase do Presidente do Banco Central dita na Comissão de Assuntos Econômicos, que “o pior já passou”, tentando vender otimismo. Mas, logo a seguir, num outro encontro, com músicos, no Palácio do Planalto, um Lula pessimista, diferente – portanto, contraditório –, culpou os conservadores pela crise atual e disse que este ano será o mais difícil de todo o seu Governo.

O otimismo rapidamente deu lugar ao pessimismo. Aos músicos, em meio aos acordes dissonantes, a única explicação para o teor das declarações do Presidente foi a afirmação de Sua Excelência de que os conservadores estão preparando “uma guerra contra o Governo, porque perceberam que o PT vai ganhar em muitas capitais nas eleições de outubro”. Mas o Presidente não nomeou os conservadores. Seria oportuno nomeá-los, Sr. Presidente. Esse tipo de acusação não contribui para que o País retome o caminho do desenvolvimento. Quem seriam os conservadores que preparam uma guerra contra o Governo? O Presidente Lula deve essa explicação.

Lamentavelmente, quando o Presidente fala, Sua Excelência impressiona. Impressiona pela forma do discurso que pronuncia e, sobretudo, pelo conteúdo do discurso, quase sempre infeliz e muitas vezes

medíocre. Não é postura de Presidente da República. O Presidente demonstra que a sua preocupação maior é com as eleições do PT! Essa não deveria ser a preocupação maior do Presidente da República. É uma questão de sensibilidade humana. Um governo tem que ter alma. Quem chega ao poder tem que carregar consigo o coração para refletir as aspirações sentidas da população excluída do País. E nós jamais vimos governo permitir, representando trabalhadores, tamanha perversidade.

A renda média do trabalhador não só caiu 5,7% no mês de fevereiro, como vem apresentando quedas sucessivas. É o 12º mês consecutivo de queda na renda do trabalhador. E isso é insuportável. Não vai se tornar insuportável porque já se tornou insuportável. Impossível exigir maior dose de sacrifício do que já se exigiu até aqui. Por isso, não há outra alternativa para o Presidente da República a não ser a da ousadia de realmente estabelecer, especialmente com relação à política financeira internacional, uma postura rigorosa, que permita a sua flexibilização para não sufocar ainda mais a economia do nosso País. São milhões de brasileiros que estão sendo sacrificados impiedosamente pela política adotada pelo PT no Governo.

O IBGE revela – não é a Oposição, é o IBGE, um órgão oficial do Governo – que apurou 12 quedas consecutivas na renda do trabalhador. Nos dois primeiros meses deste ano, 678 mil trabalhadores entraram com o pedido de seguro-desemprego. Vejam V. Ex^{as}: em dois meses, 678 mil trabalhadores requiringram o seguro-desemprego! Imaginem os trabalhadores da informalidade, os que não possuem carteira assinada, os que estão excluídos dos benefícios da legislação trabalhista do País e, por isso, não podem exercitar, na plenitude, a cidadania, aqueles que são cidadãos de segunda classe, que estão afastados dos benefícios do progresso econômico que ajudam a construir com a força do braço e com o poder da inteligência! Desses 678 mil trabalhadores, 650 mil tiveram a documentação aprovada, mas apenas 270 mil já receberam pelo menos a primeira parcela do benefício.

Já disse desta tribuna e vou repetir: o desemprego na Europa é para o desempregado bem diferente do desemprego no Brasil para o brasileiro. Lá, o desempregado é cidadão de primeira classe, exercita na plenitude a cidadania, porque há uma legislação competente a protegê-lo nos momentos de desemprego. No Brasil, não. O desempregado é marginalizado, é desassistido. Apenas uma pequena parcela

dos desempregados do Brasil podem contar com o benefício do seguro-desemprego.

O que revela a queda de renda? Estou insistindo na tese de que há queda de renda, de que o poder aquisitivo está sendo, a cada dia, comprometido pela política econômica do Governo porque o Governo pronuncia um discurso diferente. Não sei até onde vamos presenciar o Governo vendendo ilusões. Um Governo exterminador de riquezas vende ilusões como se fosse possível continuar acreditando, quando a realidade é dura, é cruel, e os indicadores econômicos e sociais refletem, com clareza, essa realidade dura. Falo outra vez das vendas nos supermercados: queda de 3,10% em fevereiro em relação a janeiro. Quando comparadas ao mesmo mês de 2003, a queda foi de 1,98%, segundo dados da Associação Brasileira dos Supermercados.

O que significa isso, Senador Mão Santa? Significa que o trabalhador está comendo menos, que ele não está podendo sequer se alimentar convenientemente. Imaginem os filhos desses trabalhadores, aqueles que estão ainda na primeira infância e que necessitam de uma boa alimentação, porque a falta de proteínas na infância provoca inclusive debilidade mental! Não queremos construir um País com homens e mulheres fragilizados em função da miséria que sacode o País durante a primeira infância.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a queda acumulada das vendas nos dois primeiros meses é de 2,12%. Mas não estamos falando de uma queda eventual, que corresponde a uma exceção à regra. Estamos falando de quedas consecutivas ao longo dos últimos 12 meses, conferidas por institutos que medem, por meio de pesquisas científicas, a atuação do cidadão no ato de comprar. Há poucos dias, mostramos aqui que há mudança no hábito da compra, com o brasileiro tendo que substituir ou reduzir itens da cesta básica para fazer frente à escassez de seu orçamento – substituir inclusive arroz e feijão, refrigerante e carne. Isso revela que a pobreza cresce de forma avassaladora.

Precisamos convocar o Governo à sensibilidade humana, como fez há poucos dias Dom Geraldo Mazzella Agnello, Presidente da CNBB, de respeitabilidade inquestionável. Não é um homem de oposição, interessado, como o Presidente Lula, nas eleições desse ou daquele partido. Dom Agnello tem outros interesses, que são os interesses maiores do nosso País e do nosso povo e, por isso, faz crítica contundente à política econômica.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Alvaro Dias, permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Com prazer, Senador Mão Santa, concedo a V. Ex^a o aparte, porque, se estamos abordando a questão da sensibilidade humana diante de uma população que se empobrece, nada melhor do que ouvir um médico que, pela profissão que escolheu, é, sem dúvida, portador da sensibilidade necessária para entender que um governo tem que ter alma, sobretudo para priorizar as aspirações maiores da população excluída do País.

Concedo, com prazer, o aparte a V. Ex^a.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Alvaro Dias, estava, atentamente, ouvindo e aprendendo com o pronunciamento de V. Ex^a. Quis Deus estar na Presidência o nosso Senador Heráclito Fortes, do Piauí, que é um Estado muito cristão. É quando entendendo que Deus escreve certo por linhas tortas. V. Ex^a não ganhou as eleições porque Deus o queria aqui, para defender o povo, o Brasil, com a mesma coragem e oposição de Rui Barbosa, Carlos Lacerda, Afonso Arinos, Marcos Freire e Ulysses Guimarães. E, observando V. Ex^a e seu irmão, Osmar Dias, ficava a imaginar e queria me permitir, com a nossa ousadia de homens do Piauí, Senador Heráclito Fortes, mudar o nome de V. Ex^as: Alvaro Dias e Osmar Dias. Semanas é pequeno; meses, pequeno; anos; vida. Alvaro Eterno. Por quê? Porque V. Ex^a é abençoado por Deus. O Brasil todo está encantado com o exemplo de amor, e só o amor constrói para a eternidade, deixado por sua mãe, que, como todos sabem, morreu há pouco e, como todos sabem, foi para o céu. Mas ela deixou a maior mensagem: 70 anos casada, 70 anos de amor – esse é o maior exemplo. E está no livro de Deus: “árvore boa dá bons frutos”. Este é um exemplo de família: 70 anos, Senador Mestrinho, de amor, o amor que constrói para a eternidade. Daí ter mudado de Dias para Eterno. Então, apresento aqui a gratidão desse exemplo de amor de seus pais. Isso é tão verdadeiro em respeito a Rui que ele falava que a pátria é a família amplificada. A salvação deste Brasil será seguir hoje o exemplo da santa Helena, que está no céu para abençoar V. Ex^a, para que seja nosso Senador Alvaro, o Eterno.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Mão Santa. É com emoção que agradeço a homenagem que presta aos meus pais, especialmente a minha mãe, que faleceu há duas semanas. O exemplo de generosidade dela há de frutificar, uma vez que estamos tratando exatamente da necessidade de generosidade de um para com o outro. Mas, neste caso, sobretudo, a generosidade de um Governo que se elegeu carregando as esperanças de toda a população, a generosidade de um Go-

verno que se diz dos trabalhadores, que não pode ficar insensível diante do drama em que vivem hoje no País milhões de desempregados.

Senador Mão Santa, vejo por sua generosidade que V. Ex^a não tem apenas as mãos santas, provavelmente o coração de V. Ex^a seja ainda mais santificado do que as suas mãos. Que Deus o guarde sempre como o homem justo, correto e sensível que é!

Espero que o Presidente Lula e toda a sua equipe possam também absorver a sensibilidade humana que tem faltado ao Governo até aqui. Não podemos fechar os nossos olhos ao drama em que vivem os nossos irmãos excluídos. O discurso do PT sempre foi a favor dos excluídos. Hoje, lamentavelmente, não estamos presenciando um Governo para os excluídos. Estamos, sim, presenciando um Governo que só é aplaudido pelos banqueiros, pelo sistema financeiro internacional, pelos dirigentes do Fundo Monetário Internacional. Mas este Governo começa a receber o protesto permanente da sociedade brasileira, em inúmeras manifestações públicas que já ocorrem no País, como as greves que se sucedem e as manifestações que apanham o Presidente de surpresa, fazendo com que Sua Excelência passe a freqüentar as portas dos fundos para chegar a uma solenidade pública, como ocorreu no Rio de Janeiro.

Não é isso o que desejamos para este Governo. Nós queremos o sucesso do Governo. Queremos um Governo construtivo, operoso, empreendedor e, sobretudo, humano, que tenha alma para sentir o drama vivido por milhões de desempregados neste País. É o nosso apelo ao Presidente Lula.

Ao final, comprometemo-nos a apoiar o Presidente, se a determinação de Sua Excelência for a de não renovar com o Fundo Monetário Internacional, com as imposições perversas do momento. É possível, sim, o estabelecimento de relação do Brasil com o Fundo Monetário Internacional, mas com outros critérios, com o critério básico do desenvolvimento e da geração de emprego. Não podemos continuar admitindo critérios que sufoquem a economia nacional e que maltratem tanto a população trabalhadora deste País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Concedo a palavra ao nobre Senador Mão Santa.

S. Ex^a dispõe de até vinte minutos.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Heráclito Fortes, do PMDB do nosso Piauí, Sr^as e Srs. Senadores, brasileiras e brasilei-

ros presentes e os que nos assistem pela independente e eficiente TV Senado, que nos ouvem pela Rádio Senado e que nos lêem pelo mais livre e independente periódico, que é o **Jornal do Senado**, volto a esta tribuna para tentar interpretar os acontecimentos que Deus, em sua generosidade, mostra ao Presidente da República.

Ontem, todo o País viu que Francisco teve dia de herói. Não era o Francisco santo, aquele de Assis, o romano, que andava no mundo com a bandeira “paz e bem”. Foi o Francisco, um servidor, um trabalhador brasileiro que deu demonstração de uma virtude que deve estar em todos nós: a honestidade.

Atentai bem, Sr. Presidente, interpretai. A minha passagem por aqui foi muito boa, acabamos com o time dos “peladeiros”. Mas agora quero convocá-los para refletir, para meditar, para o aprendizado.

Senador Alvaro Dias, Francisco teve um dia de herói, segundo as televisões, os jornais do País todo. Estou aqui com o **Correio Braziliense**. Aliás, é gratificante dizer que os jornais de Brasília são hoje competitivos – a cidade consolidou-se em todos os aspectos –, nada devem aos tradicionais e históricos jornais deste País, apesar de muito jovens. Publicou o **Correio Braziliense**: “Francisco tem dia de herói”, uma reportagem linda!

Mas, Senador Alvaro Dias, Shakespeare disse: “nada é bom ou mal, depende da interpretação”. Uma faca pode ser o melhor instrumento do mundo em um churrasco; ontem mesmo estive em um, e que coisa boa uma faca! Mas a situação se complica se se pega esse instrumento e se mete no bucho; tem-se que ir para o hospital. Eu operei muita gente esfaqueada. Nesse caso, a faca deixa de ser um bom instrumento.

Então, vamos interpretar aquilo: Francisco, herói, virtude. Presidente Lula, este é um país cristão! Deus entregou a Moisés os mandamentos, Senador Alvaro Dias: “amai-vos uns aos outros” e “não roubareis”. A honestidade está imbuída nos 170 milhões de brasileiros e brasileiras. Nós, filhos de Deus, somos irmãos de Cristo. Isso é o normal. E olhai a interpretação: o brasileiro deu um ensinamento de honestidade – a ignorância é audaciosa – e o suíço, de ser pão-duro. Não, talvez o suíço tenha considerado uma normalidade. Ser honesto é uma normalidade, não neste País de lalau; não no País da impunidade; não no País que impede CPIs! Talvez o suíço tenha achado aquilo normal. Não é normal ser honesto? O cristão não deve ser honesto? Para que Moisés entregou aquelas leis?

Atentai bem, Lula: esse núcleo duro não tem nada a lhe ensinar, já mostrou. Eu sei mais, aprendei.

Franklin Delano Roosevelt, Presidente dos Estados Unidos quatro vezes, Senador Alvaro Dias, disse: “Toda pessoa que vê é superior a mim em alguma coisa, e, nesse particular, procuro aprender”. Só por ser duro, esse núcleo já mostrou incompetência. A força não está na dureza. Se a árvore é dura, quebra-se quando vem o vento; se é flexível, a ventania passa. Essa é uma qualidade. Então, o núcleo duro nada tem a lhe ensinar, Presidente Lula. Liberte-se!

Um sargentão pensou que nos ia fazer cubanos, obedientes aos que fizeram Fidel como modelagem. Cada um tem a sua modelagem, isso é da Psicologia; é preciso entender as coisas.

Rui Barbosa também nos deu um ensinamento muito bom, por isso está ali. De tanto vermos as nulidades, as incompetências se elevarem, chegará o dia em que, neste País, teremos vergonha de ser honestos. Todos nós temos que ser. De que valeu o amor da santa Helena e Silvino, seus pais, Senador Alvaro Dias, 70 anos? Da minha mãe, Jeanete; da mãe dos brasileiros e brasileiras?

Agora, é preciso entender, Presidente Lula: o núcleo duro não tem competência para lhe ensinar. O Carreiro é um homem estudioso; iguala-se a Sarney: é do Maranhão, de Gonçalves Dias. Humberto de Campos, maranhense que tanto combateu a ditadura de Vargas, morou na minha Parnaíba, onde plantou um cajueiro. Brasileiras e brasileiros, ele disse: “A ocasião faz o ladrão”. Trata-se de um conto de sua autoria. Humberto de Campos, que era órfão, conta que tinha um tio muito rico, em cuja casa viu uma árvore de Natal. Ele, primo pobre, naquele desejo de criança, conta: o brinquedo roubado. É a ocasião. Mas Humberto de Campos foi um escritor, um poeta. Ele diz, Senador Alvaro Dias – isso seria bom até para o Presidente José Sarney e para o Senador Marco Maciel –, que há muitos notáveis na Academia de Letras, mas ninguém, como ele, teve um caminho tão longo e tortuoso para chegar lá. A ocasião faz o ladrão.

Mas eu ficaria mais com Ortega y Gasset. Essa Espanha histórica, de Dom Quixote de La Mancha, de Miguel de Cervantes! Ortega y Gasset, nos seus mais belos trabalhos, diz: “o homem é o homem e suas circunstâncias”. Atentai bem, Srs e Srs. Senadores: todos são bons, ninguém tem tendência a matar o próximo, mas, diante de uma agressão, ocorre aquela mudança. Até o Código Penal perdoa, atenua.

Então, quem é o culpado de só haver um honesto acolá? Penso que honestos deveríamos ser todos nós, filhos de Deus, irmãos de Cristo, que obedecemos às leis entregues a Moisés e ensinadas por nos-

sa mães: a sua, Senador Alvaro Dias, a santa Helena, e a minha, a santa Jeanete, no céu. Não sou Mão Santa, mas sou filho de mãe santa: terceira francisca- na, igual a Pedro Simon, daí a empatia que S. Ex^a tem.

Então, queremos dizer que a culpa de tudo isso é do Presidente Lula. Sua Excelência prometeu dar 10 milhões de empregos. "O homem é o homem e suas circunstâncias." Se estão matando, roubando, assaltando, olhai, vamos interpretar aquele belo quadro do Francisco. Por que ele é daquele jeito? Aquela figura pura, honesta, cearense, da vizinha Sobral. Porque ele tem um emprego. Posso ter o mesmo julgamento para aqueles de quem roubamos a oportunidade de trabalho, de ter renda? A ignorância é tão audaciosa, Senador Alvaro Dias, que aqui é muito mais grave – esse núcleo duro, burro! Ora, tem estados europeus que têm 10%, 11%. Mas acontece que a renda familiar lá é muito maior. Nos Estados Unidos, qualquer pessoa ganha US\$8 por hora, eles trabalham 10 horas, porque não há esses fiscais do desemprego soltos – logo, são US\$80. A renda familiar ajuda os desempregados. Aqui, a renda é tão pequeninha, tão pequeninha que não está nem dando para quem está recebendo. O salário mínimo é baixo, imoral.

Eu me lembra do Lula que nos encantou, dizendo: "ah! o trabalhador tem o direito de tomar sua cervejinha." Senador Álvaro Dias, ele não tem o direito nem de tomar água por não poder pagá-la. Essa é a verdade, e a causa disso é o desemprego. Olhai o que o emprego traz: a dignidade.

Senador Antero Paes, bravo Senador da CPI, lembre-se de Cristo. Quando estava tudo perdido, as irmãs de Lázaro diziam: não adianta, agora está tarde, não tem jeito. E Ele disse: "Levanta-te, Lázaro!" Vamos fazer o mesmo com essa CPI, que está morta, está envergonhando o Senado e a Pátria: levanta-te, CPI! Essa é a sua missão!

Eu vi a inauguração daquele edifício do Lalau. Os administradores da obra transferiram milhões para fora. É a CPI do Antero Paes que está freando essa roubalheira. Ele pode não estar fazendo mais, mas estão com medo da figura honesta, igual à do Francisco, aqui um herói.

Eu lembraria ao Presidente Lula, que convidou o Zeca Pagodinho, aquele da briga da Skin com a Brahma, Senador, que convide aquele do Ceará, o Fagner.

Senador Leomar Quintanilha, eu não sou bom de música, não sei cantar, mas considero a música mais importante do que a filosofia, mais importante do

que a sabedoria. Ela tem uma revelação, Senador Antero Paes, mais forte do que a sabedoria, do que a filosofia. Vemos na Bíblia, por exemplo, Davi tocando e cantando.

Eu buscava um Fagner, ali do Ceará. Ele tem uma música – vou cobrar cachê dele – que se chama Menino Guerreiro. A letra eu sei; a música é uma mensagem, é uma revelação. "Menino Guerreiro: o menino guerreiro tem uma dor no peito. Ele sofre; mas, se lhe castra o seu sonho [o seu sonho é o seu trabalho], o menino guerreiro sofre; ele mata, ele morre, não tem felicidade".

É isso o que está faltando: trabalho. É o que queremos ensinar. Mas o núcleo duro não aprende; é difícil. E é função desta Casa ensinar. Esta Casa, Senador Antero Paes de Barros, Senador Leomar Quintanilha, começou quando Moisés quis fraquejar naquela sua missão histórica de levar o povo de Deus à terra prometida. Ele enfrentou os exércitos dos Faraós, acreditou, teve fé, atravessou o mar sem navio, mas quis fraquejar porque o povo não queria seguir as leis.

Devemos inspirar esta Casa a fazer leis boas e justas. O povo de Deus quebrou as leis e o barro de ouro, e Moisés quis fraquejar.

Senador Antero Paes de Barros, não fraqueje, lute pela CPI. O povo quer a CPI, a honestidade, a vergonha, a transparência.

Senador Álvaro Dias, esta Constituição que Ulysses Guimarães nos deixou estabeleceu os princípios da moralidade, da legalidade, da impensoalidade, da probidade e da publicidade. E a CPI é tudo isso. Por que se tem medo de CPI? Para trocar CPI por MP? No meu Piauí, estão chamando MP de mutreta de picaretas. Não estão fazendo de acordo com o que disse Rui Barbosa: só na lei e dentro da lei está a salvação.

Moisés ouviu uma voz: "busque os setenta mais velhos e mais experientes e eles lhe ajudarão a carregar o fardo do povo." Nasceu, daí, a idéia do Senado, que foi melhorando na Grécia, em Roma e aqui, com Rui Barbosa, com todos eles, com todos que representamos o povo que tem que ter como virtude a honestidade, e não como raridade de um povo. Essa é a verdade.

O que estou vendo é feio. Ontem assisti na Comissão ao Presidente do Banco Central. Nota dez como banqueiro, como experto, sabe fazer multiplicar o dinheiro; acho que ele ganha até daquele Rotchid, um inglês que mais mexeu com dinheiro, que mais ganhou dinheiro. Ele está na dele, os banqueiros es-

tão na boa. Mas, Lula, Rui Barbosa disse: "primeiro tem que ter primazia, tem que ter respeito, tem que ter apoio, o trabalho e o trabalhador". O trabalho e o trabalhador vieram antes; depois, a riqueza, o dinheiro, o metal. Aqui, não. É o contrário. Cento e quarenta e cinco bilhões foram transferidos para pagar os reis, os que cultivam o deus dinheiro. E vai continuar assim. Não vai haver mudança, porque, para onde se vai, leva-se a formação profissional, e o homem é banqueiro. E o Líder do Governo disse que agora temos um Governo e um político. Que político!? Políticos somos nós. Político porque conquistou um mandato!? Ele deveria estar nos tribunais por abuso do poder econômico. Político!? Um homem que chama para um debate qualificado! É excelente, é nota dez, é o melhor banqueiro do mundo. Continua. Como Fittipaldi vencia as corridas, ele vence as corridas do ganhar dinheiro. Os bancos estão aí com os seus lucros. Essa é a verdade.

Isso tem que mudar. Vai mudar pela democracia. Essa é a nossa posição, não a posição dura do PT, aquele que dizia quando estava fora: "não! Queremos a democracia. A democracia permite a alternância do poder e vamos mudar agora, nessas eleições". O PMDB, de Ulysses Guimarães, que disse "ouçam à voz rouca das ruas" vai para as eleições municipais, aumentar, vencer. E vamos ganhar a Presidência da República. Essa é a destinação de um partido, um projeto de poder, para com o poder servir, como Cristo fez. Ele disse: "eu não vim para ser servido". Não é para negociação, não é para empreguinho para parente; é o compromisso. Com relação a se dizer que a nota não é do Senado, esclareço que ela é do meu Partido. O PMDB, democraticamente, numa convenção e numa assembléia, escolheu o Presidente Michel Temer, que a assinou. Aquela nota é do meu Partido, que é do povo; aquela nota representa a coragem e a verdade do nosso PMDB.

Concluindo, gostaria de advertir o Governo com relação ao cartaz que estão distribuindo por aí: "Os 13 Primeiros Resultados do Governo Lula". Não há história de Duda Mendonça, não. Isso é tolice.

Aprendi a verdade com o povo do Piauí: é mais fácil tapar o sol com uma peneira do que esconder a verdade.

Ulysses Guimarães nos legou a verdade: "Ouçam a voz rouca das ruas!".

Vou adiante, Senador Antero Paes de Barros. Como médico, olho facilmente a fisionomia, que é de desespero, de decepção, de sofrimento e de esperança naquilo que não é do PT, a democracia. Esta nos antevê a alternância do poder em breve.

Aqui está: "Os 13 Primeiros Resultados do Governo Lula". Não vejo nada demais. Foram os 13 primeiros resultados do Governo Lula. Eu só estou chateado porque o "13" está estigmatizado.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Nossa Senhora de Fátima, 13 de maio, um nome tão abençoado. Senador Antero Paes de Barros, eu nasci em 13 de outubro. Agora, esse livro. E todos os dias vêm medidas provisórias – são 13 por dia.

Agora, entregaram-me esse cartaz, enumerando 13 resultados.

1 – Aumento do Desemprego;
2 – Queda da Renda do Trabalhador;
[É verdade. "Em verdade, em verdade, vos digo" – Cristo.]

3 – Fracasso da Política Social; [nenhuma];

4 – Idosos Desrespeitados e Humilhados; [pelo Poder, pelo Ministro]

5 – Aumento da Dívida Pública;

6 – Pagamento de R\$145 bilhões de juros. [Eu disse: "esse Palocci sabe tanto quanto eu Economia". A formação dele não é melhor do que a minha, de maneira alguma. Ele foi prefeitinho, e eu fui. Eu fui Governador, e ele não. Eu o adverti sobre o conhecimento.]

Nobre Senador Antero Paes de Barros, Duciós, o filósofo, disse que há três maneiras de sermos ignorantes. A primeira é não saber nada – e escapamos do negócio do PT. A segunda é saber mal aquilo que se deve saber. E a terceira é se aprofundar e saber aquilo que não se tem necessidade de saber. Saber sobre um foguete que vai para a lua. Não interessa.

Disse, desde o começo: cada macaco em seu galho. É ouvir a voz rouca – não está no galho, continua aí. É como se eu pegasse um avião, e o piloto me dissesse: Mão Santa, sente-se aqui, olhe o computador, segure esse botão que ele voa. O Sr. Antonio Palocci pegou os botões e continuou, mas está aqui o resultado: aumento da dívida pública, pagamento de R\$145 bilhões de juros. Esse é o PIB de um ano de 12 Estados do Norte e Nordeste; todos trabalhando em 12 Estados para pagar isso – só para dar noção do que são R\$145 bilhões.

7 – Lucros dos Bancos Mais Altos da História; [Parabéns! O grande Presidente, o grande banqueiro está ganhando de Rothschild, o inglês que mais sabia ganhar dinheiro.]

8 – Submissão Exemplar ao FMI; [Getúlio Vargas rompeu. Juscelino Kubitschek rompeu, e o cabra macho da Argentina está aí. Aquele país cresceu de 7 a 8%, e aqui foi como rabo de cavalo – não cresceu, foi para baixo]

9 – Aumento de 1% para o Funcionário Público; [Isso é deboche. Em dez anos, 1%.]

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Apenas para concluir, Sr. Presidente.

10. Luxuoso Avião Presidencial de R\$200 milhões; [É! Avião zero. Carro zero. Fome Zero. Governo nota zero.]

11. Falta de Preparo para Governar o Brasil;

12. Aliança com os “Velhos Coronéis” da Política;

13. Escândalo “Zé Dirceu – Waldomiro Diniz – Buratti”.

Esse é o espetáculo.

Ainda bem, Senador Antero Paes de Barros. O povo brasileiro tinha medo de que nossa bandeira se avermelhasse, fosse mudada, mas o PT foi só nessa lista branca e está escrevendo aí: desordem e regresso.

Era o que tinha a dizer.

Durante o discurso do Sr. Mão Santa, o Sr. Heráclito Fortes, 3º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Álvaro Dias.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Concedo a palavra ao Senador Leomar Quintanilha. V. Exª tem até vinte minutos para o seu pronunciamento.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB – TO) – Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr.s e Srs. Senadores, ainda no curso dessa semana, fizemos um comentário a respeito da criação de uma unidade de pesquisa no semi-árido nordestino, objeto de uma medida provisória discutida e aprovada nesta Casa, que acabou merecendo o nosso apoio, exatamente porque entende-

mos que o conhecimento e o aprofundamento das questões da Ciência e da Tecnologia é que poderão realmente contribuir, de forma efetiva, para a implementação do desenvolvimento do País.

Tenho-me dedicado, com muita ênfase, à discussão desse tema, que reputo da maior importância para viabilizarmos as condições de desenvolvimento do nosso País.

Há necessidade imperiosa de promovermos incentivos ao setor da Ciência e da Tecnologia. O conhecimento é o bem mais valioso de uma nação. No caso do Brasil, que possui um potencial econômico excepcional, a possibilidade de incorporar avanço tecnológico ao seu processo de produção ensejará um expressivo salto de qualidade, tornando os nossos produtos mais competitivos no concorrido mercado internacional.

As nações mais desenvolvidas do mundo só conseguiram alcançar o atual patamar de riquezas graças a investimentos maciços na busca da informação e do conhecimento. Já nós, do mundo subdesenvolvido, pagamos caro pela tecnologia que não conseguimos produzir aqui. Identificar os gargalos que emperram a produção científica e tecnológica do nosso País deve ser tarefa de todos os que desejam uma nação forte e competitiva. Defendo o envolvimento do Poder Público, das instituições de ensino e pesquisa, assim como do segmento empresarial, para que, numa ação conjunta, possamos implementar ações efetivas na área da Ciência e da Tecnologia.

Fico a questionar o que podem a Ciência e a Tecnologia fazer para mitigar esse mal que tanto incomoda e aflige o povo brasileiro, que é o desemprego. O que podem fazer a Ciência e a Tecnologia para incrementar o aproveitamento do extraordinário potencial que este País tem?

Temos uma massa crítica exuberante que está subutilizada, pouco aproveitada e que poderia estar-se dedicando com maior intensidade a essas questões, fazendo pesquisas, principalmente nas nossas universidades, onde se encontra um quantitativo maior dessa massa crítica subutilizada que o País tem.

A imprensa tem publicado matérias que demonstram o atraso brasileiro na área do conhecimento. Temos um número pequeno de cientistas e, assim mesmo, muitos desses profissionais encontram-se subutilizados ou ociosos. Em recente matéria intitulada “Brasil desperdiça cientistas”, o **Jornal do Brasil** comenta o desafio do novo Ministro da Ciência e Tecnologia, Deputado Eduardo Campos, de conseguir o

aproveitamento dos seis mil doutores formados a cada ano pelas instituições de ensino brasileiras.

Impressiona constatar como é possível que, em um País tão atrasado tecnologicamente, os seus doutores tenham tantas dificuldades em encontrar inserção profissional compatível com a sua formação. É comum vermos nas universidades doutores se dedicando a tarefas pedagógico-administrativas, enquanto poderiam dedicar-se a projetos de pesquisa.

Quero apoiar a iniciativa do Ministério da Ciência e Tecnologia que propõe uma integração de doutores com o setor produtivo brasileiro por intermédio do "Programa Primeiro Emprego Tecnológico". A proposta consiste em conceder incentivos para que as empresas contratem jovens doutores pelo período de um ano, renovável por mais um. A empresa pagaria um terço da remuneração, enquanto o Governo arcaria com os outros dois terços.

A classe empresarial brasileira ainda não percebeu a importância de ter, nos seus quadros, profissionais com esse nível de qualificação. Os nossos jovens mestres e doutores têm muito a contribuir para a inovação científica e tecnológica das empresas. As pesquisas aplicadas a processos produtivos são exatamente as que possibilitam retorno mais imediato, pois barateiam os custos de produção e aumentam a competitividade brasileira nos mercados interno e externo.

É evidente que essa louvável iniciativa não é suficiente para resolver as deficiências verificadas na área de ciência e tecnologia. Essa providência precisa estar articulada com o conjunto de políticas para o setor. A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC, em reunião recente em São Paulo, apresentou propostas da comunidade científica nacional para solucionar o problema da carência de mercado de trabalho para os jovens doutores brasileiros. Tais propostas vão desde levantamentos para identificar áreas de aplicação do conhecimento e seu respectivo potencial de absorção de doutores até a abertura de contratos temporários, regidos pela CLT, nas universidades e instituições públicas de ensino e pesquisa.

Registro algumas informações, Sr. Presidente, que entendo serem oportunas e pertinentes e solicito a V. Ex^a que considere lidos estes registros que ora passo à Mesa. Mas quero, efetivamente, fazer uma conclamação, em primeiro lugar, ao Governo Federal, para que aproveite os instrumentos já existentes: fortaleça a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa, que tem feito um verdadeiro milagre com a exigüidade de recursos que lhe são coloca-

dos à disposição, para promover uma verdadeira revolução no setor agropecuário brasileiro, que tanta alegria tem dado a este País.

Aliás, é a agricultura e a pecuária brasileiras que têm efetivamente dado uma contribuição forte e decisiva para o equilíbrio da balança de pagamentos, que têm contribuído para a expansão das nossas exportações, graças ao trabalho extraordinário de pesquisa que a Embrapa vem fazendo. Portanto, Sr. Presidente, é importante que possamos dar esta contribuição que o País tanto precisa para encontrar o seu caminho de desenvolvimento. Para tanto, devemos capacitar melhor as instituições que já possuímos e dar oportunidade aos nossos doutores e mestres dearem o seu potencial e o seu interesse aproveitados, não ficando restritos a atividades de natureza pedagógico-administrativa.

Era o que eu gostaria de registrar nesta manhã, Sr. Presidente.

Obrigado.

**SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO
DO SR. SENADOR LEOMAR
QUINTANILHA.**

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB – TO)
– Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tenho me dedicado, com muita ênfase, à discussão de um tema que repto da maior importância para viabilizarmos as condições de desenvolvimento do nosso País.

Refiro-me à necessidade imperiosa de promovermos incentivos ao setor da Ciência e Tecnologia. O conhecimento é o bem mais valioso de uma nação. No caso do Brasil, que possui um potencial econômico excepcional, a possibilidade de incorporar avanço tecnológico ao seu processo de produção ensejará um expressivo salto de qualidade, tornando os nossos produtos mais competitivos no concorrido mercado internacional.

As nações mais desenvolvidas do mundo só conseguiram atingir o atual patamar de riqueza graças a investimentos maciços na busca da informação e do conhecimento. Já nós, do mundo subdesenvolvido, pagamos caro pela tecnologia que não conseguimos produzir aqui. Identificar os gargalos que emparam a produção científica e tecnológica no nosso País deve ser tarefa de todos os que desejam uma nação forte e competitiva. Defendo o envolvimento do poder público, das instituições de ensino e pesquisa, assim como do segmento empresarial para que, numa ação conjunta, possamos implementar ações efetivas na área de ciência e tecnologia.

A imprensa tem publicado matérias que demonstram o atraso brasileiro área do conhecimento. Temos um número pequeno de cientistas e assim mesmo muitos desses profissionais encontram-se subutilizados ou ociosos. Em recente matéria intitulada "Brasil desperdiça cientistas" o **Jornal do Brasil** comenta o desafio do novo Ministro da Ciência e Tecnologia, Deputado Eduardo Campos, de conseguir o aproveitamento dos 6 mil doutores formados a cada ano pelas instituições de ensino brasileiras. Impressiona constatar como é possível que, num País tão atrasado tecnologicamente, os seus doutores tenham tantas dificuldades para se encontrar inserção profissional compatível com a sua formação. É comum vermos nas universidades doutores se dedicando a tarefas pedagógico-administrativas, enquanto poderiam dedicar-se a projetos de pesquisa.

O Governo Lula espera elevar para 10 mil o número de doutores formados no Brasil a cada ano. Ora, se já temos dificuldades para aproveitar os 6 mil doutores que a cada ano ingressam no mercado de trabalho será preciso adotar ações urgentes para acomodar esse contingente de profissionais altamente qualificados.

Nesse sentido, quero apoiar a iniciativa do MCT, que propõe uma integração de doutores com o setor produtivo brasileiro através do "Programa Primeiro Emprego Tecnológico". A proposta consiste em conceder incentivos para que as empresas contratem jovens doutores pelo período de um ano, renovável por mais um ano. A empresa paga 1/3 da remuneração, enquanto o governo arca com os outros 2/3. A classe empresarial brasileira ainda não percebeu a importância de ter nos seus quadros profissionais com esse nível de qualificação. Os nossos jovens mestres e doutores têm muito a contribuir para a inovação científica e tecnológica nas empresas. As pesquisas aplicadas a processos produtivos são exatamente as que possibilitam retorno mais imediato, pois barateiam os custos de produção e aumentam a competitividade brasileira nos mercados interno e externo.

É evidente que essa louvável iniciativa não é suficiente para resolver as deficiências verificadas na área de ciência e tecnologia. Essa providência precisa estar articulada com um conjunto de políticas para o setor. A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC, em reunião recente em São Paulo, apresentou propostas da comunidade científica nacional para solucionar o problema da carência de mercado de trabalho para os jovens doutores brasileiros. Tais propostas vão desde levantamentos para identificar áreas de aplicação do conhecimento e seu res-

pectivo potencial de absorção de doutores até a abertura de contratos temporários, regidos pela CLT, nas universidades e instituições públicas de ensino e pesquisa. Passam, ainda, pela ampliação dos programas de concessão de bolsas; pela limitação do número de horas de aula nas universidades privadas, de maneira a permitir que seus professores possam realizar pesquisas; pelo apoio às universidades públicas fora dos grandes centros, descentralizando as atividades de pesquisa; pela exigência de números mínimos de mestres e doutores nas instituições de ensino e por programas de incentivos a empresas para que empreguem recém-doutores.

No meu estado, o Tocantins, temos feito um esforço hercúleo para implementar ações efetivas na área de pesquisa e inovação. Ainda em estágio embrionário de desenvolvimento, o Tocantins precisa consolidar o seu sistema estadual de ciência e tecnologia para poder aproveitar de forma sustentada os seus recursos naturais, gerando emprego e renda para a sua população. O Estado já dispõe de um número considerável de doutores, muitos deles ociosos ou subaproveitados em funções burocráticas nas instituições públicas e privadas de ensino.

Recentemente, coordenei a realização do I Workshop de Ciência e Tecnologia do Tocantins, evento que contou com o apoio do governo do estado, da prefeitura municipal, de entidades empresariais e das instituições de ensino. O encontro serviu para reafirmar o sentimento comum de que sem investimentos em pesquisa e inovação não haverá desenvolvimento econômico e consequente bem-estar social. Como resultado do workshop, entreguei ao governo do estado uma série de reivindicações da comunidade científica para que se crie no estado ambiente propício à implementação de projetos de pesquisa. Sensível a esse apelo, o Governador Marcelo Miranda já anunciou a criação da Secretaria Estadual de Ciência e Tecnologia e a reativação da Fundação de Amparo à Pesquisa, órgãos fundamentais para alavancar o setor. Aliado a esse esforço na área administrativa, temos procurado garantir mais recursos, tanto no orçamento do estado quanto no orçamento da União, para custear os projetos de pesquisa no Tocantins, que apresenta potencial extraordinário especialmente para o agronegócio e para a biodiversidade.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, é urgente a adoção, por parte do poder público, de providências efetivas para fortalecer o sistema nacional de ciência e tecnologia, destinando mais recursos para o setor, oferecendo mais bolsas de estudos para pesquisadores e incentivando empresas a contratarem o contin-

gente de profissionais que todos os anos entra no mercado de trabalho. Somente assim o Brasil criará as condições necessárias para buscar o seu desenvolvimento tecnológico, com reflexos altamente positivos na qualidade de vida do seu povo.

Era o que tinha a dizer!

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – V. Ex^a será atendido na forma do Regimento.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF) – Sr. Presidente, peço a palavra pela Liderança da Minoria.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Com a palavra o Senador Paulo Octávio.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Alvaro Dias, Sr^{as}s e Srs. Senadores, gostaria de registrar que tivemos, ontem, aqui, um encontro com o Presidente do Banco Central. Na oportunidade, indaguei a S. S^a o que é feito dos bilhões em poupança que o Brasil dispõe e não são aplicados em construção. Efetivamente, o Presidente não conseguiu responder, até porque sabemos que os bancos privados preferem muito mais – e deve ocorrer isso no Paraná, no Piauí, no Mato Grosso – investir no crédito para as pessoas físicas a investir no crédito para a construção com juros de 1%. Então o dinheiro da poupança é mal utilizado, não é utilizado para o que deveria ser.

Então, Sr. Presidente, o plano de comprar imóvel no Brasil ainda é um sonho. Está mais perto de ser realizado do que nos anos anteriores, mas as decisões que o Governo anunciou para desenvolver o setor que oferece milhares de empregos receberam inúmeras ressalvas. Concorda-se, com alguma unanimidade, que foi uma demonstração de boa vontade do Governo em relação ao setor. Mas é necessário ressalvar: não há plano de crescimento que prospere com as taxas de juros que o País carrega.

Duas medidas importantes do pacote beneficiam compradores e financiadores do sistema. A primeira, se aprovada, acabará com a possibilidade de ocorrerem tragédias como a da Encol – que quebrou e deixou 45 mil compradores desesperados. A medida recebeu o nome de “patrimônio de afetação”, o que significa que o empreendimento imobiliário passará a ter contabilidade separada das operações da construtora. Ou seja, no caso de quebra da empresa, os compradores não perdem o imóvel. As obras passarão para outras construtoras. Para empresários e analistas do setor, as medidas estão na direção correta da redução dos riscos legais inerentes ao crédito imobiliário, bem como aumentam a segurança do comprador de imóvel residencial.

Mais complicada é a explicação da liberação, pelo Governo, de R\$1,6 bilhão para o crédito. Esse dinheiro não vai sair do Governo, mas dos bancos que, teoricamente, a partir de maio, serão obrigados a aumentar o crédito imobiliário. Nenhum sacrifício para o setor: todo o dinheiro sai da poupança, que, apesar do rendimento baixo, ainda é a única opção de investimento popular no País. Os bancos têm que empregar 65% dos recursos da poupança em financiamentos imobiliários para a habitação. Desses 65%, os bancos descontam 1% dos créditos que têm com o Governo e, geralmente, não aplicam esse 1% na poupança imobiliária. A partir de maio, o desconto será de 2% ao mês e a remuneração do dinheiro que não vai para a poupança passará de TR (taxa referencial) mais 6,17% ao ano para 80% da TR. Daí o R\$1,6 bilhão anunciado pelo Governo.

Os bancos componentes do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo detinham, em 31/01/04, R\$128,2 bilhões em depósitos de poupança e mantinham, em suas carteiras, R\$33,5 bilhões em FCVS Virtual (Proer e outras operações) que deverão retornar para o mercado nos próximos 41 meses contados a partir de abril de 2004 (Resolução nº 3.177 do CMN).

Contrataram, durante o ano de 2003, a aquisição de 6.173 imóveis novos e 11.947 imóveis usados, no âmbito do SFH, investindo R\$1,043 bilhão nesses financiamentos. Ocorre que, segundo informações coletadas junto ao Bacen e a Abecip, a quota de financiamento para aquisição desses imóveis foi de aproximadamente 46% do valor do imóvel. Ou seja, o comprador, na média, tem que dispor do equivalente a 54% do valor do imóvel em recursos próprios, ou utilizar seu FGTS quando for optante e não possuir imóvel residencial.

Na nossa opinião, externada ontem, por ocasião da audiência pública com o Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, na Comissão de Assuntos Econômicos, existe espaço, e muito, para que os bancos melhorem as condições de seus financiamentos. Exemplos: redução da taxa de juros efetiva (hoje 12% ao ano + variação da TR), dilatação dos prazos de financiamento (hoje os prazos praticados são de 12 anos ou, no máximo, 15 anos), aumento da quota de financiamento (hoje a quota máxima praticada é de 70% da avaliação e, em alguns casos, imóveis usados, 50%).

Para a produção de novas unidades, no âmbito do SFH, os bancos financiam apenas 70% do custo de construção, ou seja, na média 42% do Volume de Vendas dos edifícios/empreendimentos. Com a apro-

vação do PL nº 3.065/04 – Patrimônio de Afetação e outras melhorias na segurança jurídica dos negócios imobiliários, seguramente os bancos poderão financiar 100% dos custos de produção, incentivando assim uma maior geração de empregos formais e de renda.

No último ano, os 35 bancos que compõem o SBPE financiaram a produção de 12.088 unidades, no âmbito do SFH, investindo R\$696 milhões. Isso é exatamente um décimo do que era investido há vinte anos.

Sr^{as}s e Srs. Senadores, na Argentina, o setor da construção cresceu 30% em janeiro. A tendência altista da construção se sustenta no retorno de empreendimentos imobiliários nas grandes cidades, nos complexos rurais e no desenvolvimento da infra-estrutura hoteleira em centros turísticos, além de obras públicas. A conjuntura atual da Argentina se explica basicamente por uma boa política de preços do Banco Central, o cenário internacional favorável aos produtos argentinos e taxa de juros baixa. Só assim o pesadelo do desemprego pode acabar.

Sr. Presidente, concordo com o discurso do Senador Mão Santa, que se referiu à taxa de juros no Brasil. Os R\$128 bilhões que estão nos bancos brasileiros não estão sendo aplicados na geração de empregos e na construção de novas unidades. O Brasil tem um déficit habitacional enorme e sem justificativa. Temos território, e todos os insumos da indústria da construção são produzidos no Brasil. Temos todas as condições de dar casa a todos os brasileiros. No entanto, não conseguimos fazer isso. Um dos motivos é que o dinheiro da poupança não está sendo utilizado para construção de moradia, o que é lamentável. Por isso, Sr. Presidente, registro, mais uma vez – como fiz ontem na Comissão de Assuntos Econômicos –, meu constrangimento em ver todo esse dinheiro que o Brasil tem disponível sendo muito mal aplicado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Com a palavra o Senador Arthur Virgílio, Líder do PSDB, por cessão do Senador Reginaldo Duarte.

V. Ex^a tem até 20 minutos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, uma pequena nota publicada em jornal do Rio de Janeiro traz menção do Sr. Ministro Ciro Gomes à minha pessoa. De maneira baixa, cínica, subalterna, o Ministro Ciro Gomes diz que vincular José Dirceu a Waldomiro Diniz seria igual a injustamente – diz ele que me respeita e tem que me respeitar; eu é que não sei se conti-

nuo respeitando o Ministro Ciro Gomes, mas ele tem que me respeitar mesmo, faço por onde as pessoas me respeitarem – seria igual a me vincular a uma figura que teria sido por oito anos Delegado do Trabalho por indicação do PSDB do Amazonas, o Sr. José Leovigildo Soares.

Vou rapidamente dar satisfações do caso. Ao contrário do Ministro José Dirceu, entendo que devo dar satisfação de todos os meus atos públicos; não sou o Ministro José Dirceu, não tenho o que esconder, nem sou covarde. Primeiro, o Sr. Leovigildo Soares não foi, por oito anos, Delegado do Trabalho no Amazonas; segundo, ele foi indicado subsecretário por recomendação, pelo prestígio de que gozava na corporação da Delegacia do Trabalho. Foi nomeado por indicação do meu antigo companheiro, George Tasso*, figura direita, correta, que hoje é Secretário de Governo – e é um secretário honesto e correto – do Governador Eduardo Braga, no Amazonas, companheiro de Ciro Gomes, do PPS, que já praticou gestos irregulares e tidos como de corrupção que bastam pelos seus quatro anos de mandato – não precisa praticar mais nenhum, bastam as ações dos seus primeiros seis meses de Governo.

Depois o Sr. Leovigildo Soares foi mantido na gestão do Sr. Abel Alves, meu amigo e companheiro de longas datas, que já foi do PPS, de Roberto Freire – portanto figura digna como Roberto Freire – pelas mesmas razões: é melhor não mexer. Abel tinha até restrições ao Sr. Leovigildo. E o Sr. Abel Alves hoje está no PT, do Presidente Lula.

As irregularidades muito bem denunciadas pelo atual Delegado do Trabalho no Amazonas redundaram na Operação Zaqueu, sobre gestos de propinação, de corrupção praticados no Governo Lula. E não antes – no Governo Lula, neste Governo que aí está. Nesse caso, não houve omissão. Prontamente, o delegado tomou providência, houve prisões e punições. Esse é o caso.

Eu não vou perder muito tempo com o Ministro Ciro Gomes porque eu entendo assim: o Ministro José Dirceu é o ventriloquo; e o Ministro Ciro Gomes é o mamulengo, aquele boneco por meio do qual ventriloquo faz a encenação circense. Eu não vou perder tempo com o mamulengo; vou falar direto para o dono do boneco, para quem mexe os cordões do boneco.

Eu não tenho perdido tempo com o Sr. Ciro Gomes por duas razões bem simples: primeiro, pela desimportância que ele próprio chamou para si. Alguém que se candidata a Presidente da República em duas eleições, depois se rende por um ministeriozinho sem

verba, promete a Sudene e a Sudene não sai, diz que é futilidade visitar flagelados da seca... Diz isso com medo, quem sabe, de encarar seus conterrâneos de frente como se o gesto de solidariedade não valesse nada. Se assim fosse, ficaria extinta a figura do velório: não adianta ter velório porque não se vai ressuscitar o morto. Mas necessita-se velório por causa da solidariedade, para se demonstrar amizade à família, fazer homenagem àquele que faleceu. O Sr. Ciro Gomes se omitiu brutalmente. Se o Presidente Lula exercesse um Governo sério, demitiria o Sr. Ciro Gomes naquele momento; mas o Presidente estava perdido nos salões de Paris e só quando retornou ao Brasil, e foi forçado pela imprensa, ele próprio fez visitou o Nordeste. Outra razão por que tenho pouparado o Sr. Ciro Gomes de tantos ataques de tantos companheiros que o têm como figura menor é, primeiro, o fato de ser hoje uma figura menor mesmo; segundo, a Senadora Patrícia Saboya, sua correligionária de partido, uma pessoa de valor, a todos nos conquista com sua lealdade, sua simpatia, sua forma de convivência com os colegas; e todas as vezes que penso em criticar essa inoperante administração do Sr. Ciro Gomes, eu olho para a Senadora e penso: Meu Deus do Céu, ele é tão pequeno, e a Patrícia é uma pessoa tão boa, que vou deixar esse sujeito passar em branco porque em branco está passando a administração dele.

Vamos voltar então ao que interessa, ao Sr. José Dirceu. Sr. José Dirceu, V. Ex^a, para mim, é um chantagista; V. Ex^a é homem de forjar dossiês; V. Ex^a quer tudo, inclusive a derrocada da política econômica do seu Governo para se livrar das acusações que começam em Waldomiro Diniz e, estou a cada dia mais convencido, podem terminar em V. Ex^a. Se V. Ex^a se comportasse como uma pessoa de bem – não estou dizendo que não o seja, quero a CPI para saber se é, ou não – V. Ex^a se afastaria do Governo e pediria a CPI. V. Ex^a prefere manter essa falsa arrogância, esse falso nariz empinado. Mas V. Ex^a sabe que o seu patrimônio moral desabou, sua reputação está em cheque, sua respeitabilidade se arrasta em patamares baixos. Insisto em que se o caso, como diz muito bem o Senador Antero de Barros, terminasse e começasse em Waldomiro Diniz, este Governo, Senador José Agripino, já teria permitido a CPI há muito tempo. Como o Governo intui ou sabe que esse caso não começa, nem termina em Waldomiro Diniz, faz tudo para impedir que se instale aqui o procedimento de investigação parlamentar. Portanto, eu não vou perder tempo com o Ministro Ciro Gomes, que andou ocupando umas salas em Harward e não aprendeu in-

glês. Faço um teste. Quero que ele venha debater comigo em inglês. Eu provo que ele não fala inglês e que muito menos teria estudado economia em inglês. Economia já é um tema muito difícil de se aprender em português. Ele não sabe inglês; logo, não sabe economia, nem inglês. E montou uma farsa para tentar se colocar perante a opinião pública como a alternativa sensata a Lula. Era isso que ele queria, engodando a opinião pública. Eu ainda prefiro Lula, com toda a sua insensatez, a essa fraude que quase venceu as eleições, que é o Sr. Ciro Gomes. Ele perdeu a eleição porque o subconsciente dele agiu a favor do Brasil. O consciente dizia "Continua mentindo e continua avançando"; o subconsciente falava "Ciro, não se meta nessa porque você não pode governar o Brasil, Ciro. Você não tem capacidade para coisa alguma, Ciro. Fala besteira, Ciro, que a Imprensa te queima." Então ele disse aquelas tolices, uma delas extremamente ofensiva à mulher brasileira e desrespeitosa em relação à sua companheira.

O Sr. José Dirceu teme o que vou dizer agora: a crise não começa e termina com o Waldomiro; a crise passa por uma teia de arrecadação para fundos partidários, a meu ver, encabeçada nele. Que ele me desminta isso na CPI.

A intranqüilidade do Ministro decorre dos fatos que se sucederão. Estão sob o crivo da opinião pública, da sociedade, da imprensa, da Oposição, figuras de proa que ganharam prestígio no Partido dos Trabalhadores e no Governo à sombra das articulações do Sr. José Dirceu.

Vamos, então, saber a fundo até que ponto vai a influencia do Sr. Delúbio Soares sobre as ações do Governo; ele que recebeu empreiteiros no Palácio do Planalto.

Vamos saber a fundo se há ou não o que se explicar de parte do Sr. Marcelo Sereno, outro assessor do Sr. José Dirceu.

Vamos saber a fundo se é ou não é verdade – por isso tanto medo da CPI de Santo André – que ali estava montada uma quadrilha para arranjar fundo para campanhas eleitorais. Que coisa incrível o caso de Santo André! Eles estão difamando o santo, porque santo geralmente faz milagre, e quem se envolve com esse caso termina morrendo. Seis pessoas correlatas àquele crime foram assassinadas. Até o garçom, coitado! E também um dos assassinos. É algo que cheira mal e que está mostrando um pouco mais do que a ponta do **iceberg** de uma teia de arrecadação espúria, desonrada, desonesta.

Eu já conheço o estilo do Sr. José Dirceu. Este é um Governo pígio, medroso, que, por falta de lucidez,

sequer identifica bem as pessoas. Arma, por exemplo, uma ameaça ao Senador Antero Paes de Barros, que diz: "Por favor, minha vida está aí para ser investigada, virem-na do avesso". Não percebem que o Senador Antero Paes de Barros não é um adversário intimidável. Pode haver adversários intimidáveis. Machiavel, se pudesse aconselhar esse príncipe sem lucidez que governa o Palácio hoje, diria: "Intimide quem o senhor pode intimidar, Presidente, não intimide quem o senhor não pode, não intimide quem o senhor não deve".

Imaginar que uma notinha de jornal estabelecendo falsas ilações e usando uma figura desqualificada como este Sr. Ciro Gomes significará alguma quebra do meu ânimo de oposicionista é a mesma coisa que tirar carne da boca de leão numa jaula ou disputar comida com ele numa savana africana.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Senador Arthur Virgílio, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Com muita honra, Senador José Agripino.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Senador Arthur Virgílio, comprehendo a indignação de V. Ex^a porque, hoje, posso dizer que o conheço de perto. V. Ex^a é homem de hábitos probos, sério, de passado limpo, de reconhecida competência, mas, fundamentalmente, de passado limpo e probo. E todo homem probo, quando é objeto de suposição, de convivência com a improbidade, entra num processo de indignação, que é o que V. Ex^a está externando nesta manhã de sexta-feira. Em primeiro lugar, minha solidariedade a V. Ex^a em razão da sua conduta e da insinuação perversa e improcedente em uma coluna do jornal **O Globo**, a qual também li. V. Ex^a faz uma avaliação do caso Waldomiro, fala no Ministro José Dirceu, sugere conexões que têm que ser apreciadas e investigadas numa Comissão Parlamentar de Inquérito, única forma de dar à sociedade a resposta que deseja, mas V. Ex^a não aborda uma questão fulcral. Quero fazer uma pergunta a V. Ex^a e, permita-me, confrontá-lo. O Sr. Waldomiro Diniz, todo mundo sabe, foi nomeado pelo Sr. José Dirceu para trabalhar com ele. O Sr. Waldomiro Diniz, todo mundo sabe, há algum tempo, foi denunciado por escrito ao Ministro José Dirceu, e nenhuma providência foi tomada. A coluna de **O Globo** de hoje faz a ilação entre V. Ex^a e o Sr. Leovegildo Soares*, que foi Delegado do Trabalho no Estado do Amazonas. Diz que V. Ex^a quem o indicou. Quero fazer-lhe duas perguntas. Primeira: o Sr. Leovegildo trabalhou com V. Ex^a?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Diretamente, não. Ele foi indicado pelo secretário que o PSDB do Amazonas indicou.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Vamos supor que V. Ex^a tenha indicado; não sei se o indicou ou não. Waldomiro foi indicado para trabalhar com o Ministro José Dirceu. V. Ex^a recebeu alguma denúncia de prática de corrupção do Sr. Leovegildo, enquanto ele era Delegado do Trabalho, sob a indicação ou proteção de V. Ex^a? Se as respostas forem positivas, dou a mão à palmatória e retiro tudo o que disse em relação à probidade de V. Ex^a e dou razão à colunista. Se não, V. Ex^a está sendo objeto de uma perfídia por parte do jornal, tem toda razão quanto à sua indignação e merece, sim, o apreço deste seu colega e da Casa da qual nos orgulhamos de pertencer.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Senador José Agripino, respondo a V. Ex^a de forma bem simples: ele foi indicado pelo Delegado George Tasso(*), hoje Secretário de um Governo do PPS, devido ao que ouvia da sua boa reputação na comunidade da Delegacia do Trabalho. Foi mantido pelo Sr. Abel Alves, hoje do PT, e também pelo atual Delegado, por gozar da mesma boa reputação na corporação. Portanto, nem Tasso, nem Abel, nem o atual Delegado, nem eu, jamais tomamos conhecimento de qualquer gesto que desabonasse a conduta do Sr. José Leovegildo Soares até então.

Entretanto, há outro fato que devo esclarecer: o Sr. Leovegildo jamais morou na minha casa. Na minha casa, moram a minha mulher, os meus filhos e as pessoas que trabalham conosco, os meus empregados. Na minha casa, hospedo parentes e amigos sobre os quais tenho absoluta certeza quanto às suas condutas. Há pessoas, inclusive do meu relacionamento político, com as quais converso abertamente no cafezinho do Senado ou na Câmara, no meio da rua, mas que não levo a minha casa. Na minha casa, não entra qualquer um.

O Sr. Waldomiro Diniz entrou na casa do Sr. José Dirceu, porque os dois tinham afinidades. Vamos rasgar a fantasia de uma vez. Quem neste País acredita – nem a velhinha de Taubaté – que o Sr. Waldomiro Diniz foi indicado porque supostamente era um grande conselheiro político? Foi indicado porque era um operador de arrecadação de fundos, sim, todo o Brasil sabe disso. Foi indicado porque o papel dele era esse, talvez tenha exagerado. Não posso asseverar que o Ministro José Dirceu sabia que ele ia buscar dinheiro com o bicheiro Cachoeira. Quero a CPI para descobrir se isso é verdade. Mas todo mundo sabe

que ele era homem de arrecadação de fundos para campanhas eleitorais.

E o Sr. José Dirceu erra, volto a dizer a V. Ex^a, quando imagina que há pessoas intimidáveis. No meu caso, o tiro sai completamente pela culatra. Tenho honra pessoal. Passei pela mesma função dele, ou seja, a de articulador político do Planalto. No meu caso, chamava-se Ministro-Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República; no caso dele, Ministro-Chefe da Casa Civil. E o que ele fazia, tirando essa parte obscura, era o que eu deveria fazer.

Entrei e saí do Ministério sem qualquer questionamento. Entrei e saí do Ministério sem nenhuma ratura. Entrei e saí do Ministério sem ninguém ousar dizer qualquer coisa que pudesse desabonar a minha conduta. Por quatro anos, fui Líder do Governo na Casa, acusavam Deus e o mundo – na maioria das vezes, levianamente –, e nunca ninguém levantou qualquer acusação a mim. E eu era, talvez, o mais polêmico dos Líderes que o Presidente Fernando Henrique possa ter tido no seu governo. Eu ia para o debate na Câmara e no Congresso frontalmente, eu ia desabridamente, como desabridamente me porto agora e me portarei a vida inteira. E me respondiam atacando outras pessoas do governo; ninguém me respondia me atacando.

A minha vida, portanto, está aí para ser comparada com a do Sr. Ciro Gomes a hora em que ele quiser. Não sou mesadista do **Beach Park**. A minha vida está para ser comparada por quem quer que seja. A minha vida está aí como um livro aberto. O meu patrimônio enche de orgulho a minha família, até porque é um patrimônio que retrata uma pessoa honesta, honrada, que procura dar dignidade e conforto a sua família. E não está na política para fazer fortuna pessoal. O meu Estado sabe disso. Sou o político mais votado do Estado do Amazonas, em todos os tempos. E creio que o Brasil começa a tomar conhecimento disso também.

Portanto, esqueço o boneco do ventrículo, esqueço o mamulengo, que é o boneco do ventrículo, e falo do ventrículo.

Ministro José Dirceu, V. Ex^a vai me enfrentar! Mas vai me enfrentar mesmo, e que venha com as suas armas calhordas, as suas armas covardes, as suas armas da intriga, da manipulação de terceiros, para chegar aos seus fins. E eu vou com a única arma que sei terçar: esta, o enfrentamento aqui.

Aprendi com o meu pai isto: a arte da desobediência. O meu pai me criou muito mal, aprendi a arte da desobediência. Quando eu era menino, resolvia as minhas coisas no meio da rua. Agora, eu, que não

sou incapaz de resolver as coisas no meio da rua quando for preciso, não abro mão, em nenhum momento, de deixar tudo bem claro, todos os pingos nos is.

Quem sabe o Governo não propõe uma CPI do Ministério do Trabalho e, aí, meu Deus, investiga todas as operações?

Mas quero responder ao Sr. José Dirceu e não mais ao boneco dele. Aliás, eu conheço o Ciro. Vou dizer a V. Ex^as quem é o Ciro Gomes. Perdoe-me, Sr. Presidente, peço que me ature por um pouco mais. Parece que estou vendo a cena: o Presidente Lula dizendo que tem que cortar orçamento e o Ciro Gomes, que cresceu bajulando o Tasso, deve ter dito ao Presidente: “Presidente, corte do meu Ministério, porque os outros vão reclamar. E eu sou leal, sou companheiro.” Diz isso de olho no Ministério do Planejamento, do Guido Mantega, de olho em desestabilizar a política do Palocci, de olho em continuar enganando a Nação. Mas uma coisa é ele enganar na campanha eleitoral; outra é entregar a economia do País a alguém que não entende o a-bê-cê da economia, não tolera o debate com quem quer seja. Alguém que leia a coluna da Miriam Leitão todos os dias derrota Ciro Gomes em um debate sobre economia. Não precisa mais do que isso.

Outro diálogo. Lula diz: “Puxa, esse Arthur Virgílio está incomodando, não é? Eu sempre gostei tanto desse rapaz, mas ele está chato, está pegando no nosso pé. Está demais.”. E o José Dirceu: “Pois é, esse cara está demais.” Aí o Ciro Gomes conclui: “Deixa que eu resolvo, Sr. Presidente. Vou chamar para mim. Aí ele esquece o senhor. Conheço o temperamento dele. Ele vai reagir. Aí, eles esquecem o Waldomiro, o Cachoeira.” E talvez nos esqueçamos de uma central de roubalheira que não estão querendo que seja investigada por essa CPI, pedida por nós e negada por eles com tanto empenho.

Volto a dizer, Sr. Presidente, que é estranho tudo começar no Sr. Waldomiro e terminar no Sr. Waldomiro. Para que tanta paúra da CPI, se ela bastaria para constatar aquilo que o documento fajuta do Palácio do Planalto concluiu? É um documento de 80, 100 ou 200 páginas e não cita o Sr. José Dirceu em nenhum momento. Ou seja, o Sr. José Dirceu não foi ouvido. É estranho mesmo imaginar funcionários do Gabinete Civil ouvindo o Todo-Poderoso Ministro-Chefe. Lógico que eles não podiam. O documento é fajuto, é uma tentativa do Governo de trocar o sofá do adultério.

Enfim, o que provaria a verdade seria uma Comissão Parlamentar de Inquérito. Portanto, eu aqui

coloço o Sr. José Dirceu sob suspeição. Que venha através dos seus “bonecos”, sozinho ou acompanhando, com quem quiser. A minha voz ninguém cala.

A minha definição de fazer oposição a esse desgoverno é uma destinação de vida. Para mim, a coisa funciona ao contrário. Eu vou repetir o Dr. Ulysses Guimarães: “Bata em mim e eu cresço como clara de ovo.” Bata em mim e eu viro um leão. Sei ser muito cordato e sou do diálogo na hora em que é possível o diálogo e em que é necessária a generosidade na vida pública. Considero-me uma pessoa capaz da generosidade e do respeito ao adversário.

Mas, em relação a este Governo, que, agora, envereda pelo caminho da chantagem, eu estou muito zangado, porque devem ter revirado a minha vida do avesso. E, aí, de repente, concluíram: “Meus Deus, esse cara, ainda por cima, não é ladrão. Meu Deus do céu, esse Arthur Virgílio é chato e ainda por cima não é ladrão. Passou pelo gabinete da Presidência da República e não roubou. Foi Líder do Governo – um poderoso Líder do Governo – nesse tempo todo e não agenciou nenhuma vantagem para ninguém. Que sujeito chato. Fica, aí, falando mal da gente. Fica denunciando a gente e não é ladrão. Seria tão cômodo se esse Arthur Virgílio fosse ladrão.”

Eu fico com raiva porque, se houvesse qualquer coisa a mais, iriam transformar a minha vida num laçoal. E, aí, volto a dizer que aprendi com meu pai a arte da desobediência, aprendi com meu pai a arte da honradez. Assim, para me enfrentar é preciso pelo menos ser honrado. Para me enfrentar é preciso pelo menos ser corajoso. Para me enfrentar é preciso pelo menos ter a mesma capacidade que tenho de subir a tribuna de cabeça erguida, de descer na minha terra de cabeça erguida e andar pelas ruas do Brasil de cabeça erguida.

Portanto, Sr. José Dirceu, aceite uma sugestão para quem já foi até guerrilheiro como o senhor: abandone a covardia, largue os seus “bonecos” e enfrente-me. Procure agir como um homem de verdade agria. Não está agindo como um homem de verdade neste momento.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Concedo a palavra ao Senador José Agripino, pela Liderança do PFL.

O SR. JOSÉ AGRIPIINO (PFL – RN) Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, a imprensa de hoje noticia – ouvi no noticiário da televisão hoje pela manhã – a inauguração do prédio do TRT de São Paulo. É um bonito pré-

dio, imponente prédio, que virou símbolo. Símbolo da prática da corrupção, símbolo da investigação bem feita e símbolo de correção de rumos. Símbolo disso tudo.

Foi a primeira vez que se discutiu a probidade no Poder Judiciário, um poder intocável. Sobre o Legislativo, sobre o Executivo há a imprensa, um vigia o outro, um rasga as carnes do outro, um cassa mandato dos seus Deputados e Senadores. O Poder Executivo é vigiado, é penalizado com demissões, com prisões. E, no Poder Judiciário, até o escândalo do TRT, nada acontecia. Foi feita uma denúncia, instalou-se uma comissão parlamentar de inquérito e o grande responsável pela prática do ilícito foi desmoralizado, teve os bens bloqueados, foi e está preso até hoje. O Tribunal de Contas da União procedeu à investigação, corrigiu o contrato, e a obra foi, depois de idas e vindas, concluída.

Estabeleceu-se, com a implantação da comissão parlamentar de inquérito, o processo de transparência no Poder Judiciário, que, na minha opinião, é um poder limpo. Mas ninguém é 1000% limpo, e por isso não pode ser intocável. Tanto que, na reforma do Judiciário, deverá ser aprovada uma novidade, um fato novo chamado controle externo do Judiciário.

Os juízes são, na sua regra, probos, sérios, têm espírito público, são bem intencionados, fazem bem a sua missão. Mas será que se pode assegurar que todos eles o são? Ou é preciso que se estabeleçam elementos, instrumentos de investigação da prática do ilícito, como foi feito no Tribunal Regional do Trabalho, com o escândalo do Juiz Nicolau, o que possibilitou que outros juízes que praticam tráfico de influência ou que usam o poder que as instituições lhes atribuem para obter vantagens – como o último caso, do Juiz Rocha Matos – fossem investigados?

A comissão parlamentar de inquérito produziu um fato positivo para a sociedade brasileira, porque deu uma contribuição importante para o processo de correção de rumos no campo da probidade.

O Senador Arthur Virgílio acabou de falar, com indignação, do caso Waldomiro e das suas relações. Senador Arthur Virgílio, eu tenho uma grande pergunta. Senador Heráclito Fortes, V. Ex^a foi Prefeito de Teresina, como o Senador Arthur Virgílio foi Prefeito de Manaus, e eu, de Natal, como também fui Governador. Para nomear um auxiliar, ou o conhecemos, ou nos informamos sobre quem é ele. Senador Arthur Virgílio, V. Ex^a foi Ministro-Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República e nomeou auxiliares diretos. Portanto, V. Ex^a conhece a forma, as exigências

para que se coloquem pessoas na Capital, na catedral do poder, no Palácio do Planalto.

Existe um órgão chamado Abin que fornece a folha corrida, as credenciais e os pecados dos indicados.

Senador Mão Santa, a sociedade faz uma pergunta: será que o Governo não sabia quem era o Sr. Waldomiro Diniz, com quem o PT convivia há tanto tempo, para nomeá-lo para um posto tão importante?

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Com o maior prazer.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Bem sucintamente: não há a menor possibilidade de a má reputação do Sr. Waldomiro Diniz, que era conhecida no Rio de Janeiro, não ter chegado aos ouvidos do Sr. José Dirceu ou ao conhecimento da Abin. Ou a Abin apadrinhou o Sr. Waldomiro Diniz – e isso inocentaria o Sr. José Dirceu – e ninguém foi punido até hoje naquele órgão, o que colocaria em xeque, portanto, a posição do General Félix, que tenho como um homem de bem, ou a Abin o avisou, sim, das rasuras cadastrais do Sr. Waldomiro Diniz e o Ministro José Dirceu, talvez enganando o Presidente, ainda assim passou por cima. A Abin não é terminativa e nem recomenda. Ela diz: “Constam isso, isso e isso da vida do Fulano”. Quando era comigo, eu dizia: “Presidente, o indicado do Senador Beltrano não presta. Está aqui e não há quem me faça nomear uma pessoa dessas”. E o Presidente: “Está certo, Arthur, é isso mesmo”. Então, não há possibilidade de não ter chegado essa informação ao conhecimento do Ministro José Dirceu, no meu entendimento, com a experiência que tive no Palácio. Chegou, com certeza, e S. Ex^a resolveu passar por cima. O mais grave seria a terceira hipótese: não ter mandado fazer investigação, porque isso significaria cumplicidade mesmo, “da braba”, para usar uma expressão do Norte e do Nordeste.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Agradeço a contribuição de V. Ex^a, Senador Arthur Virgílio, porque ela vem confirmar a minha preocupação.

Vou abordar um assunto que é de fundamental importância dentro do raciocínio que estou procurando colocar: a cobrança da sociedade de probidade e das providências que devem ser adotadas para que a probidade seja uma prática da vida pública no Brasil.

A pergunta que a sociedade faz é: o Governo sabia ou não que o Sr. Waldomiro Diniz era o que é, o que mostrou na fita? Sabia ou não sabia?

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Sabia.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – A sindicância mostrou que o Sr. Waldomiro Diniz praticou dolo, sem sombra de dúvida, e focou apenas nele, mas há uma série de denúncias periféricas envolvendo o Sr. Buratti e a empresa Leão & Leão. Todos os dias surgem ilações novas, que não têm respostas. São perguntas feitas e sem resposta.

A sociedade vai ficar sem respostas? Vai haver alguém para falar em nome da sociedade? Ou a Oposição do Brasil é amofinada, omissa e conivente? Nem é amofinada, nem é omissa, nem é conivente. É Minoria, mas tem direitos, e os direitos da Minoria têm que ser respeitados. Estamos fazendo, no Congresso, tudo o que é nossa obrigação para que a sociedade do Brasil não chame a Oposição deste momento de conivente.

Os Líderes tinham a obrigação de ter indicado os membros para compor a CPI dos Bingos, de iniciativa do Senador Magno Malta, que colheu mais do que 27 assinaturas. A Minoria, representada pelo PFL, pelo PSDB e, suponho, pelo PDT, já fez suas indicações oficialmente. Não indicaram os membros os Partidos ligados à base do Governo.

Sobre isso, é claríssimo o Regimento da Câmara. E onde é que, no Congresso, faz-se diferença fundamental entre Câmara e Senado? Por que Senado é uma coisa e Câmara é outra? Por que, na hora em que os Líderes não indicam, o Presidente da Câmara tem obrigação escrita de indicar e o do Senado não tem? Por quê? Qual é a razão? Por que razão na Câmara é, sim, o Sr. Presidente obrigado a indicar os membros que os Líderes não indicam e, no Senado, por interpretação regimental, não há essa obrigação?

Não entendemos. E tanto não entendemos que questões de ordem foram apresentadas, foram votadas na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e, lá, a Maioria truculenta derrotou as questões de ordem, que serão apreciadas no plenário, quando os Senadores mostrarem o que pensam e se o fazem com a sua consciência ou pela cabeça do Palácio do Planalto.

De qualquer maneira, o PFL, o meu Partido, entrou com mandados de segurança e pedidos de liminar junto ao Supremo Tribunal Federal, para que essa questão seja apreciada e observada.

Sr. Presidente, neste ponto, quero fazer o esclarecimento de um fato que está na imprensa de hoje. Está escrito em praticamente todos os jornais que o Supremo Tribunal Federal negou a liminar do PFL, como que sepultando de uma vez por todas a obrigação da Oposição de falar em nome das minorias – e isso tem que ser respeitado no regime democrático.

Pretende-se que se faça, no caso de Waldomiro Diniz, aquilo que se conseguiu fazer no caso do TRT de São Paulo: uma comissão parlamentar de inquérito esclarecedora, para correção de rumos no campo da probidade.

Hoje, as pessoas se sentem confortáveis porque vêm o Juiz Nicolau preso e o Juiz Rocha Matos investigado; elas acreditam nas instituições. O Congresso fez a sua parte: produziu transparência e clima de investigação sem revanchismo, mas clima de investigação. A impunidade não se implantou com a cônivência da Oposição. É o que estamos querendo.

Recorremos ao Supremo Tribunal Federal, que negou, sim, a liminar, mas o fez, Senador Alvaro Dias – e aqui quero esclarecer, pois tenho em mão o despacho de S. Ex^a o Ministro Celso de Mello –, porque uma liminar, segundo S. Ex^a, só pode ser concedida na medida em que sejam atendidos dois pressupostos: um é a fumaça do bom Direito – não sou advogado, mas tenho obrigação de saber ler –, e a outra, **periculum in mora**, o perigo do prejuízo pela demora.

Vou ler alguns pontos do despacho do Ministro Celso de Mello, que, na questão da fumaça do bom Direito, que é fundamental, porque é aí que moram a essência e o mérito do nosso questionamento, faz observações das quais esta Casa e o País precisam tomar conhecimento, para aguardar a decisão que ainda está por vir. S. Ex^a reconhece que no **periculum in mora** não há prejuízo para as partes que se conceda ou não a liminar, obrigando o Presidente a fazer a indicação de imediato. O **periculum in mora** não é reconhecido pelo Ministro Celso de Mello.

Na questão do mérito, lerei alguns pontos do despacho do Ministro Celso de Mello, porque é importante esta Casa conhecer pelo menos o pensamento do Supremo. Esse pensamento aponta, suponho eu, para alguns votos que ocorrerão no julgamento do mérito desses mandados de segurança.

O Ministro Celso de Mello diz no seu despacho, do qual vou ler trechos:

Cumpre ter presente, na espécie, o magistério jurisprudencial, que, firmado por esta Suprema Corte desde a primeira década de nossa experiência republicana, consagra a possibilidade jurídico-constitucional de fiscalização de determinados atos emanados do Poder Legislativo [é procedente e legítima a fiscalização de atos do Poder Legislativo pela Suprema Corte], quando alegadamente eivados do vício da inconstitucionalidade, sem que, ao assim proceder, o

Tribunal vulnerere o postulado fundamental da separação de poderes:

S. Ex^a reconhece, portanto, que é legítimo, que é lícito que o Supremo se manifeste sobre questões que dizem respeito ao Poder Legislativo.

E prossegue:

O Poder Judiciário, quando intervém para assegurar as franquias constitucionais e para garantir a integridade e a supremacia da Constituição, desempenha, de maneira plenamente legítima, as atribuições que lhe conferiu a própria Carta da República.

Bate e rebate o assunto. Adiante, o Ministro Celso de Mello faz algumas citações e as coloca em seu despacho. Se assim procede, S. Ex^a concorda com elas. São várias citações do jurista Geraldo Ataliba. Cita-as em seu despacho, em que nega a liminar, mas não define nada com relação ao mérito, que ainda será julgado. S. Ex^a já pediu informações ao Senado para consubstanciar o voto que, tenho certeza, dará, em um rumo ou em outro, para ser apreciado pelo Supremo Tribunal Federal. No seu despacho, há várias citações do jurista Geraldo Ataliba – quem as coloca, suponho eu, consente, com elas concorda. Em escrito nenhum meu, coloco coisas com as quais não concordo, a menos que eu as coloque e diga: “Digo, mas não concordo”. E isso não foi dito.

Diz S. Ex^a:

O principal papel da oposição é o de formular propostas alternativas às idéias e ações do Governo da maioria que o sustenta. Correlativamente, critica, fiscaliza, aponta falhas e censura a maioria, propondo-se, à opinião pública, como alternativa. Se a maioria governa, entretanto, não é dona do poder, mas age sob os princípios da relação de administração.

(...)

Daí a necessidade de garantias amplas, no próprio texto constitucional, de existência, sobrevivência, liberdade de ação e influência da minoria, para que se tenha verdadeira República.

Isso está escrito no despacho do Ministro Celso de Mello, repetindo citação do professor Geraldo Ataliba.

Prosegue S. Ex^a:

Pela proteção e resguardo das minorias e sua necessária participação no processo político, a República faz da oposição instrumento institucional de governo.

(...)

É imperioso que a Constituição não só garanta a minoria (a oposição), como ainda lhe reconheça direitos e até funções.

O Ministro Celso de Mello está citando Geraldo Ataliba, e quem cita – suponho eu – concorda.

Repto:

É imperioso que a Constituição não só garanta a minoria (a oposição), como ainda lhe reconheça direitos e até funções.

(...)

Se a maioria souber que – por obstáculo constitucional – não pode prevalecer-se da força, nem ser arbitrária nem prepotente, mas deve respeitar a minoria, então os compromissos passam a ser meios de convivência política.

Isso é o que está dito no despacho do Ministro Celso de Mello, quando nega a liminar. Nega a liminar, mas aponta claramente para pressupostos que serão fundamentais na apreciação do mérito da matéria, que, dentro de pouco tempo, será apreciada no Supremo Tribunal Federal.

Portanto, o meu Partido, o PFL, que apresentou cinco mandados de segurança, não entende a causa no Supremo Tribunal Federal, de acordo com o que está dito na imprensa, como perdida. Longe disso! S. Ex^a entende que a liminar não é imperiosa. Mas, no mérito, pelo que está dito, tenho absoluta convicção de que a perspectiva de procedência na formulação, que fazemos em nome da minoria e em nome da sociedade, terá êxito. E aqui, no Senado, a exemplo da Câmara, S. Ex^a, o Presidente da Casa, vai ter sim, senhor, que indicar os membros que os Líderes não indicarem, a bem da lisura e da probidade do serviço público do Brasil.

Durante o discurso do Sr. José Agripino, o Sr. Álvaro Dias, deixa a cadeira da presidência que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa) – Concedo a palavra ao Senador Antero Paes de Barros.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, gos-

taria, inicialmente, de transmitir a minha total solidariedade ao Líder Arthur Virgílio, covardemente agredido – e tenho certeza absoluta de que não o foi pelo Ministro Ciro Gomes – pelo Chefe da Casa Civil, José Dirceu. Não tenho nenhum sentimento com relação à questão da jornalista, porque a jornalista apenas registra aquilo que lhe passaram, e o que lhe passaram foi isso.

Quero dizer que há uma diferença entre o Sr. Leovegildo Soares, que não morou com V. Ex^a e sobre o qual nunca lhe chegou denúncia alguma, e o Sr. Waldomiro. O Waldomiro é diferente. O Waldomiro não foi indicado por José Dirceu, mas foi escolhido por José Dirceu e o assessorou na CPI do PC Farias e do Collor. José Dirceu escolheu o Waldomiro como seu assessor. Waldomiro foi indicado por José Dirceu para ser assessor no Governo de Brasília. Waldomiro foi indicado por José Dirceu – e o ex-Governador do Rio de Janeiro Anthony Garotinho diz que revela isso em juízo – para ser o representante do PT, do Governo de José Dirceu, no Rio de Janeiro. Waldomiro foi assessor do Governador Zeca do PT. E é evidente que aí há relações com a atuação do Ministro José Dirceu. Waldomiro assessorou o Governo do PT no Rio Grande do Sul. Waldomiro não era e não é esse nome nacional todo. Hoje, ele é um nome nacional colocado e condenado, inclusive, numa sindicância do Palácio do Planalto, e a sindicância, em muitas e muitas páginas, não ouve sequer o José Dirceu. A sindicância, pelo menos, poderia ouvir o José Dirceu, mas não aparece o nome do José Dirceu na sindicância feita pelo Palácio Planalto.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Permite-me V. Ex^a um aparte, Senador Antero Paes de Barros?

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Ouço o aparte do Senador Arthur Virgílio.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador Antero Paes de Barros, como sei que V. Ex^a, após essa generosa manifestação em relação a este seu colega e amigo, abordará outro tema, eu queria, dentro deste, ressaltar que, por outro lado, Waldomiro não tem como ter queixas do Governo. O Governo é leal a Waldomiro. Esse é um fato. O Governo é profundamente leal ao Sr. Waldomiro Diniz. Aceitou a demissão dele a pedidos. Um Governo sério picaria aquele papel em mil pedacinhos e o jogaria na cabeça do Sr. Waldomiro por ele estar enlameando um Governo que se pretende sério. Aceitaram, candidamente, a demissão, a pedidos. Não há uma palavra de indignação do Sr. José Dirceu. S. Ex^a poupa o Sr. Waldomiro o tempo inteiro. E aquele Waldomiro sorri-

dente, com aquele sorriso alvar – quase se assemelhava ao de um ser humano –, indo depor na Polícia Federal como se fosse testemunha de acusação e não réu de um processo escabroso, aquilo dava uma sensação de segurança, que não passou despercebida pela Nação. Ou seja, o Waldomiro não tem que ter queixas. Eles têm sido muito leais com o Waldomiro. Parece-me que entre eles funciona um pacto de silêncio, aquela coisa meio mafiosa, meio **omertà**. Waldomiro, com certeza, não fala nada, morre sem falar nada. E eles garantem o sorriso nos lábios do Waldomiro. Waldomiro depôs sorrindo, o que foi um insulto à imprensa, um insulto à Nação, um insulto às pessoas de bem deste País. Muito obrigado, Senador Antero Paes de Barros. Ouço o seu discurso com a atenção e o respeito de sempre.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Agradeço o aparte de V. Ex^a.

Sr. Presidente, quero relembrar, aqui, aquela sexta-feira 13 em que apresentei a denúncia na tribuna do Senado. Eu dizia, naquela sexta-feira 13, da necessidade de o Governo demitir o José Dirceu ou de o José Dirceu pedir para sair. E, no discurso, em que apresentava os fatos à Nação, fazia alusão à atitude que teve o ex-Presidente Itamar franco em relação a seu Chefe da Casa Civil, Henrique Argrives. Isso não foi feito. Eu dizia, naquela oportunidade: “Ele tem que ser demitido agora, porque, a cada hora que passar, a cada dia que passar, ficará com menos autoridade para conduzir o Governo!”. E o pior é que, agora, S. Ex^a avança sobre a autoridade do Presidente Lula.

Vejam a entrevista que o Presidente Lula concede hoje ao jornal **O Globo**. Há essa situação, toda essa tentativa de preservar o Ministro José Dirceu. E, na República, é preciso entender que quem tem mandato é o Presidente da República. Ministro não tem mandato. Qualquer Ministro é **ad nutum**, é passível de demissão. E, se tivesse apreço pelo País, pela estabilidade, pela governabilidade, já teria pedido para sair. O que diz o Presidente Lula?

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa) – Senador Antero Paes de Barros, peço licença para prorrogar a sessão, de acordo com o Regimento, para que V. Ex^a conclua o seu pronunciamento e o Senador João Batista, que aguarda pacientemente, possa usar da palavra.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Diz o Presidente Lula: “Li a reportagem (da **Época**) com a denúncia às 10h30min, e ao meio-dia o sujeito estava demitido e a investigação aberta”. Não é

verdade isso! A liturgia do cargo de Presidente da República não permite essa declaração! Ele estava exonerado a pedido. O Governo não o demitiu, e isso nos leva, pela lógica, a raciocinar que o Governo tinha medo de represália se ele tivesse sido demitido. Essa é a verdade. Essa é a verdade dos fatos. Que mais diz o Presidente, Senador José Jorge?

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Permite-me V. Ex^a um aparte bem rápido?

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Concedo o aparte a V. Ex^a.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Com a importância do discurso que V. Ex^a está fazendo sobre um fato gravíssimo, desde manhã praticamente não vimos nenhum membro da base da sustentação do Governo presente nesta sessão do Senado. Falamos, e parece que eles são surdos. Eles não ouvem, mesmo porque nem estão presentes para defender o Governo das graves acusações que V. Ex^a está fazendo. Muito obrigado.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Agradeço o aparte de V. Ex^a.

Prosegue o Presidente Lula na entrevista ao jornal **O Globo** – peço, inclusive, que prestem realmente bastante atenção a essas declarações:

Lula admitiu que Dirceu sentiu o caso Waldomiro “nas entradas” e que falou mais do que deveria após o episódio. Mas o presidente considerou isso compreensível, atribuindo a atitude ao fato de o ministro ser uma pessoa honesta.

Não vou discutir isso. Ninguém da Oposição afirmou aqui desta tribuna que o Sr. José Dirceu, Ministro-Chefe da Casa Civil, seja uma pessoa desonesta. Nunca houve essa afirmação por parte da Oposição. Mas há uma afirmação que faço hoje da tribuna: S. Ex^a pode ser honesto, mas não age como uma pessoa honesta. Uma pessoa honesta ficaria indignada, não perderia a capacidade de indignação. Uma pessoa honesta seria a primeira a dizer: “Presidente, não vou fazer mal ao Brasil, está aqui o cargo. Vou defender a minha honra e vou para o Congresso Nacional para defender a CPI”.

É assim que agem os honestos.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Permite-me um novo aparte, Senador Antero Paes de Barros?

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – É assim que agem os honestos. Não estou dizendo que o José Dirceu é desonesto. Estou dizendo

que, nesse caso, nesse episódio, S. Ex^a não está agindo como uma pessoa honesta.

Eu não era Senador e, assistindo à sessão, vi o Senador Pedro Simon pedir para um ex-Ministro se demitir porque as coisas não estavam muito claras. E este fato aqui é infinitamente mais grave. Eu diria: é mais grave do que o episódio do Collor de Mello. É mais grave do que o episódio do PC Farias, porque o PC Farias não havia morado com o Chefe da Casa Civil por alguns anos, porque o PC Farias não habitava um dos andares do Palácio do Planalto.

Concedo o aparte a V. Ex^a, Senador Arthur Virgílio.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador Antero de Barros, V. Ex^a faz um discurso muito feliz e me dá ensejo de dizer duas coisas, um vaticínio que talvez se conclua e se complete a curto prazo: esse escândalo é gravíssimo, mas não é o maior escândalo desse Governo. Está aqui feita a previsão deste Senador pelo Estado do Amazonas. Em segundo lugar, quero trazer de novo algo que já foi objeto de denúncia minha, de requerimento de informações, e, como sempre, pouca importância concederam à preocupação da Oposição. O Dr. Toffoli, que trabalha na Casa Civil, que é o Waldomiro do Jurídico, munido de uma decisão da Ordem de São Paulo, que lhe daria o direito de advogar – não estou questionando se é legal, e, se o é, não é legítimo; ele tem mais de 200 causas nos Tribunais Superiores, as quais, parece, recentemente, ele teria já passado para outros –, é o homem que, inclusive, tem o direito de levar o nome dos juízes a serem nomeados naquelas listas tríplices para o Presidente da República. Isso cabia a mim antes, com Fernando Henrique, e, hoje, cabe a José Dirceu, com Lula. Eu tinha o meu assessor, e o assessor para estes assuntos é o Toffoli, que faz a triagem. Esse homem consegue, ao mesmo tempo, sentar no quarto andar do Palácio, opinar sobre a nomeação de juiz em lista tríplice e advogar junto a esses mesmos juízes após. Estou alertando para o fato de que aquilo é um poço de escândalos e que isso nem de leve está ainda devidamente contado para a Nação.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Quero dizer a V. Ex^a, com muita segurança, que provavelmente isso não é legal, é ilegítimo. Ainda que fosse legal, não é ético. Como é que alguém que participa da estrutura do Governo mantém a atuação na advocacia?

Não é ético também o Governo aceitar e considerar absolutamente normal o Sr. Delúbio, o tesoureiro do PT, freqüentar o Palácio do Planalto e despachar com Ministros. Se ele é o tesoureiro do PT, então é

absolutamente normal ele despachar com Ministros, inclusive de outros Partidos? Mas o que o tesoureiro do PT tem, por exemplo, a ver com o Ministro dos Transportes, do PL, Sr. Anderson Adauto, despachando junto com empreiteiros? Ele é uma autoridade que visita o Palácio do Planalto, sai de lá e dá entrevistas, como tesoureiro do PT. Ele dá entrevista coletiva na porta do Palácio do Planalto. Quebraram todos os conceitos da ética!

Os jornais não retratam tudo o que foi divulgado pelo Jornal Nacional ontem: um funcionário do aeroporto achou US\$10 mil, procurou o dono do dinheiro e o devolveu. E recebeu um autógrafo, na camisa, do Presidente Lula, que pediu ao Presidente da Infraero, Carlos Wilson, que arrumasse um emprego para aquele funcionário exemplar. A reportagem mostra o diálogo do Presidente da República do meu País com aquele funcionário – não estou falando *ipsis litteris* porque não tenho aqui a decupagem da fita: “Seus colegas não acham que você foi otário?” Ao que ele respondeu: “Não, estou com a consciência tranqüila”. E o Presidente respondeu: “Mas você achou um dinheiro sem dono”. Como é que há US\$10 mil sem dono? Não existe dinheiro sem dono, não há essa possibilidade. O Presidente questionou se os colegas não o haviam advertido, em vez de ficar exclusivamente no elogio ao funcionário.

Isso demonstra que há uma confusão de conceitos na República. Eles pensam que é perfeitamente ético tudo isso, e não o é. Não há nada ético. Há uma corrosão ética no atual Governo, infelizmente. E isso tudo ocorre para proteger o Ministro José Dirceu.

A cada dia, é tirado um pouquinho da autoridade do Presidente Lula, e isso não é feito pela Oposição, que tem o maior respeito pelo Presidente Lula. Essa autoridade está-se corroendo pelo comportamento de Primeiro Ministro do Sr. José Dirceu antes da crise. E, quando tenta se recuperar, S. Ex^a pensa que, agredindo a Oposição e caminhando numa linha de desviar o foco para a área econômica, isso irá beneficiá-lo; talvez até imagine que com isso beneficie o Governo.

Volto ao que declara o nosso Presidente Lula nos jornais. No jornal **O Globo**, é dito o seguinte:

O chefe da Casa Civil, José Dirceu, fez um trabalho extraordinário na articulação política, é uma peça-chave no governo e ele será mantido, mas recebeu do presidente Luiz Inácio Lula da Silva a seguinte recomendação: o governo não precisa do bateu-levou do governo Collor e nem do trator

dos tempos de Fernando Henrique: precisa é governar.

Essa foi a entrevista dada ao jornalista Franklin Martins.

Os dois falaram ontem, porque estão nos jornais de hoje. Lula afirma que o Governo precisa governar, o que é quase uma confissão de que não está governando, e que José Dirceu deve ajudar na governabilidade e não precisa desse bateu-levou. E o que diz José Dirceu? "Quem fala o que quer tem que aprender a ouvir o que não quer. Esse é o meu ditado."

Quem manda nisso? É Lula ou José Dirceu? Daqui a pouco, as coisas estarão muito confusas. O site Primeira Leitura traz que Lula pensou em demiti-lo, mas S. Ex^a não aceitou. S. Ex^a diz que a política econômica do Palocci não vai mudar contra Palocci – talvez, dando a entender que muda com o próprio Palocci. Então, há uma situação de crise não provocada pela Oposição, mas pelas trapalhadas e falta de decisões do Governo.

Não dá para aceitar que o Sr. Waldomiro tenha todo esse currículo ligado a José Dirceu e que o Sr. Muratti tenha sido o escolhido para ser beneficiado com uma propina, cujo valor – discute-se – teria sido de R\$6 milhões ou R\$20 milhões. Para a Caixa Econômica Federal renovar, a GTech tem que procurar um importante assessor, etc. e tal. E o contato quem era? Buratti.

Depois de oito ou dez dias, o jornal **Folha de São Paulo**, consegue trazer a informação. Buratti foi assessor de quem? José Dirceu. Ouve-se Waldomiro: "não conheço Buratti". Ouve-se Buratti: "não conheço Waldomiro". É possível que Buratti não conheça Waldomiro e vice-versa, mas está definitivamente provado que ambos trabalharam com José Dirceu.

Não é possível que não se instale a CPI. O Governo até pode, com o uso da Maioria – nós reconhecemos que somos minoria no Parlamento e não temos medo disso –, criar enormes dificuldades, como o tem feito, atropelando, inclusive, a Constituição com a não-instalação da CPI, mas não recuperará a credibilidade. O Ministro José Dirceu não recuperará a credibilidade.

Só há uma atitude digna – que a essa altura não se espera mais – a ser tomada pelo Ministro: pedir para sair, vir ao Senado, exigir a CPI, colocar tudo em pratos limpos e mostrar que não tinha absolutamente nada a ver com isso. S. Ex^a, no entanto, prefere uma apuração em que, como chefe de Buratti e de Waldomiro, não seja sequer ouvido.

Isso é profundamente lamentável. Vejo-me como uma pessoa de esquerda e considero uma tragédia esse vácuo, essa incapacidade de governar. Isso é ruim para o nosso País.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Antero Paes de Barros, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Pois não, Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Antero Paes de Barros, meu aparte é exatamente uma extensão do que disse o Senador José Jorge. Isto é lamentável para um governo que ainda não fez dois anos: desde as 9h, tenho observado a sucessão de discursos, todos eles, com pesadas críticas ao Governo, e não aparece um Senador da sua Base para justificar, explicar, defender, manifestar-se. Parece-me que a notícia de que o Governo está liberando algo em torno de R\$1 bilhão para as emendas parlamentares tirou os Srs. Senadores do Plenário para os Ministérios. Chamo a atenção da Nação, dos que estão ouvindo a TV Senado nesta manhã: é um absurdo que o Governo, cuja Base é um verdadeiro rolo compressor e faz o que quer nas votações –, não se tenha feito representar por um Senador da República que pelo menos dissesse que o Senador Antero Paes de Barros, o Senador Arthur Virgílio ou qualquer um dos Srs. Senadores que o atacaram até agora não têm razão. Tenho pena do Coordenador Político: o Deputado Aldo Rebelo deve estar fazendo um esforço extraordinário para consertar as coisas; fica na retaguarda, porque, pelo menos no Congresso Nacional, está completamente desprotegido – ou, então, estão todos dentro daquela tese de que quem cala consente. Muito obrigado, nobre Senador.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Agradeço a V. Ex^a pelo aparte e à Mesa pela prorrogação da sessão, para que pudesse concluir o pronunciamento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa) – Concedo a palavra ao Senador João Batista Motta, do PMDB do Estado do Espírito Santo.

V. Ex^a é o último orador desta sessão, que foi prorrogada.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PMDB – ES) – Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Muito obrigado pela compreensão, Senador Mão Santa.

Sr^{as} e Srs. Senadores, nesta Casa, tem sido grande a manifestação de todos os Senadores sobre o rumoroso caso Waldomiro. O que é mais estranho e

nos causa uma perplexidade muito grande é que foi editada uma medida provisória para extinguir os bingos e combater a jogatina. Ora, tantos políticos, tantos brasileiros, lutaram para que isso ocorresse – como o grande Senador Pedro Simon –, e nada foi implementado, a não ser pela motivação do caso Waldomiro.

Por outro lado, o Presidente da Câmara achou necessário, em resposta ao episódio Waldomiro, colocar em discussão a reforma política. Não sei como entender o que tem acontecido. Será que temos de torcer para que surjam outros Waldomiros? Será que se aparecesse um no Banco Central, os juros cairiam? Será que se aparecesse um Waldomiro no Ministério da Saúde, a Anvisa deixaria de prejudicar meu Estado?

Temos que refletir e tentar achar um rumo até para o nosso comportamento diário. Ora, eu nem tenho dado muita importância ao caso Waldomiro, porque tenho uma preocupação muito maior, que é a paralisia em que o Governo se encontra.

Referi-me à Anvisa, um órgão do Ministério da Saúde, que prejudica importadores, que prejudica empresários de empresas de **trades** que funcionam por este País afora.

O que me preocupa é que o Ibama esteja tentando colocar em prática o funcionamento de três parques marinhos no meu Estado. Que tente inviabilizar toda a economia do Espírito Santo. Estamos falando, estamos pedindo, estamos indo à Ministra, estamos pedindo ao Líder Mercadante que faça uma interferência. Mas ninguém tenta ouvir as nossas reclamações, muito menos atendê-las.

Ora, como podemos admitir que um prefeito, por cortar um barranco, por tirar um pouco de terra, para fazer um recapeamento na estrada, receba uma multa de um milhão de reais! Isso aconteceu no meu Estado.

Como podemos imaginar que barcaças construídas em cima do rio Araguaia, para transportar soja e baratear frete, construídas com o dinheiro do povo e do BNDES, não possam funcionar porque pode surgir alguma onda na água do rio e derrubar algumas barreiras que ficam no leito desse rio.

Ora, o que este Governo entende como geração de emprego?

Como podemos admitir que uma BR-101, principalmente o trecho que corta o meu Estado, obras que estavam em andamento, obras que receberam, em dezembro do último ano do Governo Fernando Henrique, recursos para continuá-la e, de repente, o Go-

verno Federal manda parar, suspende a obra. Não adianta fazer emenda, não adianta ir ao Ministro porque está parada, e matando gente. É um açougue humano que tem no meu Estado, o contorno da cidade de Vitória. E sem motivo e sem razão. Essas coisas nos trazem uma perplexidade como nunca aconteceu na minha vida, nos meus 65 anos de idade.

Recentemente, esta Casa assistiu também o Ministro José Dirceu, ao mandar uma medida provisória criando cargos para o Cade, deixar escrito na sua Exposição de Motivos: “Esse órgão é tão importante” – isso três meses antes da decisão do Cade no caso da Garoto – “que pode até proibir a venda da Garoto para a Nestlé”. Uma venda já ocorrida há dois anos e meio.

Veio a decisão do Cade. A economia do meu Estado foi prejudicada. A Nestlé estava iniciando uma fábrica de café solúvel no Município de Colatina, município pobre, município do polígono da seca. O Cade tomou aquela atitude esdrúxula, criminosa, covarde contra o meu Estado. Por que não tomou com relação à AmBev? Por que Brahma, Antarctica e Skol puderam ficar unidas? Por que a Nestlé não pode comprar a Garoto? Uma empresa que estava agonizando para acabar por falta de recurso, por briga interna dentro da família e que a Nestlé apenas foi socorrê-la. E a pedido de toda bancada capixaba e do governo do Estado. E covardemente a medida foi tomada.

E o pior, Sr. Presidente, sai agora, num boletim da Secretaria de Comunicação do Palácio do Planalto, uma nota de apoio àquela atitude. O que equivale a dizer que não foi nada de técnico aquilo que fez o Conselho do Cade. Foi apenas, acredito eu, atendendo a um pedido político que se fazia necessário, porque havia interesse de alguém por trás do episódio.

Sr. Presidente, ninguém mais do que eu, nesta Casa, deseja que este Governo dê certo, mas gostaria que o Presidente Lula acordasse, passasse a governar este País, reunisse seu segundo escalão e tomasse providências para essas aberrações que estão fazendo com que o Brasil não só fique parado de crescer, mas que retroaja no tempo e passe até a diminuir de tamanho.

Concedo o aparte ao Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador João Batista Motta, associo-me a V. Ex^a neste pronunciamento. Se depender de torcida, o Piauí verá resolvendo a contento esse impasse envolvendo a tradicional fábrica Garoto, que é um dos orgulhos da terra de V. Ex^a. Agora, o que causa estranheza, o que causa espécie é o comportamento diferente do Governo em casos semelhantes. A imprensa toda deu destaque a um

fato recente: a compra por uma empresa mexicana – nada de pessoal contra o México, muito pelo contrário – a compra de uma empresa de telecomunicação brasileira, no caso a Embratel, pela empresa mexicana, a Telmex, pagando-se um preço bem aquém do que as empresas nacionais tinham oferecido e, neste caso, o Governo, pelo menos até o momento, não se manifestou, nem o Cade, nem o Governo, o que nos deixa realmente intrigados, nobre Senador. Manifesto-me, no momento em que me solidarizo com V. Ex^a, porque esse retrocesso no caso da Garoto ocorreu quase dois anos depois de o efetivo negócio ter sido fechado e a empresa estar inclusive exercendo a atividade gestora na indústria. Faço esse alerta aqui com relação a um caso bem parecido, bem semelhante, que pelo menos até agora não se ouviu nenhuma manifestação concreta do Governo.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PMDB – ES) – Senador, agradeço de coração o seu aparte e gostaria que ele fizesse parte integrante do meu pronunciamento.

Para finalizar, Presidente Mão Santa, já que meu tempo está esgotado, faço aqui um apelo ao Presidente Lula, aos Ministros deste País, a um Deus que está no céu: que todos olhem com carinho para o nosso País. Não é possível mais suportar aquilo que o povo brasileiro tem suportado. Falei aqui outro dia que não sei porque essas coisas estão acontecendo. Não devemos culpar o Presidente da República por ação, mas ele é responsável por omissão. Esse processo ao qual me estou referindo teve início com a Constituição de 1988 – todos nós sabemos – e que foi incrementado e aperfeiçoado no Governo de Fernando Henrique Cardoso. Mas o Presidente Lula foi eleito pela maioria esmagadora do povo brasileiro para pôr fim a esse estado de coisas. O Presidente Lula foi eleito para olhar os temas e preocupar-se com os acontecimentos que estivessem prejudicando o povo oprimido do meu País.

No entanto, a sanha de arrecadar foi notada aqui por ocasião da reforma tributária. E a sanha continuou com a medida provisória da Cofins*. A carga tributária aumentou estupidamente.

Fala-se hoje em gerar trabalho, já que gerar emprego está difícil. Sugeri que déssemos isenção a vestuário de baixa renda e a gêneros alimentícios, a exemplo do que ocorre em outros países do mundo, como na Inglaterra, onde não se paga imposto por gêneros alimentícios, nem por roupas de criança. Se déssemos essa isenção a vestuário para baixa renda e a alimentação, uma dona-de-casa, ao perder seu esposo, em vez de mandar suas filhas para a prostitu-

ição, poderia debruçar-se sobre máquinas de costura e, durante a semana, produzir alguns pares de meias, camisas e calças; poderia, então, dirigir-se aos mercados e feiras livres mais próximas de sua casa e vendê-las sem que o rapa da Prefeitura, do Estado ou do Governo Federal as apreendesse. Daí poderia levar arroz, feijão e vestuário para sua família.

Mas não adianta. O Governo do trabalhador não está preocupado em gerar emprego ou trabalho.

Pelo amor de Deus, Presidente Lula, vamos acordar e entender que 40 milhões de brasileiros estão em dificuldades! Não é dando dinheiro e comida que resolveremos o problema dessa gente. Temos de dar a vara para o cidadão pescar o seu peixe. Não adianta dar o peixe para que ele coma no prato da sua casa. O povo brasileiro precisa de trabalho e de dignidade, para que o seu filho possa estudar e a sua família possa comer sem que tenha de receber esmola de quem quer que seja.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa) – O Senhor Presidente da República adotou em 24 de março de 2004, e publicou em 25 do mesmo mês e ano, a **Medida Provisória nº 176, de 2004**, que “Altera dispositivos da Lei nº 9.140, de 4 de dezembro de 1995, que reconhece como mortas pessoas desaparecidas em razão de participação, ou acusação de participação, em atividades políticas.”

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos da Resolução nº 1, de 2002-CN, art. 2º e seus parágrafos, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB)	
Efraim Moraes (PFL)	Rodolpho Tourinho (PFL)
Tasso Jereissati (PSDB)	César Borges (PFL)
José Agripino (PFL)	Eduardo Azeredo (PSDB)
Arthur Virgílio (PSDB)	Leonel Pavan (PSDB)

PMDB

Renan Calheiros	Luiz Otávio
Hélio Costa	Ney Suassuna
Sérgio Cabral	Garibaldi Alves Filho

Bloco de Apoio ao Governo(PT/PSB/PTB/PL)

Ideli Salvatti(PT)	Duciomar Costa(PTB)
Magno Malta(PL)	Eduardo Suplicy(PT)
João Capiberi(PSB)	Fernando Bezerra(PTB)

	PDT	
Jefferson Péres		Almeida Lima
	PPS	
Mozarildo Cavalcanti		vago
	DEPUTADOS	
Titulares		Suplentes
	PT	
Arlindo Chinaglia		Fernando Ferro
Angela Guadagnin		Ivan Valente
	PMDB	
José Borba		André Luiz
Mendes Ribeiro Filho		Gustavo Fruet
	Bloco (PFL/PRONA)	
José Carlos Aleluia		Rodrigo Maia
Enéas		Kátia Abreu
	PP	
Pedro Henry		Celso Russomanno
	PSDB	
Custódio Mattos		Alberto Goldman
	PTB	
José Múcio Monteiro		Ricarte de Freitas
	Bloco (PL/PSL)	
Sandro Mabel		Miguel de Souza
	PPS	
Júlio Delgado		Lupércio Ramos
	PSB	
Renato Casagrande		Dr. Evilásio
	(*) PSC	
Pastor Amarildo		Renato Cozzolino

(*) Designação feita nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN.

De acordo com a Resolução nº 1, de 2002-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

- Publicação no DO: 25-3-2004;
- Designação da Comissão: 26-3-2004;
- Instalação da Comissão: 29-3-2004;
- Emendas: até 31-3-2004 (7º dia da publicação);

- Prazo final na Comissão: 25-3-2004 a 7-4-2004(14º dia);
- Remessa do processo à CD: 7-4-2004;
- Prazo na CD: de 8-4-2004 a 21-4-2004 (15º ao 28º dia);
- Recebimento previsto no SF: 21-4-2004;
- Prazo no SF: de 22-4-2004 a 5-5-2004 (42º dia);
- Se modificado, devolução à CD: 5-5-2004;
- Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD: de 6-5-2004 a 8-5-2004 (43º ao 45º dia);
- Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: 9-5-2004 (46º dia);
- Prazo final no Congresso: 23-5-2004 (60 dias).

A Presidência esclarece ao Plenário que a Comissão Mista que acaba de ser designada deverá tomar suas deliberações de acordo com o disposto no parágrafo único do art. 14 do Regimento Comum, ou seja, os votos dos membros do Senado Federal e da Câmara dos Deputados deverão ser tomados em separado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 364, DE 2004

Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os art. 216, I, e 217, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam prestadas, pela Exmª Srª Ministra de Estado do Meio Ambiente, informações concernentes às perguntas formuladas a seguir:

I. Quais as exigências que eram feitas pela Instrução Normativa IN nº 2, de 3-6-2003, e que foram revogadas pela IN nº 11 de 5-12-2003? Qual a fundamentação científica e administrativa das exigências que eram feitas pela IN nº 2 e que foram revogadas pela IN nº 11? Justificar porque as exigências que eram feitas e foram revogadas não são mais necessárias para garantir a biossegurança da atividade regulamentada.

II. Quais as exigências que eram feitas pela Instrução Normativa IN nº 4, de 4-6-2003, e que foram revogadas pela IN nº 20, de 15-3-2004? Qual a justificativa científica e administrativa das exigências que eram feitas pela IN nº 4 e que foram revoga-

das pela IN nº 20? Justificar porque as exigências que eram feitas e foram revogadas não são mais necessárias para garantir a biossegurança da atividade regulamentada.

III. Informar o número de pedidos protocolados no Ibama, envolvendo atividades com OGM, solicitando Licença de Operação para áreas de Pesquisa – LOAS, e o número de Licenças que foram emitidas pelo Ibama nos anos de 2002, 2003, e 2004. Informar, também, a data do protocolo, a instituição que protocolou o pedido, o OGM objeto do pedido, e a data em que a licença foi emitida.

IV. Informar o número de pedidos protocolados no Ibama, envolvendo atividades com OGM, solicitando avaliação para emissão de Registro Especial Temporário – RET (procedimento da Lei de Agrotóxicos) e o número de avaliações que foram devidamente concluídas nos anos de 2002, 2003, e 2004. Informar, também, a data do protocolo, a instituição que protocolou o pedido, o OGM objeto do pedido, e a data em que a avaliação foi concluída.

Justificação

Considero imperioso conhecer os fundamentos científicos e administrativos que embasaram as ações do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama, que em um período inferior a 10 (dez) meses publicou 4 (quatro) Instruções Normativas – IN estabelecendo procedimentos para as atividades com organismos geneticamente modificados – OGM, sendo que a IN nº 2, de 3-6-2003, foi revogada pela IN nº 11, de 5-12-2003, e a IN nº 4, de 4-6-2003, foi revogada pela IN nº 20, de 15-3-2004, revogações que surpreendentemente ocorreram em contextos políticos significativos e oportunos para a Pasta do Meio Ambiente, que busca ampliar seu raio de influência nas decisões concernentes ao campo da engenharia genética.

A primeira revogação se deu no momento em que a Câmara dos Deputados analisava o Projeto de Lei de Biossegurança, e a segunda ocorreu durante o período no qual o Senado Federal se prepara para a discutir o Projeto de Lei de Biossegurança, Projeto de Lei da Câmara nº 9, de 2004, e nas duas oportunidades o Ibama alegou estar publicando nova Instrução Normativa para simplificar os procedimentos.

É do conhecimento de todos que a capacidade de inserção de um País no mercado das economias

baseadas no conhecimento está diretamente vinculada ao potencial científico e tecnológico que detém. Atualmente, a biotecnologia é considerada o novo segmento da economia baseada no conhecimento, no qual as técnicas originárias da engenharia genética ocupam lugar de destaque. Recentemente, a Comissão Européia elaborou exaustivo estudo cuja conclusão alçou a ciência da vida e a biotecnologia ao patamar de áreas estratégicas para a economia dos países europeus.

No Brasil a mídia escrita tem publicado, com regularidade, as queixas e frustrações da comunidade científica em razão do posicionamento adotado pelo Ministério do Meio Ambiente que, de forma sistemática, tem atuado no sentido de fixar procedimentos para realização de atividades no campo da engenharia genética, os quais, segundo inúmeros cientistas, representam entraves burocráticos que inviabilizam a implementação de pesquisas de campo com organismos geneticamente modificados – OGM.

Vale ressaltar que qualquer projeto de pesquisa de campo com OGM só é submetido ao Ibama após ter sido previamente analisado e aprovado pela Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – CTNBio, órgão legalmente constituído e com competência para avaliar, caso a caso, os “sons que uma determinada atividade com OGM possa oferecer ao meio ambiente, à saúde humana, animal e das plantas, do qual o Ministério do Meio Ambiente faz parte.

Nesse contexto, considerando a importância econômica e social do segmento, as manifestações da comunidade científica e o fato do Ministério do Meio Ambiente possuir representante na CTNBio, julgamos preocupante a criação de obstáculos à realização de pesquisas, bem como a regularidade com a qual o Ibama tem estabelecido e modificado as normas destinadas a regulamentar as atividades de pesquisas com OGM.

Com o intuito de elucidar todas as questões em epígrafe e, especialmente, para prover o Senado Federal com informações que ofereçam a possibilidade de decidir com sabedoria e conhecimento sobre a matéria, principalmente sobre as questões envolvendo a atribuição de competências a CTNBio e ao Ibama e o estabelecimento de procedimentos para a produção e comercialização de produtos geneticamente modificados, encaminho o presente requerimento.

Sala das sessões, 26 de março de 2004. – **Álvaro Dias.**

(À Mesa para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa) – O requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão, no termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 365, DE 2004

Requer Voto de Pesar pelo falecimento do ex-Secretário-Geral da Mesa da Câmara dos Deputados, Dr. Hélio Dutra.

Requeiro, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, a inserção em ata de Voto de Pesar, pelo falecimento ocorrido ontem, em Brasília, do Dr. Hélio Dutra, ex-Secretário-Geral da Mesa da Câmara dos Deputados.

Justificação

O Voto de Pesar que ora requeiro justifica-se em razão do trabalho dedicado do servidor público Dr. Hélio Dutra, que ocupou, na estrutura da Câmara dos Deputados, o mais alto cargo daquela Casa, o de Secretário-Geral.

Sala das Sessões, 26 de março de 2004. – **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa) – A Presidência fará constar em Ata o voto de pesar.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa) – Os Srs. Senadores Luiz Otávio, Valmir Amaral e Arthur Virgílio enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinados com o inciso I e o §2º do art. 210, ambos do Regimento Interno.

S. Ex^{as}s serão atendidos.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) –

CÓDIGO DE SEGURANÇA DE PORTOS E NAVEGAÇÃO INTERNACIONAL

Sr. Presidente, Sr^{as}s. e Srs. Senadores, o Brasil, junto com outras 162 nações, assinou um protocolo internacional de aperfeiçoamento das técnicas de controle de segurança contra atos extremistas no transporte marítimo internacional. Sancionado no ano passado, o assim chamado código contra o terrorismo tem a chancela dos integrantes da Organização Marítima Internacional (IMO), a agência de desenvolvimento das Nações Unidas para assuntos do mar.

A consequência das medidas preconizadas é que toda carga e navio oriundos de nações que não estiverem cumprindo as determinações do código te-

rão sua entrada negada em todos os países de destino.

Ora, Sr. Presidente, o Brasil depende visceralmente do transporte marítimo para exportar sua safra agrícola, principal fonte de divisas de nosso País e do superávit de nossa balança comercial. Não podemos, pois, nos dar ao luxo de perder negócios pelo não cumprimento de exigências internacionais de segurança.

Infelizmente, Sr^{as}s. e Srs. Senadores, a prevenção contra atos de terror é uma das mais complexas, incertas e difíceis tarefas das sociedades organizadas. Por ser oculto, sem nome e imprevisível, o ato de terrorismo dificilmente pode ser prevenido. Os exemplos do 11 de setembro, nos Estados Unidos, e do 11 de março recente, na Espanha, são demonstrações cabais da brutalidade e imprevisibilidade de tais fatos. Mesmo sociedades dotadas de sofisticados sistema de informação não puderam antecipar-se aos atentados e evitá-los. Ainda assim, não podemos negligenciar as medidas de proteção de bens e pessoas, se quisermos viver num mundo razoavelmente seguro.

Sr. Presidente, equipar portos com controles de mercadorias e de embarcações é uma necessidade brasileira efetiva e urgente. Não devemos utilizar-mo-nos da premissa de que somos um país externo ao circuito do terror internacional. As organizações internacionais de ação terrorista buscam atingir objetivos, em qualquer parte do mundo, que possam representar pretensos ganhos para suas causas. Se isso incluir ataque a navios ou produtos egressos do Brasil, tenhamos a certeza de que, no mínimo, tentarão.

Por isso, Sr^{as}s. e Srs. Senadores, venho a esta tribuna solicitar ação do Governo Federal no sentido da implantação das medidas preconizadas pelo acordo internacional subscrito pelo Brasil.

Em julho deste ano entrará em vigor o novo regime de navegação internacional, com medidas reforçadas de segurança para prevenção e eliminação de atos de terrorismo no mar. A conferência realizada em dezembro de 2002, em Londres, na sede da IMO, produziu o Código de Segurança de Portos e Navegação Internacional, o "ISPS Code", em inglês. O código contém detalhadas prescrições de segurança para governos, autoridades portuárias e companhias de navegação, seguidas de orientações de como alcançar tais prescrições.

Mesmo não descendo a detalhes quanto às propostas de medidas de segurança contidas no Código ISPS, creio ser do mais alto interesse brasileiro que nosso Governo atue no sentido de que todas as normas que sejam cabíveis aos nossos portos e às em-

barcações que o utilizem sejam implantadas e funcionem.

Como representante do Pará, um dos mais importantes pontos de escoamento de nossa produção para o exterior, desejo enfatizar a necessidade de que os portos da região Norte do Brasil, em especial os paraenses, sejam equipados de modo condizente com as medidas de segurança previstas no Código ISPS.

Quando pensamos em nossa gigantesca safra de soja e do volume que exportamos; quando pensamos em toda a vasta gama de produtos agrícolas e agro-industriais de nossa pauta de exportação, temos a obrigação de nos preocupar com as possíveis e desastrosas consequências de uma ação terrorista em nossos portos, embarcações ou mercadorias.

Por isso, Sr. Presidente, julgo da maior relevância, uma vez que se aproxima o mês de julho de 2004, quando deverá entrar em vigor o novo código de segurança portuária e de navegação internacional, que o Brasil adote as medidas necessárias para se adequar ao código.

É do interesse nacional e de nosso projeto de desenvolvimento que assim seja feito. Do contrário, teremos mais e mais dificuldades em realizar nossas exportações, já dificultadas com as medidas unilaterais adotadas pelos Estados Unidos da América após o atentado de 11 de setembro de 2001.

Creio que o Sr. Ministro dos Transportes, Dr. Alfredo Pereira do Nascimento, egresso da região Norte, saberá direcionar as ações de seu ministério no sentido aqui solicitado, para o bem de nossa Nação e de nossa economia.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. VALMIR AMARAL (PMDB – DF. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s. e Srs. Senadores, na data de 21 de Março, celebra-se, anualmente, o Dia Da Floresta. Entretanto, é com tristeza que constatamos que o mundo moderno está cada vez menos verde. Segundo recente relatório publicado pela FAO, organismo especializado das Nações Unidas, o espaço vital de florestas para cada habitante do nosso planeta vem diminuindo em doze metros quadrados a cada ano que passa.

A despeito da onda verde de consciência ecológica que acomete nossa sociedade, muito se tem falado, porém pouco se tem feito para estancar tal processo. Cerca de 12 milhões de hectares de matas soem para sempre todos os anos, o equivalente a 40 campos de futebol por minuto.

Embora a taxa de desflorestamento mundial tenha sofrido uma redução de 20% na última década, a África e América do Sul ainda padecem de taxas elevadíssimas, sendo o conceito de desenvolvimento sustentável ainda uma distante quimera.

Após 500 anos do início da colonização europeia, temos como resultado o extermínio de cerca de 92% das reservas originais de Mata Atlântica, bioma detentor das mais ricas biodiversidades do mundo.

Contudo, a despeito de todos esses dados negativos, não sepultamos nossas esperanças de vermos um mundo e um Brasil que respeitem e conservem o seu patrimônio natural.

Assim, é com profunda satisfação que saudamos a proposta do Instituto Nacional do Meio Ambiente (IBAMA) de democratizar, de maneira responsável e cuidadosa, as unidades de conservação e manejo florestais para a pesquisa científica e o turismo ecológico ordenado.

Por meio de parcerias com órgãos públicos e empresas privadas, diversos santuários ecológicos poderão receber visitas de pequenos grupos diários, despertando na população o interesse pelas coisas naturais e o compromisso pela preservação de nossa flora.

Sr. Presidente, Sr^{as}s. e Srs. Senadores, daqui desta tribuna, conclamamos a todos os brasileiros que plantem uma árvore, numa singela homenagem ao Dia da Floresta, ao mesmo tempo em que reconhecemos na educação ambiental a mais valiosa ferramenta para construirmos um mundo ecologicamente sustentado e mais agradável de se viver.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) –

A HESITAÇÃO DE LULA PODE AMEAÇAR A ESTABILIDADE DO PAÍS

Sr. Presidente, Sr^{as}s. e Srs. Senadores, as manchetes dos jornais brasileiros destacam esta manhã os incríveis malabarismos que o Governo Lula acionou num deprimente rondô que o vai caracterizando, para azar dos brasileiros, cada vez mais desiludidos com uma recuperação do mandato do Presidente.

Governo vai liberar R\$ 1,5 bi para conter crise – Esta, a principal chamada do jornal **O Estado de S. Paulo**, que, ademais, no editorial da edição de hoje, faz sérias advertências: *A hesitação de Lula pode ameaçar a estabilidade Penosamente conquistada.*

A dança do “toma-lá-dá-cá” também é objeto da análise do importante jornal paulista. Dirige-se principalmente ao papel desempenhado pelo PMDB em todo esse quadro.

Diz o **Estadão**: “O PMDB chantageia o presidente.”

Para que do historiador do futuro possa dispor de elementos precisos de aferição, estou juntando a este pronunciamento as matérias mencionadas, que vão a seguir, em anexos.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Para agradar aos partidos aliados e tentar conter a crise que o paralisa, o governo decidiu, após reunião dos ministros Antônio Palocci (Fazenda) e José Dirceu (Casa Civil) com líderes aliados, criar força-tarefa para montar cronograma de liberação de verbas. Seu trabalho será definir a saída de cerca de R\$ 1,5 bilhão de recursos das emendas individuais apresentadas pelos parlamentares ao Orçamento deste ano. Elas são consideradas essenciais por políticos neste ano eleitoral. O governo prometeu também acelerar a nomeação de aliados para cargos federais. Terça-feira os líderes se reunirão para discutir a MP dos bingos.

Pág. A4

Lula – Em entrevista à TV Globo, o presidente Lula disse que a oposição “iniciou” a crise, que o ministro Dirceu fica e que o Brasil não renovará acordo com o FMI.

Verba refere-se às emendas dos parlamentares; foi *prometida ainda a aceleração de nomeações*.

PSDB, PFL e PDT lançaram a Frente das Oposições pela Ética e pelo Emprego, apontando no primeiro documento três fatores de desgaste do governo: inércia e falta de uma política para atender às necessidades do País, tentativa de acobertar a corrupção, e falta de autoridade do presidente. “Se há uma crise é de autoridade e, se podemos dar nome à crise, ela se chama Lula”, disse o senador Jorge Bornhausen (PFL).

O custo econômico da crise

A principal conquista do primeiro ano de governo foi a credibilidade econômica e financeira. Sem isso, o presidente nada poderá realizar nos 33 meses de mandato que lhe restam. Para construir esse ativo, ele precisou de um mínimo de bom senso e de firmeza para sustentar a austeridade fiscal e monetária e o compromisso com a pauta de reformas. Para conservá-lo, terá de mostrar, com urgência, que mantém sua autoridade, é capaz de agir como chefe e não só como companheiro e tem força para manter o rumo do governo. Se não o fizer, será engolfado pela turbulência política e financeira e estará condenado ao fracasso. A evolução dos indicadores financeiros, nos últimos dias, foi uma suave amostra do que poderá ocorrer, se o presidente Luiz Inácio Lula da Silva não impuser sua autoridade. O risco Brasil voltou a subir nesta semana, impulsionado pela crise política. Chegou a bater de novo nos 580 pontos. No meio da semana, estava 30% acima da média de risco das economias emergentes. Na sexta-feira passada, a diferença era de 24%. A piora desse indicador, desde o começo de março, explica-se em parte pelo temor, no mercado internacional, de uma nova onda de ataques terroristas. Novos atentados poderiam afetar a recuperação das principais economias. Analistas do mercado, no entanto, atribuem um peso considerável à crise que vem paralisando o núcleo político do governo Lula. O Índice Bovespa caiu nos três primeiros dias da semana e só esboçou uma leve reação ontem, movido principalmente por boas notícias dos Estados Unidos e pelo tom tranquilizador da ata do Comitê de Política Monetária. Mas o dólar continuou a subir, com o mercado cambial ainda refletindo a insegurança diante do quadro político. O fluxo de dólares no mercado financeiro também tem refletido as incertezas políticas. Os contratos de crédito externo firmados até dia 22 indicaram um déficit de US\$ 158 milhões acumulado no mês. Em janeiro e fevereiro os contratos de financiamento haviam resultado em superávit, com volume de ingressos maior que o necessário para a mera rolagem dos compromissos em dólares.

Na conta CC5, usada por não residentes, a saída de recursos, nas três primeiras semanas do mês, foi US\$323 milhões superior à entrada. Essa retirada só foi menor, em meses recentes, do que aquela ocorrida em fevereiro do ano passado, quando o novo governo ainda mal se havia instalado. Além disso, naquele momento, o mercado financeiro internacional vivia a expectativa da invasão do Iraque. Muitos aplicadores deixavam os mercados emergentes e buscavam abrigo para recursos de curto prazo em títulos americanos.

Por enquanto, a insegurança causada pela crise política não afetou os fundamentos da economia brasileira. A inflação continua em queda, as contas públicas permanecem no rumo certo e o balanço de pagamentos vai bem, graças, principalmente, à exportação em alta. Mas investimentos de longo prazo dependem de sólida confiança na evolução da economia durante os próximos anos. Da mesma forma, os mercados financeiros só operam com alguma tranquilidade quando há segurança quanto ao rumo da política financeira e econômica.

Sem essa tranquilidade, o câmbio fica instável, o acesso ao crédito diminui e o investimento encolhe. Tudo isso resulta em aumento da inflação, alta de juros e erosão das contas públicas. Em 2002, o candidato Luiz Inácio Lula da Silva pôde ver como a insegurança, mesmo injustificada, pode levar um país à crise em pouco tempo.

O que preocupa os investidores, tanto nacionais quanto estrangeiros, neste momento, não é um mero confronto entre oposição e governo, absolutamente normal numa democracia, especialmente em fase eleitoral.

O que assusta, realmente, é a hesitação do presidente da República diante de pressões que podem comprometer sua capacidade de governar e de manter o País num rumo suspenso e instável. Seu principal articulador político está inutilizado. Além disso, nada garante que o presidente, enfraquecido, continue a resistir às pressões, principalmente de seus companheiros do PT, por uma política econômica mais frouxa e até irresponsável. A economia tem dado alguns sinais, ainda frágeis, de recupera-

ção. O crescimento pode estar começando. Não irá longe, se o presidente perder a credibilidade que levou 15 meses construindo.

SEXTA-FEIRA, 26 DE MARÇO DE 2004 NOTAS E INFORMAÇÕES O ESTADO DE S.PAULO – p. A3

O PMDB chantageia o presidente

Certas espécies de germes capazes de causar graves enfermidades apenas se manifestam quando os organismos que os hospedam, debilitados por alguma razão, perdem os meios naturais de defesa que até então os mantinham inertes. Essa é a origem do que em linguagem médica se chama infecções oportunistas. A mesma relação de causa e efeito está à vista de todos na cena política brasileira. Desde a fatídica sexta-feira, 13 de fevereiro, quando o País tomou conhecimento das falcatruas de um certo Waldomiro Diniz, apadrinhado do titular da Casa Civil, José Dirceu, o até então superministro de Lula, outra coisa não fez a não ser empilhar erros sobre erros, tornando mais frágil a posição do governo a cada movimento desastrado. Para citar os piores momentos dessa seqüência, Dirceu começou por assegurar que os malfeitos de Waldomiro eram anteriores ao governo Lula – o que seria desmentido pela comissão de sindicância que identificou atos de improbidade administrativa por ele cometidos já no Planalto. Depois, numa óbvia manobra diversificada, o ministro acionou o PT para criticar o titular da Fazenda, Antonio Palocci, enquanto o governo se desmoralizava ao sufocar, por meios indecorosos, a CPI dos Bingos. Por fim, numa desabrida entrevista, Dirceu “lançou gasolina no incêndio e atirou no bombeiro”, como o líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio, se referiu aos seus ataques ao senador tucano Tasso Jereissati por ter feito um discurso em defesa de Palocci – aos governadores de São Paulo e Minas Gerais e ao Ministério Público. Pois, anteontem, quando as novas evidências da fraqueza do governo e as incertezas sobre o destino de Dirceu acentuavam a piora dos indicadores financeiros, eis que o PMDB, o principal aliado de Lula no Congresso e detentor de dois ministérios, comportou-se rigorosamente como os agentes patogênicos

que se aproveitam da vulnerabilidade do hospedeiro para atacar. Sem nem ao menos camuflar o oportunismo, a legenda disparou uma nota em que condiciona a continuidade de seu apoio ao Planalto “a uma política que promova o crescimento, distribua renda e gere emprego” – o que, a par do caráter nitidamente populista da demanda, neste ano eleitoral, mal esconde o que ambiciona de fato o maior “partido da boquinha” do País. Ou seja, uma política que promova o crescimento da influência dos caciques peemedebistas nas decisões presidenciais, distribua verbas para as prefeituras e governos estaduais sob o seu controle e gere empregos para os seus apaniguados na administração federal. “Não acredito que o PMDB não será ouvido”, ameaçou sibilinamente o presidente da sigla, Michel Temer. Com a intenção de dar ares de seriedade às suas reivindicações de cunho fisiológico e eleitoreiro, economistas do PMDB elencaram nove medidas de estímulo ao desenvolvimento. Incluem propostas tão originais quanto a redução da carga tributária e da taxa de juros, a criação de amplo programa de habitação um popular, a correção da Tabela do Imposto de Renda para incentivar o consumo – e por aí. O partido de Orestes Quércia não é o único a pressionar o governo. Também os políticos do PL (do vice José Alencar e do deputado Valdemar da Costa Neto, que há pouco pediu a cabeça do ministro Palocci), do PP e do PTB apresentaram as suas faturas – verbas e cargos, como sempre – entrelaçadas com os não menos previsíveis pedidos de mudança na política econômica. Eles reclamam que o governo congelou no Orçamento os recursos para as emendas parlamentares nele incluídas, que os ministros não os recebem e que o Planalto prometeu os mesmos cargos para mais de um partido – o de sempre, em suma, acentuado pelo enfraquecimento do governo. Nas palavras do líder do PL na Câmara, Sandro Mabel, “é o jogo da oferta e da procura”. Para mostrar que o jogo é a dinheiro, em mais de um sentido, os queixosos impediram na quarta-feira a votação da MP que proíbe o funcionamento dos bingos. Não há dúvida de que o governo será compelido a apaziguar a sua “base”, apressando nomeações

e liberando verbas. É possível também que o presidente adote uma “solução salomônica” para a crise, que consistiria, de um lado, em pelo menos limitar o raio de atuação do ministro Dirceu, com a criação de dois novos ministérios, e, de outro, exigir de Palocci alguma inflexão na política econômica. O desalento de Lula pode ser medido pela sua descoberta, um tanto tardia, das servidões do poder. “O bom de ser governo é do dia em que você é eleito até a posse. Aí é só festa e glória”, disse ele, anteontem. “Depois, é só problemas.” Por exemplo, enfrentar chantagem dos próprios aliados. O grande ‘aliado’ aproveita a situação para apresentar sua ‘fatura’.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 13 horas e 35 minutos.)

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

AVISO

O Presidente do Conselho de Etica e Decoro Parlamentar comunica que a 2ª Reunião de 2004 do Conselho está convocada para o dia 31 de março, quarta-feira, às 17 horas, na Sala nº 6 da Ala Senador Nilo Coelho, destinada a ouvir o Excelentíssimo Senador Roberto Saturnino nos autos da Representação nº 03, de 2003. – **João Alberto Souza**, Presidente.

ATA DA 11ª REUNIÃO DE 2003

Ata Circunstanciada da 11ª Reunião, realizada em 2 de dezembro de 2003, terça-feira, às 10 horas, na Sala nº 6 da Ala Senador Nilo Coelho, destinada à oitiva dos Srs. Carlos Roberto LUPI, Yara Lopes Vargas e Leonel de Moura Brizola na Representação nº 03, de 2003, em desfavor do Senador Roberto Saturnino.

Estiveram presentes os Srs. Senadores titulares:

PMDB

João Alberto Souza (Presidente)
Luiz Otávio
Pedro Simon

PFL

Demóstenes Torres (Vice-Presidente)
 Paulo Octávio
 César Borges

PT

Heloísa Helena

PSDB

Sérgio Guerra
 Antero Paes de Barros
 Reginaldo Duarte
 Arthur Vírgilio

PDT

Juvêncio da Fonseca
 Augusto Botelho

CORREGEDOR

Romeu Tuma (PFL)

Estiveram presentes também os Senadores Almeida Lima, José Agripino, Eurípedes Camargo e Papaléo Paes.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza) Havia número regimental, declaro aberta a 11ª Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal.

Submeto à aprovação do Plenário a Ata da 10ª Reunião, realizada em 18 e novembro passado.

As Srs e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Estão sobre a bancada cópias da Representação nº 3, de 2003, da defesa prévia do Senador Roberto Saturnino e do requerimento aprovado com o respectivo cronograma.

Antes de dar início aos nossos trabalhos, informo que a presente reunião, designada inicialmente para o dia 25 de novembro, foi transferida para esta terça-feira, às 10 horas, a pedido da Liderança do PDT.

Na reunião anterior, foi aprovado o cronograma de depoimentos. Do mesmo constam datas de atividades deste Conselho que ultrapassam o dia 15 de dezembro. Quero ressaltar que, de acordo com o art. 57 da Constituição Federal, o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar não pode reunir-se a partir do dia 16 de dezembro, salvo se houver convocação extraordinária do Congresso Nacional e o assunto de competência do Conselho constar da pauta da convoca-

ção. Se isso não ocorrer, encerraremos nossas atividades em 15 de dezembro, avançando no que for possível até essa data e retornando nossas atividades a partir de 15 de fevereiro de 2004.

Esta reunião destina-se a dar cumprimento ao cronograma de depoimentos aprovados na última reunião, com vistas à instrução da Representação nº 3, de 2003.

Foram expedidos convites aos depoentes, Sr. Carlos Lupi e Srª Yara Vargas, ex-Deputada. A Srª Yara Vargas, segunda suplente do Senador Roberto Saturnino, encaminhou a este Conselho fax, datado de primeiro de dezembro, que passo a ler:

“Rio de Janeiro, 28 de novembro de 2003.

Sr. Presidente, tendo sido convocada por V. Exª a prestar depoimento a este Conselho, nessa data de 2 de dezembro de 2003, relativamente ao procedimento instaurado para apuração de eventual violação de norma de conduta ética pelo Exmº Senador da República Roberto Saturnino Braga, venho respeitosamente esclarecer o que segue:

Inicialmente, venho ressaltar que, a despeito do honroso convite, vejo-me impossibilitada de comparecer na assentada para tanto designada, em virtude de estar assistindo minha genitora, que, em idade já bastante avançada, 99 anos, encontra-se com sua saúde bastante debilitada, situação essa que, nessas últimas horas, veio a se agravar consideravelmente, o que me impede como sua única filha e responsável de ausentar-me nesse delicado momento.

Tenho ciência de que nenhum cidadão brasileiro, sobretudo sendo suplente de Senador, como é o meu caso, pode se furtar a comparecer a convocação dessa ilustre Casa. No entanto, espero poder contar, neste momento que me é tão aflitivo e no qual o meu afastamento do leito da minha mãe se torna impossível, com a compreensão de V. Exª, prestando através do presente documento as seguintes informações:

– Com vistas às eleições de 1998, constituiu-se no Estado do Rio de Janeiro uma coligação majoritária, formada pelos partidos PDT, PSB, PCdoB e PT, tendo sido indicado para a vaga no Senado Federal o hoje eleito Senador Roberto Saturnino Braga.

– É fato que desde que encerrado meu mandato de Deputada Estadual pelo Estado do Rio de Janeiro em 1994, após longa atuação como Parlamentar (4 mandatos), e do desempenho de diversos cargos que me foram confiados pelo Poder Executivo, optei por não mais concorrer a cargos eletivos,

dedicando-me apenas à atuação político-partidária. Em vista disso, sem que houvesse qualquer solicitação ou ingerência de minha parte, fui indicada por meu Partido (PDT) como 2ª Suplente na chapa que se tornou vitoriosa no referido pleito de 1998.

– Ao integrar citada chapa, entendi ter sido lembrado meu nome à 2ª Suplência como reconhecimento por minha longa atuação política ao lado do ex-Governador Leonel Brizola e pelos movimentos sociais, o que muito me honrou.

– Ressalto que, em nenhum momento, participei ou tive ciência de qualquer composição para a escolha do candidato Roberto Saturnino Braga, o que poderá ser corroborado pelos partícipes daquela negociação que, igualmente, estão sendo ouvidos por esse R. Conselho.

– Por fim, não posso deixar de transcorrer “in albis” a observação de que, após a leitura atenta que procedi da defesa do Exmº Sr. Senador Roberto Saturnino Braga, causou-me espécie a afirmação do defensor de que firmara o documento “sub censura” “constrangido e coagido”.

E, pois, Exmº Sr. Presidente, concluindo os esclarecimentos que me cumprem proceder que não posso me furtar de deixar consignada a minha profunda decepção em constatar que os valores éticos que deveriam ser intrínsecos ao caráter e à honra do cidadão e, sobretudo, daqueles que, como Senadores da República, devem defendê-los e preservá-los a qualquer preço, são passíveis de serem deixados de lado pelo constrangimento ou coação.

Isto posto, requeiro a V. Exª se digne determinar que a presente manifestação seja lançada nos anais deste R. Conselho para que produza os seus devidos efeitos legais, pelo que me subscrevo, respeitosamente.

Yara Lopes Vargas.”

A esse respeito, esclareço que a validade do documento fica condicionada à apresentação dos originais no prazo de cinco dias.

De acordo com o cronograma aprovado, será ouvido o Sr. Carlos Lupi, 1º Suplente do Senador Roberto Saturnino, haja vista o fax da Srª Yara Vargas.

Nosso convidado já assinou o termo de compromisso, que se encontra sobre a mesa. Vamos ouvir, agora, o Sr. Carlos Lupi.

Eu pediria ao Senador Romeu Tuma que fizesse chegar à Mesa o Sr. Carlos Lupi. (Pausa.)

Vou transferir a Presidência dos trabalhos ao Senador Demóstenes Torres, porque, sob a Presidência do Senador Juvêncio da Fonseca, eu havia sido designado Relator do processo, e, depois da minha eleição para Presidente do Conselho, achei por bem, para a celeridade do trabalho, continuar como Relator.

Assim sendo, passo a Presidência dos trabalhos ao Vice-Presidente Demóstenes Torres.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres) –

Como é de praxe no Conselho de Ética, concedemos a palavra a V. Sª para que possa fazer uma exposição sobre o caso em apreciação. Em seguida, passaremos a palavra ao nosso Presidente, que também é o Relator, para que possa lhe fazer as perguntas, e depois a palavra será facultada a qualquer Senador que se encontre presente, primeiramente os titulares e, em seguida, os demais, para que também possam fazer os questionamentos a V. Sª. Daí por que já lhe defiro a palavra para que possa fazer sua exposição.

O Sr. Carlos Roberto Lupi – Tem um tempo limite?

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres) – O senhor pode ficar à vontade. Vamos tentar fazer dentro de um tempo de 20 minutos; mas, se houver necessidade, prorrogaremos sem qualquer contratempo.

O SR. CARLOS ROBERTO LUPI – Primeiramente, meu bom-dia a todos os Srs. Senadores presentes. Agradeço à Presidência dos trabalhos, ao nobre Relator a gentileza do convite, ressaltando, inicialmente, que não me dá nenhum prazer, nenhuma alegria, estar no Senado Federal para fazer este tipo de depoimento.

Esta Casa é a mais importante representação popular, aqui é que se garante a unidade federativa, aqui é que se garante a integralidade da unidade federativa, e tendo a população conceito de o Senado Federal representar a mais alta Corte, a mais alta representatividade do povo, constrange-me profundamente estar aqui, depois de ter sido Deputado Federal, Secretário de Estado, Secretário Municipal, em 23 anos de vida pública em um único Partido – sou fundador do PDT, comecei nesse Partido como jornaleiro, função de que muito me orgulho, e repito sempre, porque quem não lembra o seu passado não tem direito a bom futuro –, constrange-me e traz-me uma profunda tristeza ter que fazer esse ato que, dentro da

política, devia ser o cumprimento daquilo que se tem como compromisso.

Todos os Srs. Senadores, pela vivência, pela experiência, sabem que a política é a ciência da negociação, dos acordos políticos, das palavras empenhadas e, se isso não tiver valor na política, eu me pergunto o que vai valer.

Inicialmente, quero dizer que, ao mesmo tempo em que agradeço esta oportunidade, quero deixar registrada, nesta Casa e à população brasileira, essa denúncia como uma prática que não pode ser repetida. Quero deixar registrado nesta Casa e para a população brasileira que política pode e deve ser feita com seriedade, que a palavra e a honra devem valer muito. Mas, infelizmente, se alguns – que são exceção –, ao representarem o povo, não cumprem com a sua palavra, temos que deixar o povo esclarecido em relação a essas pessoas em quem eles votaram para, no futuro, saberem o que fazer.

Depois dessa palavra inicial, quero pedir permissão à Mesa:

Fiz um relato simples, singelo, sem ajuda de ninguém – não sou advogado, sou professor, formei-me com muito sacrifício, vim de uma família muito humilde –, um relato firme, sincero e fruto da verdade sobre o ocorrido nessa aliança que se fez, que a minha estimada companheira Deputada Yara Vargas já citou em um fax enviado a este Conselho. Fiz esse relato no início do ano, e agora apenas fiz a mudança colocando os nomes dos Srs. Senadores – se houver alguma falha ou erro de nome ou faltar algum nome, podemos corrigir. Com as devidas escusas, passo à Presidência dos trabalhos para que faça chegar à mão de cada Senador.

Não vou ler, porque acho que a leitura tira um pouco da força da verdade. Apenas farei o relato. Não estou aqui para tirar nada de ninguém, mas apenas para fazer com que aquilo que se assume como compromisso seja cumprido.

Nos idos de 1998, eu já era Vice-Presidente Regional do PDT, único Partido, como já falei, que integrei até hoje na minha vida e no qual desejo encerrar minha carreira. Também participava da Executiva Nacional do PDT. Quando começamos a formar uma aliança, essa aliança tinha caráter nacional, e dela participavam o PT – Partido atualmente do Senador Saturnino Braga –, o PDT, o PSB, o PCB e o PcdB.

Foi uma aliança difícil de costurar; os companheiros mais experientes sabem que os partidos de centro-esquerda e de esquerda têm muita dificuldade em unir-se. Há até um ditado popular que diz: "a gen-

te só vê a união de vocês na cadeia". Mas, naquela oportunidade, esse partidos uniram-se antes da opção muito ruim de se encontrar na cadeia.

Na feitura dessa aliança, participei como membro da Executiva Nacional e como Vice-Presidente. Hoje exerço a Presidência do Partido no Rio – o companheiro Brizola era Presidente, se licenciou, e assumi a Presidência do Partido no Rio de Janeiro. participei de todas as negociações para a construção dessa aliança tanto em nível nacional, quando tive a oportunidade de conviver, de conversar com vários companheiros do PT, desde o presidente à época, José Dirceu, ao seu Líder de Bancada, José Genoino, quanto em nível regional.

Inicialmente, na construção dessa aliança, a nossa intenção era ter candidatura própria a Governador do Rio, e tínhamos como candidato o ex-Governador Anthony Garotinho. Em 1994, Anthony Garotinho já tinha sido nosso candidato a Governador; Brizola era Governador, lançou-o à sua sucessão, e ele teve uma expressiva votação. Era um político oriundo de Campos, um Município quase na fronteira com o Espírito Santo, uma cidade importante, mas que nunca teve grande influência no Estado como um todo, a não ser no antigo Estado do Rio de Janeiro; depois da fusão, a importância de Campos foi diminuída.

O fato de Anthony Garotinho vir a ser candidato a Governador em 1994 deu a ele um lastro político eleitoral. Ele foi para o segundo turno, surpreendeu a todos os prognósticos de analistas eleitorais e das próprias pesquisas e com isso credenciou-se para as eleições de 1998.

O PDT, então, era a força política maior do Estado. Tínhamos, em 92 Municípios, cerca de 30, 35 Prefeitos. O companheiro Brizola, que já tinha sido Governador, era o nome mais forte em todas as pesquisas para ser o nosso candidato ao Senado. O PSB era muito pequeno à época; o PT tinha uma força, mas, sem nenhuma prefeitura, a não ser a liderança da companheira Benedita da Silva, que era Senadora da República e que tinha um prestígio pessoal muito grande – aliás, muito maior do que o próprio PT de então. Costuramos, assim, essa aliança.

Na feitura dessa aliança, a nossa tese inicial era de o companheiro Brizola ocupar o Senado, o que seria natural. Em 1998, o companheiro Brizola já tinha 76 anos de idade – ele é de 1922 –, uma experiência acumulada; tinha sido Governador por duas vezes, Governador do Rio Grande, político de expressão nacional. Nós, a direção do Partido, queríamos isso.

Na formatura da aliança, na preparação dessa aliança, houve a necessidade de o PDT, que era a se-

gunda força da composição nacional dessa aliança, ceder o companheiro Brizola para ser candidato a Vice na chapa do Lula, candidato a Presidente – refiro-me à eleição de 1998, não à última, a motivadora deste processo.

Quando o Governador Brizola praticamente homologado estava nas conversações como candidato a Vice, criou-se uma situação de dificuldade no Rio. Qual era? A companheira Benedita da Silva era Senadora da República e seria até candidata nata ao Senado à reeleição, mas, numa composição política – perdoe-me, ela não seria candidata; poderia sê-lo, mas não seria porque ela tinha mais quatro anos de mandato –, houve a reivindicação de a Benedita ser candidata a Vice-Governadora, com Garotinho candidato a Governador, porque a presença da Senadora Benedita era muito forte na capital, pois já tinha sido candidata a Prefeita, com votação muito expressiva.

Fizemos essa exigência à Direção Nacional do PT. Chegouse ao ponto de o PT nacional intervir, pela primeira vez na sua história, no PT do Rio de Janeiro, que tinha tomado uma decisão de candidatura própria, que seria a do então Deputado Vladimir Palmeira, mudasse essa decisão e, sob intervenção, lançasse a companheira Benedita da Silva, então Senadora, candidata à vice de Garotinho, pela necessidade política e pela necessidade de a campanha nacional ter no Estado do Rio, que é o terceiro colégio eleitoral, uma presença forte.

Quando aconteceu isso, a vaga do Senado ficou um tanto quanto... Com o companheiro Leonel Brizola candidato a vice-presidente e com a candidatura da Benedita ao Senado, não tínhamos outro nome muito forte, expressivo, para ser candidato ao Senado nessa chapa. Começou então uma discussão. O então ex-Vereador Saturnino Braga – isso está no documento e vale ressaltar, porque as pessoas com má-fé afirmam coisas que não condizem com a verdade... Todos nós sabemos que cada eleição é uma eleição. Na eleição de 1996, coligado com o PDT, o Saturnino Braga foi candidato à reeleição de vereador no Rio de Janeiro e perdeu. Teve cerca de 11 mil e poucos votos. Nossa candidato a Prefeito, à época, era o atual Ministro Miro Teixeira, que é testemunha disso tudo, por sinal.

Nessa eleição, Saturnino perdeu para vereador, mas isso não o descredenciou; ao contrário, a política é feita de vitórias e de derrotas, o homem público sabe disso. Com essa derrota, nem ele tinha grandes ambições eleitorais. Quando o Governador Brizola e eu, pessoalmente, começamos a falar, dentro do PSB, ele já tinha sido Senador por duas vezes, Sena-

dor pelo PDT, em 1982, Prefeito, pelo PDT, em 1985; conheço o Roberto Saturnino há 22 anos, eu o conheci em 1981; um assessor de imprensa dele, meu amigo pessoal, que não está mais presente entre nós, já fez sua transposição para outra vida, me apresentou ao então candidato do antigo PMDB. Saturnino era candidato a Governador pelo PMDB. Trabalhei com ele na Prefeitura, fui coordenador de região administrativa no Governo de Saturnino Braga na Prefeitura e sempre tive por ele um respeito e um apreço considerável. Nós, do PDT, sempre tivemos essa consideração e o ajudamos politicamente, inclusive partidariamente e estruturalmente na sua campanha.

Voltando a 1998, nessa composição, achávamos, pelo perfil do Saturnino, como era uma vaga só, tínhamos uma composição dos partidos adversários com nomes expressivos, caso do Roberto Campos, que era um nome expressivo, e Moreira Franco, que já tinha sido Governador do Estado. Precisávamos de um nome que tivesse respaldo, e o Saturnino havia sido Senador por duas vezes, Prefeito da cidade do Rio de Janeiro e, mesmo tendo tido uma passagem traumática na Prefeitura, porque ele faliu a Prefeitura – foi o único caso da história republicana de um Prefeito de capital que decreta falência no Estado, um Estado-cidade, um Estado como entidade pública. Não há outro registro na história republicana de nenhuma outra capital que tenha feito isso –, portanto, tendo sofrido um grande desgaste, perdeu a eleição para vereador. Mas nós achávamos que ele tinha o perfil, a composição dessa aliança, com o Lula forte no Rio de Janeiro, com o Governador Brizola com grande prestígio no Rio de Janeiro, com o Garotinho que tinha sido candidato ao governo do Estado anteriormente.

Indo para o segundo turno, nessa primeira eleição dele, 35 Prefeitos apoiando, achávamos que o nome dele podia e deveria ganhar a eleição. Então, tínhamos que persuadi-lo, porque ele não tinha convicção de ser candidato.

Trabalhamos nisso dentro do próprio PSB, e a coligação decidiu pela sua aliança. Aliás, registre-se que tem Ata disso. Na decisão da candidatura do Saturnino, o PCdoB, a companheira Jandira Feghali, o companheiro Edmilson Valentim estavam presentes na reunião, como também o presidente do PT à época, Domício Mascarenhas, e eu, pelo PDT. Na ocasião, discutimos a composição da chapa do Senado. O PCdoB, a companheira Jandira pediu até uma das suplências para o reitor da universidade estadual do Rio de Janeiro, cujo nome não me recordo agora, e acabou a segunda suplência sendo da Yara Vargas.

Eu fui o consenso dentro de toda a coligação e, quanto à segunda suplência, a da Yara, teve votação. Isso está registrado em Ata. Estavam presentes nessas reuniões e podem ser chamados para confirmar ou não a companheira Jandira Feghali, o companheiro Alexandre Cardoso, eu e, pelo PT, Domício Mascarenhas; essas personalidades, com certeza, quando foi composta a chapa do Senado.

Quando o Sr. Saturnino foi convencido a ser candidato ao Senado, eu não participei desse convencimento em nenhum momento, tanto que ele, por sinal, em todas as suas cartas e em toda sua documentação, não ousa falar da minha participação. Seria uma mentira tão deslavada, que ficaria desmoralizado.

Nunca pedi nada ao Sr. Senador Saturnino Braga; nunca solicitei ser nada do Sr. Saturnino Braga; nunca pedi compromisso nenhum ao Sr. Saturnino Braga, em nenhum momento. Desafio-o e a quem quer que seja a ter uma prova, uma testemunha, uma pessoa que afirme o contrário.

Eu estava em um ato no Sindicato dos Metalúrgicos, na Rua Ana Neri, em São Cristóvão, quando estava na casa do Governador Brizola o então candidato a Governador Anthony Garotinho. Eu pediria à Mesa, se tiver oportunidade, que o ouça – é o que posso fazer. Estava presente o Sr. Saturnino Braga quando o Governador Brizola ligou para o meu celular, que é o mesmo número há 10 anos, e pediu que eu passasse na casa dele. Cheguei à casa do Governador Brizola por volta das 22h, 22h30min. Tenho poucas qualidades, e uma delas é a memória, o registro mesmo. Lá estavam o Senador Saturnino Braga e o Governador Brizola, que, como sempre faz – é de hábito –, gentilmente, abriu a porta da casa dele. A primeira pessoa que vi foi o Saturnino, que disse assim: “Fala, meu Senador.” Eu não estava entendendo. Não entendi. O senhor é o Senador. E a conversação sobre a candidatura dele estava em pauta. “Não, não, você vai ser meu suplente” – palavras dele para mim, na presença do Garotinho e do Governador Brizola. “Lipi, eu não tinha esperança de ser mais nada. Eu quero resgatar a minha vida pública. Eu perdi uma eleição para vereador. Sem essa aliança, não tenho chance nenhuma. O PDT é força fundamental para isso. Eu conheço você há 21 anos, sei da sua seriedade, você já trabalhou comigo, foi Deputado Federal, secretário de Estado” – nunca ninguém na minha vida pública pôde dizer uma vírgula sobre a minha conduta moral e honradez –, “e não abro mão de você como meu suplente”. E mais: “Eu não tenho necessidade de ter os 8 anos de mandato. Você é relativamente jovem – e aí já foi à parte generosa dele –, e

gostaria de dividir o mandato com você. Quatro anos fico eu e quatro anos fica você.” Lembro-me que ainda falei assim: Senador, não sou pobre metido a besta – desculpem o termo –, eu aceito de bom grado. E ri. O Garotinho estava do lado e falou: “Fala, Senador, de um jeito mais brincalhão e informal. Peço desculpas pelas informalidades, mas a gente tem de ser absolutamente fiel aos fatos. Na casa do Governador Brizola, tomamos um vinho. O Governador Brizola é apreciador de vinho, quando ganha um bom vinho... Tomamos um bom vinho com ele para até celebrar essa aliança.

A partir desse momento, aconteceram os fatos de campanha. Saí dali e fui organizar as convenções. Quem organizou e preparou todas as convenções da coligação, como presidente do Partido e presidente da coligação – eu era presidente da coligação.

Prestei as contas inclusive do Saturnino. De todos os custos e gastos de campanha, 80% foram bancados pelo PDT, oficialmente, registrados no TRE. Eu, que presidia a coligação, fui organizar a convenção – é claro aí, já sabendo do compromisso, óbvio.

O que leva a crer? O Senador Saturnino, sabendo das necessidades eleitorais que tinha, construiu essa aliança. Hoje, eu enxergo isso pelas declarações, pela defesa dele, pelo artigo em que confessa ter errado, mas quer que esqueça seu erro. Como quem diz assim: eu cometi o crime, mas esqueça, porque agora mudou o tempo, o crime prescreveu. E o que ele, na minha interpretação, quis dizer.

Quando fomos para a convenção, homologamos isso, e veio a campanha. Durante o processo eleitoral, quero registrar dois fatos curiosos: antes da minha escolha para o Senado – estava ventilada a questão de Senador. Está aí para ser testemunha, na hora que quiserem, o Deputado Luiz Alfredo Salomão, que hoje está no PT. Perguntei ao Salomão: por que você não é suplente do Saturnino? “Não, Lupi, quero ser Deputado”. Eu, Carlos Lupi, tinha sido Deputado. Para mim, era até mais simples disputar uma eleição para Deputado, reeleição. Daí o Salomão falou: “Não, Lupi, quero ser Deputado, não quero ser suplente de ninguém”. Está bom.

Por que fiz isso? Não é por grandes méritos, não. Como eu era presidente do Partido, constrangia-me falar qualquer coisa em que eu estivesse envolvido.

O Vivaldo Barbosa, que ainda é do PDT, falou a mesma coisa: “Lipi, quero ser Deputado, não quero ser suplente”. Está bom. Isso está até nessas notícias

que estão sendo distribuídas aí. Tenho um recorte de jornal da época. Antes das convenções, isso foi conversado. Eu convidei os outros companheiros, e ele, antes da convenção, assume esse compromisso público. Em matéria publicada no jornal *O Globo*, ele chegou a dizer que não podia cumprir por que o compromisso não foi público. Antes da convenção, já estava afirmado isso.

Eu estava relatando estes dois fatos curiosos: o primeiro é que, durante a campanha, por duas vezes, o PSB o instou a falar se havia ou não o compromisso noticiado, e ele dizia ao PSB que não. Ele pedia: "Lipi, pelo amor de Deus, não divulga isso". Eu dizia: "Senador, não vou me meter no problema do senhor com o PSB. Mas é constrangedor o Deputado Alexandre Cardoso me perguntar isso. E vou dizer o quê? Eu não minto. Então, o máximo que posso fazer é me omitir. Vou dizer que o problema é com o senhor'. E foi o que fiz.

Há uma ata do PSB, assinada pelo Senador Saturnino – eu queria pedir a essa Presidência que a requisitasse ao Deputado Alexandre Cardoso – antes das convenções, quando ele foi convocado. Quem me relatou isso foram os Deputados Federais Alexandre Cardoso e Paulo Baltazar. Estou autorizado por ambos a falar isso. Antes das convenções, ele, pressionado pelo PSB sobre se havia acordo ou não, disse: "Não, nunca fiz acordo nenhum. Não há acordo. Nunca fiz carta nenhuma". Está lavrado em ata do PSB. Ele o disse como membro do Diretório Regional, membro do Diretório Nacional, na presença dos Deputados Federais Alexandre Cardoso e Paulo Baltazar. Ata não pode sumir; são livros. Quem é de partido – e sou dirigente partidário – sabe que está lá. Isso foi em junho ou julho de 1998.

Então, além de enganar, como ele argumenta que se enganou, ele enganou o seu próprio Partido. Não posso ser responsabilizado se um candidato de outro Partido firma uma aliança e não dá conhecimento ao seu Partido.

Passada a semana em que tivemos esse encontro com o Governador Brizola, o Senador Saturnino se dirigiu à sede do PDT nacional, sem eu nunca ter pedido nada. Eu, Carlos Roberto Lupi, nunca solicitei ao Sr. Saturnino Braga que fosse Senador Suplente dele. Eu, Carlos Roberto Lupi, nunca solicitei compromisso nenhum do Sr. Senador Saturnino Braga. Eu, Carlos Roberto Lupi, nunca solicitei que ele colocasse por escrito nada. Ele apareceu na sede do PDT nacional – várias testemunhas assistiram a isso – um dia depois que escreveu a carta, cuja cópia está

com V. Exas. Está aqui a grande pressão no envelope feito por ele, envelope escrito à mão, carta timbrada escrita à mão por ele. Esses são os originais.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres) – Vou prorrogar por mais dez minutos o tempo de V. Exa.

O SR. CARLOS ROBERTO LUPI – Desculpe-me, procurarei ser mais resumido.

Entregou-me este envelope como está – V. Exas podem reparar que não tem cola –, com a carta, e eu falei: "Senador, o que é isso?". Ele disse: "Entrega ao Governador Brizola, mas leia antes". Eu a peguei e li. Permitam-me lê-la rapidamente? (Pausa.)

A nossa Convenção foi no dia 12, uma semana depois, praticamente. Está aqui:

"Rio, 6 de junho de 1998

Prezado Governador Leonel Brizola,

Sirvo-me desta carta para reafirmar o compromisso assumido, dentro do espírito de unidade que preside a nossa Coligação (é claro que, sem unidade, não existe coligação), de dividir o mandato de Senador que conquistar em outubro próximo com o admirável companheiro Carlos Lupi. Faço-o em razão não só da excelência das qualidades pessoais do referido companheiro, como também da identidade de ideais que temos e da força do apoio do PDT, condição essencial para o êxito eleitoral da minha candidatura.

Com uma saudação fraternal,
Saturnino Braga."

Foi entregue em envelope aberto, escrito de próprio punho. E tão pressionado foi ele, que, em vez de entregar a quem o pressionou em tese, que era o Governador Brizola, entregou-a para mim, que nunca pedi nada a ele.

Passou-se a eleição, ganhamos a eleição.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Esse é o original?

O SR. CARLOS ROBERTO LUPI – Pois não?

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – É o original?

O SR. CARLOS ROBERTO LUPI – É o original. Tirei xerox; se quiserem ver, está à disposição.

Passada a eleição – ganhamos a eleição regional, e Garotinho foi eleito Governador –, houve uma fase inicial da composição do Governo meio dramática, quando o Garotinho, por meio do seu Secretário de Gabinete Executivo, Luís Rogério Magalhães, convidou informalmente o Senador Saturnino para ser Secretário de Estado. Estou dando esses deta-

lhes, porque as pessoas estão aí. E essas pessoas, se a verdade vence sempre – e acredito nela –, poderão dizer: "O Sr. Luís Rogério Magalhães, que é o Secretário Executivo, convidou o Saturnino para ser Secretário de Planejamento".

Na posse do Deputado Luís Henrique Lima, que foi Secretário de Governo quando da despoluição da baía de Guanabara, o Saturnino me encontrou e disse: "Lipi, não posso ser Secretário agora, vai pegar muito mal. Já saiu na imprensa o nosso compromisso. Fique tranquilo, porque vou cumprir a minha palavra". Eu disse: "Pois não, Senador". Não cobrei nada, não falei nada, nunca toquei nesse assunto.

Ao meu lado estava o Deputado Estadual Paulo Ramos e o Deputado Federal Luís Alfredo Salomão, no Palácio Guanabara. Eu disse: "Pois não, Senador. Nunca falei nada em contrário. Confio na sua palavra. Para mim, basta". Esse foi o primeiro fato inusitado.

E o Garotinho me procurou, dizendo: "Lipi, eu estava tentando trazer o Saturnino para cá, porque preciso brigar por algumas reivindicações no meu Estado. E você é combativo. O meu estilo é um pouco italiano, descendente. Então, sou meio combativo, gosto da luta política. E eu precisava de você lá, mas o Saturnino não topou, porque ele acha que vai pegar mal para ele agora sair. O compromisso é metade". Falei: "Governador, agradeço a sua gentileza. Gostaria muito de estar no Senado". Quem não gostaria de honrar a parceria com os companheiros desta Casa? Eu disse: "Para mim, não tem problema nenhum". E ele me falou isso na saguão do Palácio Guanabara.

Passou-se o tempo. Antes da Convenção do PSB, ele veio a sair do PSB. Quando estava ventilada a saída dele do PSB, ele me convidou – e foi à única vez que estive com ele depois do mandato em Brasília – para vir conversar com ele, tomar um cafezinho. Eu vim a primeira e única vez ao gabinete dele. Ele disse: "Lipi, você sabe que, quando fiz esse compromisso, eu tinha vontade de cumprir". Já falava como se fora no passado. Falei: "Senador, não estou entendendo. O senhor agora também vai querer cassar a minha perspectiva daquilo que o senhor combinou, do que o senhor ofereceu, do que o senhor afiançou, para garantir a sua eleição?". Ele disse: "Não, não, Lipi. Não vou ficar mais no PSB. O PSB está lançando o Garotinho, e não tenho afinidades com ele. O meu caminho é ir para o PT. A tendência do PDT não é caminhar com o PT. Mas vamos deixar isso correr, vamos deixar. Acontece o processo eleitoral, e volto a falar com você". Eu só disse o seguinte: "Senador, volto a repetir para o senhor que nunca lhe pedi nada, nunca reivindiquei nada, mas a minha origem, por

parte de mãe, é nordestina. Nordestino não deixa pagar barato nada, não. Isso não vai ficar assim. O senhor pense muito bem, porque isso não vai ficar assim, no sentido de ficar às escondidas. Então, isso não vai ficar assim. Vou dar o tratamento político que tem que ser dado". Foi o que depois acabei fazendo.

Passou. Houve a eleição de Lula. Em janeiro deste ano, eu estava no casa do ex-Governador Brizola com o Zito, Deputado Guevaldo, Manoel Dias e vários companheiros quando ele ligou para o meu celular. Como eu estava na reunião, o recado caiu na secretaria eletrônica. Passou um pouquinho, vi aquele registro lá; a secretaria estava dando aquele apitinho no telefone. Liguei a secretaria: "Lipi, liga-me com urgência". Liguei. Como era janeiro, "o compromisso era a metade", vencia em fevereiro, achei que fosse sobre isso. Disse: "Pois não, Senador, é o Lipi". Ao que ele me disse: "Lipi, você está bom? Tudo bem?". Eu disse: "Tudo bem, Senador, o que o senhor deseja?". E ele me disse: "Lipi, quero te comunicar o que fiz. Eu queria cumprir, mas sabe como é, fui para o PT, e o PT não abre mão do meu mandato. O Lula se elegeu agora. Eu tinha muita vontade, mas não posso cumprir". Repeti aquilo que falei há um ano para ele: "Senador, não pedi para o senhor fazer compromisso". Ele me disse: "Lipi, você tem toda razão. Mil perdões! Vou pedir perdão público ao povo por causa disso, mas o PT não me deixa cumprir". Eu disse: "Senador, não pedi para o senhor fazer compromisso e não pedi para o senhor colocar por escrito. Eu vou tornar público isso". Foi o que eu tinha falado há um ano.

E por que vou tornar público? Porque acho que estou prestando um serviço à população. Tenho plena consciência de que estou prestando um serviço à Nação, porque o Brasil não pode ter homens públicos que não honrem a sua palavra e muito menos aquilo que assinam e escrevem e que vêm com sofisma para justificar isso.

Então, isso foi divulgado, já saiu na imprensa, no jornal. Sinto-me, como disse inicialmente, constrangido de ter que fazer isso, porque na hora em que alguém vota em um Senador, está votando no suplente. A legislação diz isso.

Por que existe o suplente? Para suprir a ausência do titular. Por exemplo, quando você está na máquina votando, você tem os nomes dos dois suplentes do Senador ali. Eu também fui votado. Eu não abro mão da representação que o povo me deu também. Tanto é que na carteirinha que nos dão vem escrito "suplente de Senador". Estou diplomado. Eu estou exercendo, em nome da população do meu Estado, que acredita que a vida pública pode ser vivida

com seriedade, com honradez, com lealdade, o meu direito de reivindicar que um Senador da República cumpra a sua palavra e aquilo que ele, de próprio punho, escreveu.

Desculpem-me V. Ex^{as}s qualquer tipo de exagero da minha parte, mas, se não for assim, como será o encaminhamento de um Líder do Senado numa votação em que é empenhado o compromisso verbal? Como será a votação quando o Senador Saturnino disser: "Eu voto ao contrário e pelo acordo?" Quem saberá se o acordo que ele fez está valendo ou não?

Porque quem faz isso aqui no processo eleitoral, para trazer benefícios... Está claro, está óbvio, só não enxerga quem não quer: ele só fez o acordo porque queria a perspectiva da vitória. Depois da vitória, depois de ter assento no Senado, vamos esquecer o acordo?!

Assim, agradeço a todos pela paciência. Desculpem-me pelo tempo exagerado da minha fala, mas eu acho que cumpri meu dever.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres) – Concedo a palavra ao ilustre Relator, Senador João Alberto Souza.

O SR. RELATOR (João Alberto Souza) – Ex-Deputado Carlos Lupi, V. S^a se referiu a uma prática que não pode ser repetida. Eu pergunto: V. S^a considera a atitude do Senador Roberto Saturnino um erro ou mesmo um crime de corrupção que possa ser considerado falta de decoro parlamentar?

O SR. CARLOS ROBERTO LUPI – Compete aos Srs. Senadores examinar essa questão e fazer o julgamento do mérito. A mim compete apenas registrar que assisti esta Casa cassar dois Senadores por terem mentido a ela na questão do painel do Senado Federal. Assisti esta Casa cassar dois Senadores da República porque numa sessão eles disseram que não tinham pressionado a funcionários a fazer o que eles queriam. Depois, confirmado que esses Senadores tinham pressionado a funcionários, eles foram cassados, por mentira. Eu estou falando resumidamente, com as dificuldades de conhecimento que tenho da matéria como um todo. Se a palavra, se o compromisso escrito de alguém que tem que honrar aquilo que o povo lhe dá, que é a representação, não é cumprido, e se isso não é ferir, não é quebrar o decoro e não é grave, eu passo a ter outro entendimento. Na minha avaliação, isso é muito grave.

O SR. RELATOR (João Alberto Souza) – Sr. Presidente, pergunto ao Sr. Carlos Lupi se ele não se

considera cúmplice no episódio da negociação do mandato do Senador Roberto Saturnino.

O SR. CARLOS ROBERTO LUPI – Eu não participei de nenhuma negociação com ele. Depois, sim, do acordo feito entre a presidência do Partido e ele, depois de comunicado, eu aceitei. A partir do momento que eu sou suplente dele, eu não sou cúmplice da palavra dele. Eu sou cúmplice do mandato dele; o mandato também me pertence. Eu fui eleito suplente de Senador dele. Eu fui votado também. A cumplicidade aí não pode existir.

Quem seria o detentor é quem teria que fazer o gesto. Tanto é que o argumento dele é que foi coagido a fazer esse gesto. Eu fico imaginando qual foi o tipo de coação. Eu não me sinto cúmplice em nada. Sinto-me com a consciência tranquila por ter ajudado – e muito – a eleição do Saturnino para o Senado. Acho que aquilo que ele falou e com o que se comprometeu tem que ser cumprido.

O SR. RELATOR (João Alberto Souza) – Sr. Presidente, mesmo que o Sr. Carlos Lupi já tenha dito que o Senador Saturnino Braga lhe entregou a carta aberta, para que conste dos Anais, em função de outras perguntas que faremos, no prosseguimento do processo, eu gostaria de perguntar ao Sr. Carlos Lupi: quando o Sr. Senador Roberto Saturnino redigiu a carta de compromisso dizendo que deixaria o mandato após os primeiros quatro anos, V. S^a, Sr. Carlos Lupi, estava presente? Quem mais estava presente? Ou V. S^a não sabe se alguém estava presente quando ele redigiu a carta?

O SR. CARLOS ROBERTO LUPI – Não sei, não tenho conhecimento, porque só a recebi. Realmente não posso dar informações sobre o que não sei. Eu só a recebi. Não tenho conhecimento.

O SR. RELATOR (João Alberto Souza) – Sr. Presidente, eu gostaria de perguntar ao Sr. Carlos Lupi se a cúpula do PDT, sob o comando do ex-Governador Leonel Brizola, impôs apoio condicional à candidatura do Sr. Senador Roberto Saturnino, com a sua renúncia após os primeiros quatro anos de mandato?

O SR. CARLOS ROBERTO LUPI – Em nenhum momento.

Tanto é que no noticiário que saiu na imprensa – se V. Ex^{as}s lerem o resumo que eu trouxe, onde coloquei as principais notícias, verão – ele mesmo manifesta isso. Ele, o Senador Roberto Saturnino, manifesta o desejo de ter a suplência no Senado ocupada por um membro do PDT nem citava o nome ainda, pela necessidade eleitoral. Ele avaliava que a presença de um membro do PDT, que era o maior Partido do

Estado, tinha feito duas vezes o governador, tinha um candidato a governador, era importante para dar densidade eleitoral à chapa da qual ele fazia parte. Nem o nome estava escolhido ainda.

Então, em nenhum momento foi feita pressão. Foi feita uma avaliação eleitoral, sim. Ele a fez e nós a fizemos também, e é claro – não vamos fazer da política uma coisa que seja mentirosa, que seja falsa, eu não gosto disso – que nessa negociação política, como o governador faz com o seu vice, como o governador faz com os partidos na hora de escolher o seu secretariado, há também uma negociação política, e essa negociação foi feita entre o Senador e a direção do meu Partido. Só cabe ressaltar que não participei de nenhuma reunião na qual houve essa negociação.

O SR. RELATOR (João Alberto Souza) – Mas V. S^a, Sr. Carlos Lupi, acaba de dizer que fazia parte da cúpula do Partido, como presidente em exercício, e, depois, presidente da coligação. O que perguntei é se não foi condicional o apoio ao Sr. Roberto Saturnino, para que ele aceitasse o seu nome como vice, como primeiro suplente.

O SR. CARLOS ROBERTO LUPI – Eu faço. Só para deixar mais claro.

O SR. RELATOR (João Alberto Souza) – V. S^a não sabia de nada disso?

O SR. CARLOS ROBERTO LUPI – Eu não participei. Expliquei, até detalhadamente, como aconteceu, no dia em que ele estava na casa do Governador Brizola, junto com o Garotinho, quando foi feito o acordo. Fui comunicado do acordo por ele, primeiramente, depois pelo Brizola e pelo Garotinho. Aliás, todos os Partidos sabiam disso, todo mundo sabia disso. Tanto é que o PSB fez essa solicitação, está registrada em ata, e disse que não existia carta. O que houve foi uma aliança política, o que houve foi um acordo político. Isso tenho certeza que houve, é claro, porque fui comunicado disso. E o que posso dizer.

O SR. RELATOR (João Alberto Souza) – Sr. Presidente, eu persisto para que conste dos **Anais** e se possa fazer melhor juízo lá na frente.

O Senador Roberto Saturnino, em sua defesa prévia, alega:

Apenas destacaria, ao finalizar, dois aspectos que entendo serem da maior relevância do ponto de vista ético-político em face das imputações. O primeiro deles consta do próprio texto que, constrangido e coagido pelo Sr. Leonel Brizola, tive a infelicidade de subscrever.

O que o senhor tem a dizer a respeito dessa afirmação?

O SR. CARLOS ROBERTO LUPI – Quem fica profundamente constrangido sou eu ao ver um Senador da República mentir dessa maneira. Isso é uma deslavada mentira, porque um homem com mais de 21 anos de idade, Senador da República por duas vezes, prefeito da cidade do Rio de Janeiro por uma vez, nome nacionalmente conhecido, dizer-se constrangido é algo que o torna inabilitado a exercer o mandato de Senador, porque só uma pessoa inabilitada para o exercício de todas as suas faculdades mentais pode sentir-se constrangida a escrever, de próprio punho, um compromisso que não lhe foi solicitado. Sinto-me profundamente consternado com essa afirmação.

O SR. RELATOR (João Alberto Souza) – Sr. Presidente, permita-me perguntar ao Sr. Carlos Lupi.

Fico estarrecido com o fato de V. S^a ser presidente do PDT, presidente da coligação, e não participar dessas tratativas de S. Ex^a ceder metade do mandato, sendo V. S^a também primeiro suplente de Senador. Estou fazendo essas considerações para que, no futuro – V. S^a ainda fez outras citações –, possamos, inclusive com testemunhas, aferir melhor esse assunto.

Eu sou presidente de um Partido regional e não acredito que possa haver uma tratativa que envolva meu Partido sem que eu participe. V. S^a está me dizendo que não participou, em absoluto, de nada. V. S^a reafirma essa posição?

O SR. CARLOS ROBERTO LUPI – Reafirmo, só colocando no devido tempo, Senador. Eu não participei de nada até o momento em que fui comunicado. A partir do momento em que eu fui comunicado, obviamente, participei de tudo. Estou dizendo que são etapas, porque a tratativa, a negociação, se repartem na matéria do jornal, na última página, nela estou indicando, como presidente do Partido, outros nomes para suplente. Como V. Ex^a é presidente, sabe: como é que eu vou negociar alguma coisa para mim? Olha o constrangimento. Como é que eu vou falar isso para os meus parceiros de Partido, na época, com 12 deputados, nove Deputados Federais do Rio de Janeiro, várias lideranças? Como eu poderia ter legitimidade de negociar alguma coisa para mim? Portanto, eu não participei de nenhuma tratativa que resultou na minha escolha.

A partir do momento da minha escolha, a partir do momento em que recebo a carta, a partir do momento em que eu sou comunicado, é claro que soube de tudo. Quero deixar bem claro, repito, que, até o momento em que fui comunicado, não fiz nenhum tipo de articulação, nem com S. Ex^a nem com ninguém, para pleitear isso. Disse isso para que ficasse registrado o

tempo em que eu soube; senão, vai parecer que eu não sabia. É claro que, a partir do momento em que eu fui comunicado, sabia de tudo e concordei.

Eu falei isso aqui. Quando ele me comunicou, falei: "Aceitei, e de bom grado."

Então, são etapas. Eu não fiz nenhuma tratativa, não fiz nenhum acordo para que ele fizesse isso. A partir do momento em que ele fez e me comunicou, aceitei.

O SR. RELATOR (João Alberto Souza) – Sr. Presidente, considero um fato muito grave, gravíssimo. Pergunto – não sei se isso é comum no Rio de Janeiro, pois a defesa prévia do Sr. Saturnino Braga menciona fato semelhante – ao Sr. Carlos Lupi: o que o senhor tem a dizer sobre o caso do Senador Jamil Haddad, que teria sido pressionado pelo Sr. Brizola a deixar o mandato, em fins de 1986, segundo informações constantes na defesa prévia do Senador Roberto Saturnino e divulgadas pela imprensa na época?

O SR. CARLOS ROBERTO LUPI – Senador, são duas situações completamente diferentes, em tempos e realidades diferentes.

Na época, o Sr. Saturnino Braga era Senador da República e veio a ser eleito Prefeito da cidade do Rio de Janeiro, pelo PDT. Automaticamente, sendo eleito Prefeito da cidade, teve de renunciar ao mandato. O seu primeiro suplente era o saudoso, inesquecível amigo, companheiro, médico do meu pai, Adão Pereira Nunes, que faleceu. O Sr. Jamil Haddad, com quem eu tinha trabalhado no meu primeiro ano em administração pública, na Prefeitura do Rio de Janeiro, tinha sido Prefeito da cidade nomeado, era o segundo suplente.

O Jamil Haddad, ex-prefeito e ex-Senador, antes de sua posse como suplente para titular, saiu do Partido. Havia, na época, a solicitação do registro do PSB. Tenho essa riqueza de memória porque, nesses vinte e três anos, eu só tive esse Partido. Então, tudo o que acontece no Partido, de uma maneira ou de outra, eu tomo conhecimento. Ele era segundo suplente, estava querendo assumir o mandato de Senador, e o jurídico do PDT entrou com uma petição dizendo que ele, Senador Jamil Haddad, não poderia assumir o mandato porque o Partido dele ainda não tinha registro nacional. Sem o registro nacional, como ele poderia tomar posse por esse Partido?

Então, foi um questionamento jurídico que a Secretaria Jurídica do PDT fez, pelo fato de o PSB, à época, 1985, não ter o seu registro definitivo nacional. Então, fizemos essa arguição. Ele já tinha saído do

PDT, tinha ido para o PSB, não tinha conseguido registro, ainda, final do PSB, e foi feita essa arguição.

Então, é um momento completamente diferente. Uma coisa é alguém que renunciou ao mandato para ser prefeito, alguém que era segundo suplente, que foi para um partido que ainda não estava registrado, e que queria ocupar esse mandato, mas que o setor jurídico do partido julgou que o mandato pertencia ao partido, e estávamos pleiteando uma nova eleição. Não era nem o fato de alguém assumir, porque não tinha mais... O segundo suplente era ele. Não havendo mais suplência, teria que haver uma nova eleição complementar, para completar o mandato. Foi isso que ocorreu. Completamente diferente da situação de hoje.

O SR. RELATOR (João Alberto Souza) – Sr. Presidente Demóstenes Torres, quero fazer a última pergunta, já em parte respondida, mas preciso que ela seja esclarecida pelo Sr. Carlos Lupi.

Na época da eleição de 1998, quando houve essa combinação, negociata, entre o Senador Roberto Saturnino e o depoente, Senador Leonel Brizola, cúpulas partidárias do Rio de Janeiro, eu perguntaria se os eleitores do Rio de Janeiro foram comunicados da negociação.

O SR. CARLOS ROBERTO LUPI – Foi noticiado em vários jornais, vários jornais. Está registrado apenas o que eu consegui trazer. Eu, como candidato a suplente, fiz a campanha na televisão, apareci no programa eleitoral falando disso.

Em segundo lugar, a composição era pública e notória, e a imprensa, em vários artigos, em vários momentos, noticiou essa combinação. Só que, a pedido do próprio Saturnino, e como era um assunto que ele tinha que tratar com o PSB, nós ficamos em absoluto silêncio, resguardando o direito dele de ter um entendimento com o seu partido. Eu tenho que me limitar a tratar na órbita do meu partido, não posso invadir a seara alheia, a aliança que ele tem com o PSB.

Essa questão foi muito noticiada, saiu em vários jornais, há artigos sobre isso. Aliás, há um artigo interessante. O Sr. Saturnino já fez isso, aqui no Senado, no seu primeiro mandato de Senador. Inclusive, ele fala isso no noticiário: "Eu já fiz acordos em que já dei espaço a outros Senadores suplentes, porque eu acho importante o Senador suplente ter espaço, porque, sem a suplência, sem a articulação que o suplente faz, normalmente, o Senador não consegue se eleger". Ele fala isso no noticiário. Não está aqui, mas eu posso providenciar isso, com alguma facilidade.

Então, já não é a primeira vez que ele faz esse acordo, não é a primeira vez que ele é réu confesso, porque ele, em nenhum momento, nega que fez o acordo. Ele assume que fez o acordo e, a cada momento, a argüição dele é diferente. Uma hora, a argüição é que mudou a aliança. Agora, uma nova argüição, que ele foi coagido. Então, vamos ver qual será a terceira versão.

O SR. RELATOR (João Alberto Souza) – Sr. Presidente, como foi falado à ata do PSB, a relatoria requer a V. Ex^a... Eu não sei como fazer para que tivéssemos uma cópia autêntica da ata em que o Sr. Saturnino Braga diz que não havia assinado esse documento.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres) – Defiro a diligência solicitada por V. Ex^a.

O SR. RELATOR (João Alberto Souza) – Era só o que eu tinha a colocar.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres) – Passo a palavra ao nobre Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, Sr. Relator, acredito que as perguntas que V. Ex^a elencou vão esclarecendo a preocupação dos Senadores desta Casa.

Quando o nosso ex-Presidente recebeu a primeira denúncia sobre esse fato que os jornais publicaram, de que havia o acordo então cumprido – creio que o Sr. Deputado Carlos Lupi é que transmitiu à imprensa o noticiário –, eu, como Corregedor, considerei que poderia dar início a uma investigação preliminar, mas imediatamente o Presidente abriu um processo, designando o Senador... – foi isso mesmo, se a minha memória não falha. E ficou na Mesa para que fosse relatado o fato denunciado e feito o relatório inicial. Com o parecer da Advocacia do Senado, eles consideraram ato nulo, porque não produzia efeito um acordo eleitoral pré-eleição, que não era detentor do mandato, portanto não poderia oferecer algo que não era seu. Acredito que é um aspecto ético que o Relator vai apurar – isso, vamos dizer, dentro de uma análise do Direito. E cita uma ação rescisória, que torna o ato nulo. Ato nulo não existe, não é isso, Dr. Demóstenes? Pelo menos é o que se aprende no Direito.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres) – Da parte do Direito.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Mas a parte ética é outra discussão que se leva em conta. O jornal que o senhor traz de 2 de julho deve ser de 1998.

O SR. CARLOS ROBERTO LUPI – De 1998. Os dois.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – V. S^a diz que não participou da reunião...

O SR. CARLOS ROBERTO LUPI – Para que eu fosse...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Não, entendi perfeitamente. O jornal diz o seguinte: “as negociações diretas quer dizer, entre Leonel Brizola e Roberto Saturnino, os dois só entre o Presidente Nacional Leonel Brizola e o candidato incluíram acordo que permitirá ao PDT indicar os suplentes para a vaga, além de lhes garantir um período de exercício no cargo. Jornal de 1998.

Não houve nenhuma reação do Senador Roberto Saturnino a respeito dessa notícia, à época?

O SR. CARLOS ROBERTO LUPI – Se o senhor reparar, nessa próxima página, há outro noticiário em que ele confirma isso. O senhor dê uma lida e vai ver o depoimento dele, confirmado isto: que houve o acordo e que ele iria dividir.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Realmente, na defesa prévia, foi citado pelo Relator, Senador João Alberto, que ele foi coagido a assinar a carta, o que, portanto, seria uma acusação grave.

O SR. CARLOS ROBERTO LUPI – E nem é a mim, desculpe-me, mas ao Governador Brizola.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Coação moral ou coação...

O SR. CARLOS ROBERTO LUPI – Será que é física?

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – É isso que não sei.

O SR. CARLOS ROBERTO LUPI – Também gostaria de saber. Coação física ou sob o aspecto moral: ou você assina ou pode ir embora, porque não há vaga aqui. Quer dizer, é uma coisa que provavelmente o Relator vai apurar. O senhor não tem conhecimento de que houve qualquer tipo de discussão, de pressão para que ele assinasse a carta?

O SR. CARLOS ROBERTO LUPI – Física, moral ou, senão, está no terreno da vã filosofia. Da nossa parte, nenhuma, Senador. Só para refletirem, era uma aliança. V. Ex^a sabe que uma aliança comprehende aceitação de todos os Partidos; caso contrário, essa aliança se rompe. Como podia ser coação, se o PSDB, o PT, o PCdoB, o PCB toparam? Como se aprovou, se todas as convenções dos cinco Partidos aprovaram? Então, foi uma coação coletiva de convenções; perto de seiscentos ou setecentos convencionais teriam coagido o Senador – ou faz ou não votamos no senhor? Na convenção tudo é registrado. Aliás, há observador do TRE na convenção. Como é?

Portanto, só se foi uma coação coletiva; ele foi obrigado coletivamente? O PSB aceitou coagido? Vou perguntar ao Presidente do PSB, só para dar o detalhe.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Estou levantando os detalhes; agora, penso que a maioria dos Senadores confia na conduta ética do Senador Saturnino. Até como exemplo, cito algo, quando foi Relator nesta Comissão: S. Ex^a, no seu relatório – havia acusação contra um Senador –, evidenciou muito o aspecto ético da conduta do Senador e pediu a sua cassação. Aliás, tratou-se de um voto muito forte. Achávamos que deveria haver primeiro uma investigação, mas S.Ex^a pediu, de imediato, a abertura do processo para cassação, invocando a conduta ética. Portanto, nos deixa um pouco angustiados estarmos aqui para analisar alguém que deu exemplo, durante o seu trabalho nesta Comissão, da importância da ética. Quando se trata de ética, não se discute passado ou presente; a pessoa tem ou não tem. Não adianta questionar se foi antes ou depois do mandato. E uma coisa que provavelmente pela minha vida afora... S. Ex^a tem uma visão diferenciada da política; cheguei a concordar algumas vezes com a Senadora Heloísa Helena, contrária, às vezes, a alguns tipos de pedido que fizeram, porque a conduta ética é algo que nasce com a pessoa. Não concorda, Presidente Demóstenes?

Acredito que alguns esclarecimentos terão de ser feitos. Considero importante o depoimento do senhor. E ficou aquela pergunta do Senador João Alberto, que eu também me fazia: se o senhor considera ético ter aceito esse acordo ou não.

Engraçado, quando faz o parecer, a advogada diz: ação rescisória, anulação de escritura. Parece uma venda. Então, pergunto se o mandato teria sido – desculpe a expressão – vendido, para que houvesse a possibilidade... Porque, na exposição que o senhor faz da conversa com ele, está claro que ele não se conseguiria eleger se o senhor não conseguisse formar toda a infra-estrutura de campanha, em razão de ele ter sido vetado pela população durante a campanha eleitoral para vereador. Isso está nos autos e vai ser analisado pelo Relator.

Quanto à parte ética, sobre a qual o nosso Relator perguntou com muita cautela, eu perguntaria mais objetivamente: o senhor considera que foi antiético esse acordo? Vamos falar na parte ética e na parte política.

Quanto à parte política, pode ser que o acordo valha qualquer tipo de...

O SR. CARLOS ROBERTO LUPI – Muitos fazem.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Pode ser que muitos façam o acordo. E, eticamente, como o senhor veria isso?

O SR. CARLOS ROBERTO LUPI – Olha, se houve alguém que faltou com a ética não fui eu. Só tenho esta certeza na minha vida: não pedi, não solicitei em nenhum momento nem esse compromisso nem, sequer, ser suplente. Agora, é óbvio, sou um dirigente partidário, sou uma pessoa que, em 23 anos, só militou num único partido na sua vida, e estava ali aca-tando, depois de comunicado, uma decisão que o meu partido tomou. Então, se houve quebra da ética, com certeza, não foi minha. Não prometi o que não tinha. Quer dizer, prometer também o que não tem, para mim, é mais grave do que vender aquilo que tem. Quando se vende, antes da convenção, o que não tem, comete-se um erro de gravidade penal maior, porque se está vendendo aquilo que não possuía ainda. Então, não vendi, não negociei, até porque não teria dinheiro para comprar, e não participei, em momento algum, de negociação que levou meu nome a ser Suplente e que levou a esse compromisso que ele fez. Tanto é que ele não teve coragem, em momento algum, de dizer uma palavra em sua defesa, nem houve artigo algum sobre isso ou a meu respeito, porque o Senador Saturnino me conhece bem há 23 anos. Desculpem-me a falta de modéstia, mas a retidão é uma regra na minha vida.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Obrigado, Dr. Carlos, por ter respondido.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres) – Defiro a palavra ao nobre Senador Juvêncio da Fonseca.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Deputado, informe a todos nós o seguinte: se foi a proposta de divisão do mandato que o convenceu a ser Suplente de Saturnino Braga.

O SR. CARLOS ROBERTO LUPI – Claro que também não vamos fazer da política uma hipocrisia. Eu poderia ter sido Deputado Federal, como já havia sido. O partido expôs-me a situação de que uma coligação forte, com a minha presença na suplência, atrairia o apoio de todo o partido. E quando veio a proposta do Senador, de que a divisão do mandato seria a forma mais equilibrada para garantir a eleição dele, aceitei consciente disso, claro.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres) – Parece-me que o maior questionamento levantado aqui é a tese da torpeza bilateral, ou seja, se houve falta de ética, se o comportamento do Senador Saturnino Braga foi aético ao oferecer metade do seu man-

dato, teria também sido a ética a conduta de V. Ex^a ao aceitar essa parte do mandato. Se, em tese, perdesse o Senador Saturnino Braga o seu mandato, V. Ex^a poderia sofrer um procedimento idêntico por também haver tido um comportamento eticamente não recomendável.

Indago a V. Ex^a, num questionamento jurídico, se à época o atual Senador Roberto Saturnino – V. Ex^a já afirmou isso, mas há precedentes nesse sentido na Casa – desempenhava algum cargo no Parlamento Federal, tinha mandato parlamentar federal.

O SR. CARLOS ROBERTO LUPI – Não. Ele tinha perdido a eleição para Vereador e estava sem mandato.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres) – Sinto-me satisfeito e questiono se mais algum Senador deseja fazer qualquer questionamento. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, declaro encerrada a presente...

O SR. RELATOR (João Alberto Souza) – Sr. Presidente, desculpe-me, mas a reunião não será encerrada. Ela será suspensa, porque vamos ouvir o Sr. Leonel Brizola às 17h. Será o prosseguimento desta reunião.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres) – Concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, como é importante a Ata solicitada, V. Ex^a poderia providenciar, de imediato, a sua cópia?

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres) – É do PSB.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Ah, sim. Pensei que fosse do PDT. Desculpe-me.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres) – Estando com razão o nobre Senador João Alberto Souza, suspendo a reunião até às 17 horas, quando retomaremos os trabalhos para ouvir o Sr. Leonel de Moura Brizola.

Está suspensa a reunião.

(A reunião é suspensa às 11h37min e reaberta às 17h 17min.)

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza) – Está reaberta a reunião.

Hoje pela manhã esta Comissão ouviu o ex-Deputado Carlos Lupi. Na reunião anterior – vou repetir –, foi aprovado o cronograma de depoimentos. Do mesmo consta datas de atividades deste Conselho, que ultrapassam o dia 15 de dezembro. Quero ressal-

tar que, de acordo com o art. 57 da Constituição Federal, o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar não pode se reunir a partir de 16 de dezembro, salvo se houver convocação extraordinária do Congresso Nacional e o assunto de competência do Conselho constar da pauta da convocação. Se isso não ocorrer, encerraremos nossas atividades em 15 de dezembro, avançando no que for possível até essa data, retomando nossas atividades a partir de 15 de fevereiro de 2004.

Dando prosseguimento aos trabalhos da 11^a Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, iniciados nesta manhã, ouviremos agora o Sr. Leonel Brizola, ex-Governador do Estado do Rio Grande do Sul e do Estado do Rio de Janeiro, Presidente do Partido Democrata Trabalhista, PDT, autor da Representação nº 03, de 2003.

O nosso convidado já assinou o Termo de Compromisso, que se encontra sobre a mesa. Como funcionei como Relator e – volto a afirmar – cumpro uma determinação do ex-Presidente, que aqui está presente, e já era o Relator, assumi a Presidência do Conselho, a avoquei, continuando como Relator, para, assim fazendo, dar celeridade ao processo.

E, para continuar na Relatoria, solicito ao Vice-Presidente, Senador Demóstenes Torres, que assuma a Presidência da presente reunião. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres) – Passo a palavra ao Sr. Leonel Brizola pelo prazo de 20 minutos. Havendo necessidade, poderemos prorrogar esse tempo.

V. Ex^a fique à vontade. Na primeira fase, V. Ex^a poderá fazer um relato do que o levou a fazer a representação, a denúncia. Em seguida, a palavra será deferida ao Relator, para que possa questioná-lo, e, seguindo, deferiremos a palavra a qualquer Senador que se encontrar presente, primeiramente aos titulares e, posteriormente, aos substitutos que tiverem interesse também em questioná-lo.

Portanto, passo a palavra a V. Ex^a para que possa fazer um relato das motivações da denúncia.

O SR. LEONEL DE MOURA BRIZOLA – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores integrantes do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado da República, Srs^as. e Srs. Senadores presentes, de-mais senhores e senhoras que nos honram com sua presença nesta reunião, minha saudação a meus companheiros da Direção Nacional do Partido e da Direção do Partido em Brasília.

Exm^o Sr. Presidente, para mim é um conforto, uma alegria poder estar aqui colaborando, prestando

as informações a meu alcance, inspiradas na verdade, naquilo que realmente sei, a que assisti, em relação a este importante assunto que está sob apreciação do Conselho, isto é, a conduta que decidiu assumir o Sr. Senador Saturnino Braga, em função do convênio que fez com o nosso Partido, homologado posteriormente pelos demais Partidos da nossa coligação no Rio de Janeiro.

Eu gostaria de dizer, inicialmente, que uma longa relação nos liga ao Senador Saturnino. Quando voltei do exílio, ele foi escolhido pela nossa modesta coligação, naquelas primeiras eleições que tivemos na antiga Capital Federal, para meu companheiro de chapa. Fui candidato a Governador e ele, ao Senado. Foi uma eleição memorável em que nós, partindo praticamente de muito pouco, conseguimos vencer as eleições, inclusive desmoralizando, enfrentando uma tentativa de fraude que foi feita contra nós, um caso que ficou conhecido como o da Proconsult.

Foi uma situação casual a possibilidade que tivemos de desmoralizar aquela tentativa que introduzia, pela primeira vez, na contagem dos votos, programas previamente elaborados nos computadores que estavam a serviço da Justiça Eleitoral. Desde ali, uma ligação profunda sempre existiu entre nós do PDT – Partido Democrático Trabalhista e o Senador Saturnino. Ele sempre fez parte das nossas atividades, foi também fiel a seu Partido, desempenhou um mandato com o apreço de todos nós e, finalmente, creio que, numa terceira oportunidade, ele não se elegerá, mas concorreu à Prefeitura do Rio de Janeiro, também em nome do nosso Partido, apoiado por nós.

Eu, pessoalmente, empenhei-me, como nunca havia feito com qualquer candidato, indo para a televisão quase que diariamente para defender essa candidatura, e ele venceu. Infelizmente, foi um período tanto quanto desafortunado. Ele teve dificuldades; eu, enquanto estava no Governo do Estado, ajudei-o, colaborei com a ajuda do banco do Estado para ele ir desenvolvendo as suas atividades. Mas as dificuldades cresceram e ele realmente chegou a um ponto – eu já fora do Governo – que teve que declarar uma espécie de falência das finanças do Governo do Rio de Janeiro. Ele ficou muito mal, esteve numa situação crítica e, mais tarde, foi substituído naquele posto. O Senador Roberto Saturnino sempre foi motivo de nosso apreço.

Para não me delongar, eu gostaria de dizer que o momento em que tivemos esses entendimentos foi quando ele havia recém-saído de uma derrota eleitoral para vereador, porque teve a humildade, depois de não se reeleger para o Senado, de concorrer para

a vereança no Município, um gesto que até a mim me causou apreço, pois foi um gesto de humildade.

Ele foi bom Vereador, foi reeleito, e pela terceira vez, em sua terceira eleição, foi derrotado. Perdeu as eleições. E nós nos encontrávamos. Considerado por todos em uma situação crítica, difícil, marginalizando-se na vida política, mas nunca perdemos o apreço por ele. Tanto que quando eu estava com a minha esposa vivendo uma situação muito crítica de saúde, que a levou, ele e a esposa sempre nos rodearam com muitas mensagens, com muitos gestos de generosidade, de estima, de solidariedade, que nos comoveu muito. Portanto, naquele momento, já que o Partido e a coligação não possuíam candidato natural, embora houvesse um esforço da parte de todos para que eu concorresse ao Senado, já trabalhávamos em um outro sentido, eu preferia ajudar, de modo geral, nas atividades e nas eleições para o nosso Partido.

Naquele instante, afirmo que surgiu de mim a iniciativa de dizer: "Bem, se não temos um candidato natural que nos ofereça uma perspectiva de vitória, por que não lembrarmos do Saturnino, que teve muito bom desempenho, que foi um candidato, um companheiro naqueles momentos iniciais de tanto valor? O povo do Rio de Janeiro, ao nos ver novamente juntos, vai sentir que será significativa a sua eleição, a vitória dessa coligação que estamos fazendo novamente".

E isso, em geral, foi aceito. Era a opinião que circulava de voltarmos à candidatura Saturnino. Embora muitos dissessem: "Mas ele acabou de perder a eleição para Vereador. Isso é uma causa perdida". Eu disse: "Não sei não. Quem sabe, o eleitorado, em seu julgamento profundo das coisas, irá pensar". Como Vereador, não mais. Mas, quem sabe ele se sentiria confortado em rever essa coligação, e o Saturnino novamente no Senado!? Pois bem, isso já circulava. E ocorreu uma reunião, até bastante casual, não houve uma convocação, na sede nacional do PDT. Levantei o assunto. Chamamos o Saturnino, ele se sentiu até surpreso com aquela iniciativa do nosso Partido, mas disse que estava ali para a luta, que ele não recusava essa oportunidade, que se achássemos que fosse positivo para o Rio de Janeiro, que ele estaria ali para colaborar. Várias opiniões foram externadas e houve também a circunstância em que ele próprio disse: "Bom, mas meu companheiro, meu primeiro suplente de chapa terá que ser um trabalhista, um candidato indicado pelo PDT." E disse mais: "Eu gostaria que fosse alguém que significasse para o eleitorado e para a opinião pública que o PDT está plenamente de acordo, está mobilizado, que ele está integrado nessa fórmula."

Surgiu ali, naquela hora, a candidatura do companheiro Lúpi, que era quem estava dirigindo, reorganizando, reestruturando, atuando já há algum tempo, com grande dedicação, com um contato muito direto por toda parte e que significaria, sem dúvida nenhuma, a presença do PDT naquela coligação. E, naquele entusiasmo, havia também a convicção de que essa aliança devia dar oportunidade aos dois Partidos de atuar no Senado, porque o PDT era um Partido muito maior, de maior significado eleitoral que o PSB - Partido do Senador -, e que se estava levantando uma candidatura de um Partido menor, que o PDT também tivesse ensejo de expressar suas teses, seu pensamento, de desempenhar, juntamente com ele, essa missão no Senado da República, já que ia entrar com um maior contingente eleitoral.

Essa foi uma conversa que despertou um apoio geral naquele instante, mas não houve, de parte do companheiro Lúpi, nem uma consulta sequer. Aquilo surgiu, aquelas sugestões vieram espontaneamente. O companheiro Lúpi limitou-se a dizer: "Olha, sou um soldado, não estou pleiteando nem ser candidato ao Senado e nem a suplência. Farei o que o Partido considerar melhor." E até disse: "Meu candidato é o nosso Presidente, porque acho que é o candidato natural, e é uma eleição fácil, simples" - naquele momento era, realmente. "Mas já que a situação é essa, não tenho problema nenhum."

Então, nesse instante, surgiram opiniões: "Que bom que esse mandato venha a ser exercido a quatro mãos" - de minha parte, essa proposta obteve toda a simpatia.

Isso não estava previsto, mas ocorre na vida política até com as representações da Câmara. Muitas vezes, um Senador tem que sair, como no caso do Senador Darcy Ribeiro, para desempenhar uma função no Executivo, e vem o suplente para ocupar a sua cadeira. Então, ocorre que, nesse momento, o Senador Saturnino manifestou-se entusiasticamente de acordo com essa idéia. E disse: "eu até dou uma carta; proponho-me a dar uma carta". Eu falei: Senador, desculpe-nos, mas não estamos falando nisso, estamos trocando idéias; quem sabe, dessa troca de idéias vai surgir um compromisso entre nós, baseado puramente na palavra, em função da nossa natureza, um compromisso de honra. Até usei uma expressão muito comum lá no meu Rio Grande, uma expressão meio machista, mas que se usa: isso vai ser no fio do bigode, e não em função de um documento formal, escrito. "Não, mas faço questão."

O assunto morreu ali, porque cortei o problema da carta. Eu disse: isso não existe, é uma questão

que é fruto da nossa vontade, e será muito bom, se houver esse entendimento, que possamos dizer ao eleitorado que essas eleições não se realizaram assim. Dizer isso mesmo. Todos ficaram inteiramente de acordo. Caso vencêssemos, seria, então, adotado esse entendimento.

Quero dizer que não foi uma, nem dez, nem vinte, nem trinta vezes que falei de público a esse respeito. A imprensa noticiou amplamente antes das eleições. Eu, nos comícios, colocava os dois, cada um de um lado, e dizia: esse mandato, essa representação, vai ser o PDT e o PSB; vamos desempenhá-lo a quatro mãos, de forma que depois os dois se entendam para ver como deve ser.

Somamos, porque, quando se faz uma composição, uma fórmula com um titular e dois suplentes, estamos somando. Fizemos essa soma e surpreendemos, porque vencemos as eleições. Nunca houve dúvida a esse respeito. A carta ficou abolida, mas, no segundo dia, o Senador Saturnino veio com a carta, escrita de próprio punho. O companheiro Lúpi levou a carta para eu ler. Desde logo, eu disse: não precisa ser um grafólogo para verificar que esta carta foi escrita na plenitude de uma satisfação. E uma carta de adesão a uma idéia.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres) – Prorrogo o tempo de V. Ex^a por mais dez minutos.

O SR. LEONEL DE MOURA BRIZOLA – Muito obrigado.

Acontece que aquela carta, pela forma corrida, pela forma límpida, não revelando vacilação alguma, não revelando contrariedade alguma, acredito, poderia ser entregue a um especialista em grafologia, que teria que afirmar isto: que não tem nada rigorosamente, a não ser a manifestação de um estado de espírito de plenitude, de satisfação. Ele estava contente, acreditando a uma idéia.

Então, estranhei muito, Sr. Presidente, uma declaração recente do Senador e também documentos que ele apresentou ao Conselho, referindo-se a que tivesse sido coagido. Eu não sei quando e como poderia ter sido coagido. Nós estávamos fazendo um entendimento político para ele ser candidato. Então, havia de nossa parte todo um apreço, todo um sentimento de respeito e consideração por ele. Poderia haver, e não houve rigorosamente.

Então, considero que este é o ponto mais desagradável desse episódio. É o fato de um homem como ele, exercendo o mandato de Senador, usar desse pretexto desonesto, porque jamais houve qual-

quer coação, qualquer pressão. Foi iniciativa dele, eu não queria carta alguma. Ninguém lhe pediu carta.

Então, ele jamais poderia usar esse argumento. Ele já se encontrava em um processo em que se convencia de que não devia cumprir aquele compromisso. Tanto que ele deixou o seu Partido e foi para o PT. Mudou de Partido – já o PT vitorioso. Então, no Governo, creio que ele buscou fortalecer-se para não cumprir aquele compromisso.

De modo que o depoimento que posso dar a esta Comissão, a este colendo Conselho, é que realmente essa foi a verdade dos fatos. Não houve coação. Ele deu a carta porque quis, ele fez esse entendimento e tomou depois esses rumos também sem discutir conosco. Ele passou a se escusar de contato conosco. Senador eleito também por nós, passou para outro Partido sem nos ouvir. Ele se retirou de qualquer contato conosco quando nem tocávamos mais nesse assunto, porque, se estava combinado, devia ser posto em prática.

Naturalmente, nós nos sentíamos confortados em realizar um entendimento em que o nosso Partido estava politicamente em seu papel, porque estávamos ingressando com um maior contingente eleitoral para a sua eleição, ainda mais que não estávamos forçando situação alguma.

Se ele dissesse: "Não, eu não posso aceitar. Eu apelo aos companheiros que fiquemos dentro de um processo formal. Se amanhã eu estiver doente e não puder exercer o mandato; se amanhã desejar renunciar..." Perfeitamente. Mas nada disso foi invocado. Ele aceitou em festa, contente, satisfeito. Depois de um certo tempo, ele certamente ouviu conselhos e viu a possibilidade de entrar no Partido do Governo e lá foi se fortalecer.

Nós achamos que ele não foi correto conosco, que ao menos deveria nos procurar e dizer: "Companheiros do PDT, tivemos muitos anos juntos. Eu quero dizer que agora estou vivendo um problema de consciência. Tenho dificuldades; quero que vocês cedam, para que haja uma modificação, um reexame desse nosso convênio."

Mas nada disso ocorreu. Sentimo-nos magoados por ver um Senador da República fazer isso conosco. S. Exa. tinha que nos dar, ao menos, uma satisfação. Se adquirisse uma outra convicção, que visse ao menos despedir-se de nós, ao menos agradecer o apoio que lhe demos e dizer que não poderia cumprir.

Mas não, exonerou-se, retirou-se, voltou-nos as costas. Foi procurado por outros companheiros, mas

escusava-se de qualquer reunião, de qualquer contato conosco.

Agora, vem com esta declaração de que foi coagido. Quero dizer aqui, com todas as palavras aos Srs. Senadores, ao Senado do meu País, que esse membro da Casa está faltando com a verdade! Rigorosamente, S. Exa. está mentindo, pois não foi coagido por ninguém. Ao contrário, foi tratado com toda a deferência, com toda a consideração, com os melhores propósitos. Se amanhã viesse com outro projeto, dizendo: "Vou renunciar ao Senado e vou ser candidato a Prefeito do Rio de Janeiro. Vocês concordam?" Quem sabe não estaríamos juntos novamente? E assim por diante. Há um procedimento que, sinceramente, está a exigir um julgamento. Um Senador pode proceder dessa forma?

Qualquer cidadão, rigorosamente, não tem o direito de proceder dessa forma. Se mudou, construiu novas convicções, por que não veio aos seus companheiros abrir o coração e dizer: "Não posso, preciso continuar. Tenho dificuldades na minha vida." Poderia evocar a sua família; qualquer coisa que pudesse justificar suas razões. Nem isso fez. Não seria repelido, mas ouvido, considerado por nós. Nos sentimos magoados, lesados, rigorosamente enganados. Por essa razão, vimos ao Senado pedir o seu julgamento. Quanto a nós, queremos dizer que estamos inspirados no melhor propósito: o de servir ao País.

Sempre considerei, no meu modo de ver, que um mandato de oito anos é longo. Os suplentes deviam ter alguma participação, que fosse uma simples experiência. A vida pública brasileira ganharia. Neste caso, ainda mais sendo o Partido principal, poderíamos nos fechar e dizer: "Saturnino, V. Ex^a será o suplente. O candidato principal será o Lupi." Tínhamos todo o direito, naquele momento em que vivíamos. No entanto, quisemos prestigiá-lo. Creio, sinceramente, que ganharíamos da mesma forma.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Agradeço-lhe e peço desculpas pela extensão do meu depoimento. Estou pronto para, agora, continuar a esclarecer qualquer dúvida que os Srs. Senadores tenham.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres) – Está em andamento a Ordem do Dia. Como há norma regimental que impede a realização de audiência durante esse período, suspendo a presente reunião até que seja encerrada a Ordem do Dia.

Em seguida, ouviremos as indagações do Relator, e, posteriormente, as de todos os Senadores que se fizerem presentes.

Então, está suspensa esta reunião, até que se encerre a Ordem do Dia.

(A reunião é suspensa às 17h53min e reaberta às 18h58min.)

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres) – Está reaberta a reunião.

Indago ao Dr. Leonel de Moura Brizola se ele reafirma o que disse anteriormente na reunião, até para convalidar o seu depoimento, uma vez que procedemos ao arrepião do Regimento, que veda o início o funcionamento de qualquer comissão no decurso da Ordem do Dia.

Então, indago a V. Ex^a se reafirma o que disse anteriormente?

O SR. LEONEL DE MOURA BRIZOLA – Perfeitamente, Sr. Presidente. Eu reafirmo e ratifico tudo o que tive a oportunidade de dizer e esclarecer a este Conselho, de forma que não tenho nada a retificar.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres) – Em decorrência disso, passo a palavra, para as indagações que julgar pertinentes, ao nobre Relator, Senador João Alberto Souza.

O SR. RELATOR (João Alberto Souza) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, gostaria de perguntar ao ex-Governador Leonel Brizola se considera a atitude do Senador Roberto Saturnino, quando candidato, um equívoco ou um crime político que possa ser considerado falta de decoro parlamentar.

O SR. LEONEL DE MOURA BRIZOLA – Sr. Presidente, Sr. Relator, o procedimento dele, depois de eleito, desprezando todos os compromissos de honra que assumiu, demonstrando, inclusive, um desrespeito especial ao nosso relacionamento anterior, tão amistoso e cordial, considero realmente um procedimento que fere o decoro de uma Casa como o Senado e o exercício de uma função como a de Senador, para não dizer que é um procedimento incompatível com as próprias relações de cidadania.

Eu respondo, assim, positivamente, à pergunta de V. Ex^a.

Lamento que eu tenha, realmente, que fazer essas declarações.

O SR. RELATOR (João Alberto Souza) – Sr. Presidente, gostaria de perguntar ainda ao ex-Governador Leonel Brizola, em que medida se considera cúmplice no episódio da negociação do mandato do Senador Roberto Saturnino.

O SR. LEONEL DE MOURA BRIZOLA – Rigorosamente, Sr. Presidente, Sr. Relator, não vejo como se aplicar essa palavra...

O SR. RELATOR (João Alberto Souza) – Cumplicidade.

O SR. LEONEL DE MOURA BRIZOLA – ... cúmplice, cumplicidade, porque, sempre que se invoca essa palavra, é para caracterizar uma situação, no mínimo, irregular e atentatória às leis, aos princípios políticos e às boas práticas democráticas. E considero que isso não ocorreu.

Eu cumprí o meu dever de dirigente partidário de incentivar uma negociação. Ninguém ali se sentiu oprimido, obrigado a concordar com alguma coisa que não considerasse correta.

Em segundo lugar, a circunstância de que tudo o que estaria fazendo parte dos nossos entendimentos e iria ser submetido ao julgamento do eleitorado, porque nada foi feito de forma secreta, nada foi feito às escondidas, tudo foi exposto durante a campanha. Eu mesmo tive ensejo de repetir inúmeras vezes, em atos públicos, que havia esse entendimento entre nós, que aquela eleição era o produto de uma aliança de dois Partidos que se somavam, que isoladamente não podiam eleger um Senador, mas que se somavam para que ambos os Partidos - principalmente considerando que o nosso Partido era muito maior que o outro - pudessem dar a sua contribuição pública.

Então, realmente, não me sinto de nenhuma forma participante de algo que não estivesse dentro das melhores práticas democráticas. Trabalhamos para democratizar, dar voz a um número muito maior de pessoas quando procuramos fazer com que aquele mandato fosse desempenhado por ambos os Partidos. E houve, sobretudo, um entendimento sem qualquer restrição de parte nenhuma.

Quero dizer que nunca nos ocorreu a idéia de que pudéssemos estar transgredindo alguma norma democrática ou a própria Constituição, porque se um Senador eleito pode renunciar, é um ato da sua vontade, ainda mais quando ele está assumindo uma atitude pública, que será aprovada pelo eleitorado e que corresponde a uma democratização, a uma ampliação muito maior da representação popular porque estaria esse mandato dando voz muito mais ampla àqueles que se sentiriam representados por esse mandato, exatamente.

O SR. RELATOR (João Alberto Souza) – Sr. Presidente, permita-me. O Sr. Leonel Brizola acaba de dizer que considera que o Senador Roberto Saturnino teve falta do decoro parlamentar e agora o ex-Governador diz que não houve nada demais. Quer dizer que o erro foi só do lado do Senador Roberto Saturnino? Se nós tivemos tratativas – o som não

está bom - entre o ex-Governador e o Senador, o senhor disse que é natural? Não me convence.

Mas faço outra pergunta. O Sr. Leonel Brizola impôs ao Sr. Roberto Saturnino apoio condicional à sua candidatura para sua renúncia após os primeiros quatro anos de mandato?

V. Exa impôs apoio condicional?

O SR. LEONEL DE MOURA BRIZOLA – Realmente, não.

O SR. RELATOR (João Alberto Souza) – Não.

O SR. LEONEL DE MOURA BRIZOLA – Esse assunto nunca foi condicionado a que o acordo se realizasse com ou sem essa condição. Tudo foi tão acordado, foi tão aplaudido, que realmente nunca se cogitou dessa possibilidade. Sentimo-nos surpreendidos com a escusa que a partir de um certo ponto verificamos estar ocorrendo por parte do Senador Roberto Saturnino. S. Ex^a foi afastando-se de nós, até pessoalmente, tanto que mudou de Partido. Uma das situações mais graves e negativas do nosso sistema democrático é a infidelidade partidária. Quando alguém falta a um compromisso de honra, principalmente quando propõeativamente, numa atitude quase impositiva, a aceitação da sua carta – o que nós não queríamos fazer – e depois descumpre tudo, nós nos sentimos chocados. Aí sim, consideramos que a responsabilidade por tudo cabe a ele.

Quanto ao companheiro Carlos Lupi, ele nunca falou sobre essa carta. Quem falou sobre ela, que não queríamos, fui eu. Eu disse a ele que preferíamos o entendimento de honra, a sua palavra, o seu compromisso a qualquer documento formal.

Todos sabem que sou engenheiro. Estou muito longe de ser constitucionalista, intérprete da Constituição, mas, na minha terra, há um ditado que de advogado e de entendedor de leis, todos temos um pouco, assim como dizem também que, de louco, todos temos um pouco.

Tive a honra de conviver com muitos companheiros na Assembléia Legislativa do Estado, depois, no Congresso e nas funções que exerci no Governo, inclusive como Secretário de Estado. E assimilei muitos conhecimentos. A Constituição traz exemplos sobre isso. Um Senador ou Deputado é autônomo para decidir se licenciar para exercer o cargo de Secretário de Estado, deixando de exercer o mandato de Deputado ou de Senador; a Constituição abre essa oportunidade. Também é livre para renunciar. Se o assunto é apresentado ao eleitorado de maneira aberta e o eleitorado aceita, francamente, no meu entendimento, não vejo nenhuma violação do pacto democrático consa-

grado na Constituição, porque não há conspiração contra o eleitorado. Ao contrário. Isso foi motivo de grandes publicações: os jornais divulgaram e falamos amplamente sobre o assunto. Não vemos nenhuma proibição, porque a Constituição determina o que se pode fazer quando um Senador ou Deputado deixa o exercício do seu mandato para atender a uma necessidade pública que considera mais urgente ou mais necessária. O fato é que tudo foi feito à luz do dia.

E mais. O descumprimento que infringe as normas do decoro parlamentar não é de natureza jurídica, mas moral. Insisto que estamos fazendo uma apreciação do procedimento moral. E uma questão de honradez. E possível que alguém possa considerar que não tem palavra quem é capaz de fazer um pacto errado ou certo e depois descumpri-lo, com esse procedimento, de se escusar, simplesmente se ausentar, fugir a uma simples discussão de alguma coisa que ele fez amistosamente. Então, creio que esse é um terreno que é o que realmente importa, quando se quer ver o que significa decoro ou o que significa violação. Tanto que um Deputado, um Senador pode renunciar. Se ele diz: "Eu vou concorrer. Agora, quero dizer aos meus eleitores que vou renunciar em quatro anos". É um direito dele. E se ele assume esse compromisso, achou que devia assumir esse compromisso, não estava cometendo nenhuma violação, porque não era nada secreto, nada escondido.

O SR. RELATOR (João Alberto Souza) – Sr. Presidente, quero perguntar ao ex-Governador Leonel Brizola. V. Sa. afirma que, quando na sua defesa prévia o Senador Saturnino Braga diz que foi constrangido e coagido pelo Sr. Leonel Brizola, ele está mentindo?

O SR. LEONEL DE MOURA BRIZOLA – Está mentindo.

O SR. RELATOR (João Alberto Souza) – Isso não aconteceu em absoluto?

O SR. LEONEL DE MOURA BRIZOLA – Palavra simples, direta. Eu poderia falar: não foi preciso, ele cometeu um engano. Não; ele está faltando com a verdade. Ele está mentindo, Senador!

O SR. RELATOR (João Alberto Souza) – Perguntaria ao ex-Governador Leonel Brizola...

O SR. LEONEL DE MOURA BRIZOLA – Olha, V. Ex^a não sabe o quanto lamento, pelas relações de amizade que sempre tive com ele. Até não entendo como ele, para descumprir com os compromissos, que ele podia perfeitamente procurar nos explicar os entendimentos; quem sabe ele necessitava do exercício do mandato, até para sobreviver. Mas, não. Se

foi, nunca mais. E depois veio com essa alegação absolutamente improcedente. E eu, confrangido, tenho que dizer que ele está faltando com a verdade. E quem falta com a verdade está mentindo.

O SR. RELATOR (João Alberto Souza) – Governador Leonel Brizola, o Carlos Lupi e a Srª Yara Vargas, suplentes do Senador Roberto Saturnino, participaram das negociações. O Presidente do PDT do Rio de Janeiro não opinou nesse assunto de importância capital para o partido? Digo, o Presidente Carlos Lupi?

O SR. LEONEL DE MOURA BRIZOLA – O Presidente do Partido do Rio de Janeiro sou eu: Leonel Brizola.

O SR. RELATOR (João Alberto Souza) – Sim, mas ele estava no exercício da Presidência.

O SR. LEONEL DE MOURA BRIZOLA – Não, ele estava...

O SR. RELATOR (João Alberto Souza) – Segundo ele.

O SR. LEONEL DE MOURA BRIZOLA – ... desempenhando as funções de executivo do Partido. Era um vice-presidente com atividades executivas. Mas o Presidente, quem responde perante o Tribunal Regional Eleitoral, sou eu, Leonel Brizola. Acumulo as funções de Presidente Nacional com as de Presidente do Rio de Janeiro. O Rio de Janeiro sempre foi um ambiente complexo, e sempre se tornou necessário que a liderança maior do Partido assumisse aquelas funções, como agora o companheiro Lupi está investido das funções de Presidente. E ele muitas vezes tem que acumular com a presidência do Partido em Nova Iguaçu ou em algum outro Município, onde os problemas se tornaram complexos, e torna-se necessário à presença de uma autoridade maior do partido. Mas, nessa época, não. Pode crer que ele desempenhava as funções de executivo maior, depois do Presidente.

O SR. RELATOR (João Alberto Souza) – O que o ex-Governador Leonel Brizola tem a dizer sobre o caso do ex-Ministro Jamil Haddad, que, segundo informações constantes da defesa prévia do Senador Roberto Saturnino, teria sido pressionado pelo Sr. Leonel Brizola a deixar o mandato em fins de 1986.

O SR. LEONEL DE MOURA BRIZOLA – Essa é uma manifestação do Senador, por meio da qual ele quis corroborar, dar força àquela primeira afirmação de que havia sido coagido, invocando o caso do Senador Jamil Haddad. Não, essa é uma outra história, completamente diferente.

A mim sempre ligaram relações muito afetuosas com o Senador Jamil Haddad. Tanto que, ao voltar do exílio, uma das primeiras solidariedades que encontrei foi a dele, que me procurou para dizer-me que formava nas nossas fileiras para reconstruir o Partido Trabalhista. Que ele, como socialista, havia há muito adquirido a convicção de que o trabalhismo e o socialismo deveriam se fundir, e isso desde o tempo do inesquecível Dr. João Mangabeira. Isso é verdade, porque ouvi do próprio Dr. João essa afirmação.

Juntos, passamos a reconstruir o trabalhismo. Depois, surgiu o movimento que procurou restaurar o Partido Socialista Brasileiro. Conversamos e nos entendemos no sentido de que S. Exª fortaleceria o Partido Socialista a partir de um certo momento. O próprio Governador Miguel Arraes não era do Partido Socialista, mas atuava formando frentes populares. No Recife, em Pernambuco, quem representava o socialismo era o Dr. Pelópitas, que foi Prefeito depois.

De modo que o Partido Socialista foi se reorganizando. Oferecemos todas as oportunidades ao Dr. Jamil Haddad no nosso Partido, que foi sempre um quadro de grande expressão. Quando fui eleito Governador, o Prefeito da capital era de nomeação e demissível **ad nutum** também pelo Governador. Somente depois é que vieram as autonomias das capitais, com as respectivas eleições de prefeitos.

Eu me encontrava num ato, dando uma entrevista à imprensa internacional e à imprensa nacional também que estava ali, para comunicar a formação do meu Governo. Li a relação dos secretários e tinha a intenção de convidar o Dr. Jamil para uma função mais próxima de mim, bem como o Sr. Marcelo Alencar para prefeito. Entretanto, ocorre que o Sr. Marcelo Alencar me surpreendeu, naquele momento, por estar alcoolizado. Sentindo-me muito chocado, naquele momento convidei o Dr. Jamil para Prefeito do Rio de Janeiro, deixando o caso Marcelo Alencar para resolver depois. Ele foi nomeado, desempenhou-se. Inclusive, o sambódromo foi uma obra iniciada com ele. Foi uma obra mais do Estado, mas iniciada juntamente com ele, Jamil Haddad.

Posteriormente, por dificuldades que se criaram já no decorrer do primeiro ano de administração, em que os problemas eram muitos e se exigia uma atividade muito atuante da Prefeitura, eu tive, então, de pedir o lugar ao Dr. Jamil, mas fazendo um apelo para a conservação da nossa amizade. Ele se retirou, se ressentiu. Eu insisti muito para ele assistir ao primeiro carnaval, pois aquela também era uma obra dele. Ele não pôde vir. Resolveu deixar o nosso Partido e voltar para o Partido Socialista. Perfeitamente.

Logo a seguir, as eleições municipais vieram e o nosso candidato foi o Saturnino, que foi eleito, com todo o meu apoio. Eu também, com isso, trabalhava por uma restauração com o Dr. Jamil, porque ele iria assumir o mandato de Senador. Não tivemos nenhuma objeção a que ele assumisse o mandato. Só gostaríamos que ele viesse fazer uma visita ao nosso Partido e pudesse nos dizer: "Companheiros trabalhistas, as circunstâncias me levaram a voltar para o meu Partido. Eu vou exercer o mandato de Senador. Mas quero dizer que lá quero representar vocês, antigos companheiros, quero representar a nossa coligação, os dois Partidos". Mas ele não veio. Então, custou muito essa restauração, que se realizou mais tarde, plenamente. Hoje, estamos realmente bem-entendidos. Quando nos vemos, trocamos idéias, com boas conclusões, buscando o interesse público e o interesse do nosso País. Jamais procurei forçar qualquer situação.

Senador, V. Ex^a sabe que tenho fama de caudilho, o caudilho Leonel Brizola. Eu tenho fama de caudilho. Isso pegou. Agora, eu nunca invadi a casa de ninguém. Eu nunca cometi uma violência contra ninguém. Jamais permiti que se prendesse alguém sem ordem judicial. Jamais oprimi quem quer que seja e muito menos, na administração do Partido, assumi atitudes que não fossem enérgicas, até indignadas, diante de procedimentos incompatíveis com a boa prática partidária e democrática.

Por exemplo, como posso ser cônscio diante de um Deputado eleito pelo nosso Partido, que somente chegou ao Congresso graças ao quociente eleitoral alcançado pelo PDT e que, ao aqui chegar, logo no primeiro dia, ao assumir o mandato, passou para outro partido? Uma pessoa dessa não merece que se estenda a mão a ela. Não é a mim nem ao nosso Partido. Ele procedeu de uma forma incompatível, porque não lhe demos motivo. Se houvesse algum motivo, sim. Mas não teve nenhum motivo, porque foi ato contínuo: assumiu e passou para outro partido. Então, são algumas indignações.

Quando aqueles militares, Senador, insolitamente, diante da renúncia do Sr. Jânio Quadros. Escorregaram o próprio Presidente da Câmara, que foi assumir a Presidência da República, e se investiram no Poder indevidamente. Isso despertou aquela indignação, aquela reação do povo brasileiro por meio de algumas vozes que honraram as convicções democráticas do nosso povo. Entre essas estava a minha. Eu disse: desta vez, vocês não vão dar golpe pelo telefone. Vocês vão ter que passar por cima de nós.

E tomamos atitudes e assumimos as consequências. Distribuímos armas até para as mulheres. Sabe, há fotografias de filas de mulheres que reclamavam receber armas, como os homens estavam recebendo. E ali havia oficiais ensinando-lhes como manejar as armas.

Numa hora de indignação, numa hora como essa de vida ou morte, diziam: "Olha lá o caudilho! Vejam o que o caudilho está fazendo". Porém, na hora de violarem as instituições, de rasgarem a Constituição, como estavam fazendo aqueles generais, francamente eles não pensaram nisso. Eu digo: ben-dito caudilho que pôde prestar esse serviço ao povo brasileiro.

Então, a fama de caudilho, Sr. Senador, traz desdobramentos. Eu, claro, pertenço à escola daqueles que sustentam que as direções partidárias devem ser respeitadas; que o dirigente e o coordenador dos Partidos devem assumir as suas responsabilidades, exigir que haja cumprimento do dever de cada um. Por mim, os Partidos não se encontrariam na situação em que se encontram em nosso País.

Sem Partido não há democracia. É um engano imaginar que tenhamos um regime democrático sem Partidos prestigiados, estruturados, que sejam respeitados pela população. Afirmo a V.Ex^a que isso é parte dessa fama que eu infelizmente tenho carregado comigo.

O SR. RELATOR (João Alberto Souza) – Sr. Presidente, eu quero agradecer as respostas do ex-Governador Leonel Brizola e dizer que estou satisfeito com elas.

O SR. LEONEL DE MOURA BRIZOLA – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres) – Os Senadores que desejarem usar da palavra poderão fazê-lo. Não há nenhum Senador inscrito. (Pausa.)

Com a palavra o Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Governador Leonel Brizola, realmente é uma satisfação ouvi-lo, nesta Comissão, falar da História do Brasil. V. Ex^a viveu intensamente momentos decisivos para a Nação brasileira. No entanto, nós estamos aqui, na Comissão de Ética e Decoro Parlamentar, apreciando uma representação encaminhada pelo presidente do Partido Democrático Trabalhista (PDT), engenheiro... **En passant**, gostaria de dizer que eu também sou engenheiro. Sinto-me muito honrado por ter a profissão de engenheiro civil, como deve honrar também V.Ex^a

O SR. LEONEL DE MOURA BRIZOLA – Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres) – Também tem fama de caudilho. (Risos.)

O SR. CÉSAR BORGES (PFL - BA) – Com certeza, não, Sr. Governador (Risos.) e engenheiro Leonel Brizola. Isso é apenas fruto da intimidade e amizade de que eu tenho com o Senador Demóstenes Torres. É apenas uma brincadeira de S. Ex^a

A sua representação advém – e ela está aqui exposta – do fato, principalmente, que o atual Senador Roberto Saturnino Braga encaminhou uma carta a V. S^a, como Presidente do PDT, em 6 de julho de 1998, onde a carta reafirma o compromisso assumido dentro do espírito de unidade – estou lendo aqui literalmente – que preside a nossa coligação de dividir o mandato de Senador, que conquistar em outubro próximo, com o admirável companheiro Carlos LUPI.

E a sua representação não deixa claro, pelo menos para mim, onde V. S^a está tomando como ponto fulcral para reivindicar ao Senado um processo de cassação do mandato do Senador Roberto Saturnino Braga.

Pergunto o seguinte. Vejo diante de um dilema. Essa carta me parece que guarda um conteúdo muito sério. E um conteúdo que nos preocupa, como Comissão de Ética, que é você negociar o seu mandato, mesmo que seja de uma forma aberta, transparente, mas houve uma negociação política em torno do mandato. Outra coisa que acho diferente é o não cumprimento desse compromisso. V. S^a colocou que, na verdade, a carta e o compromisso de entrega de metade do mandato, isso não representa, na sua visão, um grave equívoco, erro contra a ética e o decoro parlamentar. V. S^a quase defendeu que isso é um ato, na sua visão, normalíssimo, que poderia ser feito, o que, de certa forma, dá ao Senador Roberto Saturnino um conforto de que ele estava, dentro do seu entendimento - não é um julgamento de mérito, foi o que ouvi de suas palavras - de que ele estaria praticando um ato plenamente normal, dentro dos acordos políticos e dentro do que permite a democracia e a ética. Essa é a visão de V. S^a, não é a minha visão, é a visão de V. S^a Então, a pergunta é: V. S^a está representando, pela perda de mandato, pelo processo de cassação do Senador Roberto Saturnino, pelo fato de ele não ter cumprido a carta, não ter cumprido este compromisso? Quer dizer, a carta não tem a importância de ferir, de forma grave, a ética e o decoro parlamentar. Agora, o fato de ele não cumprir esse compromisso político, aí é que iria ferir a ética e o decoro parlamentar? Por que, então, é claro, é uma questão, a

meu ver, mais partidária, é uma questão que se dá dentro do partido, o não cumprimento, a questão partidária. Mas, efetivamente, acho que são coisas distintas em relação à ética.

Essa é uma posição que gostaria que V. S^a pudesse esclarecer, o seu ponto de vista e a sua representação. Então, a sua representação – e estou fazendo uma ilação, pois não tenho certeza absoluta – é de que ela vai contra o mandato do Senador Roberto Saturnino no momento em que ele não cumpre o compromisso que ele fez, por escrito, com o Partido Democrático Trabalhista. E isso? Gostaria que V. S^a pudesse esclarecer esse aspecto.

O SR. LEONEL DE MOURA BRIZOLA – Sr. Presidente, o questionamento de S. Ex^a dá a impressão de que se pode separar uma coisa da outra. Todas essas questões fazem parte de um único problema, Senador, porque, se formos a fundo nessa questão, o Senador Saturnino, implicitamente, com essa carta e com os entendimentos que fez, renunciou ao seu mandato, renunciou 4 anos do seu mandato, porque ele entendeu que deveria abrir margem para que a outra parte da representação dessa coligação tivesse voz. Essa é uma decisão que ele tomou implicitamente com essa carta. Não estamos questionando a carta ou apenas a questão do compromisso não cumprido ou exclusivamente do decoro. Não! Entendo que tudo faz parte de um único problema. Ele deu a carta espontaneamente, empenhando a sua honra e a sua palavra de que desejava que esse mandato fosse exercido assim. Um ato público que divulgamos durante a campanha e que o eleitorado aceitou.

O que estranhamos e consideramos incompatível com o decoro é o fato de ele se escafeder – essa é a palavra exata. De repente, ele nos deu as costas, foi embora e abrigou-se no calor do poder oficial. Depois, veio com razões improcedentes e inexistentes, faltando com a verdade ao dizer que foi coagido. Como pode, um homem daquela idade, com os cargos que sempre exerceu, se deixar coagir? Não houve rigorosamente coação alguma. Ninguém levantou a voz. Tudo foi feito num mar de rosas. Tudo foi feito no melhor entendimento, de acordo com o que ele desejava. Não foi necessária nenhuma persuasão, nenhuma argumentação. No fundo, ele deixou de cumprir a promessa. Tinha o dever de renunciar, porque essa era uma faculdade sua, e uma das consequências da renúncia era a posse do primeiro suplente. Não haveria nenhuma lesão ao Senado, porque esta Casa teria um suplente na sua falta. Não há dúvida de que houve uma lesão à ética e aos compromissos morais que ele assumiu, principalmente pelo que ele fez depois,

dando-nos as costas como se nada tivesse ocorrido. Não deu satisfação a nós nem ao Partido. Ele não tinha se entendido apenas com uma pessoa, mas com uma entidade pública, um Partido. E aquilo foi homologado pelos outros Partidos da coligação.

Francamente, a nossa iniciativa junto ao Senado visa não apenas ao problema ético, moral e do decoro, como também à defesa dos interesses do nosso Partido, do nosso eleitorado que resolveu prestigiar aquela fórmula em razão do que estava convencionado.

De modo, Senador, que não é possível levar o fato para o terreno exclusivo de que, juridicamente, não há uma abertura, pois creio que na Constituição há essa abertura. A Constituição admite que um Parlamentar possa deixar o seu mandato para exercer outro cargo. Poder-se-ia evocar que se tratava de uma exceção – aquela e somente aquela. Porém, também há a exceção da renúncia. Assistimos às renúncias no Congresso de Senadores e Deputados para terem a oportunidade de concorrer na eleição seguinte, em uma situação, sim, bastante comprometedora, sob o ponto de vista ético, só para poder se eleger e para evitar o julgamento da instituição. Agora, este caso, não: praticou uma lesão contra nos. Temos o dever de defender o nosso eleitorado, defender os nossos companheiros, defender o nosso Partido, porque é um mandato que o nosso Partido tinha o direito de exercer. Agora, em função dessa... Política é entendimento, política é negociação.

Agora, eu quero limpar bem essa palavra, porque não houve, de nenhuma forma, qualquer transação no sentido de “bem, nós compramos esse mandato”. Não, não. Nós fizemos no melhor nível da boa prática democrática: vamos fazer um entendimento, vamos submeter esse entendimento ao eleitorado. Isso foi aprovado, e depois uma das partes descumpe. Francamente, nós achamos que há um procedimento. O Senado Federal naturalmente vai tomar sua decisão, e esta Comissão também e verá que aqui ficará sentado um Senador que descumpriu compromisso escrito que firmou. Segundo, que mentiu publicamente. Acho muito grave quando um Parlamentar, Senador ou Deputado, mente publicamente. Isso já está consagrado em toda a cultura parlamentar no mundo inteiro.

Claro, não temos outro caminho senão nos curvarmos à decisão que esta Casa tomar. Também estamos, de certa forma, trabalhando para defender esta instituição. Do contrário, ficará... Tanto que gostaria de dizer que não tenho a menor dúvida de que deve ter a assessoria do Senador Roberto Saturnino influído em suas posições.

Uma vez que S.Ex^a invocou a questão de que houve coação, de que foi constrangido, eu gostaria muito que houvesse uma acareação perante os senhores e queria ver como é que o Senador Roberto Saturnino iria olhar em meus olhos com essa afirmação. Eu iria dizer: “Saturnino, olha bem nos meus olhos. Quando que eu te constrangi, qual foi o momento? Em todos os anos em que convivemos e lutamos juntos como foi que eu te constrangi?”

Coagir, nem preciso falar, como é que poderia exercer uma coação sobre ele? É isso. Desculpe-me por ter me demorado.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres) – Defiro a palavra ao ilustre Senador Sérgio Guerra.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sr. Presidente, Governador Leonel Brizola, primeiro quero dizer que, para mim e acredito que para muitos aqui, ouvi-lo é um prazer e uma honra.

Seguramente, no Brasil, homens públicos podem falar sobre Partidos, sobre compromissos partidários, compromisso político no sentido geral, mas nenhum mais que o Governador Brizola, que tem uma vida inteira de compromisso seguro que nunca foi quebrado, que atravessou dificuldades extremas e que os brasileiros devem homenagear e nós também.

O SR. LEONEL BRIZOLA – Obrigado, Sérgio Guerra.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sobre o caso que está sendo tratado hoje do Senador Roberto Saturnino, quero dizer de início, que não sou especialista na matéria. Como o senhor sabe sou economista e não advogado, mas gostaria que algumas coisas fossem bem esclarecidas.

Primeiro, se a população, no sentido geral, não apenas as lideranças, os quadros, sabia que votando em um estava elegendo dois, se o voto dado ao Senador Roberto Saturnino era também a meu amigo ex-Deputado Carlos Lupi? O eleitorado tinha conhecimento de estar elegendo Roberto Saturnino e Carlos Lupi também? Que, dessa vez, elegeriam dois com apenas um voto: um para quatro anos e, o outro, para mais quatro anos?

Segundo, se não for assim, em minha opinião, não é uma coisa muito bem apresentada. O segundo componente é: alegar pressão para assinar um documento desse, sinceramente, eu não alegaria. Acho que um homem público não pode aceitar esse tipo de pressão e, muito menos, depois argumentar que aceitou. Não é um argumento a favor, é um argumento contra.

Por último, o compromisso assumido é para ser honrado, mas, de toda maneira, no que para mim

acho que deve presidir o exame dessa questão, que deve ser feito com tranqüilidade e com absoluta prudência, é encaminharmos aqui no sentido de tomar uma decisão que fortaleça o ponto de vista da legalidade dos partidos, do funcionamento da democracia transparente, que possamos, em qualquer circunstância, em todo momento, fortalecer.

Acho que o Senador Roberto Saturnino tem algumas coisas a explicar: primeiro, porque assinou uma carta dessas; segundo, porque alega que foi pressionado e, terceiro, porque não a cumpriu. A outra questão é com o povo. Se o povo votou nos dois – quero dizer que não conheço esse tipo de eleição, mas acredito que possa ter sido assim –, tudo bem. Mas se votou em um, se havia, para a grande massa, a compreensão de que estava elegendo o Senador Roberto Saturnino, e estava elegendo, na verdade, outro senador por quatro anos, parece-me uma atitude incorreta. De toda maneira, eu apenas gostaria que o senhor confirmasse se, de fato, a população carioca votou nos dois ou se votou apenas em um.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres) – Somente indago do senhor se continua aquela necessidade de sair daqui às 20 horas e 15 minutos para embarcar às 21 horas e 15 minutos. Se assim for, não para lhe tolher qualquer resposta mais longa, se houver esse compromisso de pegar o avião, peço que seja um pouco mais breve nas respostas. Só por esse motivo. Se não houver esse entendimento, o senhor fique absolutamente à vontade.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT – SE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres) – Já fiz a inscrição de V. Ex^a.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT – SE) – Na verdade, minha pergunta, com uma observação, diz respeito exatamente ao questionamento formulado há pouco pelo Senador Sérgio Guerra. Eu pediria permissão a V. Ex^a...

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres) – Concedida. Sendo nesse sentido, pode fazer as perguntas.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT – SE) – ... porque responderia exatamente aos dois. Em primeiro lugar, digo da minha satisfação...

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres) – Senador Almeida Lima, faria o mesmo pedido que fiz ao Sr. Leonel Brizola a V. Ex^a.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT – SE) – Serei brevíssimo.

Permita-me dizer da satisfação de estar, neste instante, ouvindo o líder maior do nosso Partido, o PDT, e da honra que sinto por ser um de seus líderes aqui no Senado Federal.

Quero também fazer algumas observações. A primeira delas, a leitura do trecho de uma matéria jornalística do Jornal do Brasil, de quinta-feira, 2 de julho de 1998.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres) – Foi lido esse trecho hoje aqui.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT – SE) – Isso. Mas gostaria de ratificar, reavivar a lembrança, não apenas deste, mas também de outro trecho, que diz o seguinte: “O apoio do PDT à candidatura do ex-Prefeito Saturnino Braga não saiu de graça para o PSB. As negociações diretas entre o Presidente Nacional do PDT, Leonel Brizola, e o candidato incluíram acordo que permitirá ao PDT indicar os suplentes para a vaga, além de lhes garantir um período de exercício de mandato”. Isto é do dia 2 de julho. Não foi um acordo com o candidato a suplente. Foi um acordo com o Partido, o PDT. Essa é uma data importante para uma relação que vou estabelecer com a carta, logo a seguir. E diz: “Até a noite de ontem (dia 1º), o PDT não tinha indicado os nomes. Saturnino só fez uma exigência: afinidade com suas idéias”. E a matéria seguinte mostra, de forma muito clara, que havia uma alternância, ou seja, a divisão do mandato, para ser exercido tanto por Saturnino Braga como pelo primeiro suplente indicado pela legenda PDT. Datado do dia 6 de julho, portanto, quatro dias após a publicação dessa matéria, Saturnino Braga faz a carta, onde ele diz: “Prezado Governador Leonel Brizola, sirvo-me desta carta para reafirmar o compromisso assumido dentro do espírito de unidade que preside a nossa coligação, de dividir o mandato de Senador que conquistar em outubro próximo – data futura – com o admirável companheiro Carlos Lúpi”. Carlos Lúpi, aí agora, dia 6, já indicado, que não havia sido ainda indicado o candidato do PDT até o dia anterior à publicação, 1º de julho. E diz: “Faço-o – e para atender a exigência do Senador Saturnino Braga, que devia guardar com ele, evidente, sintonia, afinidade com suas idéias – em razão não só da excelência das qualidades pessoais do referido companheiro, como também da identidade de idéias, ideais que temos e da força do apoio do PDT – força do apoio da sigla PDT –, condição essencial para o êxito eleitoral da minha candidatura”.

Ora, quando digo que tem relação com a questão levantada pelo Senador Sérgio Guerra, é exatamente em cima desses argumentos e, mais ainda, diante da observação feita pelo Senador César Borges

no questionamento por ele formulado, no sentido de afirmar que este acordo, como diz o nosso Líder Leonel Brizola, foi tornado público antes das convenções, ou no período das convenções. O eleitorado carioca tomou conhecimento, gostou, tanto que aprovou nas urnas. Há legitimidade não apenas da eleição, mas também do acordo, o acordo em si.

Senador César Borges, na pergunta bem específica e com a definição estabelecendo os limites das duas colocações feitas pelo Líder Leonel Brizola, ou seja, a questão ética está, a falta da ética na política está na celebração do acordo ou na sua não execução? O acordo, diante da ética na política, que é diferente da ética social, embora aí elas se conjuguem pela legitimidade da sociedade, está devidamente visível com a legitimidade das urnas, o acordo em si. E o que vale é a vontade popular, ela é soberana, é quem define os parâmetros da ética, porque ela é a própria sociedade...

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres) – Senador Almeida Lima, apenas devido à necessidade de se ausentar...

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT – SE) – Concluo.

Noberto Bobbio, em “Teoria Geral da Política”, mostra com uma clareza meridiana que a ética social ou a moral social é uma e a moral ou a ética política é outra; o que se faz em nome do Estado, da necessidade de Estado, da exigência de Estado é uma coisa, e como comportamento social é uma outra completamente diferente. Embora digo que elas se conjuguem nesse momento, pois foi a própria sociedade quem ratificou o ato, o entendimento político, votando no candidato Saturnino Braga, que teve o apoio da legenda PDT que S. Ex^a considerava indispensável para o sucesso do pleito.

Portanto, nas manifestações do nosso Líder, Leonel Brizola, que corrobora, o pleito formulado pelo PDT justifica-se exatamente pela segunda parte da pergunta a que V. Ex^a se referiu, que, no caso, trata-se do não cumprimento de um compromisso assumido por escrito e tornado público para o eleitorado até como plataforma para buscar o maior apoio da sociedade e viabilizar a eleição.

Eram as considerações que desejava fazer, em complementação ao que disse o Senador Sérgio Guerra.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres) – A palavra está deferida a V. Ex^a.

O SR. LEONEL DE MOURA BRIZOLA – Na verdade, S. Ex^a focalizou a parte essencial de tudo isso. Há um compromisso moral que na época não representava nenhuma transação, porque isso tudo de-

pendia das eleições. Podíamos não ter sido eleitos e não haveria nada, mas houve essa legitimação. Então, está ocorrendo essa questão porque houve aprovação do eleitorado.

Reafirmo que ocorreu uma divulgação. Foi público esse entendimento. Não só os jornais noticiaram quanto nós nos incumbimos de nos justificar por todos os meios ao nosso alcance, porque havia um distanciamento do Senador Saturnino e queríamos explicar ao nosso eleitorado por que estávamos apoian- do S. Ex^a. E aí vinham as razões. Eu disse: vamos exercer esse mandato a quatro mãos; não vai ser só o Partido Socialista que vai falar no exercício desse mandato, nós também.

Nós somamos forças, entretanto, nos baseamos na faculdade que um Senador eleito pode ter de renunciar. Pode renunciar por mil motivos. Pode simplesmente dizer que não quer mais ser Senador, renunciar e ir para casa.

Saturnino estava diante de razões existenciais, porque se não houvesse esse entendimento não seria eleito. S. Ex^a havia perdido a eleição meses antes para Vereador. Era Senador, foi Senador duas vezes, foi Vereador duas vezes, na terceira, não foi eleito. Então o entendimento era essencial. Também nós, com o Lupi, não venceríamos as eleições, precisávamos somar.

O entendimento na prática política é um dos fatores que fazem parte do que chamamos de boa prática político-partidária, quando o entendimento é público, quando não há nenhuma conspiração, quando nada se está fazendo pela costas.

Digo a V. Ex^as o que realmente merece a nossa censura: quando alguém se candidata defendendo tais e quais idéias, depois vence, vai para o Governo e volta as costas para a população. Aí, sim. Isso é, sem dúvida alguma, um descumprimento de compromisso, é enganar a população. Nós não enganamos a população. Ao contrário, nos desmanchamos em boas referências ao Saturnino e nós nos reconciliámos, reconhecemos as suas qualidades e resolvemos nos juntar novamente para poder oferecer bons serviços ao povo do Rio de Janeiro.

E há ainda um outro dado. Deixamos em aberto que, à medida que o Senador Roberto Saturnino passasse essa oportunidade para o companheiro trabalhista Lupi, ele estaria disponível para outras oportunidades que, juntos, iríamos abrir para ele, sem dúvida alguma. Até mesmo no futuro, no Senado, porque ele é um homem ainda cheio de vitalidade.

De modo que respondo positivamente ao que o Senador Sérgio Guerra referiu. Foi do conhecimento público. Eu acho, e vou dizer, até as crianças deviam saber disso, porque não havia comício em que eu fosse que não fosse dito: "Nós vamos juntos novamente para o Senado". Se houvesse duas vagas, não tivessem dúvida, seriam dos dois. Mas como tem uma só, nós vamos trabalhar juntos para eleger, sabendo que separadamente nós não conseguíamos eleger".

Afirmo, sob a minha palavra de honra, que não houve nenhuma intenção de nossa parte de transacionar ao arrepião do prestígio das instituições, ainda mais do Senado. Ao contrário, queremos fortalecer a democracia. E, lamentavelmente, esses caminhos não corresponderam ao que o Senador Saturnino cultivava, que era o de querer continuar no Senado.

Lamentamos muito, mas achamos que o correto em tudo isso era justamente certamente defender o nosso eleitorado. Como dirigentes, levamos o nosso eleitorado a um compromisso, que ele aceitou e que os socialistas aceitaram também. Tanto que os Partidos homologaram em suas convenções esse entendimento.

Era só isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres) – Defiro a palavra ao Líder do PFL, o ilustre Senador José Agripino Maia.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Sr. Presidente, V. Ex^a sabe que sequer Membro da Comissão de Ética sou, mas vim aqui cumprir o dever, que faço com muita alegria, de trazer o meu cumprimento pessoal ao Governador Brizola e dizer a S. Ex^a que a contribuição que traz nesta noite é importante, porque a sua palavra era acreditada. Não precisa jurar sobre a Bíblia, coisa nenhuma. A sua palavra, os seus cabelos brancos, o seu passado são testemunhas de que o que V. Ex^a diz é verdade e traz uma coisa muito clara. Não houve nada feito por debaixo dos panos, foi uma coisa clara, apresentada nos palanques para até as crianças compreenderem e aceitarem. O que houve foi à falta do cumprimento do compromisso. Essa é outra história para ser avaliada: o cumprimento de um compromisso tomado. isso não aconteceu.

Que fique registrado.

Eu gostaria de agradecer a V. Ex^a a presença e o esclarecimento, que considero muito importante. Acho que a sua vinda aqui deixou muito claro. Compromisso de ordem ética ou quebra de compromisso ético houve? Não. Uma coisa foi apresentada muito claramente nos palanques: "O candidato é esse e o suplente é esse. Um vai cumprir uma metade do man-

dato e o outro, a outra". O mandato por inteiro pertence ao Partido.

Depois, ocorreram fatos que fugiram ao seu controle, como Presidente do Partido, e o Partido perdeu um mandato. Na verdade, o Partido perdeu um mandato. E acho que essa é a contribuição que V. Ex^a vem dar com o testemunho da sua palavra que, na minha opinião e na opinião de meu Partido, é uma palavra que merece fé.

O SR. LEONEL DE MOURA BRIZOLA – Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres) – Defiro a palavra ao Líder do PSDB, ilustre Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Governador Leonel Brizola, o Senador José Agripino antecipou um pouco do meu sentimento.

Quando analiso as posições de V. Ex^a no tocante à economia e à própria visão de mundo que conforma a sua posição política, vejo-me, por vezes, em discordância com V. Ex^a. No entanto, algo que me acompanha desde a infância e vai acompanhar-me sempre é a certeza que tenho na sinceridade de V. Ex^a. Concordar ou não com suas opiniões, na verdade, é uma fração do jogo democrático. Mas eu, até hoje, não encontrei um só motivo para desconfiar da sua autenticidade, da sua seriedade. V. Ex^a é uma legenda viva, um herói brasileiro, é o meu herói de capa e espada no 61. Aí começam as discordâncias: estava certo ou não estava Leonel Brizola quando negou o sítio em 64? Foi vital ou não para a derrocada do Governo Goulart? Enfim, aí já estamos na conjuntura: uns entendem que sim, outros que não. Negar o lugar de V. Ex^a na História Brasileira – e é bom vê-lo forte, com saúde, vital – não cabe. Ainda que discordando de V. Ex^a em muita coisa, não consigo deixar de ter uma ternura pessoal muito grande e um respeito político que é intransponível, enorme, uma muralha. Por isso, o levo a sério. Tudo o que V. Ex^a diz, para mim, tem fé pública. Se V. Ex^a me diz que choveu, acredito que choveu. Se V. Ex^a disser que está chovendo, saio, imediatamente, de guarda-chuva. Se V. Ex^a me disser que passou a chuva, sairei em mangas de camisa. Ou seja, confio em V. Ex^a. E um fato.

Com relação ao episódio que envolve o Senador Saturnino Braga e o Deputado Carlos Lupi, fico sabendo que houve, na campanha, nos palanques, a definição de que seria assim. Não sei se é o melhor acordo, o mais legítimo, o mais ético, Governador. No entanto, se houve, deveria ter sido cumprido pelo Senador Saturnino.

Peço ao Senador Saturnino – que aliás é uma pessoa de uma atuação muito destacada na Comissão de Ética, às vezes até feroz – que seja sincero o tempo todo. Na verdade, S. Ex^a vai ser examinado e julgado pelos seus Pares. Custa-me acreditar que o Senador fez essa carta – lida pelo Senador Almeida Lima – coagido. Ou seja, se alguém coagido usa tantos adjetivos, ai começo a ficar mais desconfiado do Senador Saturnino Braga. Porque, coagido, não há quem me faça sorrir. Por exemplo, alguém diz: Aperta o botão. Uma pessoa com um revólver faz-me apertar o botão. Mas, sorrindo, não vai obter de mim um sorriso de aeromoça se está me coagindo, ameaçando a minha vida.

A carta é um compromisso muito claro.

Quero entrar em uma outra questão objetiva. O Deputado Carlos Lupi não teria prestígio para se fazer Senador, tanto que ficou como Deputado. (**Inaudível**) Pode ser que sim. O seu prestígio no Rio de Janeiro é algo também incontestável. Sua presença em uma eleição, sua capacidade de transferir votos – em umas épocas mais votos e em outras, menos votos –, haja vista Lula, em 1989, com seu voto de fidelidade e o pleito de confiança que lhe evidenciou o povo do Rio de Janeiro. A sua presença, pedindo votos, garantiria o percentual básico e mínimo para os dois candidatos. Se quero ser objetivo, cortante, frio – repito –, se quero ser objetivo, vejo que em uma eleição anterior o Senador Saturnino não se elegeu Vereador. Logo, se na eleição subsequente elege-se Senador é porque fez alianças, agregou, somou e não sei o que mais teria feito de soma ou agregação para ele do que a aliança com V. Ex^a, com o seu Partido e, portanto, com o Sr. Carlos Lupi, no contexto desta carta que aqui está. Esse é o enfoque que estou querendo dar.

Estou aqui com um recorte do **Jornal do Brasil**, de quinta-feira, 2 de julho de 1998: “PDT e PSB dividem mandato.” Ou seja, a pergunta que lhe faria é se houve um desmentido pelo Sr. Saturnino de emitir isto aqui, ou se isto aqui passou jurisprudenciado.

No mais, é dizer a V. Ex^a que, pessoalmente, não tenho, entre as minhas atividades, como predileta esta da Comissão de Ética. Isto aqui é um trabalho que se faz não por prazer. Faz-se porque se tem que fazer. É importante ter uma Comissão de Ética no Senado? É. É o lugar mais agradável? Não é. É um lugar onde se estaria a julgar companheiros e a se arriscar a cometer injustiças. Não é algo que me dê alegria, que me dê prazer, mas é evidente que esta Comissão vai olhar todos os fatos, vai pesar todas as opiniões e vai, ao fim, ao cabo, dar um veredito.

Saiba que, quando V. Ex^a vem e opina, isso pesa muito, porque não conheço alguém, neste País, que não o respeite. Conheço pessoas que discordam de V. Ex^a e aqui, à sua frente, está um que costuma discordar de V. Ex^a, mas não conheço alguém que não o respeite. V. Ex^a é uma figura que tende a ter uma trajetória muito feliz, ao longo de todo esse tempo, que lhe desejo que seja muito ao nosso lado, porque V. Ex^a é um personagem de fato da vida brasileira.

Portanto, o PSDB, coerentemente com o que aqui expôs o Senador Sérgio Guerra, vai examinar com muita serenidade, que pode ter faltado a alguns, em alguns momentos, no julgamento de companheiros. Vamos ser muito justos. Vamos procurar ver qual é o tamanho da pena, se houver pena, vamos saber qual é o tamanho do delito, se houve delito, mas entendendo, primeiro, que o Senador Saturnino talvez não devesse ter assumido esse compromisso. Talvez não valesse a pena ter vencido uma eleição assumindo esse tipo de compromisso. Se assumiu, vejo que há um outro fato.

Em um artigo do jornal **O Globo**, de determinada época perto da de hoje, coisa pós-eleição, o Senador disse que estava arrependido. Quem se arrepende é porque cometeu um determinado delito e até o louvo pela sinceridade. Arrependeu-se, ou seja, fez um **mea culpa**. Já vi passar por aqui uma porção de pessoas, nesta Comissão, que não fez **mea culpa**: “Sou inocente, porque sou inocente, porque não cometi isso, porque não fiz aquilo”. S. Ex^a disse: “Sou culpado, porque fiz algo que não devia ter feito.”

Não me alongarei mais, Governador, porque, na verdade, vamos ouvir o próprio Senador Saturnino. Hoje, de manhã, a Comissão já ouviu o Dr. Lupi. Creio que, em pouco tempo, poder-se-á oferecer aqui um veredito da Comissão. Mas, de qualquer maneira, algumas coisas estão muito claras para mim, ou seja, houve o compromisso. Esta letra não é letra de quem foi coagido e posso dizer que V. Ex^a não é de coagir alguém. Uma pessoa coagida tiraria os adjetivos. Uma pessoa coagida não pode chamar de admirável o companheiro Carlos Lupi. Chamar de admirável alguém que o coage? E outra coisa: era tortura? A coação era para torturar? Era um seqüestro? Alguém da família estava sendo ameaçado? Não. Era para ser Senador. Então, alguém disse:

“Vamos arranjar alguém para me coagir, para ser Presidente da República, porque realizo um sonho de infância.” Não é? Alguém me coage e viro Presidente da República. Só não escrevo uma carta dessa para ser Presidente da República. Deixo o julgamento na mão do povo, sempre que me candidatar a

qualquer cargo. Ou seja, não aceito essa história da coação. E preciso que o Senador Saturnino seja bastante sincero, despindo-se de quaisquer vaidades, procurando ser sincero. Ou seja, que seja aberto, que abra o coração para os seus companheiros aqui, para que tenhamos um resultado lúcido, translúcido, transparente, efetivo, porque a mim não me agrada, a mim me desagrada quando alguém diz: "Estava constrangido." É um expediente. Constrangido? Então, por que chamou de admirável quem o constrange? Alguém que considera admirável alguém que o constrange é alguém que nos leva a questionar se essa pessoa tem os méritos para pertencer a uma Casa como o Senado da República, que, aliás, não teve a felicidade de tê-lo, Governador, em seus quadros. Disso o Senado não poderá se perdoar.

Quero levar a V. Ex' uma mensagem de ternura pessoal, que, como V. Ex^a sabe, é familiar. V. Ex^a me disse hoje que eu tenho lá certas lembranças, essa coisa do trabalhismo, enfim, e eu lhe digo que consegui, em relação a V. Ex^a, superar aquela coisa do religião. Eu não preciso estar no seu Partido para admirá-lo. Não preciso estar sequer a seu lado em tantos embates para querer bem a V. Ex^a e tê-lo como o brasileiro que é. E fico muito feliz por termos momentos de coalizão com o seu Partido, informais, mas de coalizão com o seu Partido, neste momento um partido independente e representado por essa figura absolutamente admirável que é o Senador Jefferson Péres, que tem em sua Bancada o nosso Augusto Botelho, figura que se porta com a maior credibilidade nesta Casa, o Senador Almeida Lima, combativo como ele só e um grande companheiro que todos prezamos, e o Senador Osmar Dias, um dos mais corretos companheiros com que lidamos aqui no dia-a-dia da Casa.

Portanto, quero parabenizá-lo pelo PDT do Senado e dizer ao PDT que ele só pode ter orgulho de ter como líder, como comandante político, uma figura de extrema significância. A admiração é algo que transcende. Vou encerrar para que isso não vire tietagem, pois não se trata disso, mas acredito no que V. Ex^a fala e falou.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres) – Antes de ouvir V. Ex^a, vou deferir a palavra ao Senador Romeu Tuma e, em seguida, ao Senador Pedro Simon, para que V. Ex^a possa responder aos três, que são os últimos oradores inscritos.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Serei bem rápido porque sei que V. Ex^a está lutando contra o relógio, e o ponteiro não anda ao contrário, não tem jeito.

E uma alegria estar frente a V. Ex^a, até porque, num passado não muito remoto, quando V. Ex' era Governador, tivemos a oportunidade de conversar, sempre tendo sido recebido com muito carinho por V. Ex^a, que oferecia todo o apoio em qualquer tipo de trabalho ou investigação que se desenvolvesse no Rio, com todo o respeito e com intensidade para que se cumprisse a nossa obrigação.

Sempre recebi o apoio carinhoso e sincero de V. Ex^a e eu o respeito muito pela história, porque desde jovem acompanho de perto a sua postura, sempre condizente com o seu pensamento, pouco importando as reformas, os contratempos, os sofrimentos e a angústia, seguindo uma linha de conduta que lhe dita a alma o coração e a sua inteligência.

O Senador Almeida Lima citou Norberto Bobbio e fez duas distinções entre a ética política e a ética social. Esta é uma Comissão que sempre angustia. É mais difícil a nossa conduta nesta Comissão, que tem como finalidade julgar, apurar um erro ou a falta de ética, ou não, de algum colega.

Quando o Senador Roberto Saturnino foi relator de uma matéria difícil, propôs no seu relatório a abertura de um processo direto para a cassação de um mandato e eu, como Corregedor, tinha proposto uma investigação mais profunda. S. Ex^a o Senador Almeida Lima disse, e concordo com a afirmação, que a ética acompanha toda a vida da gente. Ela não se divide entre o aspecto social e o aspecto político. Individualmente, somos éticos sempre. Pode haver acordos em que não entra o aspecto da ética, mas a formação de uma frente para ter uma vitória.

Vou ler esse livro do Norberto Bobbio, porque quero entender bem essa diferença entre a ética social e a ética política. Sei que V. Ex^a pode até me explicar, mas vou fazer questão de ler para trocar mais idéias com V. Ex^a, pela sua cultura jurídica que sempre apresenta nesses discursos.

Mas há algo aqui, Governador: na defesa prévia, Senador Alberto – não sei se já foi feito; pedi desculpas porque chegar atrasado, porque estava numa outra comissão, pois fui dar posse a novos Consultores aqui e dizer assim. Apenas destacaria, ao finalizar a defesa prévia, dois aspectos que entendo serem da maior relevância do ponto de vista ético-político. Por isso fiz esse preâmbulo, Senador, em face das imputações.

Primeiro, consta do próprio texto que, "constrangido e coagido pelo Sr. Leonel Bitola," – V. Ex^a já explicou – "tive a infelicidade de subscrever. Nele afirmei que assumia entendimento, em negrito, dentro do

espírito de unidade que preside a nossa coligação". Está no texto da carta essa expressão.

Ele segue dizendo:

Sr. Presidente, senhores conselheiros, todos no Rio de Janeiro sabem que pouco após a posse dos eleitos aquela coligação em nome da qual e em torno da qual se fizeram os entendimentos se desfez. Destaque-se por ser fundamental: os entendimentos políticos não são feitos entre coronéis, caudilhos ou chefes; são traçados entre Partidos políticos na medida e nas circunstâncias em que esses Partidos se unem por objetivos comuns. Depois da eleição não se cumpre mais.

É isso que eu gostaria de ouvir de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres) – Com a palavra o Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Cheguei de Porto Alegre à tarde e só agora há pouco tomei conhecimento de que o Dr. Brizola estava aqui. Lamento profundamente não estar desde o início porque para mim é uma alegria e uma emoção muito grande ver Dr. Brizola no Senado Federal.

É claro que todos afirmamos que Dr. Brizola é um personagem da História e é uma liderança nacional. Com todo respeito aos senhores, fazemos questão de dizer que essa personagem da História, essa liderança nacional nasceu no Rio Grande do Sul, sua formação política ocorreu no Rio Grande do Sul, o embasamento de toda a sua caminhada foi no Rio Grande do Sul e com a sua formação como homem público, pelas idéias semelhantes às do Dr. Getúlio Vargas e de Alberto Pasqualini, de lá se transformou no grande líder nacional.

Não há dúvida nenhuma de que Dr. Brizola é uma liderança um pouco solitária no Brasil de hoje porque a sua geração e o seu estilo de liderança estão meio difíceis de encontrar.

Vivemos uma época, Dr. Brizola, muito difícil na política brasileira, vivemos uma época – e o caso aqui está a demonstrar – em que os partidos políticos estão perdendo a sua consistência, estão perdendo seu conteúdo.

Ainda agora estamos verificando que se viveu uma epopéia na história com a vitória de um partido político que, com o aplauso do mundo inteiro, chegou ao poder e no poder, na verdade, tudo que faz é bem diferente daquilo que dizia que ia fazer.

Então, seu nome marca essa característica, que é realmente importante. V. Ex^a é um homem de luta, V. Ex^a foi um Governadorcinha e foi o maior Governador da História do Rio Grande do Sul. V. Ex^a teve

um gesto de coragem, inédito em toda a História do Brasil, que foi a Legalidade. Algo quase impossível aconteceu: pela primeira vez os militares perderam para valer. Não se deu um golpe, mas, pelo contrário, garantiu-se a democracia.

V. Ex^a teve coragem, em 1964, de defender novamente a democracia. Quando o Congresso Nacional era golpeado, quando o Presidente do Senado Federal dizia que o Presidente da República estava em lugar incerto e não sabido, ele estava lá conosco – V. Ex^a estava e eu estava junto –, o Ministro do Exército estava presente, e ele estava se preparando para voltar a Brasília e assumir a Presidência da República.

V. Ex^a teve o mais longo período de exílio da História do Brasil, mas se comportou sempre, lá e aqui, com a maior dignidade e com o maior respeito. Por isso tenho um profundo respeito por V. Ex^a. Vejo na História dos políticos brasileiros nomes que se equiparam a V. Ex^a, mas dificilmente alguém que tenha dado um tributo tão sério e tão profundo como V. Ex^a.

É muito importante dizer que, pelos cargos que exerceu, pela vida que teve, nunca ninguém teve a coragem de tocar uma vírgula na sua dignidade, na sua seriedade. Depois que V. Ex^a teve de sair do Rio Grande do Sul, muita gente foi procurada e torturada. A vida de V. Ex^a foi investigada, tentando forjar alguma coisa, mas não conseguiram; absolutamente não conseguiram. Foram à sua casa, arrombaram o cofre, abriram cobertores, fizeram o que podiam e o que não podiam, e não encontraram uma vírgula em relação à dignidade de V. Ex^a.

Acompanhei o seu sofrimento. Acompanhei sua luta quando estava confinado. Sua esposa, extraordinária mulher, tinha de vir ao Rio Grande do Sul cuidar de seus filhos, que estavam entregues ao carinho e ao afeto dos amigos, que V. Ex^a teve realmente em quantidade enorme no Rio Grande do Sul. Tantas vezes sua esposa teve de vir ao Rio Grande do Sul. V. Ex^a não teve a chance nem de vir ao enterro da sua mãe ou ao enterro do Presidente Jango. Nós todos, do Brasil inteiro, defendímos a tese de que V. Ex^a deveria estar lá e tinha condições de estar. Era obrigatório que V. Ex^a viesse. Até isso lhe negaram.

Por isso, tenho o maior respeito e admiração por V. Ex^a. Fecho os olhos, às vezes, e repito que, se olharmos os 50 anos do Brasil e verificarmos os vultos brasileiros –, V. Ex^a, Teotônio Vilela, Dr. Ulysses, Mário Covas – e considerarmos as figuras que chegaram à Presidência da República, veremos que chegaram alguns que não poderiam ter chegado e não chegaram alguns que deveriam ter chegado. Mas a vida é assim.

Portanto, V. Ex^a pode nos olhar de frente, como olha, olhar o Brasil de frente, como olha, e ter a tranquilidade de quem sempre fez o que devia. Esse é o grande mérito de V. Ex^a. V. Ex^a não fez aquilo que deveria fazer no momento, mas fez aquilo que a sua consciência dizia.

Podem lhe acusar que, no comício de 13 de março, V. Ex^a foi levado pelo excesso político e houve o golpe. Duvido dessa afirmação. Penso que o golpe já estava preparado. Mas V. Ex^a fez o que deveria ter feito, o pronunciamento que deveria ter feito e foi até o fim no seu estilo. Lembro-me de que, no final, quando o Dr. Jango decidiu ir para o exterior, pensando que não deveria fazer a luta aqui, V. Ex^a disse: "Eu topo. Indiquem o General Haddad, eu e os Ministros, e nós, daqui, topamos que a coisa saia."

V. Ex^a é um homem desse estilo e dessa personalidade. É difícil encontrar alguém com essa grandeza e que tenha, perante a Nação, a tranquilidade que V. Ex^a demonstra, pela qual tenho o maior carinho, o maior respeito e a maior admiração.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres) – Defiro também a palavra a um Senador que se inscreveu posteriormente, Senador Reginaldo Duarte.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – Governador Leonel Brizola, assisti à narração e ao depoimento de V. Ex^a na primeira parte desta reunião e admirei a tranquilidade e a serenidade demonstradas, a maneira como explicitou os fatos incontestes de como foi feita essa operação, esse acordo referendado pelo povo do Estado do Rio de Janeiro.

Apenas discordo de um ponto, pois considero um mandato inegociável. Negociar um mandato com um suplente não é um caminho correto. Mandato, nós negociamos, como é uma praxe, por meio de Secretarias, de Ministérios, de cargos públicos. Negociar um mandato não é legítimo.

V. Ex^a falou que um Senador ou um Parlamentar tem o direito de renunciar. E legítimo que renuncie. Pode renunciar porque não gosta da Casa, porque o seu mandato está prejudicando suas atividades paralelas, seu comércio, sua indústria, mas renunciar por força de um contrato político, não considero ético.

Acredito que o que V. Ex^a disse de que também participou da ciranda desse acordo que foi feito no Estado do Rio de Janeiro, V. Ex^a talvez tenha feito, e acredito que sim, com a máxima boa vontade, querendo apenas alavancar o Partido e também que os seus candidatos fossem eleitos. Acredito que a malda não existiu; foi algo referendada pelo povo, foi aberta, mas, para mim, não achei correto. Não tenho

nada a perguntar a V. Ex^a. Quero apenas dar o meu testemunho, a minha opinião sobre o fato.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres) – Defiro a palavra a V. Ex^a.

O SR. LEONEL DE MOURA BRIZOLA – Antes de tudo, eu gostaria de agradecer a atenção recebida da parte do Sr. Presidente, do Sr. Relator e de todos os Srs. Senadores que aqui se encontram, Membros da Comissão ou não.

Quero especialmente registrar aqui a presença do Líder do meu Partido, que nos acompanhou; quero agradecer as referências pessoais que recebi aqui, particularmente do meu conterrâneo Senador Pedro Simon. Enfim, de Senadores do meu Partido, de adversários de outras correntes partidárias. Agradeço também o esforço que fizeram para entender esse episódio.

Culminamos agora, finalmente, com essa opinião do Senador que acabamos de ouvir. Eu gostaria de insistir no fato de que não fizemos nada que não fosse à luz do dia, que não fosse transparente, porque política é negociação.

Alguma coisa de que não se pode abrir mão, na vida político-partidária, é da possibilidade das alianças, das negociações, por mais que surpreendam, por mais que possam representar alguma contradição em face dos antecedentes, porque a vida partidária se desenvolve como a democracia, que depende do desenvolvimento da vida partidária.

Só com Partidos fortes existe democracia; sustenta-se democracia com Partidos fortes e definidos. Agora, para que isso ocorra é necessário que haja liberdades para os partidos, para os cidadãos, que é o direito às dissidências. Muitas contribuições grandiosas na história humana foram feitas pelas dissidências.

A democracia rigorosamente e mais recentemente a República nada mais foram ao longo do tempo que uma obra das dissidências. Foram dissidências do poder que estava estabelecido, já consolidado, fazendo com que a sociedade se paralisasse, como era o caso da monarquia.

E as alianças também são outros fatores da dinâmica. Foi graças a uma aliança, que se desenvolveu com aquele movimento das Diretas, que foi levando, por meio do diálogo, da pregação, da persuasão, o País a uma mudança, a um avanço e à reconstrução da democracia.

Então, esse entendimento que fizemos, desculpem-me os senhores, está ungido pela legitimidade, porque foi feito com a homologação dos Partidos que integravam a aliança. E não houve nenhuma transa-

ção, não houve nenhum toma-lá-dá-cá, não houve distribuição de vantagens. Houve uma fórmula que se construiu ali para submeter ao eleitorado, e isso foi submetido ao eleitorado. Não houve um detalhe que se escusasse ao conhecimento público. Foi falado na televisão, eu mesmo dei entrevistas na televisão, jornalistas nos questionaram e isso foi esclarecido na televisão, no rádio, a imprensa noticiou amplamente. Não houve um entendimento escuso que se necessitasse esconder da população.

Ouvi, há pouco, opiniões, como o do meu ilustre companheiro Senador que se referiu à legitimação do eleitorado, porque isso foi um episódio político que não teve nenhuma relação econômica, nenhuma relação de qualquer outra natureza senão estritamente político-eleitoral, pois dependia da decisão popular. Se a decisão popular fosse contrária e desaprovasse, nem estaríamos aqui. Porque ela aprovou, isso foi justamente referendado pela população.

Ainda encarecemos o fato de que não pedimos essa carta, Senador Roberto Saturnino. Não sei se todos compreenderam este detalhe: não pedimos essa carta; ao contrário. Foi espontânea. Ao contrário: quando S. Ex^a disse que queria escrever essa carta, pedi a S. Ex^a: "Senador, não pense nisso. Acreditamos na sua palavra.

V. Ex^a é homem de honra, divergíamos noutras questões, mas não posso, de maneira nenhuma, admitir que V. Ex^a faça uma carta." Essa carta não esteve em jogo. Até usei uma expressão tradicional lá do Rio Grande do Sul: "Isso está sendo feito no 'fio do bigode'" – é uma expressão meio machista, mas lá se usa muito dizer no "fio do bigode", na palavra.

Ocorre que essa carta ele fez espontaneamente. Dali a dois dias, veio com a carta: "Faço questão, sinto-me tão feliz, tão confortado, tão contente com essa atitude do PDT para comigo que, francamente, faço questão dessa carta." Ele fez questão dela. Telefonei, depois que Carlos LUPI me trouxe a carta para ler, para S. Ex^a, que disse: "Não, Brizola, faço questão, quis manifestar." E quem ler essa carta verificará que não há vacilação, não há um momento de dúvida que se transmitisse naquele texto. E um texto corrido, um texto de quem está aderindo, encantado, a uma causa. Isso ocorreu depois de eleito. Aí é que começaram as pressões, aí, sim, as pressões, as ambições.

Francamente, acho que o partido oficial, as forças que foram para o Governo passaram a cercar o Senador Roberto Saturnino.

Disse-lhe: "Não, Senador, você não tem de renunciar." Ao que ele disse: "Não, mas eu...", "Por que você

não vem para o PT, para o Governo?" E ele passou para o PT e vem passando de partido para partido.

Há todos esses aspectos, e a questão ética está no cumprimento. Errado ou certo, sinceramente, no lugar dele, eu não deixaria de cumprir, mesmo erradamente. Eu vou, dei a minha palavra, não deveria tê-la dado, mas dei a minha palavra e vou cumpri-la, preciso cumpri-la. Há uma expectativa de um amigo meu que considero um extraordinário homem, cidadão que respeito muito e, por conseguinte, vou sair. Não devia ter assinado, ter feito aquela carta e ter concordado. Mas, vou cumprir, quer dizer, são aspectos, todos, que nos causaram dano, um mal, porque o nosso Partido viveu expectativas. Não quer dizer tantos por cento dos votos que ele recebeu, mas ele não conseguiu se reeleger vereador do Rio de Janeiro! E conseguimos fazer uma campanha muito bonita. Eu me recordo que o candidato ao Senado seria eu, mas não pude ser candidato, porque fui acompanhar o Lula, como vice-Presidente, querendo alavancar a candidatura dele.

Foi uma campanha que realizamos no mais alto nível, confiantes, cheios de esperança. E, depois de eleito, ocorre essa mudança. Isso tem sido chocante. Nós não fizemos nada que ferisse a boa prática democrática; isso, não. Posso dizer que não, mas a decisão está nas mãos de V. Exas., que, justamente, darão sua opinião, oferecerão um parecer ao Plenário do Senado, que irá decidir. O que V. Ex^as decidirem, podem estar certos, terá o nosso acatamento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres) – Concedo, mais uma vez, a palavra ao Senador Almeida Lima, pedindo a S. Exa. que exerça esse dom maravilhoso que Deus lhe deu, a oratória, em homenagem ao dia do samba, louvando-se no título de uma música de Noel Rosa: Seja Breve.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT – SE) – Sr. Presidente, eu estava ciente da recomendação e preferi fazer aqui três observações, por escrito. Eu agradeço a benevolência de V. Ex^a, por me conceder, mais uma vez, a palavra.

A minha formação jurídica leva-me, evidentemente, às filigranas. Eu entendo que elas são esclarecedoras, sobretudo no momento em que pairam dúvidas que, a meu ver, são até certo ponto equivocadas. Não por uma questão de consciência, mas – quem sabe? – até pela falta de esclarecimento dos fatos diante da realidade que estamos vivenciando neste procedimento.

Aqui se falou em negociação do mandato. Isso tem, digamos assim, ficado como um resquício, sobretudo – embora não tenha esse dom –, para aqueles que estão nos ouvindo e nos vendo neste instante, pois a TV Senado transmite, ao vivo, esta reunião.

Eu acho que é um equívoco falar em negociação de mandato. É um equívoco falar que houve negociação de mandato. Em 2 de julho de 1998, Saturnino não tinha mandato para negociar. Essa é uma filigrana que pode passar despercebida aqui e ali. Negociar o quê? O que não tinha? Não se negocia o que não se tem. Saturnino não daria a LUPI, ou ao PDT, o que não tinha. Saturnino, moral e politicamente, somente ganhou quatro anos de mandato. O povo tomou conhecimento do acordo e o legitimou. O povo, sabedor do acordo, não deu a Saturnino oito anos. O acordo foi público: metade para um e metade para outro.

O Dr. Brizola, como só as grandes lideranças fazem, de um lado, o candidato a Senador titular e do outro lado o candidato a Senador suplente e diz: "Olha, aqui são os nossos candidatos. Quatro anos para um, quatro anos para o outro". Ou seja, o povo, sabedor do acordo, não deu ao Senador Saturnino oito anos, mas apenas quatro. Os outros quatro anos o povo deu ao Sr. Carlos LUPI, ao PDT.

Assim, a compreensão é que o Senador Saturnino exerce, diante do povo carioca, um mandato que não lhe pertence.

O SR. LEONEL DE MOURA BRIZOLA – É, isso é verdade.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT – SE) – Entendo, inclusive, que a traição não é ao Partido PDT, embora seja, mas é diretamente ao povo, sobretudo porque, numa democracia, a soberania é do povo. Numa tirania, não. A soberania, o poder soberano maior, até porque o povo não é ouvido, é do tirano. E a nossa democracia, esta que transfere a soberania para o povo, é representativa. O povo é quem elege os representantes. E a cada um, Saturnino e LUPI, o povo deu quatro anos!

Portanto, a pergunta do Senador César Borges e a colocação, ao final, do Senador Reginaldo Duarte.. - A primeira, do Senador César Borges, foi uma pergunta, não uma conclusão; mas na conclusão, no raciocínio conclusivo do Senador Reginaldo Duarte está esse equívoco.

O primeiro instante foi o do acordo. Ele foi um acordo ético? E aí a observação que faço ao Senador Romeu Tuma: sim. Ético nas duas extremidades. Ético porque socialmente aceito, pois teve a legitimidade popular, a do povo, e politicamente correto, avali-

zado, legitimado por uma aliança de partidos e pelo próprio povo.

Por último, o segundo instante. Nesse segundo instante é que falta exatamente o compromisso com a ética e com a moral, pois diante daquilo que disse – e disse, inclusive, lendo aqui o apontamento que fiz –, o povo não deu a ele oito anos, mas quatro. E a conclusão a que se chega neste instante é que esses quatro anos finais estão sendo exercidos de forma indevida, pois contrariando a soberania popular. Vivemos numa democracia, que é representativa, e é o povo quem elege. E o povo não deu oito anos.

De forma clara, os partidos utilizaram-se de um instrumento popular, democrático, não previsto em lei, mas é uma outra filigrana jurídica que deixei para o final, que é um princípio maior de Direito: aquilo que não é proibido é permitido. Era preciso que se respeitasse a vontade do povo.

Sr. Presidente, obrigado. E ao nosso Líder, Leonel Brizola, nossas homenagens.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres) – Dr. Brizola, tenho duas perguntas bastante objetivas a fazer ao senhor.

O SR. LEONEL DE MOURA BRIZOLA – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres) – O suplente Senador LUPI, hoje pela manhã, disse que, em julho de 1998, o Senador Saturnino Braga, ainda pré-candidato, ou pretenso candidato, fez questão de ir ao seu Partido, o PSB, fazer com que constasse em ata aquela decisão, voluntariamente. Ou seja, ele foi ao seu Partido e pediu: conste em ata que eu fiz um acordo nesse sentido. O senhor tem conhecimento desse fato?

O SR. LEONEL DE MOURA BRIZOLA – Tenho conhecimento, sim.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres) – É real?

O SR. LEONEL DE MOURA BRIZOLA – Não dei maior importância porque era um assunto pacífico, de entendimento amplo na nossa coligação. Então, não atribuí maior significação ao fato, porque estava decorrente, coerente com os entendimentos que havíamos concluído. Mas era verdade? Era.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres) – O suplente Carlos LUPI também disse aqui que participou desse entendimento o então candidato a Governador Antony Garotinho, que tinha ciência e avalizou também esse acordo. Era do conhecimento do senhor?

O SR. LEONEL DE MOURA BRIZOLA – Deve ser, porque não havia, nessa época, nenhum motivo

para que ele não estivesse dentro dos entendimentos. Reafirmo essa declaração do companheiro Lopi, porque de todas as direções, ainda mais ele, como candidato, tinha que ter conhecimento. Especificamente, não me recordo de que tenha havido uma comunicação a ele, por escrito. Mas ele estava nas nossas reuniões, ele participava e, por conseguinte, devia ter conhecimento.

O SR. RELATOR (João Alberto Souza) – Sr. Presidente, objetivamente, também, queria fazer uma pergunta ao Governador Leonel Brizola.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres) – Defiro a palavra a V. Ex^a.

O SR. RELATOR (João Alberto Souza) – Governador Leonel Brizola, hoje, pela manhã, o suplente de Senador Carlos Lopi nos disse – e realmente o senhor nos convenceu aqui que a população do Rio de Janeiro havia tomado conhecimento do acordo – que o Senador Saturnino Braga, em reunião do seu Partido, o PSB, teria negado que havia feito uma carta em que abria mão dos quatro últimos anos do seu mandato. Foi dito aqui pelo suplente Carlos Lopi. Como é de conhecimento geral, o próprio suplente diz que, na reunião do PSB – não sei se o Presidente Demóstenes observou isso –, ele havia negado ter assinado a carta. Inclusive pedi ao Sr. Presidente que solicitasse ao Partido, que fizesse diligência, para termos uma cópia dessa Ata, porque seria uma inverdade de S. Exa, pois já havia assinado o documento.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres) – Parece-me que ele disse que fez constar da Ata justamente o entendimento que tinha...

O SR. RELATOR (João Alberto Souza) – Não, do PSB, que ele foi questionado no PSB e teria negado a assinatura da carta.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres) – De sorte que...

O SR. RELATOR (João Alberto Souza) – Inclusive, pedi a V. Ex^a que deferisse uma diligência a esse respeito.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres) – Então, fica ratificada essa diligência, junto ao PSB, para que possamos ter cópia da Ata de julho de 1998, em que o Senador Saturnino Braga faz afirmação a respeito desse entendimento, ou para afirmar, ou para negar, isso vai constar.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres) – Defiro a palavra, pela ordem, ao Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, solicitaria a V. Ex^a para pedir que as notas taquigráficas fossem rapidamente traduzidas, porque aí ficaria bem clara a dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres) – Determino à Assessoria a distribuição das notas taquigráficas antes da próxima reunião, que deverá realizar-se na próxima terça-feira, às 17 horas.

Pela ordem, defiro a palavra ao nobre Senador Artur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, o Senador João Alberto Souza apresentou um dado que me parece relevante. Falei, a pouco, do quesito sinceridade. Se há uma carta que é de conhecimento público e que está nas mãos de todos, com a imprensa noticiando o fato, e se o Senador diz, no seu Partido, que não fez tal acordo, parece-me que S. Ex^a teria, em relação ao seu antigo Partido, sido inadimplente sob o ponto de vista da ética.

Estou começando a ficar preocupado com esse caso. A carta está aqui e todos a conhecemos, pois é um documento público hoje.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres) – Fica deferida a diligência, Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Precisamos esclarecer os fatos, porque creio que a resposta que o Senador dará poderá ser a da sinceridade.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres) – Concordo com V. Ex^a.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB - AM) – Quanto menos S. Ex^a se aproximar da sinceridade, mas se afastará do respeito de seus colegas.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres) – Defiro a palavra, pela ordem, ao Senador Almeida Lima.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT – SE) – Sr. Presidente, quero formular um requerimento de acareação entre o Senador Roberto Saturnino e o Dr. Leonel Brizola, em virtude, sobretudo, do fato de o primeiro ter afirmado que assinou a carta sob coação. Será, portanto, uma oportunidade que este Conselho terá para, cara a cara – como a expressão assim exprime –, estabelecermos nesta acareação a apuração da verdade.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres) – Vou sobrestrar a apreciação desse pedido, para que possamos primeiramente ouvir o Senador Roberto Saturnino. Em seguida à oitiva de S. Ex^a, poderemos

proceder à apreciação do requerimento do Senador Almeida Lima.

Faço um requerimento ao Plenário para que possamos modificar o cronograma anteriormente aprovado, a fim de que também ouçamos, em plenário, o ex-Governador, atual Secretário de Segurança Pública do Rio de Janeiro, Sr. Anthony Garotinho, que foi mencionado de forma muito decisiva pelo suplente Carlos LUPI. Apresento a V. Ex^a esse requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Portanto, fica marcada para o próximo dia 9, às 17 horas, a oitiva do atual Secretário de Segurança Pública do Rio de Janeiro, Sr. Anthony Garotinho. Srs. Senadores, na próxima semana, após a oitiva do Sr. Anthony Garotinho, marcaremos uma nova data para ouvirmos o Senador Roberto Saturnino.

Em resumo, ficam determinadas três diligências.

Declaro encerrada a presente reunião e convoço outra para a próxima terça-feira, dia 9 de dezembro, às 17 horas.

(Levanta-se a reunião às 21h02min.)

Documentos pertinentes à 11^a Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar:

1. Lista de presença;
2. Carta da Sr^a **Yara Lopes Vargas**, acompanhada de Atestado Médico;
3. Termo de Compromisso assinado pelo Sr. **Carlos Roberto LUPI**;
4. Termo de Compromisso assinado pelo Sr. **Leonel de Moura Brizola**;
5. Cópia de documentos distribuídos pelo Sr. **Carlos Roberto LUPI**, contendo 06 folhas (exposição assinada pelo Sr. **Carlos LUPI**, cópia da carta atribuída ao Senador **Roberto Saturnino** e Matérias Jornalísticas).

Sala da Comissão, 2 de dezembro de 2003. – **João Alberto Souza**, Presidente – **Demóstenes Torres**, Vice-Presidente – **Luiz Otávio – Paulo Octávio – Rodolpho Tourinho – Heloísa Helena – Sérgio Guerra – Antero Paes de Barros – Juvêncio da Fonseca – Romeu Tuma (corregedor) – Pedro Simon – César Borges – Reginaldo Duarte – Arthur Virgílio – Augusto Botelho.**

Rio de Janeiro 28 de novembro de 2003

Exmo. Sr.

Senador João Alberto Souza

Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar

Ala Sen. Tancredo Neves, Gab. 56

Senado Federal

Brasília-DF

CEP 70165-900

Sr. Presidente

Tendo sido convocada por V. Ex^a a prestar depoimento a esse Conselho, nesta data de 02 de dezembro de 2003, relativamente ao procedimento instaurado para apuração de eventual violação de normas de conduta ética pelo Exmo. Senador da República, Sr. Roberto Saturnino Braga, venho respeitosamente esclarecer o quanto segue

Incialmente, venho ressaltar que a despeito do honroso convite, vejo-me impossibilitada de comparecer na assentada para tanto designada, em virtude de estar assistindo minha genitora que, em idade já bastante avançada (99 anos), encontra-se com sua saúde bastante debilitada, situação essa que nestas últimas horas veio a se agravar consideravelmente, o que me impede, como sua única filha e responsável, de ausentar-me nesse delicado momento.

Tenho ciência de que nenhum cidadão brasileiro, sobretudo sendo Suplente de Senador, como é o meu caso, pode se furtar a comparecer a Convocação dessa Ilustre Casa.

No entanto espero poder contar, neste momento que me é tão aflitivo e no qual meu afastamento do leito de minha mãe se torna impossível, com a compreensão de V. Ex^a prestando através do presente documento as seguintes informações:

– Com vistas à eleição de 1998, constituiu-se no Estado do Rio de Janeiro uma coligação majoritária, formada pelos partidos PDT, PSB, PC do B e PT, tendo sido indicado para a vaga no Senado Federal o hoje eleito Senador Roberto Saturnino Braga.

– É fato que desde que encerrado meu mandato de Deputado Estadual pelo Estado do Rio de Janeiro em 1994, após longa atuação como parlamentar (4 mandatos), e do desempenho de diversos cargos que me foram confiados pelo Poder Executivo, optei por não mais concorrer a cargos eletivos, dedicando-me, apenas, à atuação político-partidária. Em vista disso, sem que houvesse qualquer solicitação ou ingerência de minha parte, fui indicada por meu Partido (PDT) como 26 Suplente na chapa que se tornou vitoriosa no referido pl&to de 1998.

– Ao integrar a citada chapa, entendi ter sido lembrado meu nome à 2º Suplência como reconhecimento por minha longa atuação política ao lado do ex-Governador Leonel Brizola e pelos movimentos sociais o que muito me honrou.

– Ressalto que, em nenhum momento, participei ou tive ciência de qualquer composição para a escolha do candidato Roberto Saturnino Braga o que poderá ser corroborado pelos partícipes daquela negociação que, igualmente, estão sendo ouvidos por R. Conselho.

– Por fim, não posso deixar de transcorrer **in albis** a observação de que, após a leitura atenta que procedi da defesa do Exmo. Senador Roberto Saturnino Braga, causou-me espécie a afirmação do defensor de que firmara o documento **sub censura** “Constrangido E Coagido”.

E, pois, Exmº. Sr. Presidente, concluindo os esclarecimentos que me cumprem proceder que não posso me furtar de deixar consignada a minha profunda decepção em constatar que os valores éticos que deveriam ser intrínsecos ao caráter e à honra do cidadão e, sobretudo, daqueles que, como Senadores da República, devem defendê-los e preservá-los a qualquer preço, são passíveis de serem deixados de lado pelo constrangimento ou coação.

Isto posto, requeiro a V. Exª se digne determinar que a presente manifestação seja lançada nos anais deste R. Conselho para que produza os seus devidos efeitos legais, pelo que subscrevo-me, respeitosamente – **Yára Lopes Vargas**

Rem: Yara Lopes Vargas

End: Rua Constante Ramos, 34/1101 Copacabana – Rio de Janeiro – RJ – Cep 22051-010.

ATESTADO MÉDICO

Atesto, para prova junto ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal, que a Sra. **YARA LOPES VARGAS** não deve se ausentar da cidade do Rio de Janeiro pois sua mãe, SRA. **AMÉRICA FONTELLA VARGAS**, 99 anos, encontra-se em tratamento clínico necessitando do acompanhamento permanente de sua filha devido a sua condição de extrema fragilidade e acompanhamento do tratamento médico.

À disposição para qualquer esclarecimento adicional.

Rio de Janeiro, 28 de novembro de 2003.



CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR**REPRESENTAÇÃO Nº 3, DE 2003****TERMO DE COMPROMISSO**

(Conforme art. 203 do Código de Processo Penal)

Nome completo?

CARLOS ROBERTO LUPI

Identidade?

I.F.P. Nº 03608902-3

Idade?

46 ANOS

CPF?

434 259 097-20

Estado Civil?

SOLTEIRO

Residência?

Rua ~~Alves~~ Gustavo Sampaio Nº 441/584

Profissão?

PROFESSOR (CONSTITUÍDA PDEM)

Local onde exerce sua atividade atualmente?

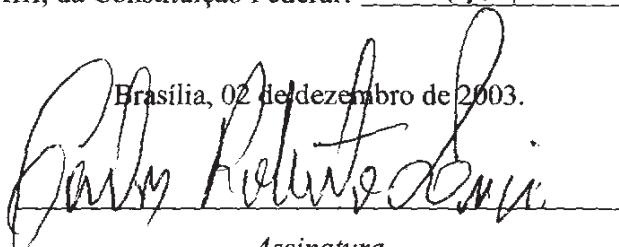
PDT-VICE PRESIDENTE MAIS

É parente, em algum grau, de parte envolvida?

NAO

O Depoente compromete-se, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, sob as penas da Lei, dizer a verdade no que souber e lhe for perguntado, não sendo obrigado a depor contra si próprio, nos termos do art. 5º, LXIII, da Constituição Federal? SIM

Brasília, 02 de dezembro de 2003.


Assinatura

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR**REPRESENTAÇÃO Nº 3, DE 2003****TERMO DE COMPROMISSO**

(Conforme art. 203 do Código de Processo Penal)

Nome completo? LEONILDO MESSIAS SOARES
Identidade? RG 6734083-6 JFP/RJ
Idade? 81
CPF? 733.279.217-68
Estado Civil? VIU
Residência? AV. ATLÂNTICA 3240, AP 701 - COPACABANA
Profissão? ENGENHEIRO CIVIL
Local onde exerce sua atividade atualmente? RIO DE JANEIRO/NACIONAL
É parente, em algum grau, de parte envolvida? NAO

O Depoente compromete-se, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, sob as penas da Lei, dizer a verdade no que souber e lhe for perguntado, não sendo obrigado a depor contra si próprio, nos termos do art. 5º, LXIII, da Constituição Federal? Sim

Brasília, 02 de dezembro de 2003.


Assinatura

Rio de Janeiro 24 de Novembro de 2003

Prezados Senadores membros da Comissão de Ética do Senado Federal,

Em 1998 realizamos no Estado do Rio de Janeiro uma memorável aliança dos Partidos de centro-esquerda com a participação do PDT, PCdoB, PCB, PT e PSB. Em nível nacional essa aliança também se configurou com o apoio desses Partidos à candidatura Lula-Presidente.

No Estado do Rio de Janeiro, os caminhos para consolidá-la foram difíceis, chegando à direção do PT Nacional a ter que intervir no PT RJ para garantir o apoio do PT à candidatura de Antony Garotinho pelo PDT – RJ, fazendo com que a então Senadora Benedita da Silva aceitasse ser candidata à Vice-Governadora.

A candidatura única ao Senado caminhava para ser consensualmente a do nosso líder o ex-governador, Leonel Brizola. Por uma necessidade da Campanha Nacional o nosso líder Brizola acabou se tornando candidato a Vice-Presidente e tomou a iniciativa de convidar o ex-vereador Saturnino Braga para ser o nosso candidato ao Senado. O Sr. Saturnino relutou em aceitar tendo em vista que nas últimas eleições municipais fora derrotado na sua tentativa de reeleger-se Vereador pela Cidade do Rio de Janeiro com cerca de 11.000 votos, porém com a forte argumentação do nosso líder Brizola, deixando claro que a força da aliança que se formava, liderada pelo PDT, garantiria as condições necessárias para sua eleição.

Convencido desta viabilidade o Sr. Saturnino concordou em ser candidato e disse ser fundamental a escolha de seus suplentes entre os quadros do PDT, pela força política essencial para sua vitória.

Com a concordância do ex-vereador Saturnino fui convidado a ser seu 1º suplente e a companheira Yara Vargas sua 2ª suplente, sem nunca ter lhe sido solicitado ou reivindicado tal situação.

Na presença do Presidente Nacional Leonel Brizola e do então candidato a Governador Antony Ga-

rotinho, antes da convenção que homologou sua candidatura, o Sr. Saturnino afirmou-nos que ele não tinha mais nenhuma expectativa de disputar eleições, mas, tendo em vista as condições de apoio apresentadas pelo PDT, iria, com muita honra, disputá-las e, como prova de que não poderia deixar de reconhecer a importância do nosso apoio, fazia questão de dividir o mandato de oito anos com a minha pessoa, tendo em vista principalmente que já era um resgate de sua vida política reconquistar o mandato de Senador, já que não obtivera êxito na sua candidatura a Vereador no município do Rio de Janeiro.

Comunicado que fui da decisão de ser seu 1º suplente e da decisão do Sr. Saturnino de dividir o mandato de Senador comigo, aceitei e fui organizar as convenções que homologariam tal decisão.

Passados alguns dias desta reunião o Sr. Saturnino me procurou na sede nacional do PDT onde me entregou uma carta dirigida ao Presidente do nosso Partido, informando-me que fazia questão de reafirmar o compromisso assumido de próprio punho, para que não restasse dúvida sobre o cumprimento do mesmo.

Agora, passados 4 anos desta manifestação oral e por escrito do Sr. Saturnino, ele afirma que não irá cumprí-la, tendo em vista que o PT não abriria mão do seu mandato de Senador. Comuniquei pessoalmente ao Presidente do PT, Deputado José Genoíno, a argumentação do Senador Saturnino de que o PT não estava deixando que ele cumprisse tal compromisso. O Sr. Deputado José Genoíno se disse surpreendido com este compromisso e disse que o PT não tinha nada a ver com isso, que era um problema anterior à filiação do Senador ao PT, e ele deveria resolvê-lo diretamente com a Direção do PDT.

Relato esses fatos para que os estimados senadores sejam inteirados desses detalhes e futuramente se pronunciem sobre ele.

Atenciosamente, – **Carlos LUPI**, Vice-Presidente Nacional.

Rio, 6 de junho de 1998

Prezado Governador Luiz Inácio Lula da Silva:

Sirvo-me desta carta para reafirmar o compromisso assumido, dentro do espírito de verdade que preside a nova coligação, de dividir o mandato de Senador que confirme esse encontro próximo com o admirável companheiro Carlos Lepé. Faç-o em razão só da excelência das solidárias pessoas do referido comprometido, cujas fundas ideias de liberdade de ideias, free trade e da força do esforço do PDT, condicionei estreitamente para o êxito eleitoral da minha candidatura.

Com a sincera fraternal de

Afonso Bento

Esquerda em paz no Rio

Daniella Sholl, Elaine
Gaglianone e Fabiana Sobral



Depois de muita discussão e risco de rompimento, o PDT confirmou ontem à noite a candidatura do ex-prefeito Saturnino Braga (PSB) ao Senado, na chapa do pedetista Anthony Garotinho. Com isso, acaba a ameaça de o presidente regional do PDT, Leonel Brizola, deixar o lugar de vice na chapa do petista Luís Inácio Lula da Silva, candidato à Presidência, e se lançar ao Senado.

Caso a vaga ao Senado fosse tirada do PSB, a Executiva Regional do partido ameaçava lançar hoje a candidatura do deputado Alexandre Cardoso ao Governo. Pelo acordo inicial, o Senado seria do PSB, mas Brizola chegou a pensar em reconsiderar depois que o partido não apoiou candidatos pedetistas em outros estados.

“Se o PDT descumprisse acordos na base, imagine o que fará no governo”, atacava ontem o presidente regional do PSB, Alexandre Cardoso, antes de o PDT anunciar a manutenção da candidatura de Saturnino. O descumprimento do acordo poderia gerar crise no PSB.

Ontem, o deputado Carlos Santana (PDT) usou o microfone da Câmara para dizer que Alexandre seria o candidato ideal ao Senado, no lugar de Saturnino. “Ele é de Caixias e é importante um nome da Baixada na chapa majoritária”.

A crise deixou clara a vontade de setores do PDT de não deixarem a cadeira que foi do falecido senador Darcy Ribeiro cair em mãos de não pedetistas. O grupo liderado por Carlos Moraes chegou a preparar abaixo-assinado pedindo que Brizola se candidasse ao Senado, para se tornar uma espécie de ACM das oposições. Mas Brizola descartou a hipótese por estar comprometido com Lula. O vice-presidente regional do PDT, Carlos Lupi, defendeu o nome da deputada Cidinha Campos. Também foram cogitados os ex-deputados Luiz Alfredo Salomão e Vivaldo Barbosa. Segundo um pedetista, a decisão de manter Saturnino só aconteceu por uma razão: além de Brizola não havia ninguém no partido melhor eleitoralmente do que ele.

Pedetistas indicarão suplentes

O apoio do PDT à candidatura do ex-prefeito Saturnino Braga, 66 anos, não saiu de graça para o PSB. As negociações diretas entre o presidente regional do PDT, Leonel Brizola, e o candidato incluiram acordo que permitirá ao PDT indicar os suplentes para a vaga, além de lhes garantir um período de exercício do cargo. Até a noite de ontem o PDT não tinha indicado os nomes. Saturnino só fez uma exigência: afinidade com suas idéias.

Brizola e Saturnino conversaram por mais de 20 minutos ao telefone no fim da tarde de ontem. Mesmo antes de se entender com o cacique do PDT, o ex-prefeito não dava sinais de que

pretendia renunciar à disputa por causa da briga entre Brizola e o PSB. Ele afirmava que seria candidato “independente de a frente se consolidar ou explodir” no estado. A confiança na candidatura era tanta que o ex-prefeito já separava os documentos para o registro de seu nome no Tribunal Regional Eleitoral (TRE). Senador por duas vezes, o Saturnino acha que tem currículo suficiente para representar a candidatura da oposição. Antes do lançamento da candidatura de Roberto Campos ao Senado pelo PPB, na chapa de Cesar Maia, Saturnino liderava, em maio, as pesquisas de intenção de voto feitas pelo Instituto Geóp.

Frejat quer vaga no PSDB

A crise nas coligações provocada pela vaga ao Senado está se espalhando. Derrotado na convenção regional do PSDB, o advogado José Frejat quer a indicação. O encontro tucano escolheu o deputado Márcio Fortes, que desistiu. No início da semana, Frejat apresentou recurso à Executiva Regional do PSDB pedindo o registro de sua candidatura e ameaça levar a briga à Justiça.

“É direito meu”, argumenta o advogado. O PSDB ainda não respondeu. Na convenção tucana, em 14 de maio, Márcio Fortes venceu Frejat por 230 a 161 votos. Duas semanas depois, renunciou. Em seu lugar, entrou Moreira Franco (PMDB). Em troca, o PSDB mantinha aliança com o PMDB e ganhava quase oito minutos de propaganda gratuita.

Frejat espera apenas a relação de candidatos ser entregue ao Tribunal Regional Eleitoral pelo PSDB. “Se não aparecer como candidato ao Senado, entro na Justiça”. A legislação eleitoral permite que o candidato requeira o registro, desde que seu nome tenha sido escolhido na convenção do partido.

Freire será o vice de Ciro

O candidato do PPS à Presidência da República, ex-ministro Ciro Gomes, confirmou que o senador Roberto Freire (PPS-PE) será o candidato a vice-presidente em sua chapa. Do Ceará, ele não considera que o fato de ter escolhido um representante de Pernambuco reduza sua amplitude eleitoral: “Roberto Freire é liderança nacional há muito tempo e a chapa vem se afirmando como ato de rebeldia de quem não acredita na polarização da campanha”, afirmou Ciro, referindo-se às pesquisas de intenção de voto que atribuem maior popularidade ao presidente Fernando Henrique Cardoso e ao petista Luís Inácio Lula da Silva.

PDT e PSB dividem mandato

LUCIANA NUNES LEAL

primeiros quatro anos para o PSB e os últimos para o PDT. "Esta é uma forma de garantir a atuação também do suplente. Eu concordei, uma vez que o cargo efetivo será do PSB. Podemos ter tempos alternados", afirmou Salumino. Ao fim da reunião com o ex-governador Leonel Brizola.

Desde a noite de segunda-feira, Brizola insistia que o PDT lancasse candidato ao Senado na chapa que traz Anthony Garotinho para governador e Benedita da Silva, do PT, como vice. O PSB ameaçou sair da

aliança e lançar candidato ao governo. Brizola estava insatisfeito por causa dos desentendimentos com o PSB em outros estados.

O suplente de senador será escolhido pelo pedetista. Dois nomes foram citados na reunião de ontem: os ex-deputados federais Luiz Salomão e Vivaldo Barbosa. Salomão não vê problema na divisão. "Vivaldo e Salomão são pessoas honradas. Em meu primeiro mandato, cedi os dois últimos anos a meu suplente."

Briga no TRE - No Tribunal

Regional Eleitoral, o PFL reage à investida judicial de Garotinho (PDT) contra o pedetista César Maia. A pedido de Garotinho, livros com fotos de César Maia foram apreendidos, na tarde de segunda-feira, em uma gráfica. O juiz José Carlos de Figueiredo concluiu que os livros não caracterizavam propaganda eleitoral e mandou devolvê-los. Hoje, o PFL tentará dar o troco, pedindo que o Ministério Públíco caracterize a denúncia do pedetista como "caluniosa".

POLÍTICA
QUINTA-FEIRA, 2 DE JULHO DE 1998

PSB dividem mandato

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL (52ª LEGISLATURA)

		BAHIA		
PFL	Rodolpho Tourinho		PFL	Heráclito Fortes
PFL	Antonio Carlos Magalhães		PMDB	Mão Santa
PFL	César Borges		PTB	RIO GRANDE DO NORTE
		RIO DE JANEIRO	PMDB	Fernando Bezerra
PT	Roberto Saturnino		PFL	Garibaldi Alves Filho
PL	Marcelo Crivella		PFL	José Agripino
PMDB	Sérgio Cabral		PFL	SANTA CATARINA
		MARANHÃO	PT	Jorge Bornhausen
PMDB	João Alberto Souza		PSDB	Ideli Salvatti
PFL	Edison Lobão			Leonel Pavan
PFL	Roseana Sarney			ALAGOAS
		PARÁ		Heloísa Helena
PMDB	Luiz Otávio		PMDB	Renan Calheiros
PT	Ana Júlia Carepa		PSDB	Teotônio Vilela Filho
PTB	Duciomar Costa		PFL	SERGIPE
		PERNAMBUCO	PDT	Maria do Carmo Alves
PFL	José Jorge		PSB	Almeida Lima
PFL	Marco Maciel			Antonio Carlos Valadares
PSDB	Sérgio Guerra		PMDB	AMAZONAS
		SÃO PAULO	PSDB	Gilberto Mestrinho
PT	Eduardo Suplicy		PDT	Arthur Virgílio
PT	Aloizio Mercadante			Jefferson Peres
PFL	Romeu Tuma		PSDB	PARANÁ
		MINAS GERAIS	PT	Alvaro Dias
PL	Aelton Freitas		PDT	Flávio Arns
PSDB	Eduardo Azeredo			Osmar Dias
PMDB	Hélio Costa		PT	ACRE
		GOIÁS	PSB	Tião Viana
PMDB	Maguito Vilela		PT	Geraldo Mesquita Júnior
PFL	Demóstenes Torres		PDT	Sibá Machado
PSDB	Lúcia Vânia			MATO GROSSO DO SUL
		MATO GROSSO	PDT	Juvêncio da Fonseca
PSDB	Antero Paes de Barros		PMDB	Delcídio Amaral
PFL	Jonas Pinheiro			Ramez Tebet
PT	Serys Slhessarenko		PMDB	DISTRITO FEDERAL
		RIO GRANDE DO SUL	PT	Valmir Amaral
PMDB	Pedro Simon		PFL	Cristovam Buarque
PT	Paulo Paim			Paulo Octávio
PTB	Sérgio Zambiasi		PSDB	TOCANTINS
		CEARÁ	PFL	Eduardo Siqueira Campos
PSDB	Reginaldo Duarte		PFL	João Ribeiro
PPS	Patrícia Saboya Gomes			Leomar Quintanilha
PSDB	Tasso Jereissati		PMDB	AMAPÁ
		PARAÍBA	PSB	José Sarney
PMDB	Ney Suassuna		PMDB	João Capiberibe
PFL	Efraim Morais			Papaléo Paes
PMDB	José Maranhão		PMDB	RONDÔNIA
		ESPÍRITO SANTO	PT	- Paulo Elifas
PPS	João Batista Motta		PMDB	- Fátima Cleide
PMDB	Gerson Camata			- Valdir Raupp
PL	Magno Malta		PPS	RORAIMA
		PIAUÍ	PDT	- Mozarildo Cavalcanti
PMDB	Alberto Silva		PMDB	- Augusto Botelho
				- Romero Jucá

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS (27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Ramez Tebet (PMDB-MS)
Vice-Presidente: Senador Paulo Octavio (PFL-DF)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Aloizio Mercadante	1. Ideli Salvatti
Ana Júlia Carepa	2. Flávio Arns
Eduardo Suplicy	3. Serys Slhessarenko
Delcídio Amaral	4. Duciomar Costa
Roberto Saturnino	5. Magno Malta
Antonio Carlos Valadares	6. Aelton Freitas
Geraldo Mesquita Júnior	7. (vago)
Fernando Bezerra	8. (vago)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Hélio Costa
Mão Santa	2. Luiz Otávio
Garibaldi Alves Filho	3. Valmir Amaral
Romero Jucá	4. Gerson Camata*
João Alberto Souza	5. Sérgio Cabral
Pedro Simon	6. Ney Suassuna
Valdir Raupp	7. Maguito Vilela
PFL	
César Borges	1. Antonio Carlos Magalhães
Efraim Morais	2. Demóstenes Torres
Jonas Pinheiro	3. João Ribeiro
Jorge Bornhausen	4. José Agripino
Paulo Octavio	5. José Jorge
Rodolpho Tourinho	6. Marco Maciel
PSDB	
Antero Paes de Barros	1. Arthur Virgílio
Sérgio Guerra	2. Álvaro Dias
Eduardo Azeredo	3. Lúcia Vânia
Tasso Jereissati	4. Leonel Pavan
PDT	
Almeida Lima	1. Osmar Dias
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

*Desfiliou-se do PMDB, em 15.09.2003.

Atualizada em 30.10.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO DE TURISMO

TEMPORÁRIA (07 titulares e 07 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Octávio (PFL -DF)
Vice-Presidente: Senador Leonel Pavan (PSDB - SC)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Aelton Freitas	1. Antonio Carlos Valadares
Serys Shessarenko	2. Ideli Salvatti
PMDB	
Garibaldi Alves Filho	1. Mão Santa
Valdir Raupp	2. Luiz Otávio
PFL	
Paulo Octavio	1.
João Ribeiro	2. César Borges
PSDB	
Leonel Pavan	1. Eduardo Azeredo

*Vaga cedida ao PPS.

Atualizada em 30.10.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO DE MINERAÇÃO

TEMPORÁRIA (07 titulares e 07 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa (PT - PA)
Vice-Presidente: Senador Rodolpho Tourinho (PFL - BA)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Julia Carepa	1. Delcídio Amaral.
Aelton Freitas	2. Magno Malta
PMDB	
Luiz Otávio	1. Hélio Costa
Sérgio Cabral	2. Gerson Camata**
PFL	
Rodolpho Tourinho	1. Efraim Morais
João Ribeiro	2. Almeida Lima (PDT)*
PSDB	
Sérgio Guerra	1. Eduardo Azeredo

*Vaga cedida pelo PFL

**Desfilou-se do PMDB, em 15.09.2003.

Atualizada em 15.08.2003.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO DESTINADA A ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO
DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS TEMPORÁRIA
(09 titulares e 09 suplentes)**

**Presidente: Senador César Borges (PFL - BA)
Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra (PTB - RN)
Relator: Senador Ney Suassuna**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Roberto Saturnino	1. Eduardo Suplicy.
Fernando Bezerra	2. Aelton Freitas
Delcídio Amaral	3. Antonio Carlos Valadares
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valdir Raupp
Pedro Simon	2. Gerson Camata*
PFL	
César Borges	1. Jonas Pinheiro
Paulo Octávio	2. José Jorge
PSDB	
Sérgio Guerra	1. Lúcia Vânia
PDT - PPS	
(vago)	(vago)

*Desfiliou-se do PMDB, em 15.09.2003.

Atualizada em 30.10.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO FOME ZERO TEMPORÁRIA
(07 titulares e 07 suplentes)

Presidente: Rodolpho Tourinho (PFL - BA)
Vice-Presidente: Senador Eduardo Suplicy (PT - SP)
Relator: Senador Romero Jucá (PMDB - RR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Eduardo Suplicy	1. Delcídio Amaral.
Fernando Bezerra	2. Serys Slhessarenko
PMDB	
Ney Suassuna	1. Garibaldi Alves Filho
Romero Jucá	2. Luiz Otávio
PFL	
Jonas Pinheiro	1. Demóstenes Torres
Rodolpho Tourinho	2. Paulo Octávio
PSDB	
Lúcia Vânia	1. Leonel Pavan

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
(29 titulares e 29 suplentes)

Presidente: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)
Vice-Presidente: Senador Papaléo Paes* (PMDB-AP)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Júlia Carepa	1. Delcídio Amaral
Eurípedes Camargo	2. Fernando Bezerra
Fátima Cleide	3. Tião Viana
Flávio Arns	4. Antonio Carlos Valadares
Sibá Machado	5. Duciomar Costa
(vago)	6. (vago)
Aelton Freitas	7. Serys Slhessarenko
Geraldo Mesquita Júnior	8. (vago)
PMDB	
Mão Santa	1. Garibaldi Alves Filho
Leomar Quintanilha	2. Hélio Costa
Maguito Vilela	3. Ramez Tebet
Sérgio Cabral	4. José Maranhão
Ney Suassuna	5. Pedro Simon
Amir Lando	6. Romero Jucá
Papaléo Paes*	7. Gerson Camata**
PFL	
Edison Lobão	1. Antonio Carlos Magalhães
Jonas Pinheiro	2. César Borges
José Agripino	3. Demóstenes Torres
Paulo Octávio	4. Efraim Moraes
Maria do Carmo Alves	5. Jorge Bornhausen
Roseana Sarney	6. João Ribeiro
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. Arthur Virgílio
Lúcia Vânia	2. Tasso Jereissati
João Tenório	3. Leonel Pavan
Antero Paes de Barros	4. Sérgio Guerra
Reginaldo Duarte	5. (vago)
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias
Juvêncio da Fonseca	2. (vago)
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

*Desfiliou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

** Desfiliou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 25.11.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
 Reuniões: Quintas - Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.
 Telefone: 3113515 Fax: 3113652
 E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DA CRIANÇA DO
ADOLESCENTE E DA JUVENTUDE
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)
Vice-Presidente: Senadora Roseana Sarney (PFL-MA)
Relatora: Senadora Patrícia Saboya Gomes (PPS-CE)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Júlia Carepa	1.(vago)
Fátima Cleide	2. (vago)
PMDB	
Amir Lando	1. (vago)
Juvêncio da Fonseca*	2. (vago)
PFL	
Roseana Sarney	1. (vago)
PSDB	
Lúcia Vânia	1. (vago)
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. (vago)

*Desfiliou-se do PMDB, passando a integrar a bancada do PDT em 10.09.2003.

Atualizada em 10.09.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO IDOSO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ)

Vice-Presidente: (vago)

Relator: Senador Leomar Quintanilha (PFL -TO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Sibá Machado	1. (vago)
Aelton Freitas	2. (vago)
PMDB	
Sérgio Cabral	1. (vago)
(vago)	2. (vago)
PFL	
Leomar Quintanilha*	1. (vago)
PSDB	
Antero Paes de Barros	1. (vago)
PDT	
(vago)	1. (vago)

* Desfiliou-se do PFL, passando a integrar a bancada do PMDB em 08.10.2003

Atualizada em 08.10.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz

Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DAS PESSOAS PORTADORAS
DE NECESSIDADES ESPECIAIS
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente: Senador Flávio Arns (PT-PR)
Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro (PFL-MT)
Relator: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Flávio Arns	1. (vago)
Eurípedes Camargo	2. (vago)
PMDB	
Ney Suassuna	1. (vago)
Garibaldi Alves Filho	2. (vago)
PFL	
Jonas Pinheiro	1. (vago)
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. (vago)
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. (vago)

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE SAÚDE
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Papaléo Paes*(PMDB-AP)
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho (PDT-RR)
Relator: Senador Mão Santa (PMDB-PI)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Serys Slhessarenko	1. (vago)
Eurípedes Camargo	2. (vago)
PMDB	
Mão Santa	1. (vago)
Papaléo Paes*	2. (vago)
PFL	
Maria do Carmo Alves	1. (vago)
PSDB	
Reginaldo Duarte	1. (vago)
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

*Desfiliou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

Atualizada em 17.09.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
 Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.
 Telefone: 3113515 Fax: 3113652
 E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Edison Lobão (PFL-MA)
Vice-Presidente: Senador José Maranhão (PMDB-PB)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Serys Shhessarenko	1. Eduardo Suplicy
Aloizio Mercadante	2. Ana Júlia Carepa
Tião Viana	3. Sibá Machado
Antonio Carlos Valadares	4. Duciomar Costa
Magno Malta	5. Geraldo Mesquita Júnior
Fernando Bezerra	6. João Capiberibe
Marcelo Crivella	7. Aelton Freitas
PMDB	
Amir Lando	1. Ney Suassuna
Garibaldi Alves Filho	2. Luiz Otávio
José Maranhão	3. Ramez Tebet
Renan Calheiros	4. João Alberto Souza
Romero Jucá	5. Maguito Vilela
Pedro Simon	6. Sérgio Cabral
PFL	
Antonio Carlos Magalhães	1. Paulo Octávio
César Borges	2. João Ribeiro
Demóstenes Torres	3. Jorge Bornhausen
Edison Lobão	4. Efraim Morais
José Jorge	5. Rodolpho Tourinho
PSDB	
Álvaro Dias	1. Antero Paes de Barros
Tasso Jereissati	2. Eduardo Azeredo
Arthur Virgílio	3. Leonel Pavan
PDT	
Jefferson Péres	1. Almeida Lima
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Atualizada em 10.12.2003

Secretária: Gildete Leite de Melo
 Reuniões: Quartas - Feiras às 10:00 horas. - Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa
 Telefone: 3113972 Fax: 3114315
 E - Mail: sscomccj@senado.gov.br

**3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ACOMPANHAR E FISCALIZAR AS
“INDICAÇÕES APONTADAS” NO RELATÓRIO FINAL DA “CPI DO JUDICIÁRIO” E
RECEBER NOVAS DENÚNCIAS E INFORMAÇÕES RELACIONADAS
COM O OBJETIVO DA INVESTIGAÇÃO
(7 titulares e 7 suplentes)
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)**

Criada através do Requerimento nº 12-CCJ, de 1999, aprovado em 15/12/1999.

**3.2) SUBCOMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente: Senador Tasso Jereissati

Vice-Presidente: Pedro Simon

Relator Geral: Senador Demóstenes Torres

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Pedro Simon	1. João Alberto Souza
Garibaldi Alves Filho	2. Papaléo Paes
PFL	
Demóstenes Torres	1. Efraim Morais
César Borges	2. João Ribeiro
PT	
Serys Shhessarenko	1. Sibá Machado
PSDB	
Tasso Jereissati	1. Leonel Pavan
OUTROS PARTIDOS (PDT, PTB, PSB, PPS e PL)	
Magno Malta	1. Fernando Bezerra

Atualizada em 02.09.03

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E - Mail: sscomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Osmar Dias (PDT-PR)
Vice-Presidente: Senador Hélio Costa (PMDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Fátima Cleide	1. Tião Viana
Flávio Arns	2. Roberto Saturnino
Ideli Salvatti	3. Eurípedes Camargo
João Capiberibe	4. (vago)
Duciomar Costa	5. (vago)
Aelton Freitas	6. (vago)
(vaga cedida ao PMDB)	7. (vago)
Heloísa Helena	8. (vago)
PMDB	
Hélio Costa	1. Mão Santa
Maguito Vilela	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Papaléo Paes
Gerson Camata*	4. Luiz Otávio
Sérgio Cabral	5. Romero Jucá
José Maranhão	6. Amir Lando
Valmir Amaral (por cessão do Bloco de Apoio ao Governo)	
PFL	
Demóstenes Torres	1. Edison Lobão
Jorge Bornhausen	2. Jonas Pinheiro
José Jorge	3. José Agripino
Efraim Morais	4. Marco Maciel
Maria do Carmo Alves	5. Paulo Octavio
Roseana Sarney	6. João Ribeiro
PSDB	
Sérgio Guerra	1. Arthur Virgílio
Leonel Pavan	2. Eduardo Azeredo
Reginaldo Duarte	3. João Tenório
Antero Paes de Barros	4. Lúcia Vânia
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres
Almeida Lima	2. Juvêncio da Fonseca
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

* Desfiliou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 25.11.2003

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
 Reuniões: Terças - Feiras às 11:30 horas - Plenário nº 15 - Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113498 Fax: 3113121
 E - Mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
(12 (doze) titulares e 12 (doze) suplentes)

Presidente: Senador Roberto Saturnino (PT-RJ)
Vice-Presidente: (vago)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Roberto Saturnino	1. (vago)
Fátima Cleide	2. Eurípedes Camargo
João Capiberibe	3. Papaléo Paes*
PMDB	
Hélio Costa	1. Gerson Camata***
Sérgio Cabral	2. Juvêncio da Fonseca**
(vago)	3. Luiz Otávio
PFL	
Roseana Sarney	1 Paulo Octavio
Demóstenes Torres	2. José Agripino
Edison Lobão	3. (vago)
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. Arthur Virgílio
Leonel Pavan	2. Reginaldo Duarte
PDT	
Almeida Lima	2. (vago)

* Desfiliou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

**Desfiliou-se do PMDB, passando a integrar a bancada do PDT em 10.09.2003.

*** Desfiliou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 15.09.2003

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
 Plenário nº 15 - Ala Alexandre Costa.
 Telefone: 3113498 Fax: 3113121
 E - Mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO DE RÁDIO E TV
PERMANENTE
9 (nove) titulares
9 (nove) suplentes
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)

4.3) SUBCOMISSÃO DO LIVRO
PERMANENTE
7 (sete) titulares
7 (sete) suplentes
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)

4.4) SUBCOMISSÃO DO ESPORTE
PERMANENTE
7 (sete) titulares
7 (sete) suplentes
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)

5) - COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE
(17 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)
Vice-Presidente: Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
(vago)	1. Ana Júlia Carepa
Heloísa Helena	2. Delcídio Amaral
Antonio Carlos Valadares	3. Geraldo Mesquita Júnior
Aelton Freitas	
Duciomar Costa	
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valmir Amaral
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata*	
João Alberto Souza	
PFL	
César Borges	1. Jorge Bornhausen
Efraim Morais	2. Paulo Octavio
João Ribeiro	
Antonio Carlos Magalhães	
PSDB	
Arthur Virgílio	1. Leonel Pavan
Antero Paes de Barros	
PDT	
Osmar Dias	1. Almeida Lima
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	

* Desfiliou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 30.10.2003

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
 Reuniões: Quartas - Feiras às 11:00 horas - Plenário nº 6 - Ala Nilo Coelho.
 Telefone: 3113935 Fax: 3111060
 E - Mail: jcarvalho@senado.gov.br

**5.1) SUBCOMISSÃO DESTINADA A FISCALIZAR AS
AGÊNCIAS REGULADORAS PERMANENTE
(05 titulares e 05 suplentes)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa (PT -PA)
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral (PMDB - DF)**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Júlia Carepa	1. Aelton Freitas
Delcídio Amaral	2. Duciomar Costa
PMDB	
Valmir Amaral	1. Romero Jucá
PFL	
Leomar Quintanilha*	1. César Borges
PSDB	
Leonel Pavan	1. Antero Paes de Barros

* Desfiliou-se do PFL, passando a integrar a bancada do PMDB em 08.10.2003

Atualizada em 08.10.2003

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas - Feiras às 11:00 horas - Plenário nº 6 - Ala Nilo Coelho
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E - Mail: jcarvalho@senado.gov.br

**5.2) SUBCOMISSÃO DE OBRAS INACABADAS PERMANENTE
(05 titulares e 05 suplentes)**

**Presidente: Senador Efraim Moraes (PFL -PB)
Vice-Presidente: Senador Leonel Pavan (PSDB - SC)**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Aelton Freitas	1. Ana Júlia Carepa
Delcídio Amaral	2. Geraldo Mesquita Júnior
PMDB	
Gerson Camata*	1. Luiz Otávio
PFL	
Efraim Moraes	1. César Borges
PSDB	
Leonel Pavan	1. Arthur Virgílio

* Desfiliou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 15.09.2003

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas - Feiras às 11:00 horas - Plenário nº 6 - Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E - Mail: jcarvalho@senado.gov.br

6) - COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Magno Malta (PL-ES)
Vice-Presidente: Senador Leomar Quintanilha

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Sibá Machado	1. Serys Slhessarenko
Eurípedes Camargo	2. (vago)
Magno Malta	3. (vago)
Aelton Freitas	4. (vago)
(vago)	5. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Renan Calheiros
Ney Suassuna	2. Amir Lando
José Maranhão	3. Gilberto Mestrinho
Sérgio Cabral	4. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	5. (vago)
PFL	
Edison Lobão	1. Demóstenes Torres
Efraim Morais	2. Jonas Pinheiro
Maria do Carmo Alves	3. (vago)
Rodolpho Tourinho	4. Roseana Sarney
PSDB	
(vago)	1. Lúcia Vânia
(vago)	2. (vago)
Reginaldo Duarte	3. Antero Paes de Barros
PDT	
Jefferson Péres	1. Almeida Lima
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Atualizada em 05.11.2003

Secretária: Maria Dulce V. de Queirós Campos
 Telefone 3111856 Fax: 3114646
 E - Mail: mariadul@senado.br

7) - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)
Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella (PL-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Eduardo Suplicy	1. Flávio Arns
Heloísa Helena	2. Fátima Cleide
João Capiberibe	3. Aloizio Mercadante
Marcelo Crivella	4. Duciomar Costa
Fernando Bezerra	5. Aelton Freitas
Tião Viana (por cessão do PMDB)	Sibá Machado (por cessão do PMDB)
PMDB	
Gilberto Mestrinho	1. Pedro Simon
João Alberto Souza	2. Ramez Tebet
Luiz Otávio	3. Valdir Raupp
Hélio Costa	4. (vago)
(vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo)	5. (vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo)
PFL	
Antonio Carlos Magalhães	1. Edison Lobão
João Ribeiro	2. Maria do Carmo Alves
José Agripino	3. Rodolpho Tourinho
Marco Maciel	4. Roseana Sarney
PSDB	
Arthur Virgílio	1. Antero Paes de Barros
Eduardo Azeredo	2. Tasso Jereissati
Lúcia Vânia	3. Sérgio Guerra
PDT	
Jefferson Péres	1. Juvêncio da Fonseca
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Atualizada em 23.10.03

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
 Telefone 3113496 Fax: 3113546 - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa
 Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas
 E - Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**
7 (sete) titulares 7 (sete) suplentes

Presidente: Senador Marcelo Crivella
Vice-Presidente: Senador João Capiberibe
Relator: Senador Rodolpho Tourinho

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Marcelo Crivella	1. Duciomar Costa
João Capiberibe	2. Aelton Freitas
PMDB	
Hélio Costa	1. Ramez Tebet
Luiz Otávio	2. Juvêncio da Fonseca*
PFL	
Marco Maciel	1. Roseana Sarney
Rodolpho Tourinho	2. Maria do Carmo Alves
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. Antero Paes de Barros

*Desfiliou-se do PMDB, passando a integrar a bancada do PDT em 10.09.2003.

Atualizada em 18.09.2003

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E - Mail: luciamel@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
7 (sete) titulares 7 (sete) suplentes

Presidente: Senador Jefferson Péres
Vice-Presidente: Senador Mozarildo Cavalcanti

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
João Capiberibe	1. Sibá Machado
Fátima Cleide	2. (vago)
PMDB	
Valdir Raupp	1. Gilberto Mestrinho
PFL	
Marco Maciel	1. João Ribeiro
PSDB	
Arthur Virgílio	1. Lúcia Vânia
PDT	
Jefferson Péres	1. (vago)
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas
E - Mail: luciamel@senado.gov.br

8) - COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador José Jorge (PFL-PE)
Vice-Presidente: Senador João Batista Motta (PPS-ES)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Delcídio Amaral	1. Roberto Saturnino
Eurípedes Camargo	2. Antonio Carlos Valadares
Serys Slhessarenko	3. Heloísa Helena
Sibá Machado	4. Ana Júlia Carepa
Fátima Cleide	5. Duciomar Costa
Duciomar Costa	6. Fernando Bezerra
Magno Malta	7. Marcelo Crivella
PMDB	
Gerson Camata*	1. Mão Santa
Amir Lando	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Valmir Amaral	4. Renan Calheiros
Gilberto Mestrinho	5. Ney Suassuna
José Maranhão	6. Romero Jucá
PFL	
João Ribeiro	1. César Borges
José Jorge	2. Jonas Pinheiro
Marco Maciel	3. Efraim Morais
Paulo Octavio	4. Maria do Carmo Alves
Rodolpho Tourinho	5. Roseana Sarney
PSDB	
Leonel Pavan	1. (vago)
Sérgio Guerra	2. Arthur Virgílio
João Tenório	3. Reginaldo Duarte
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

* Desfilhou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 25.11.2003

Secretário: Celso Parente
 Reuniões: Terças - Feiras às 14:00 horas. - Plenário nº 13 - Ala Alexandre Costa
 Telefone: 3114607 Fax: 3113286

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 13/03/2003)

1^a Eleição Geral: 19.04.1995 3^a Eleição Geral: 27.06.2001

2^a Eleição Geral: 30.06.1999 4^a Eleição Geral: 13.03.2003

Presidente: Senador JOÃO ALBERTO SOUZA¹³

Vice-Presidente: Senador DEMÓSTENES TORRES²

PMDB					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
(Vago) ¹⁰	MS	1128	1. Ney Suassuna	PB	4345
João Alberto Souza	MA	1411	2. Pedro Simon	RS	3232
Ramez Tebet	MS	2222	3. Gerson Camata ¹¹	ES	3256
Luiz Otávio	PA	3050	4. Alberto Silva	PI	3055
PFL ⁵					
Paulo Octávio	DF	2011	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Demóstenes Torres	GO	2091	2. César Borges ⁴	BA	2212
Rodolpho Tourinho	BA	3173	3. Maria do Carmo Alves ¹²	SE	1306
PT ¹					
Heloísa Helena ¹⁴	AL	3197	1. Ana Julia Carepa	PA	2104
Sibá Machado	AC	2184	2. Fátima Cleide	RO	2391
(vago) ⁸	DF	2285	3. Eduardo Suplicy ³	SP	3213
PSDB ⁵					
Sérgio Guerra	PE	2385	1. Reginaldo Duarte	CE	1137
Antero Paes de Barros	MT	4061	2. Arthur Virgílio	AM	1201
PDT					
Juvêncio da Fonseca ⁷	MS	1128	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB ¹					
(Vago) ⁶			1. Fernando Bezerra	RN	2461
PSB¹, PL¹ e PPS					
Magno Malta (PL)	ES	4161	1. (Vago) ⁹		
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(atualizada em 29.01.2004)

Notas:

¹ Partidos pertencentes ao **Bloco de Apoio ao Governo** (PT/PTB/PSB/PL), constituído na Sessão do SF de 1.2.2003.

² Eleito Vice-Presidente em 18.3.2003, na 1^a Reunião do Conselho.

³ Eleito na Sessão do SF de 18.3.2003.

⁴ Eleito na Sessão do SF de 19.3.2003.

⁵ Partidos pertencentes à **Liderança Parlamentar da Minoria** (PFL/PSDB), constituída na Sessão do SF de 29.4.2003.

⁶ Vaga ocupada pelo Senador **Geraldo Mesquita Júnior** (Bloco/PSB-AC) até 6.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, formalizado em comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003.

⁷ Vaga ocupada pelo Senador **Jefferson Péres** (PDT-AM) até 7.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, formalizado em comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003. O Senador **Juvêncio da Fonseca** foi designado para essa vaga na Sessão do SF de 01.10.2003.

⁸ Vaga ocupada pelo Senador **Flávio Arns** (Bloco/PT-PR) até 8.5.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF desse dia. O Senador **Eurípedes Camargo** (Bloco PT-DF) foi eleito para essa vaga na Sessão do SF de 03.12.2003 e deixou o exercício do mandato em 23.1.2004, em decorrência do retorno do titular.

⁹ Vaga ocupada pelo Senador **Marcelo Crivella** (Bloco PL-RJ) até 13.8.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

¹⁰ Vaga ocupada pelo Senador **Juvêncio da Fonseca** (PDT-MS) até 01.10.2003, quando foi designado, em Plenário, para a vaga do PDT, partido ao qual se filiou em 11.09.2003.

¹¹ Desfilou-se do PMDB em 15.9.2003, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

¹² Vaga ocupada pelo Senador **Renildo Santana** (PFL-SE), no período de 19.3 a 15.9.2003. A Senadora **Maria do Carmo Alves** (PFL-SE) foi eleita para essa vaga na Sessão do SF de 18.9.2003.

¹³ Eleito Presidente do Conselho na 9^a Reunião, realizada em 12.11.2003, para completar o mandato exercido pelo Senador **Juvêncio da Fonseca**, que renunciou ao cargo em 25.09.2003.

¹⁴ Na Sessão de 29.01.2004, foi lido o Ofício nº 039/04-GLDBAG, de 29.1.2004, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, comunicando o desligamento da Senadora do Partido dos Trabalhadores.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP) - Telefones: 311-4561 e 311-5256

sscop@senado.gov.br

www.senado.gov.br/etica

CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO¹

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG)	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL) ²	3º Corregedor Substituto

Composição atualizada em 19.01.2004

Notas:

¹ Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

² Afastou-se do exercício do mandato em 18.11.2003, para tratar de interesses particulares, por 125 dias - RQS 1.168/2003 (DSF de 19.11.2003, página 37785)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

1^a Designação: 16.11.1995

2^a Designação: 30.06.1999

3^a Designação: 27.06.2001

4^a Designação: 25.09.2003

COMPOSIÇÃO

SENADORES	PARTIDO	ESTADO	RAMAL
Eurípedes Camargo ¹	Bloco/PT	DF	2285
Demóstenes Torres ¹	Bloco/PFL	GO	2091
(aguardando indicação)			
(aguardando indicação)			
(aguardando indicação)			

Notas:

¹ Designados na Sessão do SF do dia 25.09.2003.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: 311-4561 e 311-5259

sscop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1^a Designação Geral : 03.12.2001

2^a Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko ⁴

Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior ⁴

PMDB
Senador Papaléo Paes ⁸
PFL ⁶
Senadora Roseana Sarney (MA) ¹
PT ⁵
Senadora Serys Slhessarenko (MT) ¹
PSDB ⁶
Senadora Lúcia Vânia (GO) ¹
PDT
Senador Augusto Botelho (RR) ³
PTB ⁵
Senador Sérgio Zambiasi (RS) ⁷⁻⁹
PSB ⁵
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) ²
PL ⁵
Senador Magno Malta (ES) ¹
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE) ¹

Atualizada em 19.01.2004

Notas:

¹ Designados na Sessão do SF de 26.2.2003

² Designado na Sessão do SF de 7.3.2003

³ Designado na Sessão do SF de 11.3.2003

⁴ Eleitos, por aclamação, em 12.3.2003, na 1^a Reunião do Conselho.

⁵ Partido pertencente ao Bloco de Apoio ao Governo (PT/PTB/PSB/PL), constituído na Sessão do SF de 1.2.2003.

⁶ Partido pertencente à Liderança Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB), constituída na Sessão do SF de 29.4.2003.

⁷ Vaga ocupada no período de 26.2.2003 a 10.10.2003 pelo Senador Papaléo Paes, que na Sessão do SF de 7.5.2003 comunicou seu desligamento do PTB e filiação ao PMDB.

⁸ Designado na Sessão do SF de 14.10.2003, conforme indicação da Liderança do PMDB lida na Sessão da mesma data. A vaga do PMDB foi ocupada no período de 26.2.2003 a 1º.08.2003 pela Senadora Íris de Araújo, cujo exercício do mandato encerrou-se em virtude do retorno do titular, Senador Maguito Vilela.

⁹ Designado na Sessão do SF de 10.10.2003, em substituição ao Senador Papaléo Paes.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: 311-4561 e 311-5259

sscop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Presidente nato¹: Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado João Paulo Cunha (PT-SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador José Sarney (PMDB-AP)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PFL-PE)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Paulo Paim (BLOCO/PT-RS)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Luiz Piauhylino (PSDB-PE)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Geddel Vieira Lima (PMDB-BA)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Romeu Tuma (PFL-SP)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Severino Cavalcanti (PPB-PE)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador Alberto Silva (PMDB-PI)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Heráclito Fortes (PFL-PI)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado Ciro Nogueira (PFL-PI)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Sérgio Zambiasi (BLOCO/PTB-RS)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Nelson Pellegrino (PT-BA)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Tião Viana (PT/AC)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Senador Efraim Morais (PFL-PB)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO</u> Deputado Luiz Eduardo Grenhalgh (PT-SP)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Edison Lobão (PFL-MA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Deputado Zulaiê Cobra (PSDB-SP)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)

Atualizado em 07.11.2003

Nota:

¹ De acordo com o art. 5º do Ato nº 1/73-CN.

CONGRESSO NACIONAL

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

- 1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002
- Mandato estendido até 5/6/2004, conforme Decreto Legislativo nº 77/2002-CN

Presidente: JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO¹

Vice-Presidente: JAYME SIROTSKY

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO	EMANUEL SORAES CARNEIRO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	(VAGO) ³	(VAGO) ²
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT	MIGUEL CIOPOLLA JR.
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	DANIEL KOSLOWSKY HERZ	FREDERICO BARBOSA GHEDINI
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	FRANCISCO PEREIRA DA SILVA	ORLANDO JOSÉ FERREIRA GUILHON
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA	STEPAN NERCESSIAN
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO	MANUEL ALCEU AFFONSO FERREIRA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ALBERTO DINES	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JAYME SIROTSKY	JORGE DA CUNHA LIMA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	CARLOS CHAGAS	REGINA DALVA FESTA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	RICARDO MORETZSOHN	ASSUMPÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE

Composição atualizada em dezembro de 2003

Notas:

¹ Presidente e Vice-Presidente eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 25.6.2002.

² Vaga ocupada, até 04.08.2003, por **CARLOS ROBERTO BERLINCK**, que renunciou ao mandato, conforme comunicação lida na Sessão do Senado Federal desse dia.

³ Vaga ocupada, até 23.12.2003, por **PAULO CABRAL DE ARAÚJO**, que renunciou ao mandato, conforme comunicação lida na Sessão do Senado Federal desse dia.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefone: (61) 311-4561

sscop@senado.gov.br

www.senado.gov.br/ccs

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 - Comissão de Regionalização da Programação

(constituída na Reunião de 26/06/2002)

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)

02 - Comissão de Tecnologia Digital

(constituída na Reunião de 26/06/2002, para atender à Consulta nº 1, de 2002-CCS, formulada pela Presidência do Senado Federal ao Conselho de Comunicação Social)

- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Coordenador
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão) – desde 14/10/2002
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio) – desde 14/10/2002
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas) – desde 14/10/2002

03 - Comissão de Radiodifusão Comunitária

(constituída na Reunião de 02/09/2002)

- Regina Dalva Festa (Representante da sociedade civil) – Coordenadora
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)

04 - Comissão de TV a Cabo

(constituída na Reunião de 17/03/2003, para emissão de parecer sobre o Projeto de Lei do Senado nº 175/2001, e mantida para atender à proposta do Parecer nº 2/2003-CCS, aprovado na Reunião de 07/04/2003, no sentido da realização de análise da situação da TV a Cabo no Brasil e apresentação de medidas e iniciativas com vista à solução dos problemas enfrentados pelo setor)

- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Coordenador
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil)

05 - Comissão de Concentração na Mídia

(constituída na Reunião de 07/04/2003, para análise da concentração e controle cumulativo nas empresas de comunicação social em pequenas e médias cidades brasileiras)

- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil) – Coordenador
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Alberto Dines (Representante da sociedade civil)
- Ricardo Moretzsohn (Representante da sociedade civil)

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL
Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)
Mesa Diretora eleita em 28.05.2003

Presidente: Deputado DR. ROSINHA	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Senador RODOLPHO TOURINHO	Secretário-Geral Adjunto: Deputado ROBERTO JEFFERSON

MEMBROS NATOS ⁽¹⁾	
Senador EDUARDO SUPLICY Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputada ZULAIÉ COBRA Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados
SENADORES	
TITULARES	SUPLENTES
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT - PTB - PSB - PL) ⁽²⁾	
IDELEI SALVATTI (PT/SC)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR) ⁽⁶⁾
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	2. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB/SE)
PMDB	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. LUIZ OTÁVIO (PMDB/PA)
ROMERO JUCÁ (PMDB/RR)	2. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
PFL ⁽³⁾	
JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
RODOLPHO TOURINHO (PFL/BA)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
PSDB ⁽³⁾	
EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)	1. LEONEL PAVAN (PSDB/SC)
PDT	
JEFFERSON PÉRES (PDT/AM) ⁽⁷⁾	Vago ⁽⁸⁾
PPS ⁽⁴⁾	
MOZARILDO CAVALCANTI (PPS/RR)	1. PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS/CE) ⁽¹¹⁾
DEPUTADOS	
TITULARES	SUPLENTES
PT	
DR. ROSINHA (PT/PR)	1. PAULO DELGADO (PT/MG)
PFL	
GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. PAULO BAUER (PFL/SC)
PMDB	
OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)	1. EDISON ANDRINO (PMDB/SC)
PSDB	
EDUARDO PAES (PSDB/RJ) ⁽⁵⁾	1. JULIO REDECKER (PSDB/RS)
PPB	
LEODEGAR TISCOSKI (PPB/SC)	1. CELSO RUSSOMANO (PPB/SP)
PTB	
ROBERTO JEFFERSON (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
PL	
OLIVEIRA FILHO (PL/PR) ⁽¹⁰⁾	1. WELINTON FAGUNDES (PL/MT) ⁽¹⁰⁾
PSB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1. JAMIL MURAD (PCdoB/SP) ⁽⁹⁾
PPS ⁽⁴⁾	
JOÃO HERRMANN NETO (PPS/SP)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)

Notas:

⁽¹⁾ Membros natos, nos termos do parágrafo único do art. 1º da Resolução 1/1996-CN.

⁽²⁾ O Bloco de Apoio ao Governo foi constituído, no Senado Federal, em 01.02.2003 (DSF de 02.02.2003, pg. 00338).

⁽³⁾ Partido pertencente à Liderança Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB), no Senado Federal, constituído em 29.04.2003 (DSF de 30.04.2003, pg. 09125).

⁽⁴⁾ Vaga decorrente da aplicação da Resolução nº 2, de 2000-CN.

⁽⁵⁾ Vaga ocupada pelo Deputado Feu Rosa até 25.06.2003, conforme comunicação lida na Sessão do Senado da mesma data.

⁽⁶⁾ Vaga ocupada pelo Senador Marcelo Crivella até 11.08.2003, conforme comunicação lida na Sessão do Senado da mesma data.

⁽⁷⁾ Vaga ocupada pelo Senador Osmar Dias até 26.08.2003, conforme comunicação lida na Sessão do Senado da mesma data.

⁽⁸⁾ Vaga ocupada pelo Senador Jefferson Péres até 26.08.2003, quando passou a ocupar a vaga de titular deixada pelo Senador Osmar Dias.

⁽⁹⁾ Vaga ocupada pelo Deputado Edson Ezequiel até 08.09.2003, conforme indicação da Liderança do PSB lida na Sessão do Senado da mesma data.

⁽¹⁰⁾ Vagas ocupadas pelos Deputados Welinton Fagundes (titular) e Neucimar Fraga (Suplente) até 30.09.2003, conforme indicação da Liderança do Bloco PL/PSL lida na Sessão do Senado da mesma data.

⁽¹¹⁾ Vaga ocupada pelo Senador João Batista Motta, que desligou-se do PPS e passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 02.10.2003.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador EDUARDO SUPLICY¹

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado ARLINDO CHINAGLIA (PT-SP)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador TIÃO VIANA (PT ² - AC) ⁴
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado JOSÉ CARLOS ALELUIA (PFL-BA)	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Senador EFRAIM MORAIS (PFL-PB) ³
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Deputada ZULAIÊ COBRA (PSDB-SP)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador EDUARDO SUPLICY (PT ² - SP)

Atualizado em 04.02.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-4552
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

Notas:

¹ Conforme alternância estabelecida na 1ª Reunião da Comissão, realizada em 15.8.2001 (Ata publicada no DSF de 22.08.2001, pg. 17595).

² Partido pertencente ao Bloco de Apoio ao Governo (PT/PTB/PSB/PL), no Senado Federal, constituído em 01.02.2003 (DSF de 02.02.2003, pg. 00338).

³ Partido pertencente à Liderança Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB), no Senado Federal, constituída em 29.04.2003 (DSF de 30.04.2003, pg. 09125).

⁴ Maioria definida pela Mesa em sua 10ª reunião, realizada em 06.11.2003 (Ata publicada no DSF de 12.11.2003, pg. 36262) e comunicada na Sessão do SF de 07.11.2003 (DSF de 8.11.2003, pgs.35936/35937).



EDIÇÃO DE HOJE: 124 PÁGINAS